



TERRAS DEANTUÃ

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS
DO CONCELHO DE ESTARREJA

TERRAS DE ANTUÃ

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS
DO CONCELHO DE ESTARREJA

[FICHA TÉCNICA]

TERRAS DE ANTUÃ
REVISTA DE PUBLICAÇÃO ANUAL
Nº15 | ANO 15 | NOVEMBRO DE 2021

DIRETORA
Rosa Maria Rodrigues

EDITOR
Câmara Municipal de Estarreja

PROJETO GRÁFICO
Câmara Municipal de Estarreja | GCOMRP

TIRAGEM
750 Exemplares

IMAGEM DE CAPA
“Mercado de Estarreja”
Eduarda Lapa
Óleo/madeira
Espólio da Casa Museu Egas Moniz

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Procer - Design & Printing Studio

ISSN
1646-8562

DEPÓSITO LEGAL
267394/07

Os artigos publicados neste número são da responsabilidade científica e ética dos seus autores bem com o respeito pelo acordo ortográfico em vigor.

[SUMÁRIO]

- 7 AS PESSOAS
Diamantino Sabina
- 9 EDITORIAL
Rosa Maria Rodrigues
- 11 MEMÓRIAS DE UMA COZINHA DE POBRES
Abel Cunha
- 27 OS JAZIGOS NO ADRO DA IGREJA DE SALREU - ALGUNS APONTAMENTOS
António Augusto Silva
- 35 UMA DÉCADA DE ARQUEOLOGIA NO CASTRO DE SALREU, 2011-2021
(UM PONTO DE SITUAÇÃO NÃO CONCLUSIVO)
António Manuel Silva, Paulo Lemos e Sara Almeida e Silva
- 57 O CAP. LUÍS PEREIRA LOPES DE AZEVEDO (1770-1837)
Delfim Bismarck Ferreira
- 63 JOSÉ DE OLIVEIRA, O HOMEM E A OBRA “O PINTOR DA RIA”
Etelvina Resende Almeida
- 87 “NADA DE CONFUSÕES”
REVISTA - FANTASIA DE COSTUMES REGIONAIS,
QUE FOI LEVADA A CENA NA INAUGURAÇÃO DO CINE TEATRO DE ESTARREJA,
EM 1 DE ABRIL DE 1950
José Fernando Correia
- 117 NA PONTA DA ESPADA
José Gurgo e Cirne
- 129 AVIVAR MEMÓRIAS: OS ROSTOS DAS PROFISSÕES EM EXTINÇÃO E ASTRADIÇÕES ORAIS
COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DO CONCELHO DE ESTARREJA
Juliana Cunha
- 147 D. HUGO, BISPO DO PORTO
Marco Pereira
- 153 COMISSÁRIOS DO SANTO OFÍCIO NATURAIS DE ESTARREJA
Maria Clara Vide e António Cruz Leandro
- 179 EGAS MONIZ – VIVÊNCIAS EM COIMBRA
Rosa Maria Rodrigues
- 199 ENGUIAS DE ARROZ E ARROZ DE ENGUIAS
Sérgio Paulo Silva

205 EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1910
Teresa Cruz Tubby e Valter Santos

215 O MERCADO ANTIGO DE ESTARREJA
30 ANOS A RECREAR A NOSSA HISTÓRIA
Isabel Simões Pinto

AS PESSOAS

*Diamantino Sabina**

A riqueza de uma terra não pode ser contabilizada apenas pelos seus bens materiais.

Também as pessoas são valor, e fator essencial para a prossecução da sua evolução. São património, os pilares e a argamassa! São os seres que constroem uma identidade. E é o que contribuem ou contribuíram, de forma direta ou indireta, para o desenvolvimento científico, cultural, social, desportivo e económico dessa terra, que determinará a sua inscrição nos anais do tempo.

É a essas pessoas, aos muitos estarrejenses que marcaram a nossa história local, que presto homenagem. São efetivamente esses pilares e argamassa que constroem ou ajudaram a construir a nossa identidade. Pela obra, pela colaboração, pela filantropia, pelo altruísmo, por essa dimensão humana e de entrega, estaremos para sempre gratos.

Ao longo de 15 anos vimos comemorando muitas dessas pessoas. A “Terras de Antuã” faz questão. Celebramos os seus costumes, ofícios, os seus hábitos e feitos, a importância que tiveram no desenvolvimento da sua terra.

Já na sua décima-quinta edição, são na verdade muitas as pessoas que por cá passaram.

Somos e fomos políticos, engenheiros, médicos, operários fabris, pedreiros, marceneiros, bispos e abades, enfim, somos e fomos muitos. E temos o que é preciso porque somos Grandes! Somos Grandes nos nossos feitos, e queremos continuar a ser.

Ainda em tempo de pandemia, a “Terras de Antuã” volta a juntar uma mão cheia de gente válida, tanto nas ricas descrições e histórias do saber, como atrás da pena de quem as transpõe.

Fica o meu muito obrigado e homenagem também a essas pessoas que vão internalizando as outras que enchem as páginas desta revista de tanto valor para nós.

* Presidente da Câmara Municipal de Estarreja

EDITORIAL

Rosa Maria Rodrigues

Assinalando-se no corrente ano (15 de novembro), os 502 anos da outorga do Foral por D. Manuel I às *Terras de Antuã*, apresentamos a décima quinta edição da revista “Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja”, num ano que as sociedades tentam retomar a sua normalidade, após a instabilidade pandémica provocada pelo novo coronavírus SARS-COV-2 – Covid 19, que aniquilou o mundo e questionou a vulnerabilidade e fragilidade humana. Escreveram-se páginas duras e amargas na história mundial, testamos a nossa capacidade de resiliência e em silêncios longos e amargos redescobrimos novas formas de sublimar quotidianos e não cruzamos os braços sob a inércia do desconhecido. Será que conseguimos olhar o mundo de forma diferente? O que ficará eternizado nas páginas da nossa memória coletiva? O que transmitirão as gerações vindouras deste “nossa” tempo? Este, irá ser o papel da historiografia das próximas décadas e este, é o meu (nossa) registo, nesta revista *Terras de Antuã*.

Os temas apresentados nesta edição de *Terras de Antuã* permitem-nos na sua generalidade, um superior conhecimento da historiografia local, desencadeiam o debate, possibilitam a difusão de estudos sobre factos e momentos que passariam despercebidos, se não fossem metodizados e compendiados numa publicação com estas características e que apresentam estudos sobre arqueologia, personalidades, gastronomia regional, pintura de moliceiros, emigração, património imaterial, genealogia, história medieval, religiosa, local e política, bem como damos a conhecer alguns pormenores da revista “Nada de Confusões”, que nos remete para a inauguração do Cineteatro de Estarreja em 1950, cujo êxito obrigou a várias récitas sempre com lotação esgotada.

Este número de *Terras de Antuã* apresenta na capa uma pintura que representa o Mercado de Estarreja da autoria de Eduarda Lapa | 1895-1976 | onde através de pineladas de características naturalistas, mas seguras, polícromas e elegantes, retrata vivências seculares do quotidiano das gentes ribeirinhas, que hoje é uma marca indiscutível da dinâmica cultural do Município de Estarreja.

O tema Saudades desta revista *Terras de Antuã*, assinala os 30 anos de realização ininterrupta da recriação do Mercado de Estarreja | 1991- 2021 | . Ao longo dos anos, esta memória foi-se consolidando, sendo hoje um dos momentos altos das Festas de Santo António, da Cidade e do Município de Estarreja. O rigor e a minúcia da recriação histórica são vivenciados nas indumentárias, gestos, utensílios, práticas e costumes de antigamente, através das suas encenações e quadros vivos, que nos permitem uma viagem no tempo, bem como no modo de vida desta comunidade no século passado. As memórias e as emoções do passado cristalizam-se num presente perene de história.

A todos os que contribuíram abnegadamente, para a concretização desta publicação de *Terras de Antuã*, o nosso BEM HAJA.

MEMÓRIAS DE UMA COZINHA DE POBRES

Abel Cunha*

As fomes, as grandes fomes nunca têm a mesma relevância nas aldeias ou, nas cidades. Morre-se de fome nas ruas lavadas de uma cidade, mas não nos poeirentos caminhos das nossas aldeias. Por aqui sempre houve ainda há, umas batatas, umas folhas de couve, um punhado de feijão um nico de unto com os quais se faça um caldo sem que se tenha de recorrer a um bolso gasto e roto ou uma carteira espalmada de tanto espremida. O porco criado nos currais das casas, galináceos, coelhos, gado caprino e bovino à solta por entre quinteiros e pastos, foram as carnes que nos alimentaram em tempos de escassa moeda e muito antes da ascensão dos supermercados. Entre pobres, a solidariedade não é um negócio nem mais uma palavra catita. É um sentimento comunitário onde, não havendo muito, o que há chega para todos.

Ainda em anos recentes e já numa época de puro e agressivo mercantilismo, à porta do velho talho da Regina, havia, a seu tempo, um canastro de feijão verde para quem precisasse ou quisesse levar bem como a vizinhança sempre a procurar por quem queira umas batatas, couves, feijão, tomate ou outros frutos que a terra dá e a gente partilha com quem precise ou queira.



Cozinha a lenha

* Master em Gestão Comercial pela Universidade Complutense de Madrid. Escreve segundo a antiga ortografia.

Apesar de muito ter vivido longe da aldeia, nunca esqueci sabores e aromas das comidas feitas em enormes e rudes panelas de ferro aquentadas por lenhas cortadas no monte ou no campo. Batatas, um punhado de feijão, uns poucos grãos de arroz, couves, um fio de azeite quando havia, um pedaço de carne de unto, uns ossos do espinhaço ou um pé de porco salgados e, em dias de festa, talvez um bocado de aba de vaca Marinhoa, cozidos e apurados na preguiça sem tempo de um fogo alimentado a paus de madeira, enquanto se dobravam as costas fatigadas pelas duras lides domésticas ou agrícolas.

Por estas aldeias, as vidas corriam de acordo com os ciclos das estações do ano, abençoadas no desconhecimento das desgraças mundanas e por um elevado grau de analfabetismo e outro tanto de ignorância. Notícias, sabiam-se em dias de mercado quando os fregueses se juntavam a falar das suas vidas ou se algum emigrado lá para as longínquas cidades de Lisboa ou Porto voltava a ver da família para trás deixada.

Era a posição do sol de conluio com o sino da aldeia, a marcar o ritmo das nossas vidas. Comia-se o que se cultivava ou criava e a palavra stress, era coisa de todo estranha a ouvidos mais habituados ao sibilar dos ventos nas ramadas dos pinheirais. Sendo o mundo feito de mudança e sem que o adivinhássemos, nos anos oitenta, um italiano, de seu nome Carlo Petrini, conjuntamente com alguns outros activistas, criavam um movimento para a preservação das tradições regionais e defesa da boa cozinha, o Slow Food (ONG), por oposição à Fast Food conceito criado em 1916 em Wichita, no Kansas, EUA, uma malfadada iniciativa de uma pequena empresa chamada White Castle. O dono desta J. Walter Anderson, cozinheiro de profissão, vendia hambúrgueres com batatas fritas e bebida à base de cola, a baixo preço e com algum sucesso.

O modelo da White Castle foi copiado por outras empresas ligadas à restauração que criaram cadeias por todo o território americano. Ainda assim, a explosão do conceito fast food (comida rápida), apenas se deu a partir 1948 por obra e graça dos irmãos McDonald, Maurice e Richard, com a abertura nesse ano do seu primeiro restaurante McDonald's que adotou um método estandardizado no fabrico da comida. A partir de então, o negócio da comida rápida a baixo preço não parou de crescer. Actualmente, mais de metade da população portuguesa alimenta-se de fast food. Se a este número acrescentarmos a comida pré-preparada vendida nas superfícies comerciais da distribuição alimentar, teremos um dramático retrato no que respeita à alimentação dos Portugueses. Uma breve consulta aos efeitos devastadores que tal comida provoca no organismo deveria ser suficiente para nos repor o juízo na cabeça, mas, as exigências da vida moderna não se coadunam com refeições caras e demoradas.

Muito se falou e valorizou a dieta Mediterrâника, considerada um dos padrões alimentares mais saudáveis do mundo o que e sem que disso tivéssemos consciênciа, era então a nossa Cozinha de Pobres. Creio que ninguém discordará de que a melhor refeição é a que resulta da frescura, da qualidade dos ingredientes e do tempo e modo de cozedura. A frescura não era obviamente a dos frigoríficos, mas sim a que se apanha pela manhã nas hortas, a de uma carne morta de véspera, a de um peixe capturado de madrugada. Será um fundamentalismo meu mas, se foi ao frigorífico, já não é fresco. É conservado!

Constatamos agora, quando a carne já é criada em laboratório e as farinhas feitas de larvas, que a nossa cozinha tradicional é apenas uma memória que persiste na cabeça de alguns de nós mais velhos, mais ajuizados e saudosos dos tempos em que sabíamos o que deitávamos à panela. Não vale a pena procurar coisa que já não existe nem é possível de reabilitação, por muitas piruetas que façam os ditos chefes de cozinha, consagrados artistas na reconhecida arte de enfeitar pratos de levar à mesa. Já não se criam aves nos quintais, é proibida a criação de porcos domésticos, enguias e outras espécies piscícolas estão extintas ou em vias disso e as hortas, estão a monte. Assim e sem que disso sequer desconfiássemos, quando a Slow Food foi criada, já a nossa cozinha secular marchava a passo de corrida para o abismo do esquecimento.

Ficaram as memórias de uma sopa de lavrador, um arroz de fêveras, um leitão assado tal como o fazíamos aqui nesta aldeia de Canelas, uns caçoilos de cabra no forno, uma canja de gorda e dourada galinha na fraqueza de uma doença, um arroz pardo, uns robaquinhos envoltos na geleia da sua cozedura, uns rojões feitos no vagar de três horas de lume brando e, da nossa pobre cozinha, as maiores das suas glórias; a caldeirada, o arroz de enguias e ainda, o leitão assado, à nossa moda. De sobremesas, não se fazia grande uso. Arroz doce ou aletria em dias de festa, era quanto bastava.

Também eram outros os usos e modos. À refeição a que hoje chamamos almoço, era então o jantar e o jantar dos nossos dias, era então, a ceia. Esta, servia-se num enorme prato de barro colocado no centro da mesa de onde todos comiam. A comida era disposta já em função do comedor sendo que os melhores bocados eram colocados frente ao chefe da família. O respeitinho ainda vigorava e ninguém se atrevia a lançar o garfo a porção alheia.

O consumo do bacalhau, pelo seu baixo preço e também pela proximidade às Gafanhas, onde por acção do sal e do sol se curava nas secas ao ar livre, era quase omnipresente na nossa alimentação. Também ele um bacalhau bem diferente daquele que hoje chega às nossas mesas, mole, insonso e desenxabido. Comprava-se do mais barato, pequenos peixes que o luxo citadino desprezava, mas cujo preço cabia nas magras bolsas de quem matava o corpo a trabalhar na agricultura de subsistência, a única que conhecíamos. Cozido com umas batatas e umas folhas de couve, era uma bênção que caía sobre as mesas.

Apesar da reduzida dimensão territorial do Concelho de Estarreja, encontram-se diferenças significativas na alimentação dos fregueses, seja nos alimentos utilizados ou no modo de os preparar. Entende-se que o peixe teve sempre um papel importante dado a proximidade das águas, as da laguna e as do mar.

Nesta aldeia de Canelas, contrariamente a outras freguesias, eram raras as peixeiras vindas da Murtosa e as que vinham, vendiam sardinha ou carapau, já amarelados do tempo e do sal. A freguesia era pobre e o sebo não daria para a mecha, seja, não pagaria a longa caminhada de canastra à cabeça e pés descalços nos irregulares caminhos de pedra e pó. Peixe, fresco e com fartura, estava aqui à mão de semear nas muitas valas e pequenos cursos de água que descem dos montes até esta zona do Baixo Vouga Lagunar. Bastava uma breve ida ao campo e, rapidamente, se apanhava uma ou duas dúzias de enguias, uns pimpões, carpas, solhas e mesmo, no seu tempo, umas lampreias.

As enguias, hoje uma espécie em avançado processo de extinção, eram o nosso prato forte. De caldeirada, em arroz ou fritas, eram refeição de reis que os pobres comiam por outra coisa não terem. Capturavam-se facilmente por meio de bitorões, à palma, à sertela, à fisga ou mesmo à mão, quando as águas por acção do calor evaporavam e o peixe se concentrava nas poças que iam resistindo ao purgatório dos calores nos meses de Agosto e Setembro.

Não o saberíamos à época, mas as enguias das nossas águas seriam hoje consideradas um bem alimentar de luxo extremo. Grandes e gordas, de barriga dourada como se de ouro alimentadas, criadas nas águas limpas e sem vestígios de poluição, muito antes dos agroquímicos, da Etar, do corte da ligação às águas da Ria e, essencialmente, da ilegal e criminosa captura do Meixão por parte de gente que nem a si se respeita. Nem tudo é progresso, muita coisa é apenas mudança e nem sempre, para melhor.

Teria seis anos quando, sentados à mesa, diz-me meu pai: - Logo mais vamos pôr uns bitorões lá abaixo. Fazemos uma caldeirada p'ró jantar de amanhã! Apesar da minha pouca idade era já um entendido nos caminhos que conduziam às melhores e mais limpas valas. Meu pai, esse pressentia o peixe que se agasalhava por debaixo dos nenúfares ou se ocultava no moliço republicano.

Fomos, seriam umas quatro da tarde. Num saco de serapilheira levávamos quatro bitorões, uma enxada ao ombro para fazer os cambiados e dois ancinhos para ensarrabulhar a água. Meu pai já levava em mente uma vala que entendia prometedora. Fizemos os cambiados, colocámos as redes, ensarrabulhámos as águas e viemos embora. Voltámos para levantar os bitorões pelas quatro da madrugada ainda a noite era densa e silenciosamente pesada. Tendo em conta que as enguias fazem sempre algum ruído, uma espécie de coaxar, meu pai sentenciou: - Não se ouve nada, devem ser só cobras.

Meteu-se à água e começou a retirar as redes completamente comprimidas e a rebentarem de enguias que pela quantidade, se haviam asfixiado, razão pela qual não emitiam qualquer som. Uma pescaria memorável pelas muitas enguias que alimentaram a vizinhança do Cabeço de Cima durante dois dias.



*Pesca às enguias com bitorão, rede de pesca em forma fusiforme designada genericamente por galricho.
Anos 60 séc. XX. Na foto de costas, Abel Andrade. De frente, João Nora.*

Não sendo meu propósito assemelhar esta curta memória a um livro de culinária, deixa-rei a descrição de algumas das comidas que nos alimentaram e fizeram gente, apenas as mais locais e características, elas mesmo uma memória que apenas já vive no nosso imaginário. Replicar estes pratos já é difícil ou mesmo impossível. O espírito higienista das autoridades tratou de acabar com o melhor da cozinha tradicional e a modernidade, extinguiu o resto.

É que não há forma de assemelhar uma carne de leitão ou de galos, nados e criados em casa, com qualquer carne de igual espécie oriunda da indústria agropecuária. Um simples ovo caseiro pouco tem a ver com os ovos produzidos em aviários por galinhas alimentadas a farinhas, assim como não são comparáveis a textura e o sabor de uma carne de peixe de mar com uma outra produzida em viveiro.

Estafam-se os negociantes de comida, que nunca tendo conhecido uma sopa feita à lareira, debaixo da autoritária designação de chefes, a reinventar o que na sua óptica teria sido a cozinha tradicional, apresentam amostras de pretensa antiga comida em lindos pratos talentosamente decorados, mas que de tradicional tem apenas o adjetivo, senão por outras razões, pelo facto da generalidade dos ingredientes originais já não existirem.



O Esteiro de Canelas no troço das Eiras. Anos 50 do Séc. XX. Na foto, do primeiro para o segundo plano: Maria Benvindo, Abel da Silva, António Cruz.

A poente da aldeia, o território é pertença de águas que se misturam; as da ria com as dos mansos cursos que descendo dos montes, aqui encontram a planície onde se espalham e constituem a maternidade de inúmeras espécies de fauna e flora. Foi um local de grande beleza natural, paisagens de cortar a respiração e, um berço de variadas espécies piscícolas

que muito contribuíram à alimentação da população local. As valas (canais) de água, juntas de nenúfares, eram então prenhes de vida e um pequeno paraíso na terra, o qual os homens e o dito progresso, em poucos anos, souberam liquidar.

Por graça e desejo de bem comer, juntámos aqui em Canelas um restrito grupo de saudistas das nossas cozinhas negras da fuligem e dos bons cheiros das madeiras que ardem por debaixo das panelas. Regularmente, saciamos as saudades das comidas sérias como as faziam pais e avós, sempre a contas com lumes teimosos no pegar e caiados pelas cinzas que levantavam das lareiras no sopro dos abanos. Afogamos o desgosto de assistir ao fim de uma época, de um povo que se alimentou do que produziu nas suas hortas e currais. Por graça, Confrades da Santa Cozinha de Pobres, recorrendo a amigos e conhecidos, lá vamos desencantando umas enguias ainda locais, um leitão caseiro, uma ou outra lampreia, uns galos criados nos pátios, eiras e quinteiros que nos revelam e despertam para a comida verdadeira, feita com tempo, saber, gosto e fogo brando.

A caldeirada de enguias, tal como a fazíamos por aqui e por toda esta zona até à Murto-sa, era de grande simplicidade e pouco custo. Fazia-se em casa, dentro de uma bateira ou mesmo no campo, quando para lá se ia trabalhar.

OS PEIXES



Anos 60 Séc. XX. Um grupo de Canelenses prepara uma caldeirada de enguias acabadas de capturar.
Da esquerda para a direita: Henrique Rebelo, João Nora, António Cascais, Manuel Belarmino, Abel da Silva e Domingos Lavanco.

Caldeirada de Enguias

Ingredientes:

Enguias
2 cebolas
1 ramo de salsa
2 dentes de alho
Pó de enguias (açafrão)
Batatas velhas (batatas novas são desaconselháveis)
Sal
Azeite
4 pequenas fatias de carne de unto
½ copo de vinho branco
Uma haste ou algumas folhas de nêveda



Preparação da caldeirada de enguias.

As quantidades dependem do número de convivas. Costumo usar 400 a 500g de enguias por pessoa e duas ou três batatas, entendendo a caldeirada como de enguias e não de batatas.

Preparação:

Amanhadas, lavadas em várias águas e cortadas em pedaços as enguias cortam-se as cebolas e a batatas em rodelas finas. Pica-se grosseiramente a salsa e dispõem-se num tacho por camadas. A primeira de cebola, a segunda de batata, a terceira de enguias, uns grãos de sal e assim sucessivamente. Por cima, deita-se uma colher de chá de açafrão, a carne de unto e o raminho de nêveda. Um fio de azeite e um pouco, meio copo, de água, outro tanto de vinho branco. A caldeirada deve cozer em lume brando e são os sucos da cebola, da batata e a água que sempre fica da lavagem dos ingredientes que servem para a cozedura. Tapa-se o tacho e coze em cerca de vinte minutos. Logo que cozida, retira-se a carne de unto que se esmaga num almofariz juntamente com um dente de alho cru e um pouquinho de sal. Esmagada a carne e o alho, retiram-se duas ou três colheres de sopa do molho, junta-se-lhe uma colher de sopa de vinagre, mexe-se e deita-se de volta por cima da caldeirada. Volta a tapar-se o tacho e, passados dois ou três minutos, está pronta a servir.

De tudo isto e quanto muito, comprava-se uns tostões de azeite e o pó de açafrão.

Tudo o resto era de casa, logo, uma verdadeira comida de pobres para a qual pouca coisa se adquiria.

Os restaurantes servem por norma, este prato com larga quantidade de molho. É normal batatas e enguias boiarem na aguada servida. Não o fazíamos assim, mas como acima descrito. De qualquer forma, o leitor é livre de o fazer como preferir.

Arroz de Enguias

O arroz prepara-se de forma idêntica à caldeirada, excluindo-se as batatas. Os ingredientes são os mesmos e a cozedura é igual. Quando as enguias estão cozidas, retiram-se juntamente com um pouco de molho sobre os quais se lamina um dente de alho, se junta um fio de azeite e uma colher de vinagre. No molho que fica no tacho, acrescentando a necessária água, coze-se o arroz. Estando cozido, podem juntar-se as enguias ou levar à mesa em separado.

Se na caldeirada as batatas devem ser velhas, no arroz, este deve ser daquele Carolino aqui produzido nos arrozais de Canelas e Salreu. Direis que arroz é arroz e por isso todo igual. Pois enganais-vos e não será por pouco. O arroz aqui produzido não conhece químicas nem processamentos industriais. Vai dos arrozais às eiras e logo em seguida ao moleiro para descascar. A diferença, saboreia-se no prato, um arroz generoso, gordo e gomoso, conservando todas as características e originalidade pois não foi branqueado, hiofilizado, pré-cozido ou objecto de qualquer outra modernice.

Os fritos faziam-se em azeite. Apesar de não ser uma zona propícia ao cultivo do olival, sempre houve oliveiras cujos frutos se conservavam ou espremiam em azeite. Para comprar óleos alimentares era preciso dinheiro, coisa então rara por aqui. Enguias, solhas, carpas, pimpões e outros, fritavam-se em azeite.

Enguias fritas com molho de escabeche

Ingredientes:

Enguias pequenas

sal

azeite

vinagre

vinho branco

dois dentes de alho

duas folhas de louro

uma malagueta

salsa



Amanham-se as enguias e lavam-se cuidadosamente em várias águas até que desapareça toda a viscosidade. Enfia-se-lhes o rabo na boca, uma a uma, e temperam-se de sal.

Numa frigideira leva-se ao lume o azeite e logo que este esteja quente, secam-se as enguias num pano e fritam-se.

Após as enguias fritas, no azeite que fica da fritura, coloca-se o alho picado, o louro e, se quiser, uma malagueta. Logo que o alho aloure, retira-se a frigideira do lume, junta-se a mistura de vinagre e vinho branco, a salsa picada e deixa-se arrefecer, após o que se deita sobre as enguias.

A mistura de vinho branco e vinagre deve ser na mesma quantidade do azeite da fritura.

..... Robacos em Janeiro é melhor do que carneiro

Os robacos foram o nosso melhor petisco nos meses frios de Dezembro e Janeiro. Pequenos peixes de água doce que se capturavam quando mediam até seis centímetros e se vendiam nas lojas da aldeia, cozidos com cebola e salsa, temperados com laranja azeda, envolvidos numa transparente geleia que o frio e a cebola se encarregavam de formar. Também se preparavam em casa, mas era essencialmente um petisco para acompanhar uns tintos que nos curavam os tremores dos frios que subiam nos corpos a partir dos pés mal calçados.

E se não sabeis o que são robacos, também não o descobrireteis nos dicionários. Robacos ou, roubacos é o baptismo local do Ruivaco (*Achondrostoma oligolepis*), pequenos peixes que capturávamos nos rios da Bóca ou do Jardim aqui na aldeia e muito comuns um pouco mais para sul, ali para Frossos onde as águas do Vouga se espraiam.

Robacos cozidos

Cebolas, Salsa, Sal e laranja azeda.

Em água com o sal, coze-se a cebola cortada em finas rodelas com a salsa. Após cozida, juntam-se os robacos que estarão cozidos logo que a água volte a levantar fervura.

Escorre-se a água e tempera-se o resultante com o sumo de uma laranja azeda, deixando-se arrefecer até que se constitua uma geleia vítreia.

O Ruivaco é um peixe de água doce criticamente ameaçado de extinção em Portugal.

AS CARNES



Leitão assado à moda de Canelas

O porco que se criava era a carne de todo um ano. Santo Antão o protegeria de sezões, doenças e horas más pois seria o sustentáculo da alimentação e um parco rendimento à economia familiar. Morto e limpo, do sangue às tripas, tudo se aproveitava. Dado a humidade da região, não se conservavam por muito tempo os fumeiros. As carnes iam quase por inteiro para a salgadeira. Mesmo os simples chouriços pouca gente os fazia, exceptuando-se umas morcelas divinais feitas de sangue e carne de vinha d'álcool, posteriormente defumadas por uns dias, também estas igualmente em vias de extinção. Da salgadeira, salvavam-se parte das carnes da barriga e alguma da pá com as quais se faziam os nossos rojões que eram, e continuam a ser, diferentes de outros que se fazem em diferentes regiões do país. Contrariamente a esses, normalmente pequenos que mais parecem torresmos, são os nossos feitos de generosos bocados de carne gorda e febra da pá, cozinhados no vagar do lume da lareira, fritos na certeza de que terão de ficar no ponto que permita a sua conservação por alguns meses em potes de barro, imersos na banha que resultou da sua fritura. Era a refeição dos dias em que o trabalho não deixava tempo para cozinhar. Armados de um garfo, íamos ao pote e procurávamos por entre a banha os pedaços de carne. Aqueciam-se e acompanhavam-se com batatas cozidas, umas folhas de couve ou nabiças temperadas com banha derretida.

Rojões

Ingredientes:

Carne de porco entremeada da barriga, e da pá

Rama de banha e carne gorda da barriga (unto)

Sal

Meio copo de água



Preparação:

Num tacho grande de cobre ou alumínio, deposita-se a rama de banha e a carne gorda cortadas em pequenos bocados. Junta-se a carne dos rojões, esta cortada em porções generosas, tempeira-se de sal e junta-se a água. Em fogo brando fritam lentamente durante duas a duas horas e meia, mexendo-se frequentemente.

Tripas em vinha d'alho

Ingredientes:

Tripa de porco, bucho e courato cortados em pequenos pedaços

Vinho tinto

Alhos

Louro

Sal



Preparação:

Faz-se uma marinada de vinha d'alhos, apenas o vinho, alhos e louro. Deixam-se as tripas, bucho e courato a macerar por 72 horas, aqui dado a leveza dos vinhos locais, 48 horas em regiões de vinhos mais encorpados.

Terminada a maceração, lavam-se para retirar algum excesso de vinho e cozem-se em água e sal. Pode acompanhar com couve e batata cozida.

Tripas de porco cozidas

Leitão assado à moda de Canelas

Em tempos festejávamos Santo António no último fim de semana de Julho; um mês ou quinze dias depois, conforme o ano ou o pároco, a Senhora da Saúde e ainda lá para o final do ano, S. Tomé, orago da nossa aldeia de Canelas. Festa, era então sinónimo de alegria e

mesa farta que logo se adivinhavam quando os rebanhos descidos dos montes, passeavam a aldeia de porta em porta e o cabreiro vendia a cada freguês o animal que iria à mesa em honra do santo comemorado. Em dias de festa, cabra e leitão assados nos pequenos fornos a lenha das nossas cozinhas, eram certos e sabidos.

Forma geral, os fregueses guardavam o mais pequeno dos seus leitões depois de terem vendido os restantes da ninhada. Era então criado com o que havia de casa. Couves, batatas, cabaças, restos de comida, bolotas, etc., e desde logo destinado à próxima festa, a Santo António ou à Senhora da Saúde. A S. Tomé, padroeiro da freguesia, rendia-se homenagem mais comedida. Uma breve celebração litúrgica, uma rápida procissão e, nas mesas, não era grande a diferença dos dias normais. Também aqui, já o santo da casa não fazia milagres.

Pelo tempo da festa deveria o leitão pesar, em vivo, seis a sete quilos e cerca de cinco quando limpo. Da alimentação que lhe era destinada, da especificidade do peso se antevê uma textura e sabor das carnes em nada comparáveis aos leitões criados a farinhas nas suinoculturas. As pessoas adaptam-se facilmente e desconhecendo outra coisa senão o que lhes põem no prato, tecem laus a porcos mal amanhados como se de leitões se tratasse.

Em boa verdade, o leitão assado em Canelas é único. Não conheço outra terra, região ou país onde o mesmo seja assado tal como aqui se fazia. Na nossa memória colectiva ficaram os nomes de Manuel Domingos da Cruz e seu filho Joaquim Domingos da Cruz como pioneiros na arte de assar leitão. Mais tarde e por algumas décadas na segunda metade do séc. XX, Otfílio Matos Correia, Armando Matos e António Costeira, foram verdadeiros feiticeiros na arte da assadura e rivalizaram entre si na preparação deste prato de excelência, cuja essência assentava na qualidade do animal e na mestria de controlar o calor do forno. De muito longe aqui vinha gente comprar ou comer este afamado leitão.

Assar um leitão, poderia levar até oito horas de trabalho de forno. Estando pronto ao fim das primeiras três, ficaria depois no brando calor do forno em arrefecimento até que a última gota da gordura abaixou da pele caísse para o tabuleiro que a recolhia.

Na mesma época e mais para sul, iniciava-se o negócio do leitão à Bairrada, parecido com o que aqui se fazia, mas sem a riqueza gastronómica e os preciosismos do picadinho, do tamanho e do peso, da imersão na salmoura e muito menos, das oito horas de trabalho impraticáveis para quem vende dezenas de leitões assados por dia. Rapidamente se instalou a indústria que hoje conhecemos. Não existindo animais criados por particulares para tamanha exigência, nem tempo para, pelo menos, três horas de forno, criaram-se metodologias que transformaram o verdadeiro leitão assado em forno a lenha em mais um produto de fast food. Animais demasiado grandes, cozidos e aloirados à dúzia em fornos eléctricos. Pouco importa. A clientela gosta e o importante é que se mantenha satisfeita.

Lembrar o método de preparação já não servirá para outra coisa que não o arquivar da memória escrita. Já não há leitões caseiros, não há fornos aquecidos a lenha e, muito me-

nos, quem os saiba assar com a antiga mestria capaz de deixar o mais exigente gastrónomo a questionar-se sobre a mais valia da arte de enfeitar pratos.

O necessário:

1 leitão preferencialmente caseiro de peso na ordem dos 5 kg depois de limpo.

Fressura (todas as vísceras) e o respectivo sangue.

Alhos, salsa, cebola, pimenta, banha, vinho branco, limão, um pouco de azeite.

Minimamente, cerca de 3 horas de forno.

Preparação:

Morto e limpo no dia anterior, depois de escorrido, o corpo do leitão é imerso numa salmoura (meio quilo de sal grosso de marinha para dez litros de água, durante oito horas). Este processo permite salgar a carne por inteiro e não apenas na barriga como frequentemente encontramos nos restaurantes. Um prático expediente consiste em acrescentar a qualquer quantidade de água, uma batata de tamanho médio e juntar sal grosso até que a batata venha ao de cima. Estará a salmoura no ponto.

Terminado o processo da salmoura, o leitão é então colocado numa vara e preso de forma a que não possa rodar sobre a mesma.

O picadinho é uma das nossas particularidades. Com um punhado de sal e duas folhas de louro cozem-se as vísceras e o sangue após o que se cortam em pequenos pedaços e se levam a refugar com os alhos, salsa, cebola, azeite, um pouco de vinho branco, banha e pimenta deixando-se apurar até que esteja pronto a comer.

Seguidamente recheia-se com este preparado a barriga do leitão a qual se cose de imediato com fio médio (cordel de sapateiro).

Numa tigela mistura-se alho, um pouco de banha, vinho branco e sumo de limão, o que vai servir para ir pincelando a pele do leitão durante todo o processo de assadura evitando que a mesma se queime. As pontas das orelhas bem como o rabo, devem ser protegidos com papel alumínio. Também se pode usar um pedaço de carne de unto que se vai esfregando na pele sempre que o animal é retirado do forno.

A assadura:

Introduzir no forno um tabuleiro que recolha a gordura que resultará da assadura e ficará por debaixo do leitão. Este é um processo que levará em média duas horas e meia. De início, o forno estará demasiado quente pelo que será necessário retirar frequentemente o leitão deixando-o fora do forno por alguns minutos, picando a pele com os dentes de um garfo e barrando-o com o molho anteriormente feito antes de o voltar a introduzir no forno. A vara vai sendo rodada para uniformidade da assadura. Na medida em que o forno vai perdendo calor os períodos de retirada vão diminuindo devendo prestar-se a maior atenção para que em momento algum a carne possa queimar. Ao fim de duas horas deve redobrar-se a atenção e começar a avaliar o estado da cozedura.



Leitão a sair do forno terminado o processo de assadura

Muito antes da moda das batatas fritas, para o acompanhamento, cozia-se então arroz, com o molho do leitão recolhido no tabuleiro durante a assadura. Quem o assava em casa tinha o molho garantido, quem comprava um ou dois quilos de leitão na loja, pedia uma malguinha do dito. Cinquenta anos depois, já aqui ninguém se lembrava do tal arroz. Há muito que o leitão se come em restaurantes e estes não o servem, nem o terão conhecido. Foi quase um acontecimento quando voltámos a fazê-lo.

Arroz no molho do leitão

Molho a gosto (2 a 3 decilitros)

Cebola e salsa.

Água e sal qb.

Faz-se um refogado ligeiro, apenas azeite, uma cebola picada e salsa. Feito o refogado, mistura-se o molho do leitão, junta-se o arroz que se deixa por momentos a absorver este preparado, acrescentando-se de seguida a água necessária para cozer. Usar sal a gosto tendo em conta que o molho já é bastante condimentado.

Cabra assada no forno

Logo no primeiro dia da semana das festas, descia do Monte com o rebanho de cabras, o Tosse, um homem magro e de estatura mediana que percorria a aldeia e vendia a cada freguês o animal escolhido. Havia diferentes preferências entre cabras velhas, mais jovens ou mesmo pequenos cabritos. Muita gente preferia os animais velhos argumentando do sabor mais intenso e da textura consistente da carne.

Para nós era apenas a cabra no forno. Modernamente, o negócio da restauração haveria de lhe chamar chanfana e transformar um prato delicioso nuns pedaços de carne rija, sem graça nem gosto. A questão é a mesma do leitão. Assados em forno a lenha com todo o vagar do tempo e o saber ancestral.

Meus pais colocavam os caçoilos no forno por volta das onze da noite e iam vigiando a carne pela madrugada. Por volta das onze da manhã, doze horas depois, pegavam por um osso e levantavam o pedaço. Se a carne se desligasse do osso caindo na assadeira, a cabra estaria pronta. Caso contrário continuaria no forno. Que melhor imagem poderia explicar o conceito de slow food?

O necessário:
 Carne de cabra
 Cebolas, Alhos, Salsa, Alecrim, Nêveda e Cravinho.
 Vinhos, branco e tinto
 Sal, pimenta e louro
 Azeite e carne de unto
 Aguardente
 Batatas



Cabra assada no forno

Preparação:

Corta-se a carne em pedaços generosos que se colocam em assadeiras ou caçoilos de barro. Cobrem-se com as cebolas cortadas às rodelas, alhos e salsa picada, o louro, o cravinho e tempera-se de sal e pimenta. Azeite e dois bocados de carne de unto por assadeira, rega-se com o vinho misturado (meio branco, meio tinto). Acrescenta-se de água em dosegem inferior à de vinho. Rega-se com um pequeno cálice de aguardente, e por cima, um pequeno ramo de alecrim e uma pequena haste de nêveda. Tapa-se com folhas de couve e vai para o forno. Umas horas depois junta-se-lhe as batatas.

O tempo para a assadura varia em função do grau de calor atingido pelo forno. Quanto mais quente mais rapidamente a carne estará pronta. Em casa de meus pais, o tempo e como disse anteriormente, rondava entre as dez e as doze horas. Forno inicialmente menos quente, menor risco de o assado queimar e maior certeza de uma carne que se desfazeria na boca.

Poderia aqui escrevir um alfarrábio sobre as virtudes da cozinha tradicional e particularmente, das antigas comidas que nos alimentaram nesta região do Baixo Vouga. Não é esse o objectivo desta memória que se pretende breve e escorreita. Os supermercados espalharam-se como erva daninha e estão a cada virar de esquina. Vivemos tempos de novidades; o novo normal, a nova gastronomia e a sempre velha vida de pobreza teimosa em se não adaptar a novos tempos. Comemos hoje o mesmo que todo o mundo. Estamos anafados, queixamo-nos das articulações, o colesterol está muito acima do higienicamente

recomendado, a diabetes grassa e a vida corre como cão por vinha vindimada. Estes resistentes confrades, pregados à volta de uma mesa tão velha quanto eles, filosofando das virtudes da boa comida de antigamente, sabem de antemão que tal como aquelas, têm os dias contados sendo, eles mesmo, uma espécie em vias de rápida extinção. Assistem impotentes à mudança dos costumes e às exéquias da verdadeira cozinha tradicional enquanto as autoridades zelam pela higienização das panelas e para que nenhum imposto fique devido. A indústria alimentar essa, segue de vento em popa a caminho da glória.

Glossário:

Bitorões: palma, sertela, fisga: diferentes instrumentos de pesca em águas baixas.

Ensarrabulhar: toldar as águas remexendo o lodo do fundo.

Cambiado: barreira, parede feita com o lodo de forma a fechar a vala.

Bateira: pequena embarcação de fundo raso própria para a navegação em águas pouco profundas.

OS JAZIGOS NO ADRO DA IGREJA DE SALREU

ALGUNS APONTAMENTOS

*António Augusto Silva**

Dos enterramentos:

Como será do conhecimento geral, durante séculos os enterramentos foram efectuados dentro das Igrejas. Nelas começava a vida Cristã, com o baptismo, depois o casamento e por último a morte fechava o ciclo espiritual. Mas os templos começaram a ser pequenos perante o forte crescimento demográfico – e o consequente aumento de óbitos - e as epidemias que por vezes assolavam o País.

A partir de fins do século XVIII cresce a preocupação com as condições higieno/sanitárias e surgem indicações para se encontrar alternativas. Em 1806 é permitida às Misericórdias terem um Cemitério, mas fora das povoações.

No caso de Salreu, e da leitura dos livros de registo de óbitos disponíveis (o 1º é de 1785 a 1832), encontramos números curiosos sobre o local de enterramentos:

Entre 1785 e 1790, só 9 pessoas não ficaram dentro da Igreja mas sim no Adro; em comum todos eram pobres...

Entre 1791 e 1793 a Igreja é local para todos.

Entre 1794 e 1804 o Adro é utilizado por cerca de 50 falecidos e neste ano surgem as Capelas da Freguesia como local alternativo. Por motivos desconhecidos entre 6 de Agosto de 1804 e Junho de 1808 a Igreja Paroquial não é utilizada sendo substituída pelas Capelas da Senhora do Monte, de Santa Cristina, do Mártir S. Sebastião e de Santo António e o próprio Adro.

A partir daqui as sepulturas regressam em números idênticos à Igreja e ao Adro, situação que se vai manter até Janeiro de 1864. Desta data até à construção do Cemitério que hoje conhecemos, que só viria a acontecer já no séc. XX, a Igreja Matriz deixa de receber qualquer enterramento.

* Investigador autodidacta da História de Estarreja e Murtosa

Dos jazigos no Adro:

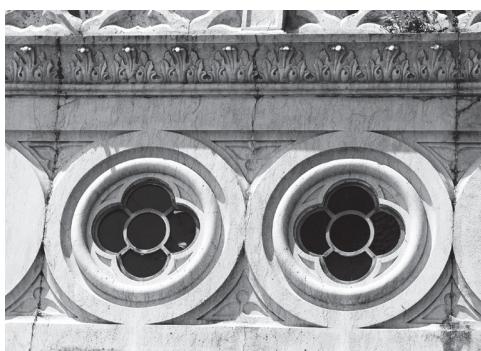
O Adro era todo o largo terreno a sul da Igreja e o pequeno pedaço junto à entrada principal a poente. Para aceder ao templo existiam entradas por estes 2 lados. E é aqui que vão ser construídos os 7 jazigos que conhecemos, já que todas as demais sepulturas serão efectuadas em campo raso e desapareceram com o tempo.

Começando pela entrada sul, e sem ordem de antiguidade encontramos à esquerda:

Jazigo de família de Francisco Rodrigues d'Oliveira

O terreno para este jazigo foi comprado a 26/4/1914 por Manuel Rodrigues de Oliveira, um dos 11 filhos de Francisco, cujo nome vem na fachada. Foi emigrante de sucesso no Brasil onde chegou a ter negócios com o futuro Visconde de Salreu. Trata-se de um belo exemplar de arquitectura funerária, certamente com mão de profissional, de que infelizmente não existe qualquer informação. A 1^a pretensão de localização era do lado contrário, mas por falta de espaço entre o muro a sul e o jazigo já existente foi desviado para o actual local. Nesse tempo o muro junto à estrada nacional era bem mais a poente pelo que a Junta de Freguesia admitia ali uma outra construção que nunca se verificou.

A fachada é belíssima e nos alçados laterais encontramos 2 relevos representando a oliveira, que identifica a família e uma pomba, sinal de paz; na parte posterior estão 2 lindos vitrais, que aqui vemos:



Jazigo de família de Joaquim da Silva

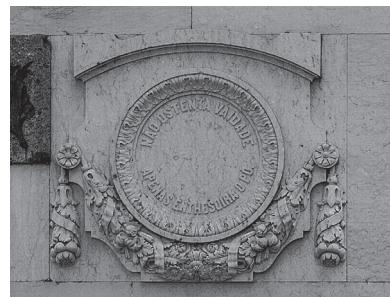
Por todos conhecido por Jazigo do Visconde, na verdade foi construído em nome do pai, Joaquim da Silva.

O terreno foi comprado a 4/12/1892 por Joaquim da Silva Júnior como procurador da casa de sua mãe, já viúva. Ora a intenção era começar a construir de imediato, dado que o Pai falecera a 22 de Setembro anterior.

É também um lindo exemplar, embora mais singelo do que aquele que lhe fica defronte, e de que falámos antes; estamos convencidos que o desenho/projecto foi concebido por António da Silva, irmão do Visconde e que ao tempo era Engenheiro de prestígio no Porto.

Depois da construção a 1^a pessoa a lá ser sepultada foi a mãe, Maria do Rosário, a 23/11/1901. Entre outros lá repousa o nosso Visconde.

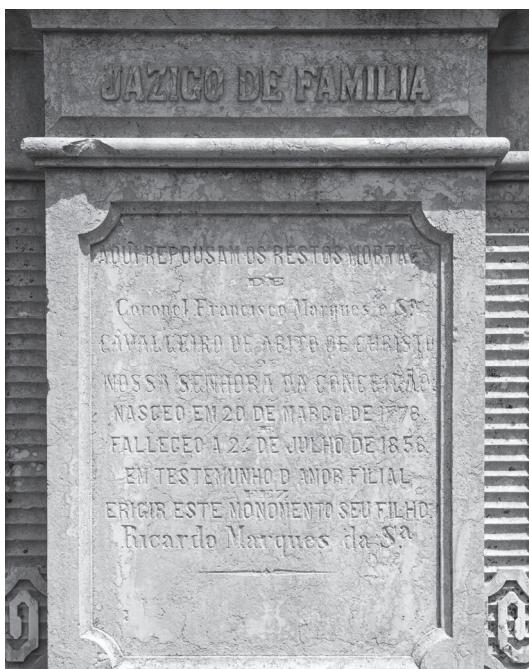
Nos lados norte e sul do jazigo vemos 2 painéis cujas legendas são bem sugestivas: “não ostenta vaidade apenas entesoir o pó”, e “erigido pela gratidão e saudade d’um filho”.



Jazigo do Coronel Francisco Marques da Silva

É o mais antigo deste sector; embora se desconheça a data de construção, sabemos contudo que foi mandado construir pelo filho Ricardo que faleceu a 19/1/1886, e que um seu irmão também de nome Francisco como o Pai, fez testamento em Setembro/Outubro de 1885 e lá diz que quer ser enterrado no jazigo de família. O mausoléu foi dedicado ao Pai, Francisco Marques da Silva, Tenente-Coronel de Milícias e figura de grande destaque na Freguesia e arredores.

O Tenente Coronel era natural de Travanca, mas veio para Salreu onde desenvolveu a sua actividade militar e teve vários filhos de uma sua criada mas que a todos reconheceu, vindo aqui a falecer a 24/7/1856 tendo sido sepultado na Igreja.



Jazigo de Francisco Xavier da Rocha

Trata-se do 2º levantado naquela zona; o pedido foi feito na Junta de Paróquia de Salreu a 2/8/1887 pela Sra. Teresa de Oliveira Rocha e seu marido Dr. José Tavares da Silva Rebelo, indicando pretenderem o espaço entre a Igreja e o jazigo do Tenente-Coronel.

Aqui mais um caso em que o “homenageado” também aí não está enterrado. Ora, Francisco Xavier da Rocha era natural do hoje Concelho de Vila Verde/Braga e casou em Salreu com Teresa de Oliveira Rocha; ele viria a falecer na Freguesia do Bonfim, Porto, a 23/5/1881 e seria sepultado no Cemitério do Repouso.

Teresa voltaria a casar com o Dr. José Tavares da Silva Rebelo, de Salreu, em 23/12/1882, de quem viria a ter descendência. No jazigo hoje falta uma figura no topo do mesmo, que nos anos 60 do século passado ainda lá estava.



Entrada Principal da Igreja

Neste pequeno espaço do Adro encontramos 3 jazigos, de que infelizmente não temos muitas notícias, especialmente de 2; vamos começar de poente para nascente:

Jazigo de Francisco M. Simões

A compra do terreno para este jazigo foi aprovada pela Junta de Paróquia Civil de Salreu a 26/12/1915, sabendo-se que estava situado ao lado do jazigo da família Amaral Cirne. Ora, o requerente deste espaço era o mesmo que, já iniciara há meses - e do lado contrário do Largo 5 de Outubro (ao tempo o nome) - a construção dum palacete, que todos hoje reconhecemos como grande exemplo da Arquitectura Arte Nova do Distrito de Aveiro.

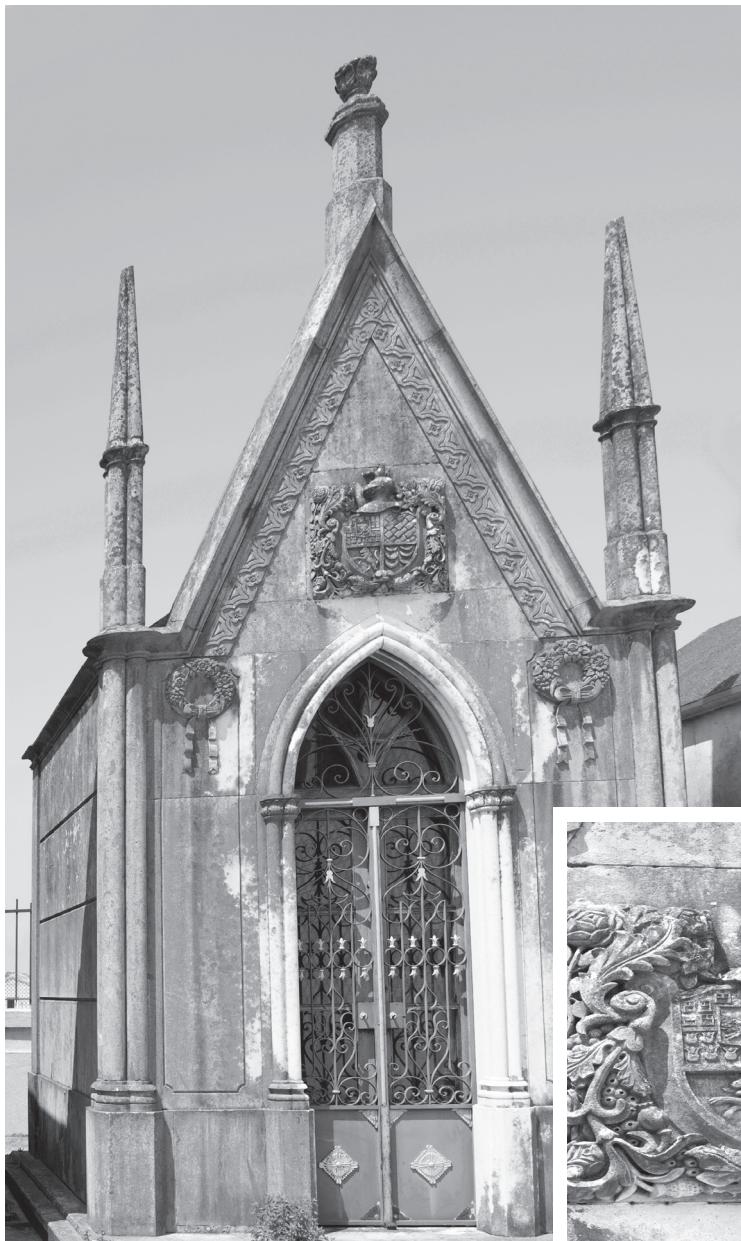
Olhando para o frontal deste jazigo vamos encontrar uma série de elementos decorativos iguais aos do referido palacete; daí, facilmente, concluir ter sido desenhado pelo Arqº Silva Rocha, o autor do projecto do palacete e figura mor do estilo Arte Nova no Distrito de Aveiro. Entre outros elementos decorativos podemos ver aí a rosa, a cruz, ou os pilares e as colunas, dentre outros símbolos do pensamento artístico/filosófico do projectista ou, quem sabe, do dono da obra...

Poderá ser um caso raro de arte tumular/arte nova, a descobrir...



Jazigo da família Amaral Cirne/Casa do Couto

Também não encontrámos registo do pedido de construção deste jazigo, mas que é claro ser anterior a Dezembro de 1915. A família Amaral/Cirne ligada à Casa do Couto tinha já várias gerações em Salreu. A frontaria é singela, mas aí se destaca o brasão de armas que nos mostra os ramos das famílias Calvos, Correias, Silva e Amaral. Tudo gente ilustre.



Jazigo do Padre João Rodrigues Valente

Este é o último jazigo desta área; foi mandado construir pelo Padre João Rodrigues Valente, curiosamente um dos maiores defensores da construção do novo Cemitério de Salreu. Nascido em 1877, filho do Professor Primário João Rodrigues Marques Valente, e irmão de outro Sacerdote muito lembrado em Salreu – o Padre Urbano - O Padre João viria a falecer repentinamente a 6/2/1940 sendo então Presidente da Câmara Municipal de Estarreja e foi sepultado no seu jazigo.



Sabemos que depois do seu falecimento o mesmo passou para a posse de outro Sacerdote (também de Salreu e até seu familiar), de nome António Valente Nunes Antão, nome que hoje podemos ver na fachada, e onde há pouco meses este mesmo foi enterrado.

créditos fotográficos:
Abel Cunha

fontes de investigação:
+ Arquivo pessoal
+ Livros de Actas da Junta de Paróquia/Freguesia de Salreu
+ Livros de Registos de óbitos da Freguesia de Salreu
+ Maria João Fernandes, in : A Arquitectura Arte Nova, uma primavera eterna.
+ Terras de Antuã nº 11 , 2017
+ P.e António Valente Nunes Antão, in:
Memórias dos Antões de Salreu

UMA DÉCADA DE ARQUEOLOGIA NO CASTRO DE SALREU, 2011-2021

(UM PONTO DE SITUAÇÃO NÃO CONCLUSIVO)

*António Manuel S. P. Silva**

*Paulo A. P. Lemos***

*Sara Almeida e Silva****

Uma década após o inicio dos trabalhos arqueológicos no Castro de Salreu, volvidas seis campanhas de escavação no âmbito de três projetos de investigação, da responsabilidade do Centro de Arqueologia de Arouca, cumpre-nos, no presente artigo, dar nota sumária dos trabalhos realizados no local em 2021, mas, sobretudo, sintetizar os dados recolhidos ao longo da última década, conscientes de que são muito mais as perguntas às quais ainda não poderemos responder no que concerne a esta aldeia de há dois mil anos¹.

Se, até ao ano de 2011, eram parcias as referências e os dados disponíveis sobre este sítio arqueológico, os trabalhos realizados desde aí permitiram recolher um sem número de importantes informações. A mais tangível advirá das estruturas arqueológicas identificadas, destacando-se o troço de muralha do sector K e a estrutura habitacional do sector A, mas o espólio recolhido (cerâmica, objetos em pedra, metais, contas de colar), os sedimentos estudados, as datações efetuadas, acrescentaram novos dados à discussão do que foi o Castro de Salreu e de como era a vida nesta zona litoral antes da chegada dos romanos.

Devemos notar que a área intervenção no povoado corresponderá, apenas, a cerca de 1% da sua área, o que evidencia bem que há ainda muita margem de investigação sobre aquele sítio arqueológico estarrejense, estando longe de se esgotarem os estudos e análises complementares. Assim, independentemente das circunstâncias em que possa desenvolver-se, a investigação arqueológica tem ainda muito para desvendar no Castro de Salreu.

Síntese de investigação

Até ao início do projeto de investigação PROBA (2011-2015), que se dedicou ao estudo da proto-história da bacia do Antuã, os dados disponíveis sobre o sítio em análise eram escassos, resumindo-se a referências pontuais na bibliografia, em virtude, sobretudo, da toponímia que lhe está associada, transposta para o lugar habitado mais próximo, o Crasto

* Arqueólogo. Centro de Arqueologia de Arouca. Investigador do CITCEM (UP). Coordenador do Projeto ARQ-EDOV. ampsilva@hotmail.com

** Arqueólogo. Centro de Arqueologia de Arouca. Projeto ARQ-EDOV. paplemos@gmail.com

*** Arqueóloga. Centro de Arqueologia de Arouca. Projeto ARQ-EDOV. saralmeidasilva@gmail.com

1 - Título do opúsculo que assinalou uma exposição sobre os trabalhos arqueológicos realizada em 2017.

(Silva, Pereira e Lemos 2012: 52)². Apenas na década de noventa do século passado, na sequência de trabalhos de prospeção aí realizados (Silva 1993, 1994), foi possível confirmar que estariámos perante um povoado da Idade do Ferro.



Fig. 1 - Levantamento topográfico parcial do Castro de Salreu, com implantação das áreas intervencionadas.

Deste modo, em 2011, teve lugar a primeira campanha de trabalhos em Salreu (Silva, Pereira e Lemos 2012), com a realização de sondagens na primeira e segunda plataformas do sítio. Os dados recolhidos permitiram então comprovar a ocupação do povoado durante a Idade do Ferro, tendo-se identificado na segunda plataforma e respetivo talude (Fig. 1, sector A), algumas estruturas arqueológicas em mau estado de conservação (Fig. 2).

2 - A historiografia do sítio arqueológico, que aqui evitamos repetir, encontra-se detalhadamente exposta em vários dos trabalhos que constam da listagem bibliográfica final.

No entanto, revelaram também profundas alterações no local em Época Moderna e Contemporânea.

Apesar dos resultados obtidos, o apoio financeiro aos trabalhos de campo foi apenas retomado em 2016, já no âmbito do projeto PROBA⁺² (2016-2018). Nesse ciclo de investigação realizaram-se campanhas anuais, contando sempre com a presença de voluntários locais e estudantes de arqueologia nacionais e estrangeiros, tendo-se dado continuidade à investigação no sector A (Figs. 3 e 5), alargando a mesma ao sector K, onde entretanto se identificaram vestígios da muralha (Fig. 4) e a outras áreas do sítio, nomeadamente a terceira plataforma (Fig. 1, sector G), onde, apesar da recolha de numeroso espólio, não se observaram estruturas arqueológicas (SILVA *et al.*, 2016a, 2016b, 2017a, 2017b; Almeida e Silva *et al.*, 2018).



Fig. 2 - Vista geral do sector A (2011), vendo-se os restos de duas estruturas murárias.



Fig. 3 - Trabalhos de escavação do tramo de muro identificado no sector A (2016).

Fig. 4 - Trabalhos na estrutura de delimitação do sector K (2017).



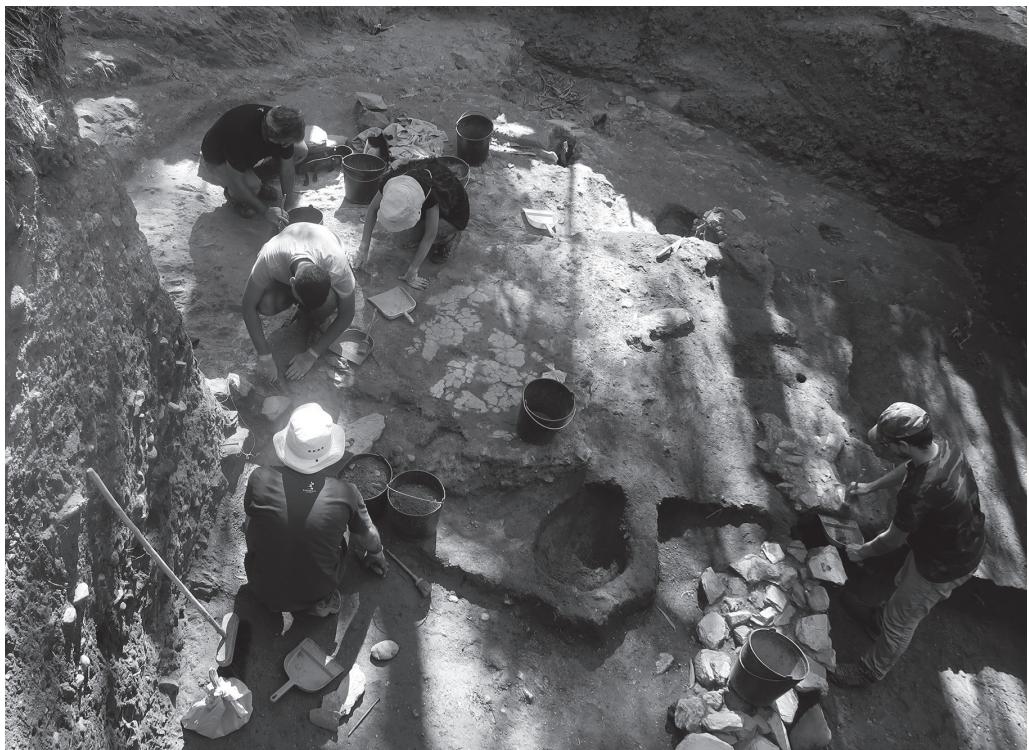


Fig. 5 – Trabalhos de limpeza do sector A, vendo-se ao centro o piso decorado (2018).

Fig. 6 – Escavação da face externa da estrutura de delimitação do sector K (2019).



Os trabalhos tiveram continuidade em 2019, já no âmbito de um novo projeto de investigação, o ARQ-EDOV (2019-2022), que abrange uma área geográfica mais alargada do que o seu antecessor, o Entre Douro e Vouga Litoral. Nesse ano, os trabalhos incidiram sobretudo no sector K, tendo como objetivo compreender a construção da muralha ali detetada (Fig. 6), mas também a ocupação da plataforma que a antecede (Silva *et al.* 2019). Apesar de previstos, os trabalhos de 2020 não puderam realizar-se por falta de disponibilidade financeira do município de Estarreja, tendo sido retomados em 2021 com o objetivo principal de concluir a escavação na plataforma do sector K, não contando, neste ano, por vicissitudes da pandemia, com a presença de voluntários.

Os trabalhos de 2021 abarcaram uma área de aproximada de 30 m², e permitiram atingir o substrato rochoso na zona da plataforma do sector K, no qual se identificou a presença de um corte, ou depressão (Figs. 7 e 8), de configuração subretangular, ligeiramente irregular, que poderá estar associado à transformação de algum tipo de matéria-prima, interpretação que o pouco tempo decorrido entre o final da escavação e a redação do presente artigo não nos permite desenvolver.

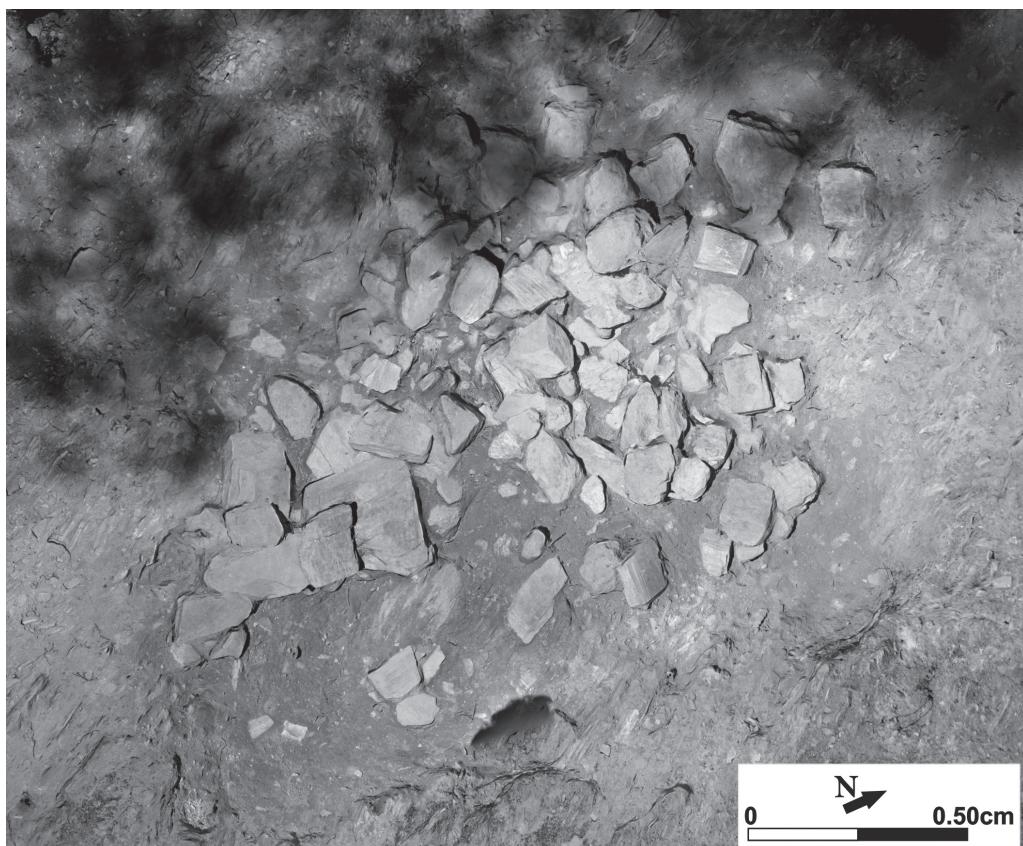


Fig. 7 - Plano inicial, aquando da deteção de um corte no afloramento natural, que se encontrava preenchido com pedras, na plataforma do sector K (2021) Foto: João Silva.

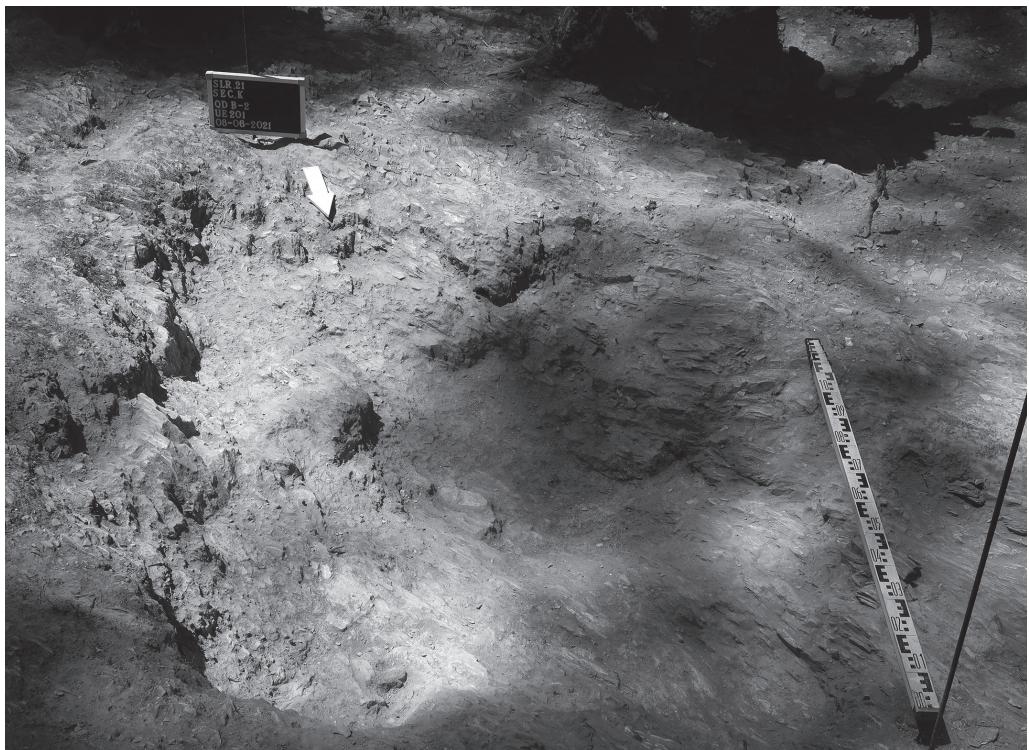
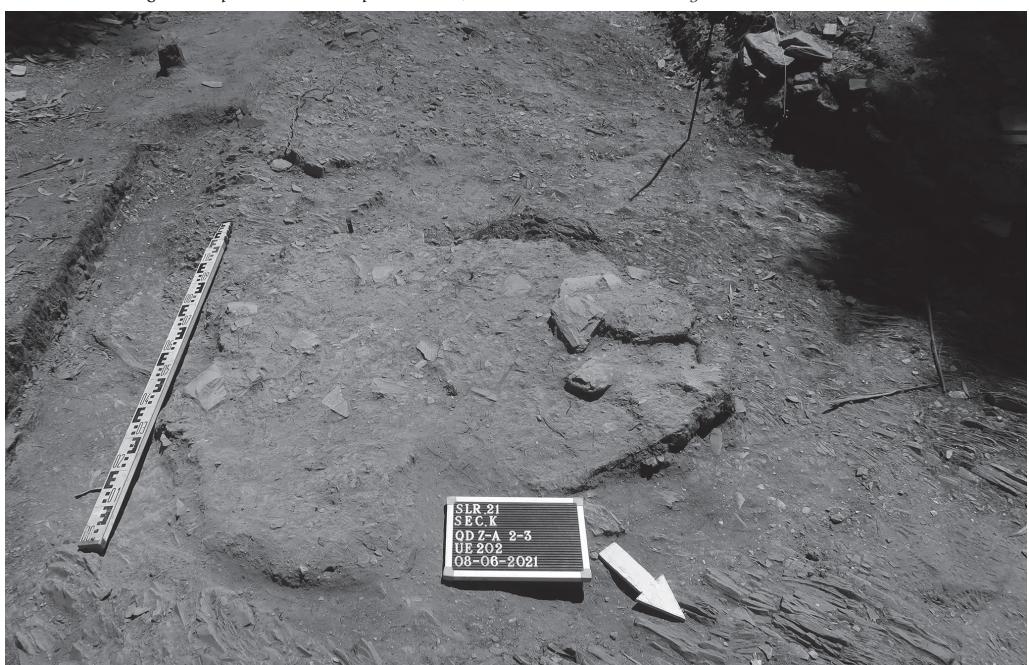


Fig. 8 - Corte no afloramento natural após a escavação (2021).

Fig. 9 - Depósito detetado após a escavação do tramo de muro identificado em 2018 (2021).



Por outro lado, na zona mais próxima à muralha, onde em 2018 se tinha identificado um pequeno tramo de muro associado a um piso (Almeida e Silva *et al.* 2018: 41-42) e uma estrutura cuja funcionalidade não foi possível compreender, mas que poderia tratar-se de uma lareira, optou-se pela escavação de ambas considerando quer o seu estado de conservação atual, quer a necessária reposição dos terrenos após a conclusão da campanha, o que impediria qualquer intervenção futura no local (Fig. 9). Estes trabalhos pontuais permitiram recolher materiais associados às estruturas, bem como sedimentos, que poderão fornecer elementos para datação das mesmas.

Finalmente, optou-se também por realizar uma intervenção na muralha, tendo-se procedido à sua escavação, a fim de melhor compreender a sua arquitetura e construção. Na sequência desses trabalhos reconheceu-se a face interna do muro que suporta a estrutura e que havia sido identificado, com segurança, em 2019 (Figs. 10 e 11). Do mesmo modo, e em virtude do elevado volume de material arqueológico recolhido, foi também possível perceber que, na construção da estrutura de delimitação presente no sector K, foram utilizadas terras procedentes de uma zona habitacional, o que poderá significar que a estrutura em causa poderá não ter sido a primeira a ser construída no local.



Fig. 10 - Face externa da muralha do sector K (2021).

Assim, as diferentes campanhas realizadas colocaram em evidência, em primeiro lugar, que a plataforma superior havia sido totalmente revolvida pelo plantio mecânico, não se preservando aí quaisquer estruturas arqueológicas, apesar de ter sido recolhido numeroso espólio proto-histórico. Por outro lado, os trabalhos permitiram identificar estruturas preservadas na segunda plataforma, quer no sector A, após a remoção de mais de 2 m de níveis de aterro modernos e contemporâneos, quer no sector K, onde os níveis de aterro

eram, apesar de tudo, menos expressivos. Já na terceira plataforma, as sondagens realizadas mostraram a presença de significativo espólio, apontando para a existência, na zona de talude, de uma estrutura de delimitação, hipótese que não pudemos confirmar, uma vez que seriam necessárias novas intervenções nessa zona.



Fig. 11 - Muralha do sector K vista em corte (2021).

As construções e outras estruturas da aldeia de há dois mil anos

Como notamos anteriormente, a área escavada do Castro de Salreu é diminuta, mas, apesar disso, os resultados obtidos nos seis anos de intervenções permitem, desde logo, confirmar algumas hipóteses de investigação e compreender parte da organização do povoado.

Assim, sabemos que o Castro de Salreu seria um povoado delimitado por estruturas murárias e fossos – como é habitual em povoados congêneres –, organizando-se num sistema de taludes e respetivas plataformas ocupadas (Silva, Pereira e Lemos 2012: 52-53; Silva *et al.* 2016: 39-40; 2017b: 20). Quanto ao sistema de fossos, por condicionalismos vários, não foi possível efetuar qualquer intervenção arqueológica, permanecendo esta uma das muitas questões em aberto no que respeita ao sítio. Um deles, localizado na encosta a nordeste, apresenta-se muito assoreado, tendo sido aberto numa depressão natural resultante da presença de pequenas linhas de água que afluem ao Antuã (Fig. 12). O outro, localizado a sudeste, parece identificar-se na continuidade do terceiro talude (Almeida e Silva *et al.* 2020: 1112-1113). Estes fossos complementariam o sistema defensivo do povoado, que apresenta localização canónica, apesar da baixa expressão altimétrica (54 m altitude), uma vez que se localiza num meandro do rio Antuã.



Fig. 12 - Fosso da encosta nordeste (2019).

É muito provável que as três plataformas que se identificam hoje no local fossem munidas de estruturas de delimitação ou contenção, uma vez que em todas elas foi possível recolher indícios materiais de ocupação proto-histórica, no entanto, apenas na segunda plataforma foi possível identificar arqueologicamente essa estrutura. Se, por um lado, no sector A se preservou apenas um pequeno tramo de muro, por outro, a estrutura identificada no sector K (Fig. 13) assume maior monumentalidade.

Nessa zona, identificou-se uma estrutura preservada em 5,30 m, delimitada por um muro, que lhe serve de face na encosta voltada a sudoeste, e que foi construído sobre o substrato xistoso natural, entalhado para o efeito. Toda a estrutura é construída com recurso a blocos e lascas de xisto, bem como sedimentos bem compactados, diluindo-se topograficamente na plataforma superior, não havendo portanto um fecho interno nítido através de outro muro, como sucede com a face externa, alcançando esta muralha uma espessura aproximada de 4 m (Almeida e Silva *et al.* 2020: 1113-1114). Estas estruturas seriam multifuncionais, uma vez que além de delimitarem o espaço habitacional e de permitiram a contenção de terras da plataforma, tornariam também mais difícil o acesso ao povoado, tendo, assim, igualmente, uma função defensiva.

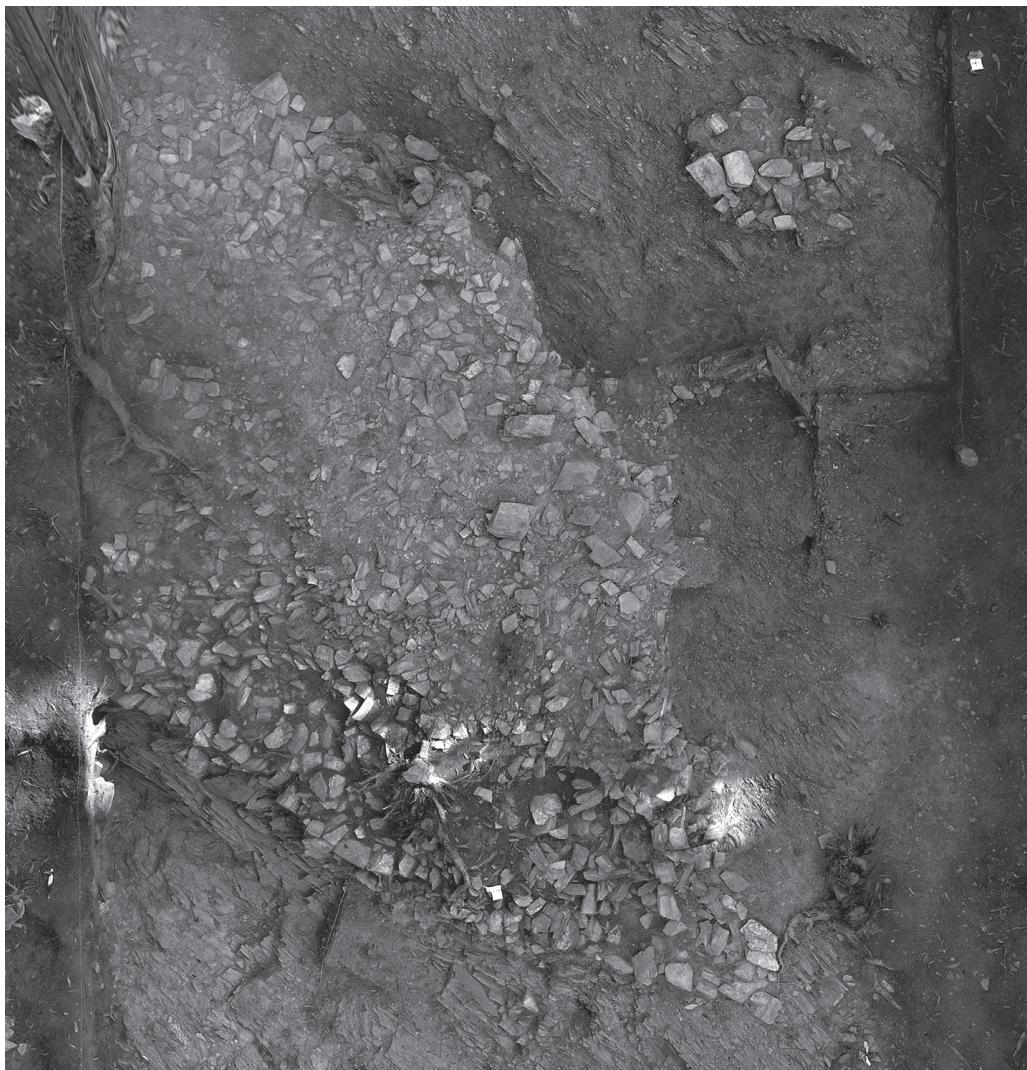


Fig. 13 - Estrutura de delimitação do sector K (2019) Foto: Multimap.

Noutros pontos deste segundo talude, trabalhos de prospeção permitiram identificar zonas onde a estrutura de delimitação estará também preservada, havendo, no que toca a esta construção, grande potencial de investigação futura. Recordamos que os trabalhos de 2021 permitiram concluir que a muralha atualmente presente no sector K não resulta duma primeira ocupação do sítio, não sendo intelectável se a presença de materiais resulta de uma reformulação duma estrutura pré-existente ou, se por outro lado, resulta duma necessidade de reformular a organização do povoado num dado momento da sua ocupação. A estas questões em aberto junta-se a que levantamos anteriormente sobre a presença de alguma estrutura preservada no terceiro talude.

Mas afinal, o que existiria dentro das muralhas do Castro de Salreu? À semelhança doutros povoados coevos, o espaço ocupado em Salreu estaria organizado em núcleos habitacionais, no entanto apenas no sector A foi possível identificar uma das cabanas (Fig. 14) que integraria um desses núcleos (Almeida e Silva *et al.* 2020: 1113). Trata-se de uma estrutura de planta ovalada, com as dimensões de 4,30 m por 3,60 m, que terá sido construída com um alicerce pétreo, sendo depois as paredes erguidas com materiais mais perciecíveis, conjugando argamassa, algumas pedras de xisto e elementos em madeira. No caso desta cabana, foi possível reconhecer os negativos do local de assentamento dos umbrais da porta, voltada a poente. No seu interior existiam dois níveis de piso em argila cozida pelo fogo, sendo o mais recente decorado com motivos circulares, assim como vestígios de uma lareira e de um covacho ou fossa, cuja funcionalidade não pode apurar-se. No exterior da habitação preservava-se um pequeno canal, escavado na rocha, destinado ao escoamento de águas.

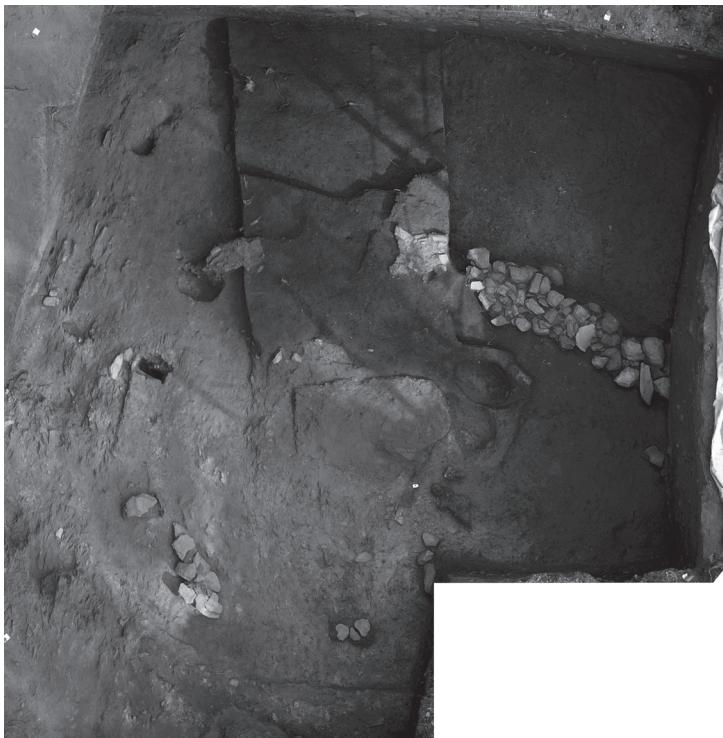


Fig. 14 - Área da estrutura habitacional do sector A (2018) Foto: Multimap.

As movimentações de terras que se efetuaram nesta zona do povoado nos últimos séculos acabaram por ditar a destruição de eventuais estruturas que pudessem existir na parte mais alta da plataforma; e, do mesmo modo, dificultaram os trabalhos na zona junto ao talude, onde se acumulou uma grande quantidade de sedimentos. Todavia, não é impossível que noutras áreas, ao longo da plataforma, se encontrem preservadas e até

em melhor estado de conservação, algumas estruturas de carácter habitacional. Identificá-las requereria novas intervenções arqueológicas, podendo aplicar-se alguns métodos de prospeção geofísica que pudessem auxiliar nessa identificação.



Fig. 15 - Estrutura de combustão, no sector K, vendo-se em primeiro plano o nível de cinzas e carvões (2019).

Ainda dentro das muralhas, haveria lugar a trabalhos oficiais, como demonstram as estruturas identificadas junto à muralha do sector K (Fig. 15), onde se recolheu escória associada a um nível de combustão. Se inicialmente pensamos poder tratar-se da fundição de bronze, os resultados das análises químicas realizadas à escória demonstraram estarmos perante a presença de escória de vidro. Ora, apesar desta estrutura de combustão ser posterior à muralha, uma vez que a sua construção corta parcialmente o limite interno daquela, a presença de fundição de vidro levanta várias questões que só com maior volume de análises poderão ser respondidas, aguardando-se ainda oportunidade para proceder à datação de elementos dessa estrutura, a fim de melhor balizar a sua utilização no povoado. Aqui poderíamos levantar várias questões, nomeadamente se a estrutura foi usada durante a Idade do Ferro, o que se traduziria na presença dum elemento bastante singular, sem exemplos conhecidos na região, ou se resulta duma ocupação mais tardia, já em época romana, na qual teria já alguns paralelos³. No caso desta segunda hipótese, levantar-se-ia outra questão: terá o Castro de Salreu sido abandonado entre os finais do século I a.C e os começos do seguinte, sendo depois “ocupado” esporadicamente no âmbito desta atividade, ou a sua ocupação foi contínua e os, por agora, escassos elementos materiais, que

3 - Como parece ter sido o caso do Castro de Ul, localizado no vizinho concelho de Oliveira de Azeméis. (Almeida e Silva 2013: 59).

podem enquadrar-se numa ocupação mais tardia, como alguns fragmentos de ânfora ou de cerâmica cinzenta fina, serão disso indício? A datação dos sedimentos associados à estrutura de combustão ajudará a responder a esta problemática, mas o alargamento da área escavada poderia também auxiliar ao esclarecimento da questão.

Chegaram até nós ainda vestígios de outras estruturas como pequenos tramos de muros ou restos de piso, cuja destruição e afetação recente nos impedem de avançar com maiores interpretações. Estamos, portanto, longe de conhecer bem a organização do povoado, os seus núcleos e arruamentos, ou todas as atividades que nele se poderiam desenrolar, mas de algumas delas chegaram-nos pequenos indícios, através da presença de alguns materiais.

Os objetos

Ao longo da última década, recolheram-se em Salreu perto de 37 000 fragmentos de cerâmica, aos quais se acrescentam materiais em pedra, elementos metálicos e contas em pasta de vidro. A campanha de 2021 permitiu recolher perto de 2 300 fragmentos cerâmicos, todos de cronologia proto-histórica. Foram ainda recolhidos escassos elementos metálicos, bastantes utensílios líticos e mais cinco contas em pasta de vidro.

Após a recolha dos materiais em campo, de acordo com a sua tipologia, todos eles carecem de algum tipo de estudo e tratamento, por vezes em laboratórios especializados, como é o caso mais frequente dos metais, pelo que, sobre alguns deles, é ainda cedo para tecermos quaisquer considerações.

A cerâmica, por ser o material que se encontra em maior número, tem sido aquele a que mais nos temos dedicado (Almeida e Silva, Silva 2020). As problemáticas associadas à produção dos recipientes, nomeadamente as que respeitam à proveniência dos barros que as compõem, têm sido também exploradas, havendo também aqui mais perguntas do que respostas seguras, sendo para o efeito necessário realizar mais análises químicas⁴. Do mesmo modo, é também propósito do projeto ensaiar estudos que possam fornecer dados sobre os conteúdos de alguns dos vasos recolhidos em Salreu.

Uma das maiores dificuldades associadas aos materiais que recolhemos em Salreu prende-se com o seu estado de conservação, uma vez que a grande maioria dos recipientes se encontram bastante fragmentados, sendo escasso o número dos que permitem uma reconstituição segura do seu perfil. Apesar disso, como temos vindo a notar, são sobretudo frequentes os recipientes como potes e panelas, sendo os primeiros ocasionalmente munidos de asa. Em menor número surgem recipientes de grandes dimensões destinados ao armazenamento, vasos de asa interior (para suspensão), potinhos e ainda escassíssimas

4 - As análises químicas às pastas cerâmicas tem sido realizadas em parceria com a TecMinho (Universidade do Minho, Guimarães), sob a direção científica do Prof. Doutor Fernando Castro.

assadeiras, estando portanto representadas formas para cozinhar e confeccionar os alimentos e para os armazenar e servir. Atesta-se ainda a presença residual de ânfora, enquadrável na mudança da Era, o que demonstra contactos com outras comunidades, tratando-se de um elemento de influência romana. No que respeita à proveniência dos recipientes cerâmicos, a maioria corresponderá a produções locais e regionais, continuando em análise a eventual presença de cerâmica de importação mediterrânea.

Ainda no que concerne ao reportório cerâmico de Salreu, convém notar alguma diversidade decorativa nos recipientes (Fig. 16). São naturalmente comuns os sulcos ou linhas incisas simples, algo a que o elevado grau de fragmentação dos materiais estará também associado. Entre os motivos impressos destacam-se os círculos concêntricos, de grande variabilidade de tamanho, acompanhados por vezes de outros motivos impressos, como motivos ondulados. Merecem também menção os padrões decorativos geométricos.



Fig. 16 - Fragmentos cerâmicos decorados do Castro de Salreu.

Além da cerâmica dita utilitária, registamos em Salreu a presença de vários cossoiros em cerâmica (Fig. 17) e um em xisto, atestando assim a prática da fiação e, certamente, da tecelagem no povoado. É bastante provável que a esta atividade se possam também associar alguns pesos em pedra identificados no sítio. No entanto, os pesos poderiam ter várias funções, estando associados aos teares, à pesca ou até ao suporte de coberturas, não esquecendo que as coberturas dos edifícios existentes em Salreu seriam feitas em colmo. Regista-se também a presença, ainda que rara, de patelas, normalmente interpretadas como peças de jogo (Fig. 17).



Fig. 17 - Cossoiros e peça de jogo (em baixo, à esquerda) do Castro de Salreu.

A presença destes edifícios construídos, sobretudo, com materiais perecíveis é também responsável pela recolha de um grande volume de barro de construção (argila cozida pelo fogo) usado quer nas paredes, quer nos pisos (Fig. 18). Além do piso decorado localizado no sector A, as últimas campanhas realizadas no sector K permitiram a identificação de alguns restos de piso decorado com motivos ondulados.

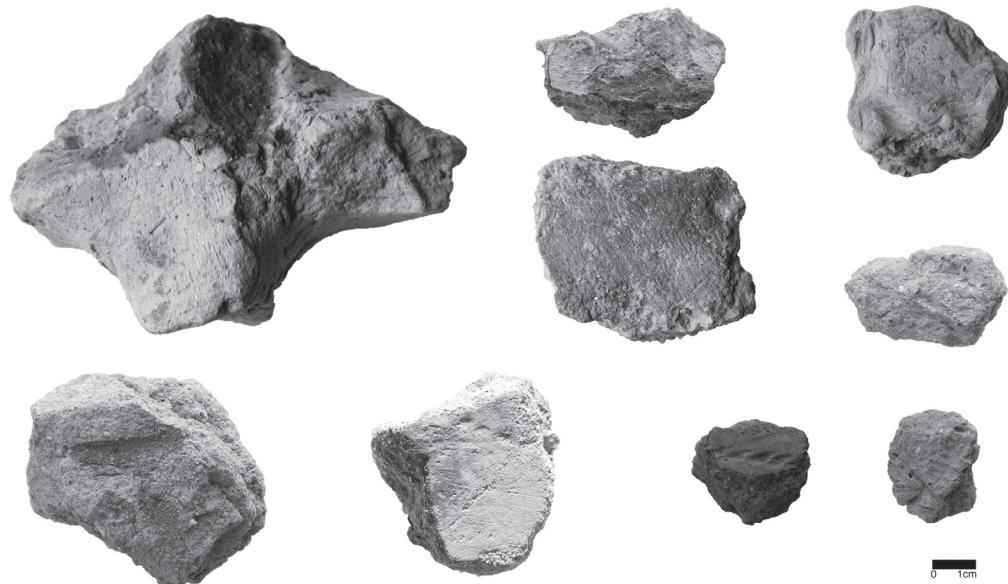


Fig. 18 - Fragmentos de barro de construção. Em baixo, ao centro, dois fragmentos decorados com motivo ondulado.

Já no que respeita aos metais (Fig. 19) verificamos a presença de escória de ferro, que indicará a sua fundição no local, apesar de não termos identificado qualquer estrutura a que seja possível associá-la, havendo nesta matéria-prima alguns objetos cortantes, como uma lâmina de foice, uma lâmina de faca e ainda um outro elemento cuja função exata ainda não foi possível determinar. Notamos também a presença de objetos em bronze, como um possível fragmento de fíbula e um pequeno pendente ou aplique decorado. Outros elementos metálicos, como já tivemos ocasião de referir, encontram-se ainda em tratamento laboratorial.

Embora permaneça de momento em aberto a produção de vidro no povoado, a presença de quase três dezenas de contas de colar em pasta de vidro não terá com ela qualquer relação (Fig. 20). Estas contas, que atestam contactos com povos mediterrânicos, são maioritariamente de cor azul, mas apresentam também alguma variabilidade formal, estando presentes contas de várias dimensões. O uso destes objetos seria sinal de prestígio entre a comunidade.



Fig. 19 - Objetos metálicos recolhidos em Salreu (à esquerda, dois objetos em bronze; restantes em ferro).
Fotos: Manuel Santos / Vitor Hugo Torres (MDDS).



Fig. 20 - Algumas contas em pasta de vidro recolhidas no Castro de Salreu.

Como tivemos ocasião de referir, os materiais líticos recolhidos em 2021 são em volume significativo, sobretudo por ter sido escavada parte da muralha onde muitos deles foram (re)utilizados. Além das funções que já elencamos acima para alguns destes elementos, não podemos deixar de nos referir à placa de xisto gravada com motivo ramiforme (Fig. 20). Esta placa, bastante fina, foi submetida também a tratamento laboratorial, aguardando-se ainda ocasião para a publicar individualmente, mantendo-se como único paralelo conhecido o conjunto de placas de xisto do Castelinho de Cilhades, Torre de Moncorvo (Almeida e Silva *et al.* 2020: 1115-1116). No que respeita aos líticos, regista-se também a presença de um fragmento de machado em xisto anfibolítico e de um núcleo de silex, decorrendo neste momento um estudo geológico sobre o sítio e os materiais a fim de identificar a litologia presente e apurar a proveniência local ou não de algumas matérias-primas.



Fig. 21 - Placa de xisto gravada com motivo ramiforme. Foto: Manuel Santos/MDDS.

Mas há também outro conjunto de materiais que nos merece especial atenção e fornece importantes elementos sobre as vivências no Castro de Salreu, os elementos arqueobotânicos. Estes elementos foram alvo de uma recente apresentação nas jornadas internacionais “Amanhar a Terra”, que tiveram lugar em Palmela, na qual se destacou o consumo de plantas agrícolas e silvestres em Salreu⁵. Aguardando-se a publicação das respetivas atas, regista-se naturalmente um predomínio de cereais (trigo, milho, cevada e aveia), sendo mais rara a presença de ervilhaca ou chícharo, fava, figo e uva. No que respeita às plantas silvestres, verifica-se alguma diversidade, embora predominem as

5 - A comunicação em causa foi desenvolvida por João Pedro Tereso e Filipe Costa Vaz, do CIBIO (Universidade do Porto) e pelos signatários do presente artigo, Sara Almeida e Silva e António Manuel S. P. Silva.

gramíneas e leguminosas, destacando-se todavia a presença de camarinha e silva. Os estudos arqueobotânicos permitiram também identificar algumas espécies existentes nas proximidades do Castro de Salreu, exploradas para a obtenção de lenha, como giestas/tojos, medronheiro, sabugueiro, rosáceas, amieiro, videoiro, avelaíra, salgueiro, videira e loureiro (Tereso 2020).

A recolha de sedimentos em contexto de escavação revestiu-se assim de particular importância uma vez que são escassos os sítios arqueológicos litorais a sul do Douro com estudos arqueobotânicos em curso. Além da identificação das espécies presentes na flora da região na Idade do Ferro, estes estudos permitem-nos também obter algumas informações sobre a dieta alimentar dos habitantes do castro.

Apesar de terem sido estudados um número significativo de amostras provenientes do Castro de Salreu, temos ainda um conjunto numeroso de análises em curso e amostras de sedimentos por flutuar, uma vez que as mesmas requerem também algum investimento financeiro. Assim, a continuidade dos estudos sobre o Castro de Salreu, tanto arqueobotânicos como de outra natureza, mesmo com o culminar das intervenções de campo, trará ainda, cremos, importantes contributos sobre parte da vida nesta «aldeia de há dois mil anos».

Conclusão

Como fizemos questão de notar, conhecemos hoje muito mais sobre o Castro de Salreu do que há dez anos, quando a investigação teve início, mas estamos bastante longe de «saber tudo», ou de ter esgotado todas as descobertas que Salreu poderá permitir.

O Castro de Salreu é hoje um ponto importante no mapa da investigação arqueológica na região do Entre Douro e Vouga, com muitas problemáticas em aberto, sejam do ponto de vista da organização do povoado, da construção das suas arquiteturas, das atividades que nele se desenvolviam, dos consumos alimentares dos seus habitantes ou da exploração de recursos naturais da comunidade.

Seria uma utopia pensar que poderemos, algum dia, conhecer em detalhe a aldeia instalada neste meandro do rio Antuã, algures pelo século IV a.C., mas poderemos sempre vir a saber mais. É factual que o potencial de investigação deste sítio é bastante grande e está longe de se esgotar, apesar das dificuldades que tal acarreta, seja da fragilidade das estruturas em xisto, ou dos hiatos que os plantios modernos e contemporâneos criaram, ou ainda das intensas divisões de propriedade que sofreu. Todavia, temos que considerar que estamos perante um povoado que não apresenta, até ao momento, indícios de romanização, tendo tido uma ocupação de cerca de 400 anos. Não sabemos por que razão terá sido abandonado, não havendo no registo arqueológico qualquer indício de abandono violento, mas sabemos que o Castro de Salreu se apresenta como um sítio singular na região, documentando uma época considerada de transição no que diz respeito ao mundo castrejo.

Ao longo desta década de investigação levamos o nome da freguesia de Salreu e do concelho de Estarreja mais longe, com a apresentação de comunicações em colóquios e congressos, a nível local, nacional e também em Espanha, com a realização de exposições e a publicação de diversos estudos sobre o sítio, na sua maioria constantes da lista final deste artigo.

Como referimos, o financiamento do projeto foi, nos seis anos de investigação de campo, da responsabilidade do Município de Estarreja, tendo contado com o apoio da Junta de Freguesia de Salreu, a quem agradecemos a disponibilidade e o interesse sempre demonstrados. Encerrando-se agora, aparentemente, esse ciclo de financiamento, há uma garantia a deixar – a aldeia de há dois mil anos do Castro de Salreu tem ainda muitas estórias para contar e muito ainda por descobrir.

Referências

- ALMEIDA E SILVA, Sara (2013) – *O Castro de UI, Oliveira de Azeméis: contributo para o conhecimento da ocupação proto-histórica e romana no território entre os rios Douro e Vouga*. Porto: Fac. Letras Univ. Porto. Dissert. Mestrado em Arqueologia
- ALMEIDA E SILVA, Sara; SILVA, António Manuel S. P. (2020) – A cerâmica da Idade do Ferro do Castro de Salreu (Estarreja, Aveiro). Estudo preliminar. In CENTENO, R.; MORAIS, R.; SOEIRO, T.; FERREIRA, D. - *Atas do Congresso Internacional Cultura Castreja: Identidade e Transições*. Vol. II. Santa Maria da Feira: Município de Santa Maria da Feira, p. 391-403
- ALMEIDA E SILVA, Sara; SILVA, António Manuel S. P.; LEMOS, Paulo A. P.; SÁ, Edite Martins de (2020) – O Castro de Salreu (Estarreja), um povoado proto-histórico no litoral do Entre Douro e Vouga. In ARNAUD, J. M.; NEVES, C.; MARTINS, A. - *Arqueologia em Portugal 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM, p. 1111-1126
- SILVA, António Manuel S. P. (1993) – Ocupação proto-histórica e romana no Entre Douro e Vouga Litoral: Breve balanço de uma investigação em curso. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 33 (3-4). Porto, p. 427-43
- SILVA, António Manuel S. P. (1994) – *Proto-história e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. Texto policopiado
- SILVA, António Manuel S. P. (2002) – O Castro de Salreu – um povoado indígena da Idade do Ferro. Nota arqueológica à margem de uma polémica. *O Jornal de Estarreja*. 4150 (22-02-2002). Estarreja, p. 3-4
- SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Gabriel R.; LEMOS, Paulo A. P. (2012) – O castro de Salreu (Estarreja): resultados da primeira campanha de escavações arqueológicas. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do Concelho de Estarreja*. 6 (2012). Estarreja, p. 47-89
- SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Gabriel R.; LEMOS, Paulo A. P.; ALMEIDA E SILVA, Sara (2016a) – Trabalhos arqueológicos de 2016 no crasto de Salreu, Estarreja. Breve notícia. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do Concelho de Estarreja*. Ano 10. N° 10. Estarreja, p. 39-57
- SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Gabriel R.; TAVARES, João T.; LEMOS, Paulo A. P.; ALMEIDA E SILVA, Sara (2016b) – Proto-história da Bacia do Antuã (2011-2015) - um projeto de investigação arqueológica em rede. *Patrimónios de OAZ*. N° 0. Oliveira de Azeméis: Câmara Municipal, p. 77-96
- SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Gabriel; ALMEIDA E SILVA, Sara; LEMOS, Paulo (2017a) – Uma Aldeia de há dois mil anos. Um sítio arqueológico e a sua investigação. *Terras de Antuã*. 11. Estarreja: Câmara Municipal, p. 15-29
- SILVA, António Manuel S. P.; PEREIRA, Gabriel; LEMOS, Paulo; ALMEIDA E SILVA, Sara (2017b) – *Uma Aldeia de há dois mil anos. Arqueologia no Castro de Salreu*. Estarreja: Câmara Municipal
- SILVA, António Manuel S. P.; SÁ, Edite Martins de; SALVADOR, Jorge Fernando; LEMOS, Paulo A. P.; ALMEIDA E SILVA, Sara (2019) – O Castro de Salreu, um dos povoados proto-históricos atlânticos do Entre Douro e Vouga. *Terras de Antuã*. 13. Estarreja: Câmara Municipal, p. 24-44
- TERESO, João Pedro (2020) – *Castro de Salreu Estarreja. Relatório Técnico de Arqueobotânica*. Porto: CIBIO. Texto policopiado.

O CAP. LUÍS PEREIRA LOPES DE AZEVEDO (1770-1837)

*Delfim Bismarck Ferreira **

Natural de Beduído, Estarreja, Luís Pereira Lopes de Azevedo, foi por via do casamento fixar-se na vila em Angeja, então sede de um concelho, e aí viria a desempenhar alguns dos mais importantes cargos associados à governança local.

Com o presente artigo, pretendemos trazer à luz do dia um breve resumo biográfico seu e dos seus filhos, contribuindo assim, para um melhor conhecimento deste Estarrejense e da sua família.

I - Cap. Luís Pereira Lopes de Azevedo, lavrador e proprietário, nasceu em 1 de Abril de 1770 no lugar do Agro, em Beduído, Estarreja, onde foi baptizado em 8 do mesmo mês, tendo por padrinhos: Luís Francisco Gregório¹, da Rua das Flores, Porto, e D. Maria Caetana Soares da Silva, mulher do Dr. Agostinho Marques do Couto, da Costeira, Beduído, Estarreja.²

Era irmão de D. Margarida Rita de Oliveira³, filhos de António Pereira Lopes e de sua mulher Isabel Marques Lopes de Oliveira, naturais e moradores em Beduído, Estarreja, onde residiram no Agro; neto paterno de Manuel Pereira Lopes e de Joana Marques, do Barreiro de Cima; neto materno de Francisco Lopes de Azevedo e de Bernarda Marques de Oliveira, do Agro, em Beduído, Estarreja.

Casou em 21 de Maio de 1796 em Angeja⁴, com **D. Rosa Josefa da Silva de Pinho Botelho**, proprietária e doméstica, nascida entre 1768 e 1773 em Angeja.⁵

Era filha de Manuel Dias de Pinho Botelho⁶, proprietário, e de sua mulher Josefa Nunes Maurícia, doméstica, naturais de Angeja, onde foram moradores na Rua da Pereira; neta paterna do Cap. António Mourão Botelho, proprietário, capitão e capitão-mor de Angeja, e de Domingas Dias Moura; neta materna de Maurício Fernandes, alfaiate, e de sua mulher Maria Nunes Fernandes Ribeira, da Rua da Pereira, todos da mesma vila.

Luís foi alferes e capitão de Ordenanças da 1.ª Companhia de Estarreja⁷, tabelião do Públlico, Judicial e Notas da Vila de Angeja (1805)⁸, alferes de Ordenanças da Companhia

* Historiador e conservador de museu

1 - Comerciante abastado, falecido em 1811 na freguesia da Sé, no Porto.

2 - ADAVR, Livro Paroquial de Beduído, n.º 9, Baptismos, fl. 2.

3 - Casada com JOSÉ BARBOSA FERREIRA DE ALBUQUERQUE, natural de Águas Santas, Porto, comerciante e familiar do Santo Ofício por carta de 30 de Abril de 1810, moradores no Porto (IAN/TT, Habilidades do Santo Ofício, José Barbosa Ferreira de Albuquerque, m. 29, n.º 470). Era sobrinho do Padre Domingos Barbosa de Albuquerque. Para a sua biografia e descendência ver: CUNHA, J. T. A., vol. II, 1972, pp. 80-89).

4 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 14, Casamentos, fl. 169.

5 - Deste período não existem regtos de baptismos da freguesia de Angeja.

6 - Também identificado como MANUEL NUNES DE PINHO.

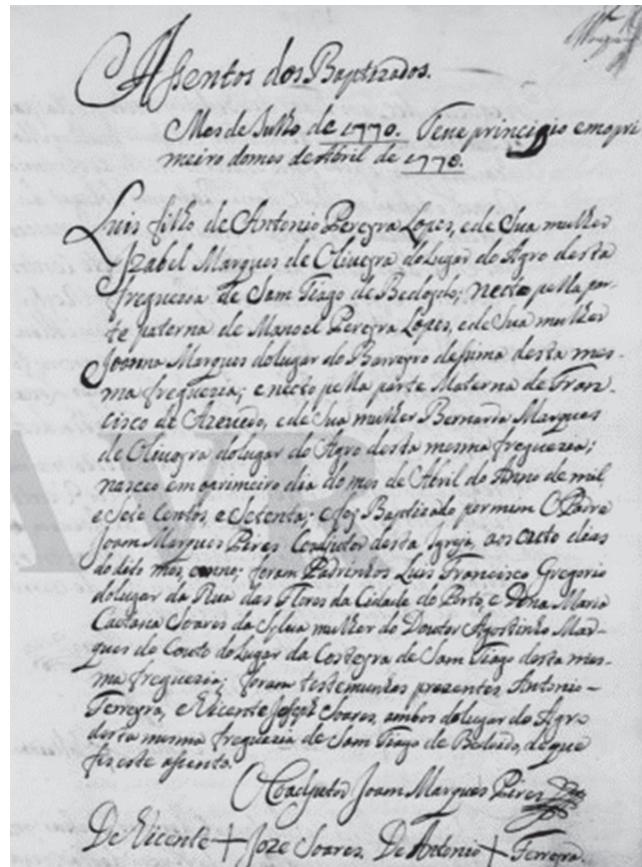
7 - TAVARES, A. C., 2020, p. 112.

8- IAN/TT, Processo de Habilitação e Herança do Dr. João Patrício de Carvalho Álvares e Lemos, por morte de seu tio Padre Manuel Venâncio de Lima, p. 39.

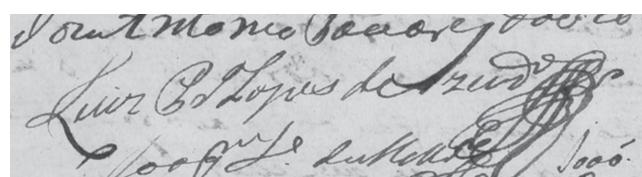
de Angeja (1810)⁹, vereador da Câmara de Angeja, onde faleceu em 9 de Setembro de 1837 na Rua da Pereira, em Angeja.¹⁰

D. Rosa Josefa faleceu em 15 de Dezembro de 1840 na Rua da Pereira, em Angeja.¹¹

Residiram na Rua da Pereira, em Angeja, onde tiveram nove filhos: Filipe Caetano, António, Caetana, José, António, Carlos José, Ana, Maria Joaquina e Joana.



Registo de baptismo de Luís Pereira Lopes de Azevedo¹²



Assinatura de Luís Pereira Lopes de Azevedo¹³

9 - AMA, Actas das Eleições da Câmara Municipal de Angeja (1800-1818), 2.º vol., fls. 47-48v.

10 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 76, Óbitos, fls. 4v.-5.

11 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 76, Óbitos, fl. 15v.

12 - ADAVR, Livro Paroquial de Beduído, n.º 9, Baptismos, fl. 2.

13 - AMA, Actas das Eleições da Câmara Municipal de Angeja (1800-1818), 2.º vol., fl. 12.

1(II) - **Filipe Caetano Pereira Botelho**¹⁴, proprietário e negociante, nasceu na Rua da Pereira, em Angeja, onde foi baptizado em 29 de Janeiro de 1797.¹⁵

Casou em 28 de Maio de 1836, em Angeja¹⁶, com **D. Teresa Angélica Ferreira de Sousa**, proprietária, negociante e doméstica, nascida em 19 de Outubro de 1816 na Rua da Igreja, em Angeja.¹⁷

Era irmã do Padre Teotónio de São Boaventura¹⁸, filhos de Filipe Nery Alves Ferreira¹⁹, natural de São Paulo, Lisboa, e de sua mulher D. Joaquina Rosa Ferreira de Sousa²⁰, natural da Sé Nova, Coimbra, moradores na Rua Direita, em Angeja; neta paterna de Francisco Rodrigues Alves, natural de Nossa Senhora da Assunção, Comarca de Chaves, e de sua mulher Ana Rita Xavier, natural de São Pedro de Grilhões, Torres Vedras, moradores em São Paulo, Lisboa; neta materna do Dr. José António Ferreira de Sousa²¹, natural de Lisboa²², e de sua mulher D. Josefa Teresa da Encarnação²³, natural de Mariana, Minas Gerais, Brasil.

Filipe Caetano foi vereador da Câmara Municipal de Angeja (1841)²⁴, onde faleceu em 8 de Outubro de 1863 na Rua do Cabeço.²⁵

D. Teresa Angélica faleceu em 17 de Fevereiro de 1898 na Rua Direita, em Angeja.²⁶

Residiram na Rua do Cabeço e, posteriormente, na Rua Direita, em Angeja, onde tiveram oito filhos: Maria José, Ana Júlia, António, Maria, José Maria, Caetano, Filipe e João.

2(II) - **António**, nasceu na Rua Direita, em Angeja, onde foi baptizado em 29 de Abril de 1798²⁷ e faleceu ainda criança. S.m.n.

3(II) - **D. Caetana Pereira Botelho**, doméstica, nasceu na Rua da Pereira, em Angeja, onde foi baptizada em 20 de Outubro de 1799²⁸, onde faleceu solteira e sem geração em 17 de Fevereiro de 1824²⁹.

14 - Também identificado como FILIPE CAETANO PEREIRA DE SOUSA.

15 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 9, Óbitos, fl. 211.

16 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 11, Casamentos, fls. 87-87v.

17 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 10, Baptismos, fl. 173v.

18 - Matriculado em 1839 na Universidade de Coimbra, no curso de grego (SANTOS, V., 2015, p. 301).

19 - Baptizado em 8 de Junho de 1772 em São Paulo, Lisboa (IAN/TT, Livro Paroquial de São Paulo – Lisboa, n.º 2, Baptismos, fl. 144). Falecido em 21 de Fevereiro de 1834 na Rua Direita, em Angeja (ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 18, Óbitos, fl. 184).

20 - Baptizada em 28 de Agosto de 1782 na Sé Nova, Coimbra (AUC, Livro Paroquial da Sé Nova, (Baptismos 1779-1788), fl. 79. Faleceu em 14 de Junho de 1868 na Rua Direita, em Angeja (ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 78, Óbitos, fl. 49v., reg. n.º 26).

21 - Filho do Cap. Vicente Ferreira de Sousa, de Coimbra, que teve patente de Capitão de Ordenanças de Pé do Pinheiro Rocha, termo da cidade de Mariana, Brasil, em 8 de Maio de 1752 (IAN/TT, Chancelaria de D. José I, *Doações, Ofícios, Mercês e Privilégios*, Próprios, F – K, 139, Liv. 44, fl. 295-295 v.) e de D. Maria Ferreira da Soledade.

22 - No registo de baptismo de sua filha é identificado como natural da Sé, Coimbra. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde se formou em Cânone: bacharel 16.05.1753 e formatura 27.03.1754, e posteriormente em Leis: bacharel 12.05.1758 e formatura 21.05.1759 (PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/S/011975).

23 - Filha de Sebastião Gomes e de Maria Quaresma, moradores em Mariana, Minas Gerais, Brasil.

24 - AMA, Livro de Actas da Câmara Municipal de Angeja, 2.º vol.

25 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 78, Óbitos, fls. 17v.-18, reg. n.º 24.

26 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 119, Óbitos, fls. 2v.-3, reg. n.º 6.

27 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 9, Baptismos, fl. 226v.

28 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 9, Baptismos, fl. 243v.

29 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 18, Baptismos, fl. 127.

4(II) - **José Pereira Botelho**, proprietário, nasceu na Rua da Pereira, em Angeja, onde foi baptizado em 12 de Junho de 1801³⁰.

Foi Comissário de polícia do concelho de Angeja (1834)³¹. Residiu na Rua da Pereira, em Angeja, onde faleceu solteiro e sem geração em 15 de Janeiro de 1877³².

5(II) - **P.º António Lopes Pereira Botelho**, sacerdote³³, nasceu na Rua da Pereira, em Angeja, onde foi baptizado em 27 de Janeiro de 1805³⁴.

É possível que tenha sido Escrivão de Paz de Abaças, Vila Real (1838)³⁵ e professor de primeiras letras em Alfarela de Jales, Vila Real (1843)³⁶.

Deixou a vida sacerdotal e tornou-se proprietário. Foi sub-delegado (1846) e escrivão (1849)³⁷ do Julgado de Albergaria-a-Velha, e escrivão da Administração do Concelho de Albergaria-a-Velha (1857).

Teve um filho, de nome António, de **Doroteia dos Santos**, tecedeira, solteira, natural de Angeja, onde residiu na Rua da Costa, filha de António de Sousa Claro e de sua mulher Maria dos Santos, de Fermelã. S.m.n.

6(II) - **Carlos José**, nasceu na Rua da Pereira, em Angeja, onde foi baptizado em 14 de Junho de 1897³⁸ e faleceu ainda criança em 18 de Agosto de 1808³⁹.

7(II) - **D. Ana Pereira Botelho**, nasceu na Rua da Pereira, em Angeja, onde foi baptizada em 14 de Janeiro de 1810⁴⁰ e faleceu solteira em 12 de Abril de 1829⁴¹.

8(II) - **D. Maria Joaquina Pereira Botelho**, proprietária e doméstica, nasceu na Rua da Pereira, em Angeja, onde foi baptizada em 20 de Março de 1812⁴².

Casou em 11 de Janeiro de 1844 em Angeja⁴³, com **Jerónimo da Fonseca e Campos**, proprietário, nascido em 13 de Abril de 1818 na Rua Direita, em Angeja⁴⁴.

Era filho de José Bernardo da Fonseca e de sua mulher Joaquina da Costa, de Angeja; neto paterno de incógnitos; neto materno de António José Lourenço e de Hipólita Maria dos Anjos, de São Pedro, Cantanhede.

D. Maria Joaquina faleceu em 7 de Abril de 1881 na Rua da Pereira, em Angeja⁴⁵.

30 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 10, Baptismos, fl. 10v.

31 - AMA, Livro de Actas da Câmara Municipal de Angeja, 2.º vol., fl. s.n.

32 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 84, Óbitos, fl. 2, reg. n.º 1.

33 - Era ainda sacerdote em 1827, quando apadrinhou sua prima Maria (ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 11, Baptismos, fl. 64v.).

34 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 10, Baptismos, fl. 41v.

35 - *Diário do Governo*, n.º 22, 25 de Janeiro de 1838, p. 1.

36 - *Diário do Governo*, n.º 214, 12 de Setembro de 1843, p. 1397.

37 - ADAVR, Livro Notarial de Albergaria-a-Velha, 1-1.

38 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 10, Baptismos, fl. 64.

39 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 18, Óbitos, fl. 54v.

40 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 10, Baptismos, fl. 91v.

41 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 18, Óbitos, fl. 147.

42 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 10, Baptismos, fl. 114.

43 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 48, Casamentos, fl. 2.

44 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 10, Baptismos, fls. 190v.-191.

45 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 88, Óbitos, fl. 3, reg. n.º 7.

Jerónimo foi amanuense da Câmara Municipal de Angeja⁴⁶ e faleceu em 26 de Outubro de 1883 no Hospital da Misericórdia do Porto⁴⁷.

Residiram na Rua da Pereira, em Angeja, onde tiveram quatro filhos: José, Agostinho António, Maria José e Ana.

9(II) - D. Joana Pereira Botelho, proprietária e doméstica, nasceu na Rua da Pereira, em Angeja, onde foi baptizada em 28 de Maio de 1814⁴⁸.

Fez testamento em 15 de Junho de 1873, instituindo por sua única e universal herdeira sua sobrinha D. Maria Pereira Botelho⁴⁹

Residiu na Rua da Pereira, em Angeja, onde faleceu solteira e sem geração, em 23 de Novembro de 1885⁵⁰.

BIBLIOGRAFIA

Manuscrita:

ADAVR – Arquivo Distrital de Aveiro:

Inventários Orfanológicos de Albergaria-a-Velha
Livros Notariais de Albergaria-a-Velha
Livros Paroquiais de: Angeja e Beduído

AMA – Arquivo Municipal de Albergaria-a-Velha:

Livro de Actas das Eleições da Câmara Municipal de Angeja (1800-1818), 2.º vol.

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra:

Livros Paroquiais da Sé Nova

IAN/TT – Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo:

Chancelaria de D. José I, *Doações, Ofícios, Mercês e Privilégios*, Próprios, F-K, Liv. 44
Habilitações do Santo Ofício, José Barbosa Ferreira de Albuquerque, m. 29, n.º 470
Livros Paroquiais de São Paulo – Lisboa
Processo de Habilitação e Herança do Dr. João Patrício de Carvalho Álvares e Lemos,
por morte de seu tio Padre Manuel Venâncio de Lima

Impressa:

CUNHA, José Tavares Afonso, *Notas Marinhoas*, Estarreja, Ed. Autor, vol. II, 1972.

Diário do Governo, n.º 22, 25 de Janeiro de 1838 e n.º 214, 12 de Setembro de 1843.

FERREIRA, Delfim Bismarck, *O Concelho de Albergaria-a-Velha na I Guerra Mundial (1914-1918)*, Aveiro, ADE-RAV – Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro, 2019.

SANTOS, Valter, “Estudantes matriculados na Universidade de Coimbra, naturais do concelho de Albergaria-a-Velha, entre os anos de 1800 a 1910”, *Albergue – História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha*, Albergaria-a-Velha, Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, n.º 2, 2015.

TAVARES, Artur Castro, *Criação de Cavalos para a remonta do Exército – Ordenanças, Milícias e Guerra Peninsular*, Estarreja, Câmara Municipal de Estarreja, 2020.

46 - AMA, Livro de Actas da Câmara Municipal de Angeja, 2.º vol.

47 - ADAVR, Inventário Orfanológico de Maria Joaquina Pereira, 1881, m.º 24, n.º 17.

48 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 10, Baptismos, fls. 138-138v.

49 - ADAVR, Livro Notarial de Albergaria-a-Velha, Tabelião João Marques Pires de Miranda, n.º 69-18, fls. 23-23v.

50 - ADAVR, Livro Paroquial de Angeja, n.º 92, Óbitos, fls. 8-8v., reg. n.º 34.



JOSÉ DE OLIVEIRA, O HOMEM E A OBRA “O PINTOR DA RIA”

*Etelvina Resende Almeida.**



1 - José de Oliveira pintando na Praia do Monte Branco, na Torreira. 8-06-2021.

JOSÉ DE OLIVEIRA | vida e obra

José Manuel Marques de Oliveira, nasceu na Murtosa, a 6 de Junho de 1969. É considerado o mais famoso e inovador pintor de barcos moliceiros da actualidade.

* Etelvina Resende Almeida, nasceu em 1969, sendo natural de Aveiro | Licenciou-se em Design pela Universidade de Aveiro, tendo terminado o Mestrado, em Dezembro de 2012, com o tema: Embarcações Tradicionais da Ria de Aveiro. Uma análise pelo Design. | É Designer da Comunicação, em regime de freelancer | Integrou o projecto Postais Solidários, no concelho da Murtosa, na vertente fotográfica e de design. | Participou em 6 exposições colectivas de fotografia, na Murtosa, Torreira e Aveiro, durante os anos 2013, 2017 e 2018, 2019, 2020 e 2021. | Participou, em co-autoria com Ana Maria Lopes, numa palestra intitulada “Uma viagem p'la Ria, em 2014, no Clube de Vela da Costa Nova. | Expôs individualmente, de Janeiro a Maio de 2014, no Museu Marítimo de Ilhavo (bateira ilhava). | Publicou, em co-autoria com Ana Maria Lopes, e fotografia de Paulo Godinho, “Uma Janela Para o Sal, em Abril de 2015, editado pela Alétheia Editores | Tem publicado artigos, sobre o tema do património lagunar, no “Diário de Aveiro”, “Notícias de Aveiro” e jornal “O Ilhavense”. É colaboradora do “Jornal Concelho de Estarreja” | Intervio na “Jornada Cultural Náutica”, realizada em Ovar, a 08-01-2016, com o tema, “A arte dos nossos barcos tradicionais”. | Conduziu a Conversa à Volta da Construção Naval, com o Mestre Esteves, no seu Estaleiro, em Pardilhó, a 5 de Maio de 2018 - iniciativa da Câmara Municipal de Estarreja. | Faz parte da Direcção dos Amigos do Museu de Ilhavo. | Foi coordenadora do livro “Memórias 30 Anos a Pintar a Ria”, de José Oliveira, editado pela Câmara Municipal da Murtosa em 2019.

A autora não segue o acordo ortográfico.

Ao longo destes 32 anos (1989-2021) tem pintado os painéis de barcos moliceiros construídos por afamados mestres construtores, como Henrique Lavoura, de Pardilhó, Agostinho Tavares, e Manuel Raimundo, da Murtosa. Mantém a actividade nos estaleiros do mestre António Esteves e Felisberto Amador, de Pardilhó, e nos de José Rito e Marco Silva, na Torreira.



2 - José de Oliveira a pintar os painéis de um barco moliceiro, no estaleiro do Mestre Marco Silva enquanto o Mestre pinta os costados, na Torreira. 19-06-2019.



3 - José de Oliveira com o Mestre José Rito, no "Estaleiro-Museu" do Monte Branco, na Torreira.
27.06.2019.



4 - José de Oliveira a pintar os painéis de um barco moliceiro, no estaleiro do Mestre António Esteves (que se encontra a pintar a sua sigla no leme), em Pardilhó. 19-06-2019.



5 - José de Oliveira a pintar um barco moliceiro turístico, na Ribeira do Nacinho, Pardilhó, enquanto o Mestre Felisberto Amador pinta as falcas. 25.06.2020

É neto de um “homem moliceiro”, António Oliveira, “o Lamarão”. Desde tenra idade que tem estado ligado às actividades lagunares e viveres da sua terra *marinhoa*.



6 - O avô de José Oliveira, António Oliveira, “O Lamarão”.

O seu avô paterno foi proprietário de vários barcos moliceiros, tendo exercido a profissão de “moliceiro” durante toda a vida. A sua avó, Maria Generosa de Oliveira foi uma das quatro mulheres que tiveram um barco moliceiro registado em seu nome.

O seu pai, Manuel Augusto de Oliveira, aprendeu a profissão de “moliceiro”, e exerceu-a entre os 9 e os 19 anos de idade, trabalhando com o avô. Mais tarde, embarcou para a pesca do bacalhau, chegando ao cargo de Mestre de Redes, tendo terminado a sua vida profissional no Estaleiro de S. Jacinto, e adquirido o gosto pela construção de miniaturas de barcos, e de navios.

O seu filho, Emanuel de Oliveira seguiu o caminho das artes, numa outra vertente, prosseguindo os estudos na área da arquitectura.¹

No Verão, quando o pai precisava, participava com o avô na pintura dos painéis dos barcos moliceiros, juntando-se a família, à *beira-ria*, ou nos estaleiros dos mestres construtores. Era um encontro de três gerações de artistas, trabalhando em conjunto. Ora com os *pés na*

1- Emanuel de Oliveira é um tatuador com projecção internacional, tendo já obtido vários prémios. Iniciou a sua arte, profissionalmente, em Aveiro, no ano de 2013.

areia, ora nas águas da ria, decoravam as embarcações pintando as belas “telas flutuantes”, que transportam a arte e a tradição, sobretudo das vivências, passadas e presentes, destas gentes lagunares. Estas, saídas das mãos destes *Homens da Ria*, com verdadeira alma de murtoseiros.



7 - José de Oliveira e o seu filho, Emanuel de Oliveira, iniciando a pintura de um barco moliceiro, na Praia do Monte Branco, junto ao “Estaleiro-Museu”, da Torreira. 27-06-2020



8 - José de Oliveira pintando um barco moliceiro na Praia do Monte Branco, junto ao “Estaleiro-Museu”, da Torreira, com a colaboração da sua família, o seu filho Emanuel Oliveira e o seu pai, Manuel Augusto de Oliveira. 24-06-2015.

José de Oliveira iniciou a sua actividade profissional nos “Estaleiros Navais de S. Jacinto”, em Aveiro, como traçador planificador.

Após ter frequentado cursos de Pintura e Desenho, passou a trabalhar profissionalmente nessa área.

Desde 1995 tem realizado e participado em várias exposições, num total de 49 individuais e 39 colectivas, e dirigido diversos cursos de pintura. É detentor de vários prémios em concursos de Pintura e Escultura.



9 - José de Oliveira junto da sua mais recente obra ,“O Fogueteiro”, no dia da inauguração da sua exposição de Pintura, na Galeria Municipal da Murtosa, Torreira. 7-08-2021.

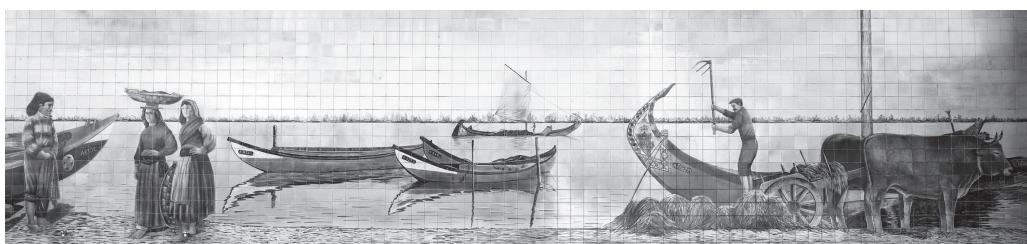
Trabalhou com a equipa do Prof. Dr. Claude Rivalls², num livro, e documentário, sobre a Pintura dos Painéis dos Barcos Moliceiros.

Este artista multifacetado tem vindo a desenvolver exemplarmente um trabalho artístico diversificado: desde a pintura, escultura, restauro de arte sacra, pintura de painéis de azulejo, de murais, heráldica, criação e produção de carros alegóricos, decorações natalícias, até à pintura e decoração dos painéis dos barcos moliceiros. Sendo esta arte, o seu “cartão de visita” no ambiente artístico da região lagunar.

2 - Professor de Sociologia e Antropologia da Universidade de Toulouse



10 - José de Oliveira pintando um mural ao lado do Altar-Mor da Igreja do Roxico, em Estarreja. 6-08-2021.



11 - Painel de Azulejos (1740 azulejos com 15x15cm) pintado por José de Oliveira, exposto no Fontanário do Outeiro da Maceda. Murtosa. 2002.



12 - Painel de azulejos pintado pelo Mestre José Oliveira, exposto no Salão Nobre dos Bombeiros da Murtosa.
12-1 - "Garça-Vermelha". Estrutura em ferro. Uma obra de José de Oliveira. Estarreja.



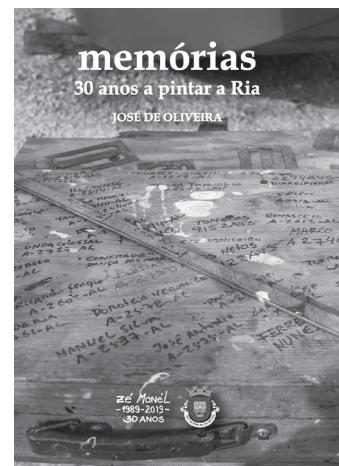
José de Oliveira guarda na memória as actividades que viu, e vê exercer na ria; as experiências de vida da sua gente, na sua terra natal, e as histórias que escuta dos Mestres e “homens moliceiros”.



13 - Postal antigo da faina da “apanha do moliceiro” da Ria de Aveiro. Esta cena retrata a descarga do moliceiro.

Todo esse referencial se tem vindo a reflectir na sua vasta obra, tendo-o expressado ao longo dos anos, tanto pictoricamente, como noutras vertentes artísticas: com temáticas sobre a ria; as embarcações; as artes de pesca; a apanha do moliceiro e a agricultura, vivências desta gente ribeirinha, que também trabalha a terra. Interpreta, com olhar de artista, essas histórias que escuta, geradas num ambiente caracteristicamente regionalista, tradicionalista, conservador e religioso, mas também brejeiro – de um povo que encontra a sua liberdade entre a ria o mar – de *homens anfíbios* que vivem felizes no seu meio.

O pintor foi homenageado, em 2019, através da edição de uma obra, “Memórias. 30 Anos a Pintar a Ria”, José de Oliveira, editado pela Câmara Municipal da Murtosa. A obra contem todo o manancial de painéis que fotografou, cerca de 800, tendo pintado mais de 1000.



13-1 - A obra editada pela Câmara Municipal da Murtosa. 2019



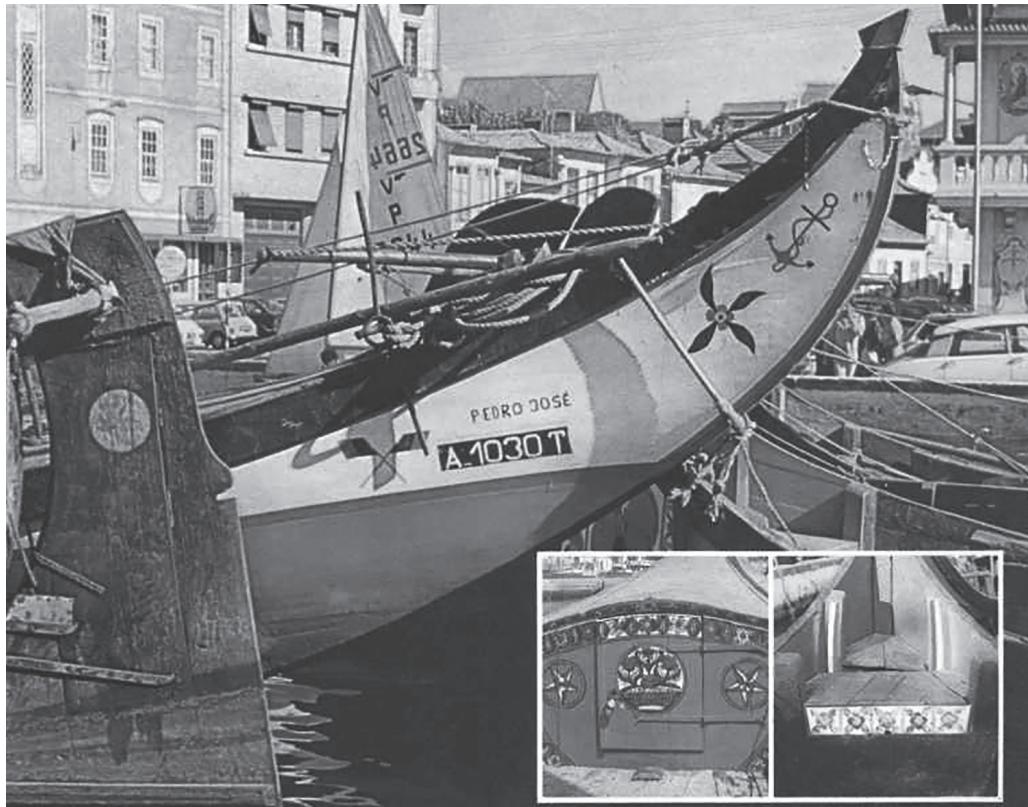
A DECORAÇÃO DAS EMBARCAÇÕES TRADICIONAIS

Ao longo de cerca de um século e meio, a arte da decoração do barco moliceiro tem acompanhado a evolução dos tempos, sem perder a essência da sua imagética.

Foram surgindo algumas inovações nos motivos decorativos, no desenho, na figuração e composição, na área a decorar, nas tintas, na técnica e processo decorativo e, ainda, na temática. A decoração interior sofreu poucas alterações, ocupando o mesmo espaço pictórico.

Aponta-se para meados do século XIX, o início da pintura dos painéis dos barcos moliceiros, por coincidir com alguma ostentação da classe rural, e do surgimento da pintura das cangas.

Também se decoram outras embarcações: barcos *mercantéis*, bateiras *mercantelas*, *barcos do mar*, bateiras tipologia caçadeira e de bicas, ou *chinchorras*, mas de forma muito singela, com pequenos motivos florais, simbólicos, icónicos, santos e legendas.



14 - Postal antigo retratando os pormenores decorativos do barco mercantel.



15 - José de Oliveira pintando o painel da proa de um barco do mar, no Estaleiro do Mestre Felisberto Amador, em Pardilhó. 23-05-2018

De referir que a embarcação mais emblemática, e que continua a ostentar a mais bela decoração é, sem dúvida, o barco moliceiro, o do Norte – o do Sul, já extinto, denominado de “matola”, era todo embreado a pez negro, sem qualquer tipo de decoração.



16 - Barco Moliceiro do Norte em Regata. 03-07-2021



17 - Postal antigo retratando dois barcos moliceiros do sul, “matolas” junto à Fábrica da Vista Alegre, em Ílhavo.

Vários estudos, e classificações se têm realizado à volta deste assunto, o da decoração, sobretudo das temáticas e legendas dos painéis dos barcos moliceiros.

Estas têm-se diversificado ao longo do tempo, dependendo do contexto e dos pintores: desde os mais tradicionalistas aos mais inovadores e aprimorados na arte.

Os principais temas foram-se mantendo: vão do patriotismo, regionalismo, futebol, novelas e modas, da religião e história ao saudosismo e humor. Muitos são de cariz satírico e brejeiro, outros personalizados, onde a figura do proprietário ou do construtor se impõem. São ainda, retratadas as profissões e actividades lagunares: como a agricultura; o transporte das ervagens e do sal; a apanha do moliço; a construção naval; a pesca e o lazer; as festividades e regatas, até a actual actividade marítimo-turística.



18 - Postal de uma proa de um barco moliceiro. "Mestre Henrique Lavoura".



19 - Postal antigo com cenas centrais mais tradicionalistas.

Ao longo do tempo, cada artista contribuiu para manter esta arte viva, usando os seus conhecimentos, imaginação, criatividade e o seu gosto pessoal.

Os pintores não tinham conhecimentos artísticos, e não se dedicavam exclusivamente a esta arte, tinham outras profissões. Eram autodidactas, sendo solicitados pelos Mestres Construtores para as decorações dos novos barcos, e pelos proprietários, depois das *amanhações*.

Tantos os pintores, como alguns Mestres, tinham habilidade para o desenho e pintura mas, faziam-no de forma *naif*: usavam uma linguagem pictórica muito pessoal, expressiva, intuitiva e intuitiva. Utilizavam um traço simples, por vezes tosco, desenhandos sem perspectiva. Criavam composições de cenas simples, com base em desenhos ingénuos. A ortografia era rudimentar. Retratavam essencialmente as vivências do homem da laguna, o seu meio ambiente, social e religioso - o seu dia-a-dia - e as brejeirices da época.

Estes “documentos imagéticos” e efémeros, porque se renovarem de tempos a tempos, dando lugar a outros painéis, têm vindo a transmitir a cultura identitária da região lagunar. Os estudos que existem baseiam-se nos poucos registos fotográficos, ou apontamentos, que se preservaram.

Conta José de Oliveira que, no panorama da arte da decoração das embarcações tradicionais, nomeadamente na dos painéis dos barcos moliceiros, existiu um “antes e um depois de Jacinto Vieira da Silva, de alcunha, “O Lavadeiro” (1939-1987), da Torreira.

Este pintor, que José de Oliveira conheceu, tendo ainda assistido ao seu trabalho, foi contemporâneo de alguns artistas mais tradicionalistas. Ele desencadeou um momento de viragem nesta arte, sem a desvirtuar, mantendo a tradição. No entanto, inovou, tanto na forma de desenhar, usando um traço mais rebuscado, como na de pintar. Afastou-se um pouco da forma de composição mais ingénua que prevalecia. Passou a realizar um trabalho mais elaborado: preparando previamente o motivo, adequando-o ao espaço existente, e diversificando os temas. Criou novas cercaduras, e com mais morosidade e profissionalismo se entregou com paixão a esta arte.



JOSÉ DE OLIVEIRA | a paixão pela arte

Decorrendo o ano de 1988, e ainda a trabalhar nos “Estaleiros Navais de S. Jacinto”, José de Oliveira, sendo já conhecido pelo seu talento artístico, foi convidado a colaborar na pintura dos painéis dos barcos moliceiros.

Após a morte prematura do pintor Jacinto Vieira da Silva, anteriormente referido, e da inactividade do pintor Ti Avelino Marcela, já com uma idade avançada, José de Oliveira decide “experimentar” esta arte.

O artista começa a ser solicitado pelos Mestres Construtores, e pelos proprietários, dando início a uma intensa e prolongada actividade nesta área.

Recorda o Mestre artista, com emoção, a pintura e decoração dos seus primeiros barcos em 1989. Desde então não parou de imprimir o seu cunho pessoal, com o seu espírito murtoseiro e a sua criatividade, em quase todos os barcos moliceiros da região. Entregou-se a esta arte respeitando a linha pictórica tradicional dos seus antecessores.

Tal como “O Lavadeiro”, abraçou esta arte com paixão. Um designio que aceitou com entusiasmo. Também inovou, criando novas cercaduras e novas temáticas, utilizando as técnicas de pintura tradicionais. Tem criado obras dentro da temática tradicional, histórico-social e religiosa, e de cariz satírica e brejeira, que tanto caracterizam esta região lagunar.

José de Oliveira é um artista com formação em artes plásticas, conceituado e multifacetado mas que se abstém do uso de técnicas de pintura aprimoradas para poder manter as características de uma arte que nasceu com as gentes da *beira-ria*, simples, espontânea e empírica – preservando a tradição da pintura *naif*: a simplicidade do desenho e o uso de uma policromia garrida, utilizando a forma de decoração ancestral. Sendo portador de um traço apurado, gera desenhos mais elaborados, estilizados e de grande qualidade artística.

A sua actividade intensifica-se substancialmente a partir de Maio, prolongando-se até Julho, num “ritual” que antecede as três grandes regatas de barcos moliceiros que ainda se realizam.

Em Julho tem lugar a regata anual, organizada pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), com um trajecto entre a Torreira e Aveiro. Seguida das duas regatas realizadas pelo Município da Murtosa, que acontecem em momentos festivos regionais, a do Cais do Bico da Murtosa, integrada na Festa do Emigrante, em inícios de Agosto, e a do S. Paio da Torreira, em inícios de Setembro.



20 - Barcos Moliceiros tradicionais na Regata do S. Paio da Torreira. 5-09-2021

É nesses meses, durante as *amanhações* dos barcos, que cerca de uma dúzia de proprietários de barcos moliceiros tradicionais solicitam os serviços deste Mestre, que se entrega de corpo e alma à arte, sempre com entusiasmo e muita criatividade.



21 - José de Oliveira retocando um painel, no Cais do Bico. 2-07-2020

22 - José de Oliveira pintando no "Estaleiro-Museu" da Praia do Monte Branco. 6-06-2021

Nessa época facilmente se encontra o “Pintor da Ria” a labutar à *beira-ria*, ou nos estaleiros existentes, com a sua criatividade no auge, criando com paixão belas obras de arte, que todos anseiam conhecer durante a realização dos “concursos de painéis”. Afirma o Mestre que, “nesses meses anda com ideias maliciosas”.



23 - José de Oliveira pintando um painel no “Estaleiro-Museu”, da Praia do Monte Branco, na Torreira. 26-08-2016

Encontra parte da sua inspiração nas vivências à *beira-ria*. É no seio desse ambiente lagunar emblemático, entre o tabuado e as tintas, e os proprietários e os Mestres Construtores que prepararam os barcos, que se contam histórias, que são retratadas e legendadas pelo artista.



24 - Painel criado pelo Mestre José Oliveira, retratando-se durante a decoração de um barco moliceiro.

Também se reinventam contos, e se recorda uma época áurea da faina na ria, que tanto ânimo traz ao lugar e ao momento. É lá, à *borda d'água* que o “pintor da ria” decora os barcos, em salutar camaradagem, rodeado de nostalgia, contos, brincadeiras e dizeres brejeiros.



25 - Pintura de um barco moliceiro, em dia de azáfama na Praia do Monte Branco, junto ao "Estaleiro-Museu", na Torreira.
Preparação dos barcos moliceiros para a Regata da Ria de Aveiro Weekend. 3-07-2020.

É com essa simplicidade e humildade que ele se relaciona com estes homens, retratando-os no seu dia-a-dia, sendo por eles tratado como “Zé Manel, o Pintor da Ria”.



26 - José Oliveira a pintar um barco moliceiro, debaixo de um toldo, em dia de chuva, em saudável confraternização. Encontrava-se com muletas (lesionado devido a uma queda durante o seu trabalho de decoração). Praia do Monte Branco, na Torreira. 06/2015.

Alguns painéis são solicitados pelo proprietário, mas é o artista, que geralmente, os escolhe, os idealiza com a sua criatividade, experiência e olhar atento sobre o que o rodeia, esboçando-os sobre o tabuado.



27 - Pintura do painel do barco moliceiro de José Rebesso. Béstida, Murtosa. 25-06-2021.



28 - José de Oliveira pintando um painél de um barco moliceiro com uma temática religiosa, na Praia do Monte Branco, Torreira. 19-09-2017.

O artista mantém-se sempre atento aos acontecimentos actuais, às “novidades”. Eles têm vindo, também, a ser o seu *leimotiv*. Tem-nos retratado e expressado de forma exemplar, com muita espontaneidade e originalidade.



29 - "EM NOME DE PORTUGAL, OBRIGADO!"



30 - "NÃO QUISESTE SER VACINADO?... ENTÃO SOMOS DOIS."



31 - "JUNTOS VENCEREMOS A GUERRA"

Com o crescimento da actividade marítimo-turística nos canais da cidade de Aveiro, a pintura de novos painéis, e a restante decoração dos barcos moliceiros turísticos, das bateiras *mercantelas* e barcos *mercantéis*, têm preenchido o tempo do pintor, tendo-lhe exigido a atenção ao longo de praticamente todo o ano.



32 - Painel de um barco moliceiro turístico (Aveiro), homenageando o Mestre José Oliveira, pintado pelo seu próprio filho, Emanuel Oliveira.

Fiel à tradição, ao longo dos anos o artista tem decorado e ilustrado quase todos os painéis dos barcos moliceiros, tornando-os autênticas obras de arte, criando um manancial de estórias que têm feito parte da longa vida lagunar. Painéis que fotografou e guardou, gerando um registo de memórias imagéticas documentais.

A vibrante paleta de cores, os motivos decorativos, a brejeirice e trocadilhos implícitos nas legendas e nas cenas pictóricas, passando pelos mais variados temas, formam um conjunto de elementos indissociáveis, que têm transmitido essa cultura, que este artista se propôs preservar.



33 - Entrevista realizada ao Mestre José de Oliveira, na Praia do Monte Branco, na Torreira, no dia do Concurso de Painéis e da Regata de Barcos Moliceiros. 3-07-2021.

Com o seu entusiasmo natural de Murtoseiro, homenageia o barco moliceiro e a sua gente. Sendo a Murtosa considerada “A Pátria do Moliceiro”, ele faz jus à tradição. É o pintor eleito pela quase totalidade dos proprietários e construtores navais.

Sempre voltado para a cultura e para a tradição, que tanto defende, ele tem mantido, com orgulho, esta identidade viva, que tem perdurado ao longo de gerações, e que nas suas mãos permanece, desde 1989, fruto da sua grande paixão.



JOSÉ DE OLIVEIRA | o seu processo construtivo



34 – José de Oliveira, “sombreia” o friso geométrico do “traste” do barco moliceiro. “Estaleiro-Museu”, da Praia do Monte Branco, na Torreira, 30-06-2021.

José de Oliveira tem o seu próprio processo criativo, da decoração e da pintura dos painéis do barco moliceiro.

O pintor começa por idealizar, desenhandando previamente a cena principal do painel sobre papel vegetal, tendo já calculado o espaço existente para o efeito.

De seguida, traça as linhas mestras que delimitam o painel, com a sua régua.

Passa a decalcar os motivos florais das cercaduras, para os painéis e outras zonas a decorar. Desenha, com o auxílio do compasso, os motivos geométricos, e outros à *mão livre*.

Inicia a pintura das cercaduras, e outros motivos pictóricos, em toda a embarcação, passando, posteriormente, para a fase do decalque dos desenhos dos motivos centrais, nos painéis.

Nesta fase pintam-se os motivos dos painéis, finalizando o processo com o “sombrear”, ou seja, o contornar de todos os desenhos, a preto, com um pincel fino.

As legendas dos painéis são desenhadas no final, assim como a sigla do Mestre Construtor, a matrícula e o nome do barco, completando-se a obra.



35 - Infografia - processo construtivo dos painéis, e restante decoração do barco moliceiro, seguido por José de Oliveira.

Acompanha-o sempre a sua mala de madeira, que contém a sua “ferramenta”, os desenhos e, principalmente, a suas impressões pictóricas, como se de uma paleta de cores se tratasse. Encontra-se pintalgada com cores garridas e, nela inscritas as matrículas e nomes, de parte dos barcos que pintou. Trata-se de uma mala *sui generis*, repleta de *marcas*.

Essa mala faz parte integrante da sua Obra, e da sua História de Vida, como “*Pintor da Ria*”.



36 - *A mala do Mestre José de Oliveira.*

Bibliografia consultada e entrevista realizada ao pintor José de Oliveira, em Maio 2021.

ALMEIDA, Etelvina. Universidade de Aveiro. Dissertação de Mestrado em Design. *Embarcações Tradicionais da Ria de Aveiro: uma análise pelo Design.* UA. 2012.

CASTRO, D. José Castro. Tomo I – *Moliceiros*. Tomo V – *Indústrias Populares*. Estudos Etnográficos. Coordenado por D. José de Castro. Editado pelo Instituto para a Alta Cultura, 1943.

CHAVES, Luis. *A decoração dos nossos Barcos*. Broteria, vol 41, 1945 ,p.52.

CHAVES, Luis. *Os transportes populares em Portugal. Carros e barcos (tipos e decorações).* Colecção Cultura e Recreio. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. Gabinete de Etnografia. 1958.

FRADA, Gabriel. *Decoracão do Matola da Ria de Aveiro. Moliceiro do Seixo.* Gabriel Frada. Ed. Junta Freguesias do Seixo. 1997.

GUIMARÃES, Daniel Tércio Ramos. *Sinais Flutuantes*. Boletim Municipal de Aveiro, Ano IV – 1986 – pp. 9-36

LOPES, Ana Maria. Fotografia, Paulo Godinho. *Moliceiros. A Memória da Ria*. Editora Âncora, 2^a edição, 2012.

MAGALHÃES, Luis de. *Os Barcos da Ria de Aveiro*. Portugalia. Porto. VII. 1910.

OLIVEIRA, José de. *Memórias – 30 Anos a Pintar a Ria*. José de Oliveira. 2019- Edição da Câmara Municipal da Murtosa. Coordenação. Etelvina Almeida. 2019.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, **GALHANO**, Fernando, e **PEREIRA**, Benjamim. *Sistemas de atrelagem de bois em Portugal*. Inst. Alta Cultura. Centro de Est. de Etnol. 1973.

SARMENTO Clara, *Os Moliceiros da Ria de Aveiro. Quadros Flutuantes*, 1^a ed., Câmara Municipal de Aveiro, 1999.

SILVA A. A. Baldaque da. *Estado Actual das Pescas em Portugal*. Lisboa. Imp. Nac. 1892

IMAGENS

Fotografias e infografia da autora; postais antigos digitalizados, e a fotografia do “O Lamarão”, cedida pelo Mestre José Oliveira.

“NADA DE CONFUSÕES”
REVISTA - FANTASIA DE COSTUMES REGIONAIS,
QUE FOI LEVADA A CENA NA INAUGURAÇÃO
DO CINE TEATRO DE ESTARREJA, EM 1 DE ABRIL DE 1950

*José Fernando Correia**

Nota introdutória

- Todos temos uma história. A nossa história. Os Quando, Como, Onde, as Causas próximas ou remotas, os Porquês... que se entretecem num fio condutor que liga passado e presente, recheado de factos, acontecimentos, peripécias. Mas tal não é exclusivo dos humanos; também os imóveis, os monumentos, os edifícios, mormente aqueles de génese histórica, recreativa, cultural, civilizacional, tem uma história que os acompanha desde a gestação até ao limiar da sua presença, seja física ou memorial.

E se as coisas me parecem ser de facto assim, momentos há em que ao dobrarmos uma das esquinas da vida, nos deparamos com elementos concretos que dão corpo e forma a essas histórias e nos fazem saber que aquilo que pode parecer apenas e só mais uma casa, um equipamento arquitectónico, ou uma valéncia cultural comunitária, é também toda uma história de vida, que teve nascimento, baptizado, doença e um restabelecimento quase ressurreição, e que segue hoje plena de vitalidade e de futuro.

Falo do Cine Teatro de Estarreja-CTE, e em concreto, daquele que considero o episódio do seu Baptizado, que como costume à época, teve lugar logo poucos dias após o seu nascimento. É que, creio eu, ser uma história interessante, cheia de criatividade, juventude e pujança cultural da geração estarrejense e regional do final da década de 40 do passado Século XX, que me proponho contar e desta forma, singelamente, homenagear e fazer preito de uma sentida admiração. Assim...

* José Fernando F. Correia nasceu em Novelas, Penafiel, mas logo à saída da Escola Primária vem viver para Estarreja na onda migratória industrial que assolou esta região no final dos anos cinquenta do século passado. Sessenta anos passados sobre essa chegada, sente-se um filho adotivo bem tratado e um Estarrejense agradecido à terra que lhe deu novas raízes e oportunidades. Casado com a sua namorada desde os bancos do Colégio, também ela filha de migrantes industriais vindos do Norte, é um orgulhoso pai da Patricia e da Gilda. Com uma vida profissional exercida sempre no Concelho, procura retribuir o que Estarreja lhe deu e dá, participando nas formas em que pode ser útil na vida comunitária e associativa, e procurando saber mais sobre o passado, as gentes e as memórias destas “Terras de Antuã”.

... E caiu-me nas mãos um pedaço de história...

- Em Julho de 2014, integrei uma lista de associados para a Direcção do Centro Recreativo de Estarreja-CRE. Eleita a lista e tomada a posse do respectivo cargo, senti necessidade de tomar contacto com o passado mais recente do CRE, já que, apesar de ser sócio desde a década de sessenta do século passado, não havia feito nos últimos anos um acompanhamento contínuo e interior da vida do Centro.

Quando comecei a consultar pastas e arquivos, num misto de deformação pessoal pela organização documental e de curiosidade por coisas do passado, a atenção foi-se retendo cada vez mais em antigos convites de bailes, programas de récitas musicais, cartazes de eventos, fotografias, todo um acervo de documentos com mais de cinquenta anos e alguns bem próximos do centenário.

Foi um momento de fascínio e descoberta de raízes de famílias que ao longo dos anos fui conhecendo e de um reencontro com casas comerciais das quais me recordo enquanto adolescente, de lembranças de histórias que tinha ouvido contar e de reviver alguns episódios de que tinha sido testemunha. Fui encontrando nos arquivos do Centro, muita história do “centro” de Estarreja, da sua Praça e do seu perímetro mais próximo.

E de entre todo esse material, que justificará uma tentativa de ligar a história do CRE à história do centro urbano de Estarreja nos últimos cem anos, dei com um conjunto de 18 fotografias que de imediato me pareceram ser de uma Revista de Teatro, de que tinha já ouvido falar mas da qual nunca nada vira nem estivera próximo de qualquer evidência. Já não descansei enquanto não vasculhei mais e os “papéis”, um aqui, outro acolá, começaram a aparecer: cartazes, panfletos publicitários apoiados fundamentalmente pelas casas comerciais da então Vila, pautas musicais, esboços manuscritos de partes do guião, recortes de jornais... já não dava para parar. Tinha-me caído nas mãos um pedaço da história desta nossa Comunidade

Fechava-se então a primeira metade do Século XX e abria-se a segunda...

Descobria assim que essa revista teria sido levada à cena no ano de 1950, tinha eu então ainda só quatro anos de idade e nem sequer vivia em Estarreja, para onde viria mais tarde, em 1958, com onze anos de idade e desde Novelas-Penafiel. Quando cheguei a estas terras, trazido na maré da imigração industrial que o então Amoníaco Português proporcionou, e na qual meu pai veio trazendo consigo a família, não me recordo de ouvir falar dessa representação teatral que havia ocorrido apenas oito anos antes, mas também isso, olhando agora pelo retrovisor da vida, não me surpreende. Esses eram os tempos do advento da televisão e da minha pré-adolescência, onde os discos do Johnny Halliday e Françoise Hardy, o ritmo e os cabelos dos Beatles, não deixavam grande espaço para revistas de teatro já passadas, e o Cine Teatro só me dizia alguma coisa pelos filmes de fins de semana e das quintas-feiras à noite.

Mas não era só eu que estava distraído do passado. A mudança na sociedade que havia sido abalada na primeira metade do século XX pelos terríveis episódios dos dois conflitos bélicos mundiais de 1914-1918 e mais tarde de 1939-1945, pela queda de uma monarquia com quase oitocentos anos, e pelo rápido desenvolvimento dos transportes, designadamente os automóveis e os aviões e das formas de comunicação com o aparecimento do telefone e da rádio, dão origem a uma sociedade mais imediatista e extrovertida que no virar do meio século adquire uma imparável aceleração que, hoje, nos submerge e quase sufoca. Não eram então, nesses tempos em que uma metade do século se fechava e a outra se abria, que ficava muito espaço ou interesse em olhar ou falar do que havia ficado para trás. Para a frente é que era o caminho...

Justificada assim nesta análise retrospectiva a minha quase total ignorância sobre essa época, entenda-se as cinco primeiras décadas do século XX da vida da Comunidade em Estarreja, procurei chegar à fala com algumas pessoas que, à época, seriam a juventude local, bem como falar com outras que sabia terem-se muito antes de mim interessado por essas questões.

Procura-se e dois pequenos golpes de sorte...

E uma das melhores fontes para se saber alguma coisa sobre a história e as estórias de Estarreja é sempre António Augusto Silva, homem de muitos conhecimentos nesse acervo imaterial de factos e memórias e de enorme disponibilidade para delas falar e partilhar. Comparamos notas e documentos, acrescentamos um ao outro pequenos factos do conhecimento de cada um e foram surgindo novas pistas de procura. Nesse processo tive dois pequenos golpes de sorte. O primeiro quando casualmente encontrei o sr. Adalberto Lopes de Melo, que pelas minhas contas devia ser um rapaz novo por essa época, e lhe perguntei se se lembrava dessa revista. A resposta foi um espanto: Lembrava-se e muito bem, pois o “ponto” de cena tinha sido ele, e até tinha em casa uma cópia do Guião! Estava encontrado o pote de moedas de ouro no final do arco-íris! Desde logo se disponibilizou para me emprestar esse original, que pedi para ser digitalizado pelos serviços do Arquivo Municipal e depois fui lendo e fazendo uma cópia transcrita para computador, para que fosse possível usá-la para quaisquer fins futuros.

Mas esse original, em papel já amarelecido pelo tempo, com ocasionais correcções manuscritas sobre o texto batido à máquina, tinha, infelizmente, a falta de algumas páginas, que assim retiravam a integridade plena do texto. Sem grandes esperanças, confesso, acedi via internet, aos Arquivos da Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas – Torre do Tombo, introduzindo para pesquisa as palavras “revista”, “nada de confusões”, “estarreja” e, segundo golpe de sorte e quase para mim um milagre (!), aparece-me o original aí depositado e entrado a 14 de Março de 1950 e despachado pela Censura a 21 de Março desse mesmo ano. Registe-se, pela análise das datas, de que trabalhava rápido a Censura nesses tempos, tendo em sete dias, lido, censurado e elaborado o seguinte parecer: “*Contém este documento 35 páginas e foi aprovado pela Comissão de Censura, com cortes nas páginas 2, 4, 7, 11, 12, 13, 17, 25, 27, 28 e 33.*”

Feita esta descoberta foi só proceder ao formalismo da encomenda e obtenção da cópia desse precioso original.

- As Motivações para este trabalho... nem que seja só para pessoal gratificação...

A partir daqui senti que teria interesse, nem que fosse só para pessoal gratificação, tentar colectar e reunir, de uma forma o mais exaustiva que conseguisse, a génese, o enquadramento humano e social, o impacto local, regional e cultural que tal espectáculo terá tido nesta terra que abraça o Antuã, nessa geração que a concebeu e protagonizou e a influência que tal património imaterial terá acabado por ter nas décadas que se seguiram.

Mas para além dessa possível satisfação, que decorrerá de se procurar, encontrar e produzir um documento que num futuro, mais próximo ou mais afastado, poderá ajudar a conhecer raízes e sementeiras de onde somos agora frutos e colheitas, estarão também, de forma subliminar, mas iniludível, três outras razões:

- O CineTeatro de Estarreja - CTE, foi (e ainda é...) uma referência da minha vida. Enquanto adolescente vi nessa “casa” muitos filmes, com entrada à borla ao intervalo nas matinées de Domingo, autorizada pelo “carimbo na testa” apostado pelo gerente do Cinema (como se dizia) nas décadas de 50 e 60, o “Toninho” Miranda. Mais tarde, mais crescido e igualmente nas tardes de Domingo, já pagando bilhete de Balcão e acompanhado da minha namorada, vendo os grandes sucessos em cartaz, e nas quintas-feiras à noite para assistir aos filmes de culto e de autor, que me fizeram, se não um cinéfilo, pelo menos um grande apreciador da 7^a arte.

- Depois, ao aproveitar para recordar a inauguração do CTE em 1950, não deixar esquecido o importante contributo que o CTE tem sido para quem vive na “província” se manter a par da Cultura que se faz e que nos cultiva e enriquece. E isso depende muito de não esquecer e recordar o importante que foi a acção do Dr. Vladimiro Silva, quando nos primeiros anos da década de 1990 e no limiar do seu primeiro mandato como Presidente do Executivo Camarário, assumiu a defesa de impedir o fecho da sala enquanto espaço de Cinema, Teatro e Cultura, adquirindo o edifício e iniciando a sua reabilitação. Decisão corajosa, de visão e sentido de utilidade pública, que eu pessoalmente aqui procuro, enquanto munícipe, reconhecer e agradecer.

Nos seguintes mandatos da liderança autárquica, o Dr. José Eduardo de Matos inaugurou a obra e iniciou uma qualidade de programação que se mantém na actual gestão do Dr. Diamantino Sabina, apoiada numa equipa de reconhecida competência e exemplar profissionalismo, fazendo do CTE uma referência regional pela diversidade, qualidade e actualidade.

Quando se fala do “(re)nascimento” do CTE, convém recordar e não deixar esquecer algumas “dores do seu crescimento”, o seu processo evolutivo e o quanto importante é ter este equipamento vivo e activo na nossa Comunidade, quem o criou e manteve condições para que assim continue a ser.

Porque, e não raras vezes, a memória dos homens é demasiado “curta”...

- Por fim, e não por último, uma tentativa de retribuir a esta terra, que não sendo a minha terra natal, foi aquela onde cresci, vivi e me enxertei, que me proporcionou a formação escolar, a actividade profissional e a integração comunitária. Que me tratou como um filho e nunca como um enteado. E reconhecendo isso, e por isso, este é um pequeno princípio do meu “muito obrigado” a esta terra de Estarreja.

- Algumas notas explicativas

Antes de terminar este passo introdutório, será necessário proceder a algumas explicações e a antecipar falhas, omissões e as consequentes desculpas:

- Todas as informações que se apresentam foram recolhidas das fontes disponíveis (cópias de documentos, recortes de jornais, testemunhos pessoais, ...), bem como de algum conhecimento pessoal sobre factos, espaços comerciais, pessoas, ..., e são, portanto, apresentados com base na melhor da boa fé;

- Procurei recolher fotografias e informações de todos os participantes na realização, produção e interpretação da Revista, com igual empenho e interesse. Se se apresentam fotografias e descrições mais detalhadas de algumas dessas personagens, é porque se conseguiram obtê-las. Não houve qualquer intuito de fazer distinções ou personalizar protagonismos;

- Assume-se, contudo, como consciente e intencional, ter sido dado maior espaço a certos intervenientes, por nos parecer terem sido mais determinantes em todo o processo criativo, interpretativo e produtivo. Tal assumpção pode não ter sido totalmente justa, mas foi aquela a que a investigação e consulta nos sugeriram e conduziram.

O resultado de todo esse trabalho constitui-se no acervo recolhido e explicitado nos documentos, textos, imagens e testemunhos que se seguem. As opções assumidas e explicitadas são, pois da minha inteira responsabilidade, e se falhas houve (e seguramente que muitas terá havido), e não sendo deliberadas ou intencionais, delas fica aqui e desde logo um sincero pedido de indulgência, na certeza de que quaisquer correcções ou contributos adicionais serão recolhidos, guardados e incorporados ao acervo já existente.

Ao iniciar a compilação deste trabalho, uma questão se nos colocou: Que acordo ortográfico deveríamos utilizar?

- A hesitação foi curta, e como já se adivinhou pelo até aqui escrito, a opção foi por escrever este texto no “português” que me ensinaram na Escola (e não o que está em vigor segundo o novo acordo ortográfico), o qual, não só me é mais familiar e cómodo, como também me pareceu mais adequado ao texto e enquadramento da época em que este evento teve génesis e cenário.

Assim, portanto, será à “moda antiga” (como antiga é toda esta história), que faremos este relato. Se não obtivermos de todos o acordo, esperamos ao menos obter alguma compreensão.

- Agradecimentos

Num trabalho deste tipo, feito a partir de documentos que se vão obtendo aqui e ali, e muito fundamentalmente suportado por recordações e memórias que se vão igualmente conseguindo recolher ali e aqui, existe nessa recolha um grande factor de contacto humano, e que só se lamenta não ter sido ainda maior pois tal significaria muito mais testemunhas a poderem prestar provas do acervo pessoal do que viram, ouviram e viveram.

Mas todos esses contactos demonstraram uma riqueza humana que comprova ter de facto havido em Estarreja e arredores (gente de Ovar, Ílhavo, Murtosa e outros locais também participou de toda esta história) uma geração dos anos cinquenta do século passado de grande gabarito cultural, associativo, solidário e humano.

Mas impõem-se necessárias referências, por justificada gratidão, para com as mais diversas formas e contributos que nos foram proporcionadas. Assim:

- Centro Recreativo de Estarreja, pelo guardar e resguardar ao longo destas décadas, dos elementos documentais que permitiram “descobrir o fio à meada” e despertar o interesse por este acontecimento, que terá sido tão marcante nesse abrir da década de 50 do passado século XX;

- Descendentes de Alexandre da Silva Miranda, por terem preservado e doado ao CRE, numa prova do conhecimento do carinho e da ligação afectiva que seu pai e avô sempre teve pelo CRE, um conjunto inicial de 18 fotografias, que ainda se mantêm com uma qualidade admirável passados mais de setenta anos, e que ilustram a maior parte do quadros cénicos da revista;

- Adalberto Lopes de Melo, que logo após o primeiro contacto se disponibilizou para confiar e entregar nas nossas mãos, para consulta e cópia, um dos guiões originais, ainda com anotações e correções manuscritas, documento que foi fundamental para entender o enredo e sequência das cenas e interpretar as imagens retidas nas fotografias;

- Alberto Linhares Vidal - Com a sua memória colectiva e continuada ao longo dos tempos da vida de Estarreja, permitiu fazer a ligação entre vários factos e registos, sendo um portador único das memórias do Centro, do CDE, da Sociedade local e da sua evolução desde os princípios da 2^a Grande Guerra até aos dias de hoje. Uma viva enciclopédia do Associativismo concelhio;

- Aida Marques – Tendo sido uma das cantoras mais em evidência e solista do número “Vira – Varino”, a D^a Aida Marques ainda nos proporcionou, após um contacto com o seu

filho José António Silva, 4 valiosas fotografias de números da Revista que não havíamos encontrado no espólio entregue ao Centro pela Família de Alexandre Miranda;

- **Ana Rosa de Almeida** – Também uma das figurantes da Revista, e provavelmente uma das mais jovens de todas pois teria então apenas 14 anos, que nos recebeu em sua casa e disponibilizou as cópias de fotografias que tinha, tendo-se encontrado entre elas as tais últimas 4 que nos faltavam para completar a “coleção” das 26 que terão sido captadas;

- **António Augusto Silva**, uma permanente e informada fonte de elementos de conhecimento pessoal e documental, que recua e avança no tempo ligando personagens, eventos e registos que tornam mais entendível os Quês, Quando e Como. Com uma disponibilidade invulgar, põe à disposição para consulta e cópia, tudo o que tem e retêm, e que tanto trabalho e despesa lhe terão dado. Foi igualmente útil a consulta de crónicas suas publicadas em “O Concelho de Estarreja” sob o título “Achegas para a história do Teatro em Estarreja”. Um bom companheiro de pesquisa e um grande amigo da história local;

- **Norvinda Leite**, que na época em que iniciei a pesquisa era a responsável pelo Arquivo Municipal, é o melhor exemplo da pessoa certa na função certa. Sempre formal e organizadamente disponível, tanto na ajuda da pesquisa como na preservação da documentação associada, contribuindo com recomendações e indicações que facilitaram posteriores consultas de descobertas, sempre com um discreto, mas perceptível prazer de quem gosta daquilo que faz. A autarquia de Estarreja não poderia então ter feito melhor seleção para a quem entregar o seu espólio e acervo documental;

- **Autores, Actores/Actrizes e todo o elenco da Revista**, a quem tudo se terá ficado a dever. Infelizmente será já tarde para agradecer “de facto e ao vivo” à grande maioria desses Homens e Mulheres, de diversas idades, desde o viço da juventude e que nem à maioria dos então requeridos 21 anos teriam chegado, até aos que já se encontravam para lá do meio século de vida.

Gosto de me orientar na vida por uma frase feita e para a qual meu pai um dia me chamou a atenção, e que diz assim; “*Agradece-se a opinião de quem faça melhor, e não de quem saiba mais...*”. E de facto, saber, sabemos todos muito, mas quanto a fazer já as contas serão outras. E esse grupo, na já remota data de 1948 a 1950, passados mais de 70 anos, foi daqueles que, de facto e com provas, se atreveram e “*fizeram*”.

E portanto, só nos resta agradecer, e se isso já não pode ser feito a todos eles de forma pessoal, como seria justo e devido, que no mínimo se faça de forma colectiva, por via das suas famílias, das suas descendências, do passar de boca em boca das suas memórias em tertúlias de amigos (cada vez mais raras), ou na conversa à volta de uma qualquer mesa.

A nossa forma de lhes agradecer, à nossa maneira e jeito, é este trabalho que tenta reconstituir com os elementos que se encontraram, o que terá sido esse grande

Espectáculo da Revista de Costumes Regionais “Nada de Confusões”, para que se possa perceber melhor o “processo identitário” da Comunidade Estarrejense, contando com mais esta peça do seu Património imaterial.

- Enquadramento temporal e histórico do evento

- As décadas de 40 e 50 do passado século XX, terão sido para Estarreja, embora o mesmo se poderá ter verificado um pouco por todo o País, décadas de uma significativa transformação Social, Cultural e Económica. Se os fenómenos sociais que necessariamente resultam de um período de grande depressão económica, saída da mais terrível das guerras mundiais que a civilização já conheceu, afectaram tudo e todos, e portanto também Estarreja, não deixa de ser verdade que esta terra teve nesse período todo um conjunto de marcos que mudaram a realidade dessa micro sociedade residente na maior das freguesias do seu concelho, a então freguesia de Beduído, e mais ainda no interior desta, no seu “caroço” urbano.



Logo a abrir a década de 40, num país onde a 2ª Grande Guerra era vivida por efeitos indirectos sentidos nos racionamentos ao consumo e nos afluxos de refugiados de outros países e actualizada pela escuta das emissões nocturnas da BBC, Estarreja dispõe de um grupo cénico do “Estarreja Sport Club”, que a 6 de Março de 1941 leva ao palco do antigo Cine-Teatro de Estarreja, que pouco mais era que um barracão situado nas traseiras do edifício da actual Caixa Geral dos Depósitos, praticamente em frente ao local onde hoje se encontra o CTE, as peças “*Na boca do lobo*” e “*As duas gatas*”, com um espaço de Variedades musicais entre elas e tendo como intenção o benefício do dispensário Anti-Tuberculoso de Estarreja.

Pouco mais de 3 meses depois, o “Grupo Cénico do Centro Recreativo de Estarreja” prepara e leva à cena, em 29 de Junho de 1941, um “*grandioso espectáculo*” destinado a comemorar a reabertura da Sede do CRE no magnífico palacete “Valdemouro” situado na Praça Sotto Mayor, imóvel onde o CRE teria a sua Sede durante mais de 40 anos e hoje se encontra instalada a Casa da Cultura Municipal. O Programa do espectáculo compunha-se de 3 partes, sendo a 1ª uma peça em verso, da autoria de António Dias Simões (*que seria o pai de Maria Amélia Dias Simões, importante elemento na estrutura musical da Revista, como adiante se verá*), e com o título de “*NADA*”, uma 2ª parte com uma comédia em 1 Acto, de Sousa e Vasconcelos e chamada de “*Inglês e Francês*”, e a fechar uma opereta em 1 acto, igualmente de A. Dias Simões, e que tinha o título de “*No Conservatório – uma lição ao mestre*”. Nos intervalos das peças, assistia-se a canções interpretadas por Mimi Iglésias. Analisando os intervenientes neste espectáculo, começam-se a detectar nomes que daí para a frente se vão encontrar nas várias realizações de carácter cénico e cultural que a então Vila começa a produzir. São recorrentes os nomes de Irene Góis, Palmira Góis, Lucília Ferreira, Artur Cunha, Aníbal Dias, José M. Mendonça, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, Alberto Vidal, José Maria Pinto de Sousa, António Mortágua e Alberto Augusto de Figueiredo Vidal, que era neste período o Ponto que apoiava todos estes espectáculos. Destacavam-se já igualmente, na vertente mais musical, a influência de Maria Amélia Dias Simões (que dirigia a orquestra e todos os números musicais), a família Calado, com Joaquim e Luís e, mais tarde, Augusta do Céu Calado.

A meio dessa década de quarenta, em 27 de Novembro de 1944, é fundado o Clube Desportivo de Estarreja - CDE, e à sua volta a juventude local agrupa-se em diversas formas de procura de apoios para dar condições estruturais que permitam as práticas desportivas a que o Clube se propunha, e logo no ano seguinte, a 4 de Novembro de 1945, o intitulado “Grupo Cénico de Estarreja”, apresenta uma Récita a favor do CDE, com 3 números: A Comédia “*PAPY*” do escritor Pedro Bandeira, um Acto de Variedades “*T.S.F – 1945*”, com diálogos do estarrejense Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, e a Opereta em 1 Acto, “*Flor da Aldeia*”, um original de Henrique Luso com Música de D. J. Machado (*pode ver-se acima o panfleto de anúncio deste espectáculo*).

Para alargar as formas de apoio e promover o ecletismo do Clube, é criada em 16 de Fevereiro de 1948 a Secção Cultural do Clube Desportivo de Estarreja, composta por Alexandre Miranda, Henrique Souto, Manuel Craveiro Júnior, Joaquim Oliveira Calado, António Augusto Fernandes, Alberto da Silva Simões e José Mendonça, a maioria

destes nomes, como já vimos, presentes em anteriores experiências do “*Grupo Cénico do Centro Recreativo de Estarreja*” e do “*Estarreja Sport Club*”. Começa pois a evidenciar-se um padrão de repetição dos nomes nos participantes em várias dessas realizações culturais, desportivas e de dinâmica social, denunciando a existência de um núcleo duro de jovens com grande dinâmica artística e que enquadrados por figuras locais, ou outras que tinham vindo até Estarreja por razões essencialmente de ordem profissional, mas que com elevadas competências culturais e artísticas, designadamente musicais, líricas e literárias, se misturam e devem ter propiciado um enquadramento de sinergia de partilha cénica que os atira para a vontade de fazer e produzir “espectáculos” teatrais e musicais. Não se pode esquecer que se estava numa época onde não havia internets, nem sequer televisão, e onde mesmo o cinema era ainda incipiente nos locais da província, sendo que a vida social se fazia muito pela actividade de serões associativos, os quais vinham já a substituir os mais antigos serões familiares. Havia mais tempo e vontade para se reunir, ensaiar e trabalhar, durante todo o ano, pois as férias de verão e viagens dentro e fora do país, eram coisas muito raras e só ao alcance de muito poucos.



ABOVE: STYLING: JUDY CAMPBELL, JACK HAWKINS, FINLAY CURRIE, MORLAND GRAHAM, ELWYN BROOK-JONES, HECTOR ROSS

Pressente-se assim, a existência de um “caldo” cultural, com ingredientes locais e regionais, temperados por hábitos antigos e experiências recentes, e posto ao lume de uma década em mudança com o aparecimento de estruturas sócio-económicas que aportam energia e adrenalina. Não são factores irrelevantes neste enquadramento, que no ano da realização da revista “*Nada de Confusões*”, que iria subir à cena a 1 de Abril de 1950, o novo Cine Teatro de Estarreja, construído pela Empresa Cinematográfica Aveirense Lda e segundo um projecto do arquitecto Raúl Rodrigues Lima (e que ainda hoje lá está, felizmente restaurado e renovado, mas com a mesma traça exterior), tenha sido inaugurado no dia 12 do anterior mês de Março, tendo exibido nesse dia o seu primeiro filme “*As Aventuras do Príncipe Charlie – um filme realizado em 1948, de título original Bonnie Prince Charlie e com a interpretações de David Niven e Margaret Leighton*”, depois de ter sido iniciada a sua construção em 1947. E que nesse mesmo mês de Abril tenha sido igualmente aberto o “*Hotel Miranda*”, que muitos se lembram de ver ainda em funcionamento e que foi durante muitos anos uma unidade hoteleira de referência.

Mas havia ainda mais energia a aquecer o “caldo”, se não de uma forma directa, mas indirecta e subjacente, trazendo gente, vitalidade e dinâmica. No decurso dessa década de quarenta, inicia-se no Concelho uma actividade química industrial, que arranca com uma fábrica de cloro e soda caustica e se alarga no final da década para os adubos amoniacais, com base na unidade que viria a ser conhecida durante décadas como o Amoníaco Português, e que após um período de designação de “*Quimigal*”, depois CUF e hoje “*Bondalti*”, integrando um Complexo Químico bem mais vasto, mas que teve a sua génese de instalação e desenvolvimento nessa década de quarenta. Esta nova matriz industrial do Concelho trás consigo uma migração de

famílias das mais diversas regiões, que carreando outras culturas e costumes, vieram trazer diversidade e diferença, acabando muitas delas por aqui se fundirem e radicar, constituindo novas células e agregados familiares, hoje a caminho das suas segundas e terceiras gerações (*e esta migração industrial será também uma “outra história”, a merecer estudo e levantamento, pelo muito que viriam a modificar nas décadas seguintes, e até hoje, o “tecido familiar” de todo o Concelho*). Mas tudo terá começado por essa época, em que claramente Estarreja se movia por dentro e para fora, em variegadas manifestações, como resultado de anos de tradição teatral e cultural.

Estavam, portanto, como hoje se diz, criadas e instaladas as condições para o aparecimento de uma obra de maior fôlego artístico teatral e musical. Havia o gosto pela representação teatral, manifestada em várias récitas e peças anteriores. Haviam os recursos humanos, organizados sob grupos estruturados como o Grupo Cénico do CRE e a Secção Cultural do CDE, que de alguma forma se parecem fundir com muitos dos mesmos nomes a aparecerem em ambos, e complementados e enquadrados por outros artistas de terras próximas. E havia ainda o motivo: a inauguração do novo Cine Teatro da então Vila de Estarreja, com uma sala só comparável às existentes na grande cidade de Aveiro, a capital do distrito. Refira-se como curiosidade, que um ano antes, em 29 de Janeiro de 1949, tinha sido inaugurado em Aveiro o “Cine-Teatro Avenida”, com projecto do mesmo arquitecto e construído pela mesma sociedade que os do CTE.

Com um conjunto tão completo de condições e um justificado motivo, o desfecho só poderia ser o que foi: montar, produzir e levar à cena, aquele que terá sido o maior espectáculo de teatro de génese local na história de Estarreja –*“A Revista fantasia de costumes regionais em dois actos e dezoito quadros, da autoria de Manuel Craveiro Júnior, de título “Nada de Confusões”*, tal como se encontra registada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A estreia da Revista viria a ser no dia 1 de Abril de 1950, e os bilhetes para essa estreia e subsequentes espectáculos, foram postos à venda na bilheteira do CTE e no café “Miranda”.

Rezam as crónicas da época que o resultado material que se pretendia angariar para apoio ao CDE não terá atingido esses fins em vista, pois muitas terão sido as despesas para que a obra apresentada tivesse qualidade e dignificasse a terra e quem nela participou. Mas o que não deixou dúvidas foi o prestígio regional que tal cartaz alcançou, a revelação de talentos e até mesmo início de algumas carreiras mais associadas às Artes e, muito fundamentalmente, o acervo deste Património material e imaterial que essa geração dos anos 40 e 50 nos deixou, demonstrando, por obra feita, capacidade artística, voluntariedade solidária e amor à sua terra, à sua região e às suas raízes.

- A Documentação

Este trabalho é fundamentalmente uma recolha, compilação e “colagem” de conteúdos documentais, informações, relatos, testemunhos, fotografias e outros factos e incidências, que se foram obtendo aqui e ali, e que nalguns casos são de absoluta fidedignidade, mas noutras são de inferência por dedução, por não haver prova de que são/foram exactamente assim ou de que poderão ter sido de outra forma.

Mas para sistematizar um pouco melhor a compreensão da documentação recolhida, a qual se encontra disponível para consulta de quem em tal estiver interessado, que a vamos dividir em pequenos capítulos e detalhar o que se conseguiu encontrar.

- Guião ou Guiões

Podemos dizer que o Guião visto e revisto pela Censura, é o texto formal que se considera. Foi nele, por ser o único de que se dispõe cópia integral e que por ter sido aquele que foi submetido ao escrutínio oficial, que se seguiu como orientação para a identificação dos Quadros e das Cenas e a sua associação às Fotografias. Como exemplo de algumas inferências que se assumiram, temos a identificação das fotografias e dos quadros que as mesmas representarão e das personagens que se julgam ser as que se apresentam como identificadas, fazendo essa ligação das fotografias aos intérpretes indicados na distribuição dos papéis de cada um dos intervenientes.

- Fotografias da Revista

Como facto já referido, foram encontradas nos arquivos do Centro Recreativo apenas 18 fotografias, ficando-se porém a saber que teria havido pelo menos 26, pois apareciam numeradas a lápis até esse número (faltando os números 6, 11, 15, 17, 19, 21, 24 e 25), tendo todas elas sido captadas pelo Estúdio Fotarte, de Aveiro (estúdio fotográfico hoje em dia já desaparecido e sem espólio em lugar conhecido), constatando-se portanto que nem todos os Quadros e Cenas teriam registos fotográficos entre essas 18 que se encontraram.

Ao longo do tempo e das conversas que fomos tendo com alguns dos intérpretes ou seus familiares, foi possível, com alguma felicidade e muita disponibilidade das pessoas contactadas, “encontrar” as restantes 8 fotografias em falta, se não em originais do Estúdio Fotarte, mas em cópias delas em muito bom estado. E digo felicidade porque se encontraram 4 delas na posse da D^a Aida Martins Marques (as únicas que tinha), e as restantes 4 na posse da D^a Ana Rosa de Almeida (sendo igualmente as únicas que tinha). Estava, desta forma feliz, completado o “puzzle” de todas as 26 fotografias.

De posse dessas fotos dos Cenários e Quadros e lendo o texto, é possível fazer-se a ligação de que tal fotografia corresponderia a tal Cena, sendo que na quase totalidade dos casos essa inferência é quase certeza. Igualmente, pela distribuição dos papéis que é conhecida, se poderá assumir que em determinada fotografia será determinada pessoa que estará em palco, fazendo-se essa identificação nominal, sem que haja, contudo, a certeza “absoluta” de que assim seja, pois sabe-se que em algumas das récitas houve substituições de intérpretes.

Apenas uma pequena mágoa nos fica: o das fotografias não serem a cores, pois isso permitiria observar o que decerto terá sido o maravilhoso efeito colorido do rico guarda-roupa confeccionado pelos Ateliers Paiva de Lisboa, assim como dos Cenários de M. Cunha e Silva, dos Estúdios Apolo de Lisboa.

Porém em 1950 a fotografia a cores era algo ainda não comercialmente disponível..., mas que teria sido fantástico poder ver as cores que luziram naquele palco, sem dúvida que teria sido!

- Outras fotografias

Solicitamos e conseguimos algumas outras fotografias, designadamente de eventos associados, como é o caso das que se incluem da presença do Professor Egas Moniz numa das récitas, assim como as individuais de algumas das figuras que participaram na produção e interpretação da revista. Sempre que possível pedimos fotografias dessas pessoas o mais próximo possível da data de 1950, para se ter uma ideia de que como seriam nessa época, e é de facto uma maravilha ver esses rostos na força da sua juventude de então. A todos os que nos disponibilizaram essas fotos, que muito humanizam este trabalho, o nosso renovado agradecimento.

- Os Cenários

Os Cenários que serviram de fundo aos diversos quadros e cenas exibidos, num total de 20 que inventariamos a partir das fotografias, são nalguns casos de uma riqueza de pormenores (e nesse particular o da Praça de Estarreja, o da frente da Ria na Torreira junto do Café “Guedes”, e o da Murtosa, são exemplo paradigmático), evidenciando que quem realizou as suas maquetes, teve de se deslocar a Estarreja para observar e estudar não só os locais, como os temas e as simbologias do guião, de forma a permitir que a sua posterior manufactura em Lisboa não resultasse numa coisa estranha e desadequada.

Alguns desses cenários foram posteriormente e durante muitos anos e diversos espectáculos (Récitas de Escolas, Festinhas de Natal, Festivais Infantis da Canção, etc...) utilizados como fundo de palco. Pessoalmente lembro-me muito bem de ver dois deles, o de “Coimbra”, que serviu de cenário ao quadro “Tricanas e Guitarradas”, e o outro da “Praça de Estarreja”.

No presente já nenhum deles parece existir, o que não será de estranhar passados que já lá vão quase setenta anos...

- Pautas musicais

Foram encontradas pautas musicais de algumas das peças/canções que foram exibidas e ainda de algumas outras que não estão sequer identificadas. Mas acreditamos, embora não assinadas, que são de facto os originais, incluindo algumas delas notas de comunicação entre compositor e músicos (maestro e interpretes) bastante pitorescas e demonstrativas de um grande espírito de cooperação e trabalho conjunto.

Existe muito outro material documental associado a este espectáculo e à sua divulgação, como por exemplo o panfleto promocional editado pelas firmas comerciais e industriais então existentes no concelho e região, que dão uma imagem da actividade empresarial então existente, ou ainda nos recortes de jornais na época publicados ilustrando o impacto mediático que a Revista teve, mas que, pela sua dimensão, não cabe neste tipo de trabalho.

- Segue-se pois...

Segue-se pois a partir daqui, cientes e assumidos desde logo que os aspectos mais interessantes e pitorescos de toda esta “história” terão estado fora do palco, mas que

deles hoje se torna tarefa impossível de recolher, pelo efeito de diluição das memórias e dificuldade de ouvir os reais intervenientes, a apresentação de um sumário da estrutura da Revista, da designação dos Quadros e as Cenas saídos da criatividade de Manuel Craveiro Júnior, da arte de tantos e do trabalho e entusiasmo de muitos outros.

Fiquemos, portanto, pelo que a documentação nos permitiu conhecer e pelo que alguma pesquisa e imaginação nos permitiu inferir, e de tudo isso partilhar o que nos parece mais relevante nesta necessária síntese.

- A Revista e os seus intervenientes: Autores e Interpretes

- Muita terá sido a gente envolvida, de forma directa ou indirecta, com maior visibilidade na boca de cena ou mais descrição na penumbra dos bastidores, dedicando mais intelecto, mais arte ou até mesmo mais físico, consoante os dotes e disponibilidades de cada um. Terá havido amadores, a grande maioria seguramente, mas também alguns profissionais, como se adivinha pela produção do guarda-roupa e dos cenários e maquetas.

Seria bem mais justo que se pudesse fazer uma referência personalizada de cada um e do seu contributo para a realidade final do espectáculo que se produziu, mas isso é para nós tarefa utópica pelas iniludíveis razões de falta de informação e conhecimento sobre todos quantos mereceriam essa recordação. Assim, de forma menos equitativa, mas apenas à medida do que fomos capazes de recolher, iremos limitarmo-nos ao destaque de algumas dessas figuras de Autores e Interpretes, sobre as quais documentação e testemunhos nos permitiram compor incipientes registos biográficos, mas que pretendem humanizar o evento, fazer ligação entre esse passado de raízes com cerca de setenta anos e as suas descendências para os dias de hoje.

Da listagem abaixo, que é uma transcrição dos folhetos e programas originais, retiram-se explicitados os cargos e funções que cada um terá representado na preparação, realização e interpretação da revista. Num primeiro bloco iremos então procurar descrever “quem era quem” que estava “fora do palco” e depois dar-se-á espaço aos que ocuparam e pisaram pela primeira vez as tábuas do novíssimo palco do Cine Teatro de Estarreja.

“NADA DE CONFUSÕES”
REVISTA – FANTASIA DE COSTUMES REGIONAIS
Em 2 Actos e 20 Quadros

Director Artístico e Poema: MANUEL CRAVEIRO JÚNIOR

Direcção Musical: MARIA AMÉLIA DIAS SIMÕES

**Músicas de: MARIA AMÉLIA SIMÕES DIAS; AMADEU SANTOS;
M. CRAVEIRO JÚNIOR**

Encenação: ALEXANDRE MIRANDA

Coreografia: MANUEL SÍLVIO

Guarda Roupa: ATELIERS PAIVA – Lisboa
Cenários e Maquetas: M. CUNHA e SILVA (do Teatro Apolo-Lisboa)
Contra Regra: JOSÉ MENDONÇA
Cortinas: Arranjo de A. MORTÁGUA e JOSÉ MENDONÇA
Caracterizador: ÂNGELO SIMÕES CHUVA
Ponto: ADALBERTO LOPES
Electricista: ANTÓNIO FERREIRA
Maquinista: JOÃO FRANCISCO da SILVA
BAILADOS e COROS

Senhoras: Aida Martins Marques, Ana Rosa de Almeida, Clarinda da Anunciação Gomes Oliveira, Conceição Ramos, Dulce Linhares Vidal, Dulce Sá Rodrigues, Esmeralda Tavares Rodrigues, Gertrudes Marques da Silva, Glória Ramos, Guilhermina Ferreira, Irene Pinheiro Góis, Maria Alice Marques Teixeira, Maria Emilia Vieira, Maria Estelina Agra, Maria Inês Gomes de Oliveira, Maria José Ferreira, Maria de Lourdes Lopes, Maria de Lourdes Tavares Rodrigues, Maria Lucília Ramos, Maria Natalina de Almeida, Margarida de Sousa, Mariana Moutela, Odalela de Santa Helena Bandeira e Vera Martins Marques.

Cavalheiros: Afonso Almeida Eça, Alberto Linhares Vidal, Carlos Tavares, Guilherme Pontes, Hernâni Santos, João Crespo dos Santos, José Maria Lopes da Silva, José Mendonça, Luiz Simão Rebelo Leite de Sousa e Nelson Horta.

-Algumas figuras que justificam destaque na Produção, Realização e Interpretação da Revista



- Manuel Craveiro Júnior – O Director Artístico é um, se não mesmo o principal, dos autores do Guião da Revista, não era natural de Estarreja, mas sim de Ílhavo, onde nasceu a 24 de Setembro de 1886, filho de Reinaldo de Oliveira Craveiro e de Rosalina da Anunciação Gomes.

Fez o curso de Professor pela Escola Normal de Aveiro, onde se habilita com a média final de 17 valores. Começa a leccionar em Pousa Flores, Ansião, sendo que em 1912, com 26 anos de idade, passa ao quadro escolar, com provimento definitivo, na freguesia dos Arcos, Anadia.

Aí irá permanecer 20 anos, e nesse espaço de tempo, para além de professor do Ensino Primário, terá sido director dos jornais locais “Povo de Anadia” (1915) e do “Bairrada” (1916 a 1928), ambos quinzenários de propaganda e defesa da região. Já na fase final da sua estada de 20 anos em Anadia, participa na realização da revisita local, “Champanhalândia”. Durante esta fase da sua vida, ter-se-á ainda envolvido na realização da peça “Gente miúda”, em colaboração com Amadeu Santos, com quem também trabalha nas músicas do “Nada de Confusões”.

Em 1932 transfere-se para o Porto, e aí terá leccionado até 1946, embora os registos sejam pouco informativos sobre os últimos 4 anos. Mas supõe-se que será neste ano que, com 60 anos de idade, dará como terminado o seu magistério.

Terá então, em 1948 e com 62 anos, vindo para Estarreja, segundo se julga para dirigir a organização contabilística e administrativa do projeto de construção do CTE, e, numa conjunção de circunstâncias, em que se podem antecipar as suas responsabilidades no CTE, as anteriores experiências na escrita e realização de peças teatrais e o já referido ambiente “cénico” dessa Estarreja das primeiras cinco décadas do século XX, se transforma na figura criativa central e motora da génese e montagem dessa peça, como se deduz de manuscritos e correspondência a propósito, iniciada já 2 anos antes da sua estreia.

O Professor Manuel Craveiro Júnior veio a falecer no Porto, onde residia, no dia 20 de Abril de 1959, com 72 anos de idade.

- Maria Amélia Dias Simões – Ao abrir do novo século, em 1900, nasce em Ovar, e filha de Leolina Pires da Silva e de António Dias Simões, o qual terá sido um dos mais ilustres vareiros como poeta, dramaturgo, historiador e de grande espírito de solidariedade comunitária, sendo mais tarde a única filha sobrevivente de quatro filhos desse casal.



Maria Amélia herda os genes artísticos e culturais dos seus pais e vem a fazer o Conservatório de Música do Porto, concluindo com brilho e distinção o curso de piano. É durante muitos anos a maestrina do Orfeão de Ovar.

Maria Amélia Dias Simões teve dois filhos, António Manuel e Edwiges Helena, filha esta que veio a ser a figura de cartaz do “Nada de Confusões”, como veremos à frente na distribuição de papéis e na biografia de alguns dos intérpretes.

Morreu em 1977, tendo deixado uma marca cultural de tal forma que hoje existe na sua terra, Ovar, a “Academia de Artes Maria Amélia Dias Simões”, como uma manifestação física da sua memória em terras vareiras.

A D^a Maria Amélia Dias Simões, que teria então 49 anos de idade, assumiu a Direcção Musical da Revista, bem como dirigiu a orquestra musical que acompanhou todos os números, tendo ainda, segundo cremos, sido a executante do piano.

- Alexandre Miranda – Terá sido seguramente um dos estarrejenses de maior dinâmica associativa da sua geração. Nascido, curiosamente numa data de posterior percussão revolucionária, num dia 25 de Abril e igualmente num ano revolucionário, o de



1910, quase se pode dizer que nasce com o Centro Recreativo de Estarreja, separando os dois nascimento um espaço de tempo inferior a 3 meses. De acordo com a Ficha Técnica da Revista, Alexandre Miranda terá sido, com 39 anos de idade, o Encenador da Revista, e estamos convictos de que foi o grande dinamizador, movido por dois dos seus amores de juventude e de vida: o Teatro e o “Seu” CDE, a favor do qual a Revista foi realizada. Será talvez oportuno referir uma parte do discurso que escreveu e proferiu, em 10 de Julho de 1980 e a propósito da celebração dos 70 anos da Colectividade Centro Recreativo de Estarreja, quando a certo trecho refere “... o Grupo Cénico de Estarreja, umbilicalmente ligado ao “Centro”, deixou praticamente de existir. *Mas em Abril de 1950, a mocidade desta terra arranca irresistivelmente e faz pasmar toda a gente com a representação da pitoresca e grande Revista sobre motivos regionais, “Nada de Confusões”, apresentada em nome do Clube Desportivo de Estarreja. O relato desse excepcional espectáculo ficará para a história do CDE, que esperamos ainda um dia poder contar.*”

Infelizmente, tal relato não viria a ser feito...

As fotografias que se encontraram, num total de 18 e todas elas relativas a diversos quadros do espectáculo, foram tiradas pela “Fotoarte” de Aveiro e eram propriedade de Alexandre Miranda, tendo sido doadas ao CRE, após a sua morte e por gentileza de sua filha, Maria Irene Miranda Figueiredo.

- Família Calado – A Família de apelido Calado foi em Estarreja e durante décadas, com particular incidência entre os anos trinta a setenta do Século XX, sinónimo de música, tanto na interpretação como no seu ensino. Terão tido nesta Revista influência na obtenção da colaboração de Maria Amélia Simões Dias, que foi a responsável pela direcção musical da peça, bem como de sua filha Edwiges Helena, por serem famílias que cultivavam conhecimento pessoal e gostos artísticos comuns.

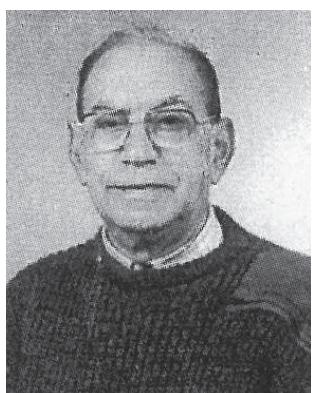
A Família Calado tinha em Manuel de Pedro Calado, que era Maestro, o seu mentor e líder musical, resultando que dos seus sete filhos – Manuel, Álvaro, Luís, Joaquim, Augusta do Céu, Efigénia e Zulmira, quase todos eles tiveram carreiras musicais, designadamente em instrumentos de corda (violino e violoncelo) e piano.

Dois deles, Álvaro Calado e Joaquim Calado participaram na Orquestra da revista como violinistas.

Uma das filhas, Dª Augusta do Céu Calado (Céuzinha Calado), viria a ser professora de música (*um dos estabelecimentos de Ensino onde exerceu foi a Escola do Magistério de Aveiro*) e mais particularmente de piano de muitos jovens estarrejenses, organizando Récitas Musicais apresentadas no Centro Recreativo de Estarreja, com a interpretação de trechos musicais pelos seus alunos.



- Adalberto Lopes de Melo – Desempenhou as funções de “Ponto”, tendo com isso tido, como nos confessou, uma “vista privilegiada” de tudo quanto se passava no palco.... Com os seus 20 anos, sucedeu nesta função de “ponto” a Alberto Augusto de Figueiredo Vidal, que durante muitos anos e espectáculos havia tido essa responsabilidade de apoio aos actores em cena. Adalberto Melo teve uma contribuição fundamental para este trabalho, porquanto dispunha de uma cópia original do Guião da revista, que de forma imediata e colaborante disponibilizou para consulta e cópia em registo digital e transcrição para arquivo informático. Foi a partir deste documento que fomos percebendo melhor o programa e as fotografias que se haviam localizado, mas muito fundamentalmente o alcance da crítica social da época, ainda que mais dirigida localmente tinha também um direcccionamento regional e nacional.



José Maria da Silva Mendonça - Nasceu em Estarreja a 21 de Setembro de 1923 e será conhecido e recordado como um dos mais reputados pintores locais, de escola neo-figurativa. Mas para além do mais, José Mendonça era um homem de grande sensibilidade artística e aparece frequentemente associado a manifestações culturais e artísticas na sua terra. Quando participa em “Nada de Confusões” com responsabilidades múltiplas de Contra Regra, no arranjo de Cortinas e ainda integrado no corpo de Bailarinos e Côro, tinha então 26 anos e estava ainda a exactamente cinco da sua primeira exposição, que veio a ter lugar em Abril de 1955.

Ter tido José Mendonça como um activo participante da realização e representação dessa Revista, ele que será sempre conhecido como “um grande pintor de Estarreja”, tem um duplo e importante significado: a valorização do excepcional naipe de intervenientes de tal Revista e a ilustração objectiva do potencial artístico que existiria em Estarreja nessa época cultural e artisticamente “dourada”.

- Algumas figuras que justificam destaque no Elenco Interpretativo da Revista

José Bernardino Ferreira Pinto – Não se poderá dizer neste caso, com total propriedade, de que “filho de peixe sabe nadar”, mas ter-se-à que fazer a adaptação para “genro de peixe sabe nadar”. De facto José Bernardino Pinto era genro da talentosa Margarida Mendes, (*que trinta anos antes tinha impressionado Júlio Dantas com a sua interpretação de “Mater Dolorosa”*), e assume na Revista um dos papéis pivots de todo o espectáculo, dividindo as funções de “Compère” com a criação do “boneco” de um emigrante de Estarreja no Brasil, que regressa a Portugal muitos anos depois para conhecer a terra e a região de onde havia emigrado em criança. Estamos a imaginá-lo, com o seu sotaque abrasileirado, a apresentar-se como “Roque di Pipino, compadre, di Pipino...”.



José Bernardino Pinto, que desempenhou diversos cargos directivos no CRE, foi por casamento ligado à família da antiga “Casa Tota”, tendo sido pai dos nossos contemporâneos, Gina, Graça e José Alberto, e avó, entre outros netos, daquele que foi presidente do CDE e da Comissão do Carnaval, Pedro Mendes. Transmite-se assim os genes associativos e de gosto pela realização de espectáculos...

José Ferreira Horta – Desempenhou o papel do outro “Compére”, o “Zé Penado”, e dele pouco se sabe, pois seria do Barreiro e encontrar-se-ia por Estarreja a trabalhar na então SAPEC, que mais tarde passou a Amoníaco Português. Mais um dos muitos exemplos de pessoas que por cá passaram, e muito acabaram por ficar e se radicar, trazidos por essa grande vaga de imigração industrial para as fábricas do Complexo Químico, que vigorou nas décadas de cinquenta a noventa. Mas sabe-se que seria José Ferreira Horta pessoa de grande jeito para a representação teatral, pois assim se explica a sua escolha para um dos papéis dominantes da revista.

Artur Cunha – Uma das figuras associativas de relevo da época, presente e activo em várias Colectividades Estarrejenses (CDE; Bombeiros; ...), e que para além de actor nalguns quadros da Revista, funcionava como que uma espécie de porta-voz do elenco, dada a sua capacidade discursiva e dom da palavra, como foram evidentes nos improvisos registados na sessão em que se homenageou o Professor Egas Moniz e no agradecimento aquando de um dos espectáculos que foram levados à Cena do Cine Teatro Avenida, em Aveiro.



Aida Martins Marques – Com apenas 18 anos, foi uma das cantoras mais em evidência em vários números da peça e solista do número “Vira – Varino”, a D^a Aida Marques ainda nos proporcionou a cedência de 4 valiosas fotografias de números da Revista que não havíamos encontrado no espólio entregue ao Centro pela Família de Alexandre Miranda. O gosto pelo canto que evidenciava nesta sua juventude, esteve presente ao longo de toda a sua vida, tendo-nos a todos habituado a ouvi-la nos Coros da Igreja Paroquial, normalmente como solista. Sua irmã mais nova, **Vera Martins Marques**, com 17 anos, participou igualmente na Revista e foi a solista de “Goiabada”.



Alberto Vidal – Interpretando o papel de Ciclista, com a camisola do “União Santa Justa”, que na análise do correspondente quadro da revista se perceberá o porquê desta colectividade, Alberto Vidal, á data com 20 de idade, aparecia já ligada ás diversas actividades Desportivas, Recreativas e Culturais de Estarreja. Tendo sido praticante de várias modalidades desportivas, viria a ser pela vida fora um elemento de forte intervenção comunitária pela sua presença e actividade constantes em diversas colectividades, sendo que o CDE, os BVE, a ASE e o CRE terão os seus maiores “amores” associativos. Beneficiando desta dedicação, veio mais tarde o Centro a ser “salvo” duas vezes da sua extinção

muito pela sua acção de trabalho e de luta: a primeira aquando da integração na Comissão Reorganizadora que “reconstruiu fisicamente” a anterior Sede na Casa da Praça, e a segunda na persistente luta de doze anos para defender os direitos que ao Centro assistiam no seu processo judicial contra a autarquia de Estarreja e que desembocaram na sentença do Supremo Tribunal que repôs os direitos indemnizatórios ao CRE. Poder-se-á dizer que, premonitoriamente, já em 1950 Alberto Vidal se perfilava para que “nada de confusões” se verificasse na defesa dos direitos e do interesse comunitário que o Centro detinha.



Edwiges Helena Gondim da Fonseca - Nascida no Rio de Janeiro em 7 de Outubro de 1929 e provinda de uma família que se notabilizou pela sua dedicação às artes (bastará recordar seu avô, António Dias Simões, e sua mãe D. Maria Amélia Dias Simões, aqui já referida como a grande força de direcção musical da peça), revela-se uma mulher profundamente apaixonada pela Arte em geral, mas com maior incidência na Música.

A sua participação, como a principal voz da revista, interpretando como solista os cinco números “Canção do Marinheiro”; “Amapola”; “Carta d’Além Mar; “Noite de Luar na Ria” e “Cantarinhas”, é feita com apenas 20 anos de idade, e, pensamos nós, terá sido influenciada pela presença de sua mãe na direcção musical, bem como pelo conhecimento com a família do maestro Álvaro de Oliveira Calado, então residente em Estarreja. Estamos ainda em crer que esta participação de Edwiges da Fonseca na revista “Nada de Confusões” terá sido um dos accionadores da sua carreira na música que a conduziram depois a cursar Canto no Conservatório do Porto, a fazer parte do Coral do Conservatório e a cantar na BBC de Londres, nos Estados Unidos e na Rádio Clube de Angola.

Foi solista no Orfeão do Porto, cantando no Teatro Nacional de S. Carlos, e ao longo de toda a vida em muitos outros locais, acedendo a múltiplos convites, tanto a solo como integrando Corais, em programas de rádio e de teatro.

No Orfeão de Ovar foi solista, sob a regência de sua mãe, e, mais tarde, maestrina do mesmo Orfeão durante 17 anos, vindo a dirigir também o Orfeão de Santa Maria da Feira.

Edwiges da Fonseca, foi professora de Português-Francês, e perseguiu um sonho antigo inscreve-se já depois dos cinquenta anos de idade no Curso do Conservatório que vem a concluir anos depois.

Durante 58 anos foi activa propagadora da tradição dos “Reis”, elaborando dezenas, senão centenas de músicas e letras, sendo sempre uma grande animadora do “espírito reiseiro” de Ovar.

A D^a Edwiges voltaria a Estarreja, por volta da década de 80 do século passado, como professora de música no CAT da CIRES.

Tratou-se de uma personagem de referência da vida musical regional e nacional, infelizmente já desaparecida em 2012, e para o lançamento de toda esta extraordinária carreira, terá havido, estamos em crer, um contributo significativo da sua participação (recordamos que com apenas 20 anos...) na revista “Nada de Confusões” e do êxito que a mesma alcançou.

- Distribuição das Interpretações na Revista

José Bernardino Ferreira Pinto - *Roque de Pepino* - (*Compére*)

José Ferreira Horta - *Zé Penado* - (*Compére*)

Edwiges Gondim da Fonseca - “*Canção do Marinheiro*”; - “*Amapola*”;

“*Carta d'Além Mar*; - “*Noite de Luar na Ria*”; - “*Cantarinhos*”

Maria Emília Vieira - “*Mulher de Veiros*”

Maria José Ferreira - *Canados*; - “*Canteirinhos de Beleza*”

Maria de Lourdes Lopes - “*Serrana*”; - “*Velhinha da Praia*”

Irene Góis - “*Canção das Fontes*”; - “*O que o Brasil tem*”; - “*Mondadeiras*; - “*Romaria de S. Paio*”

Odalela Magno Bandeira - “*Groom da Esplanada*

Lucília Horta - “*Romeira*”

Aida Martins Marques - “*Vira Varino*”

Dulce Vidal/Aida Martins Marques - “*Turista*”

João Crespo dos Santos - “*Serrano - Aldrabaõ*”; - “*Romaria de S. Paio*”

Vera Martins Marques - “*Goiabada*”

Clarinda Gomes Oliveira - “*Arroz Dóce*”

António Augusto Fernandes - “*Romeiro*”

Artur M. de Matos - “*Tricanas e Guitarradas*” e “*Vira Varino*”

Artur Cunha - “*Do Valor e da Saudade*”

Luiz Vilhena - “*Reclamista*” e “*Carlos Meneres*”

Alberto Vidal - “*Ciclista*”

- Programa e Quadros da Revista

- A Revista constava de 2 Actos e 20 Quadros, que aparecem descritos nos programas da época com a seguinte distribuição:

1º ACTO

- 1º - Apresentação**
- 2º - Praça de Estarreja**
- 3º - Canados**
- 4º - Canção das Fontes**
- 5º - Reclamistas e Aldrabões**
- 6º - Esplanada do Cine Teatro**
- 7º - Canção do Marinheiro**
- 8º - Tricanas e Guitarradas**
- 9º - O que o Brasil tem!**
- 10º - Carta d'álem Mar**
- 11º - Do Valor e da Saudade**
- 12º - Mondadeiras**

2º ACTO

- 13º - Vira Varino**
- 14º - Á Beira Mar**
- 15º - Noite de Luar na Ria**
- 16º - Canteirinhos de Beleza**
- 17º - Romaria de S. Paio**
- 18º - Murtosa e Cinturinhas**
- 19º - Regresso à Praça**
- 20º - Homenagem aos Desportos**

- **Os “Compéres”** (*Os Compéres ou Compadres, são actores que conduzem a acção da peça, ligando todo o espectáculo, Quadros e Cenas, de ponta a ponta*).

Da leitura do Guião, retira-se que o cerne da obra se centrava sobre o reencontro de dois primos/compadres, um deles, **Zé Penado** nado e criado em Estarreja, e, portanto, profundo conhecedor da região e das suas características culturais, etnográficas, económicas e sociais. (*E não será por acaso que lhe foi dada esta designação de “Zé Penado”, que tem subliminarmente o significado do “Zé, ou Zé Povinho” representando o típico português da época, que se apresentava “penado” ou “depenado” de recursos, logo quando em comparação com o seu “Compadre” vindo de terras brasileiras e representando o emigrante de sucesso. Começava assim, logo na escolha dos nomes das personagens o cariz da peça, de crítica ao regime social e político do país na época, dentro do que era permitido “passar” pelo filtro da censura, então fortemente atento e actuante*).

O outro Compére, **Roque de Pepino**, igualmente nado em Estarreja mas criado no Rio de Janeiro, Brasil, para onde havia emigrado em criança com os seus pais, e que regressa décadas depois, em ânsias para conhecer a terra natal. Representam desta forma os estereótipos do português agarrado à terra onde nasceu, cresceu e viveu, e o emigrante que nunca esquece a terra natal e que tarde ou cedo volta para conhecer ou matar saudades, estereótipos que ainda hoje, se bem que com diferentes formatos, se repetem muito nesta região em resultado da forte emigração que sempre se verificou para o Brasil, Venezuela e Estados Unidos e que afectou a matriz social dos Concelho de Estarreja e da Murtosa, onde a totalidade dos quadros de Revista se localiza.

Pela observação das indumentárias de cada um deles, mais se vincam esses estereótipos, com o Compadre português, o Zé Penado, de fato escuro, botas, chapéu saloio e farto bigode, contrapondo ao Compadre brasileiro, Roque de Pepino, de fato claro, sapato preto e branco, chapéu estilo “panamá” e bigodinho latino-americano.

Estes dois Compadres, que funcionam assim como “*Compéres*” de revista, vão fazendo suceder, explorando e descobrindo os temas locais e regionais, de natureza social, cultural e etnográfica desses tempos, num entorno brejeiro e de crítica social latente e permanente enquadramento de teatro de revista, com músicas, canções, bailados e diálogos figurativos de tipos humanos e situações da época e desta região ribeirinha.

A leitura do texto do Guião seria por si só esclarecedora dos temas e situações escolhidas e representadas, mas neste trabalho não se dispõe obviamente de espaço para tal, pois esse guião tem por si só 35 páginas. Igualmente não existe espaço para apresentar as 26 fotografias que retratam os diversos Quadros e Cenários. Esse trabalho de texto da peça, suas fotografias, outra documentação como as pautas musicais, cartazes de anúncio e propaganda, recortes da imprensa da época, etc, estão, contudo, disponíveis para uma publicação noutro formato editorial. Este trabalho pretende apenas ser uma pequena sinopse do seu enquadramento histórico e introduzir a explicação da realidade da época.

- No texto desse Guião, tal e qual como constava do documento original entregue nos serviços do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo – Inspecção dos Espectáculos, aparecem pedaços do texto apresentados a vermelho (*e não a azul, como vulgarmente era então referida a cor desse instrumento (o lápis azul) da Comissão de Censura*), identificando os conteúdos que tinham sido cortados pela Comissão de Censura da Inspecção dos Espectáculos – Secretaria Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, e que, em consequência, não foram apresentados em cena na sua totalidade (ou parcialmente, como sabemos que terá acontecido nalguns deles, mesmo que à revelia das autoridades censórias...).

Contudo é notória e visível em toda a peça, uma subliminar (por vezes nem tanto assim...) crítica à situação política que se vivia em pleno Estado Novo, e sempre com uma tónica de oposição. São exemplo a referência à esperteza associada ao nome de António (que seria a chave para referir António de Oliveira Salazar), ao ciclista “Oliveira” do União de Santa Justa (uma alegoria a Santa Comba Dão, terra natal de Salazar) e que tudo ganhava, e outras, que levaram a que a peça tivesse o “*original aprovado com cortes*”, como consta do seu arquivo na Torre do Tombo, supondo-se portanto que muitas outras referências teria. Outras, talvez mesmo na sua maioria, são críticas a personagens e temas locais e regionais que eram de todos conhecidos e debatidos, dando à peça uma actualidade, graça e impacto nessa época que hoje se perderá um pouco.

- Não podendo, como já referido, reproduzir aqui o texto/guião da revista e todos os documentos a ela associados, não resistimos a apresentar o seu último Quadro, porquanto o mesmo se refere exclusivamente ao CDE, já que havia sido esse recém criado Clube Desportivo a razão principal de toda essa organização, procurando através das suas récitas angariar fundos para consolidar a agremiação.

- Essa fotografia que se segue do último Quadro da Revista, mostra a apoteose final, com a Homenagem aos Desportos e que congrega em palco, cremos, todos os interpretes da Revista. Se atentarmos, estão presentes 24 raparigas e 9 rapazes, vestidos com vários dos trajes exibidos durante a representação, enquadrados pelos 2 Compéres, num total de 35 figurantes. Para além destes haveria ainda os músicos, o encenador, o “ponto”, maquinista, electricista, aderecista, contra-regra, caracterizador, coreografo, etc , que seguramente traria para um número próximo dos 50 os envolvidos e participantes em toda a dinâmica desta revista.

O Cenário de fundo tem como desenho central o Emblema do C.D.E., rodeado de figuras praticando diversos desportos, podendo-se identificar: Boxe, Basquetebol, Saltos para a água, Remo, Vela, Ténis, Ski e Atletismo, vendo-se ainda de ambos os lados parte dos Anéis Olímpicos.

Por cima do emblema do C.D.E. distingue-se o emblema da Associação de Futebol de Aveiro, e a toda a volta da moldura do cenário, emblemas de Clubes bem conhecidos na época, e ainda hoje existentes, conseguindo-se identificar: “Clube dos Galitos”; “Sport Clube Beira Mar”; “Recreio Desportivo de Águeda”; “Associação Desportiva Ovarense”; “Associação Atlética de Avanca”; “Futebol Clube Cesarense”. Havia ainda outros Emblemas representados, mas apenas se vislumbram pequenas partes que não permitem a sua correcta identificação.

Em primeiro plano e no centro do palco, está uma jovem figurante, com uma camisola do CDE e transportando o estandarte do Clube.



Fotografia nº 26 - Quadro “Homenagem aos Desportos”

Este último Quadro que se titulava de “Apoteose - Homenagem aos Desportos” e com o qual se encerrava o 2º Acto e a Revista, deixando um cheirinho do visual do palco do CTE nesse ano de 1950 da sua inauguração, fechava com a primeira apresentação pública do hino oficial do C.D.E., que aí é então tocado e cantado pela primeira vez.

Décadas depois, a partir do final dos anos setenta do passado Século XX, esse hino é recuperado e gravado pelo então criado Conjunto Musical “Escala 5”, com a voz de Sérgio Cunha e Castro, que passa a fechar quase todos os seus espectáculos com a sua execução. Ainda hoje, essa versão gravada do “Escala 5” é passada nos altifalantes do “Parque de Jogos Dr. Tavares da Silva” (recinto desportivo onde joga o C.D.E) antes do início de cada jogo.

Hino do C.D.E.

Avante, rapazes, Avante
 Seja o nosso grito triunfal
 Ecoando longe, bem distante
 Pelos caminhos de Portugal
 Terra querida onde nascemos
 Onde nasceram nossos pais
 Por ti, Estarreja, lutaremos
 Ó terra linda, de roseirais

Refrain *

Avante, rapazes, avante
 Com coragem, ardor e fé
 O nosso grito será constante
 C.D.E., C.D.E., C.D.E

- Ao fechar do Pano

- “No folheto que a organização da Revista editou, podia ler-se no seu final uma nota com o título de “Ao Fechar do Pano”, e na qual se dizia o seguinte:

- Quaisquer iniciativas, sejam elas as mais modestas, que tenham por objectivo contribuir para a Cultura do Povo, devem merecer sempre incondicional aplauso e amparo de todos.

Foi dentro deste espírito que mais uma vez nos propusemos organizar este espectáculo.

E, porque assim o comprehendeu um punhado de bons amigos do nosso Grupo, não podíamos, como é óbvio, deixar nesta hora emotiva, de lhe expressar o nosso profundo reconhecimento, e, num abraço muito apertado, agradecer-lhe toda a sua cooperação moral e material.

Aqui ficamos hoje como ontem e, se possível estaremos amanhã, no caminho ingrato, que os atritos e dissabores originados pela crítica mordaz fazem mais tortuoso, resignados a conduzir este facho, na certeza de que chegando ao fim, teremos cumprido o nosso dever de muito amor à Terra onde nascemos.

DOS BASTIDORES

- Listagem dos locais e datas das Récitas que terão sido levadas a cena e informações correlacionadas

- Terão sido 12 as apresentações da Revista levadas a cena, todas elas no decurso do ano de 1950, mas apenas se encontraram datas registadas de 11 (a que falta terá sido realizada na Murtosa). Essas 11 documentadas apresentações tiveram as seguintes datas e localizações:

1^a Récita - 1 de Abril - Sábado - Estreia no Cine Teatro de Estarreja

2^a Récita - 2 de Abril - Domingo - Cine Teatro de Estarreja

3^a Récita - 8 de Abril - Sábado de Aleluia - Cine Teatro de Estarreja, tendo esta apresentação sido dedicada à Homenagem ao Professor Doutor Egas Moniz, (*como se pode constatar pela imagem do cartaz ao lado de publicitação dessa récita*), que havia pouco tempo antes, em 27 de Outubro de 1949, sido distinguido com o prémio Nobel da Medicina.



À entrada e saída do espectáculo, o homenageado foi recebido com Música pelas Bandas Municipal de Estarreja e Visconde de Salreu e uma guarda de Honra pelos Bombeiros voluntários de Estarreja, tendo à entrada sido recebido por Manuel Craveiro Júnior em representação da Empresa construtora do Cine Teatro e do Grupo Cénico do CDE. Foi-lhe depois entregue um ramo de flores pela filha do Dr. Manuel Figueiredo, a menina Manuela de Pinho Figueiredo.

A Homenagem teve lugar a seguir ao final do 11º Quadro, do "Valor e da Saudade", interpretado por Artur Cunha e que reproduz o discurso que Egas Moniz havia proferido, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, na inauguração a 17 de Junho de 1922 do Monumento aos Combatentes mortos na 1ª Grande Guerra.

Na foto ao lado vê-se o Professor Egas Moniz numa das frisas do Cine Teatro, enfeitada com colchas de seda e lenços de Viana, e acompanhado de familiares e pessoas amigas. Na foto pode ver-se uma dedicatória escrita e assinada pelo Dr. Manuel Figueiredo, conhecido médico local e que era então o proprietário de uma Clínica Médica situada no cruzamento da Avenida Visconde de Salreu com a Rua Visconde de Valdemouro (e demolida em 2019), e figura de relevo na política e sociedade estarrejense da época. Foi desta frisa que Professor Egas Moniz, agradeceu as palavras de homenagem que do palco lhe foram dirigidas.

Todo o elenco veio ao palco, foram lidos por Alexandre Miranda telegramas enviados por entidades que se associaram à homenagem, tendo de seguida o médico Manuel Figueiredo proferido um discurso formal de homenageado.

No intervalo do espectáculo, e da frisa, o homenageado agradeceu ao Grupo Cénico e a todas as pessoas que lhe tem manifestado palavras e actos de congratulação. Nessa alocução, e segundo um artigo jornalístico da autoria de Luís Vilhena, que enquanto interprete dessa Revista foi testemunha privilegiada desse momento, o Professor Egas Moniz relembrou passos da sua vida, elogiou a Música composta por Manuel Craveiro Júnior, enalteceu o quadro da declamação de Artur Cunha interpretando o seu “Discurso da Saudade” e agradeceu a todos o trabalho feito por tal espectáculo e homenagem.

4^a Récita - 23 de Abril - Domingo - Matinée no Cine Teatro de Estarreja

5^a Récita - 23 de Abril – Domingo - Soirée no Cine Teatro de Estarreja

Estas 4^a e 5^a representações foram dedicadas ao Concelho da Murtosa, tendo ambas registado “casas cheias”. No programa destas duas sessões foram incluídos vários números com textos e canções tendo como tema a Murtosa e a Torreira.

6^a Récita - 7 de Maio – Domingo - Matinée no Cine Teatro de Estarreja

7^a Récita - 7 de Maio – Domingo - Soirée no Cine Teatro de Estarreja

8^a Récita - 18 de Maio – Quinta-feira - 1º Espectáculo fora do CTE, no Cine Teatro Avenida, em Aveiro.



Neste espectáculo a crítica jornalística destacou especialmente as actuações de Edwiges Gondim da Fonseca e Maria José Ferreira.

Na Apoteose final, na Cena de Homenagem aos Desportos, o actor Artur Cunha fez um improviso saudando Aveiro e dedicando esse último Quadro aos Clubes aveirenses Beira Mar e Clube dos Galitos.

9ª Récita - 3 de Junho – Sábado - Novo espectáculo no Cine Teatro Avenida, em Aveiro, que terá sido em benefício do Albergue Distrital de Mendicidade

10ª Récita - 11 de Junho – Domingo - Espectáculo na Casa dos Escuteiros, na Murtosa. Nesta récita, por motivos pessoais e em cima da hora, José Bernardino Ferreira Pinto não pode actuar, sendo substituído de “emergência” no seu difícil papel de Compére por Alberto Vidal. Este, que sabia a peça de cor, e com a excelência da ajuda do “ponto” Adalberto Lopes de Melo, desempenhou de forma tal que nada foi notado.

Terá havido uma outra representação na Murtosa, neste mês, mas não se conseguiu determinar a data.

11ª Récita - 1 de Julho – Sábado - Último espectáculo, no Cine Teatro de Estarreja

Terão ainda estado em consideração actuações no Porto, Espinho, Ovar, Albergaria-a-Velha e Lisboa (Parque Mayer?), mas os custos e algumas indisponibilidades pessoais dos actores e actrizes amadores, terão feito gorar esses projectos. E na altura tais deslocações, não seriam coisa fácil...

Em resumo, a Revista terá estado três meses certos em cartaz, de 1 de Abril a 1 de Julho de 1950.

Este trabalho é a nossa singela e sincera homenagem a todos quantos, de alguma forma, participaram na génese, produção, realização e interpretação do “Nada de Confusões” e lhes expressar o nosso imenso, OBRIGADO.

- Fontes de Consulta

- Na elaboração deste trabalho, para além da documentação e informações pessoais já referidas na sua fase inicial, procuraram-se e utilizaram-se informações noutros suportes e noutras pessoas e entidades, que a seguir se indicam, e às quais se agradecem profundamente:

- Arquivo da Torre do Rombo
- Arquivo documental do Centro Recreativo de Estarreja
- Espólio documental pessoal de António Augusto Silva
- Documento do Guião original de posse do Sr. Adalberto Melo
- Foto de Amélia Dias, retirada de artigo da Internet
- Foto de José Bernardino, cedida por sua filha Graça
- Foto de Edwiges Gondim da Fonseca, cedida por seu filho Rogério Pacheco
- Foto de Alexandre Miranda, cedida por sua neta Maria de Lurdes Figueiredo
- Foto de Alberto Vidal, cedida pelo próprio
- Foto de Adalberto Melo, cedida pelo próprio
- Foto de José Mendonça, cedida por António Quadros – Rotary Club de Estarreja
- “Jornal de Estarreja” – Artigos de Artur de Castro Tavares
- “O Concelho de Estarreja” – Artigos de António Augusto Silva
- Fotografias de arquivo pessoal de D^a Aida Marques e de D^a Ana Rosa de Almeida

NA PONTA DA ESPADA

(Duas cartas dirigidas pelo Dr. António Tavares Affonso e Cunha ao major António Bernardino Ferreira, acrescentadas de outra inédita, enviada ao Prof. Doutor Egas Moniz)

*José Gурго e Cirne**



Créditos fotográficos: Arquivo do DN

Imagen do último duelo realizado em Portugal, em 27 de Dezembro de 1925, que foi então capa do DN. Confrontaram-se o vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o republicano António Maria Beja da Silva, e o monárquico António Centeno, director das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade. (Este era acusado de não cumprir um acordo sobre a subida do preço do gás e do aluguer dos contadores.) O duelo acabaria por ter um desfecho trágico, pois resultou na morte de Beja da Silva... devido a síncope cardíaca. O Doutor Egas Moniz e o Major Tamagnini Barbosa foram padrinhos do duelista sobrevivente.¹

*Licenciado em Antropologia e Serviço Social, pós-graduado em Família e Sistemas Sociais, mestre em Antropologia Social e Cultural. Possui o Diploma de Estudos Avançados em Antropologia e frequentou também Estudos Avançados em História das Idades Média, Moderna e Contemporânea. É membro do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia.

1 - Cf. Lemos: 1993:588.

No anterior número da revista “Terras de Antuã” publicámos vária correspondência enviada pelo Dr. António Tavares Afonso e Cunha ao Prof. Doutor António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz. Guardámos para o actual duas cartas que o mesmo dirigiu ao major António Bernardino Ferreira, outro estarrejense que, tal como o Prof. Doutor Egas Moniz, também integrou o governo de Sidónio Pais (1917-1918), embora por pouco tempo, em que assumiu a pasta do Interior.

Não contávamos, porém, ter deixado por publicar uma carta que deveria constar do rol das já publicadas, endereçada também pelo Dr. António Tavares Afonso e Cunha ao Prof. Doutor Egas Moniz, pelo que hoje a damos aqui a público. Pelo acesso às mesmas e convite para colaborarmos em mais este número da “Terras de Antuã”, manifestamos de novo o nosso singelo obrigado à Dra. Rosa Maria Rodrigues, conservadora da Casa-Museu Egas Moniz e prestimosa directora desta revista.

Aproveitamos ainda o ensejo para, na sequência de um artigo publicado no já referido número anterior desta revista pelo Sr. António Augusto Silva, que versava precisamente e de forma sintética a figura do major António Bernardino Ferreira, tecermos sobre ele algumas considerações, quer decorrentes do material ora publicado, quer de outras fontes a que provavelmente não teve acesso.

Mas passando às cartas:

(I)

Meu Major,

Estarreja,
2-8-1921

Fala-me você na sua carta do aguaceiro em que o Egas se tem visto. Eu faço ideia. Devem ser aguaceiros com raios, coriscos, e... maldições!

Na verdade, o Egas ainda não era conhecido nesta modalidade eleitoral. Alguma vez haveria de ser. Foi agora. Bem-haja; mostrou que também sabia fazer eleições e vencer o jogo, quando lhe pusessem as pedras mal.

Outro qualquer estaria de pavor. Mas ele esbugalhou os olhos de quem está na presença do perigo, guinou a vista para a direita e para a esquerda, apercebeu rapidamente a dificuldade, e, como para os grandes males grandes remédios, o caso não tinha outra solução senão a que ele lhe deu, e saiu-se bem, e justifica-se melhor.

Não sei se leu o artigo dele na “Lucta”. Se leu, deve concordar que está bem-apanhado. Uma criatura na vida é feliz ou infeliz, muitas vezes, conforme as circunstâncias de

que por acaso se vê rodeado. E para nada faltar até o círculo eleitoral de Aveiro tem o nº 13, que foi como ele terminou esse artigo, coincidência de grande peso para os supersticiosos, como devem ser todos os sábios eméritos da política portuguesa! E na verdade em política deve confiar-se mais no imprevisto que no valor dos nossos homens de Estado!

Ainda melhor que este foi o artigo que a seguir publicou na “República”. Se ainda não leu, leia-o.

É uma filigrana tecida delicadamente, que se diria tecida magicamente por uma costureira, se se tratasse de crochê, que convence por sugestão, e deve ter produzido este efeito no leitor que não souber como se passou a eleição. Ora você torne a ler o artigo, e diga-me se no fim não tem a impressão de incerteza quando se se vem dum teatro onde saracoteou uma boa dançarina, e a gente magica se a gaja dançou, por debaixo do véu diáfano, de calças e corpete ou com a verdade nua e crua da carne e osso!

Com o público dos jornais outro tanto deve ter acontecido: ficar na dúvida se a eleição foi bem ou mal feita, antes pelo contrário.

Os médicos têm uma cura pela sugestão, e ele aplicou ao caso da eleição a mesma teoria. Eis porque o aguaceiro vai passando como você diz.

Estou confiado na força dele para resolver ou dar saída a isto da “Antuã”². Diz você que tem a impressão do Pinto³ aceitar se não formos muito exigentes na valorização. Fale com o Egas, e eu entendo que não deve ser por este lado puramente material que se levante a dificuldade. Pela nossa parte devemos preferir o engrandecimento futuro do concelho, esforçando-nos a ficar dentro da “Antuã” com uma situação conducente àquele fim.

E se assim não puder ser, deixá-la ir seja pelo que for, e a gente volta à actividade da vida, ainda que já curta, para outra coisa qualquer, e assim vai iludindo as aspirações, e pronto!

A demora é que nos atrasa, por falta de motor bastante, a instalação do descasque e moagem e da serração, em que eu também muito confio⁴.

Está já coberto o corpo da frente do meio, e metade do outro corpo lateral, faltando agora levantar a metade da retaguarda do 1º andar do 2º corpo.

2 - Companhia de Curtumes Antuã, já abordada em anterior artigo.

3- António Vieira Pinto, murtoseiro, um dos fundadores da Casa Bancária Pinto & Sotto Mayor, futuro Banco Pinto & Sotto Mayor.

4- Fica comprovado, por esta passagem, que o projecto da fábrica de curtumes (ou “fábrica dos couros”, como vulgarmente ficou conhecida) não era o único em que estava envolvido o Dr. António Tavares Afonso e Cunha. E, como o demonstra o parágrafo seguinte, se o mencionado signatário não se estiver a referir a um edifício diferente, é de presumir a existência, no lugar da Teixugueira, do embrião de um verdadeiro complexo industrial, que só mais tarde viria definitivamente a assentar arraiais em Estarreja.

A cal é carita, mas de que vou mandar vir mais um wagon. Temos já uns milheiros de adobes. Se os não empregarmos, vendem-se e apura-se a despesa.

Seu amº
Tavares Affonso

P.S. - O Egas arranjou dinheiro para as estradas do Concelho, e 5 contos para a Ribeira de Mourão de Avanca.

Ele sempre vem passar as férias para Avanca? E quando virá? Prometeu-me arranjar o projecto da nova feira de Stº Amaro, e quero que ele não se esqueça deste melhoramento também⁵.

(II)

Meu Major:

Estarreja,
7-10-1921

Foi hoje o duelo entre Egas e Jaime⁶. Deu-se o encontro em Cacia no cruzamento da estrada distrital com a de Quintãs a Vilarinha(o)⁷. Resultado: picadela pelo Egas no pulso do adversário.

Fui ontem ao Marinheiro jantar para regressar no correio⁸ da noite, hora a que chegou a notícia da marcação do duelo às 11 do dia seguinte. Tive de ficar, e o Egas distribui-me o papel de intrujar a D. Elvira, fingindo a nossa saída para agradecer aos eleitores de Canelas que nos deram os 100 votitos na eleição⁹.

5 - Era então o Dr. António Tavares Afonso e Cunha presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Estarreja, segundo o atesta a sua participação, nessa qualidade, em 17 de Junho do ano seguinte, na cerimónia de inauguração do obelisco em homenagem aos soldados estarrejenses mortos na I Grande Guerra (cf. "Do Valor e da Saudade", 1922:5.) Relembreamos que nesta mesma cerimónia foi orador o Prof. Doutor Egas Moniz.

6 - Embora sem provas concretas, tudo indica que se trata de Jaime de Magalhães Lima, irmão de Sebastião Magalhães Lima, que foi grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido. Jaime vivia em Eixo, que não fica muito longe de Cacia e no enfiamento do percurso para as Quintãs, onde, além da actividade literária, também se dedicava a inovadoras experiências de botânica. (Cf. Lima, 1920, fascículo XXXII; idem, com breve introdução explicativa do então padre Aníbal Ramos, 1968:30-33, nota-de-rodapé.)

7 - Na carta autógrafa o topónimo está indubitavelmente no feminino, embora o mais provável seja tratar-se de erro de simpatia. Em concreto, poderia referir-se ao lugar de Vilarinho (Cacia) ou mais plausivelmente a Vilarinho do Bairro (Anadia), que fica na proximidade das Quintãs.

8 - Entenda-se: comboio correio (de Avanca para Estarreja).

9 - Egas Moniz e Tavares Afonso estiveram sempre em campos políticos opostos. O emprego, aqui, da primeira pessoa do plural, só se entende por duas razões: ou mera deferência para com os amigos; ou alusão a páreo local, de que terá saído vencedora uma Câmara Municipal de feição comum.

Com mil diabos! Nunca me lembra (de) ter uma manhã tão trágica de terríveis receios!!!
 Foi a 1^a e última vez que assisti a tal piada. Batam-se quando quiserem, que a coisa será para os próprios uma brincadeira, mas eu é que não estou para me sujeitar a morrer de síncope cardíaca!

Venha daí depressa com o Pinto¹⁰, e eu vou dormir, que passei a noite quase em claro.

Seu amº
 Tavares Affonso

(III)

Amº Egas:

Estarreja,
 28-11-1921

É realmente quando a cabeça corre risco de andar a prémio, que melhor se comprehende a importância dum fazer anos.

Foi preciso decorrer o ano de 1921 com todo o seu cortejo de episódios e tragédias, para eu atingir bem o alto significado dum aniversário!

Não vou levar-te amanhã um abraço de felicitações e de parabéns, porque os tempos não correm de feição para se poder andar por fora de casa. Aqui o deixo escrito por mão amiga.

Prometi à Senhora D. Elvira ir no dia dos teus anos a Lisboa, mas ela que não leve a mal mais uma vez outra falta. As promessas fazem-se, e só podem cumprir-se para quando asseguradas a ordem, normalidade, e tranquilidade públicas.

Chego agora da fábrica¹¹ a casa (às) oito da noite, e não me lembrei, com tempo, de te arranjar coisa de jeito para dia de anos numa terra em que tudo há do bom e do melhor – como é Lisboa. Mas tem de ser qualquer coisa, e o que neste momento tenho à mão dentro de casa é surpresa que te vai levar bom humor e fazer rir a Senhora D. Elvira: ... [indecifrável], um bolo económico, um pão de milho.

Com apertado abraço sou,
 Amº certo

10 - Dado o contexto, eventual nova referência a António Vieira Pinto.

11 - Companhia de Curtumes Antuã, da qual era director, embora aquela só tivesse iniciado oficialmente a sua actividade em 1 de Janeiro de 1922, como ficou registado em artigo anterior.

P.S. – Informam-me nesta estação que a encomenda vai a levantar no Rocio, onde estará já, quando receberes esta carta, com a respectiva guia.

P.S. – O Baratinha¹² parece decidido a interessar-se pela “Antuã”. Declarou-me ontem que em curto prazo vai empregar com ela os dias de folga que tiver de Aveiro, e, entretanto, resolverá definitivamente a sua situação quando a patroa regressar de Espanha ou por onde ela andar neste quadro de gente que se coloca em lugar seguro. O Ferreira¹³ já não dá notícias há 15 dias. Os Pintos¹⁴ continuam demorados, e com muita demora acabam por nos dizer que não. Mas a coisa tem de singrar de qualquer forma. *Tavares Affonso*

P.S. – O projecto da feira de Stº Amaro vai ser uma coisa bela! Ultrapassa as fronteiras da região, para ser melhoramento também nacional!

T.

Aqui chegados, duas considerações se impõem:

1º - Se realmente é verdadeira a hipótese de que o duelo foi com Jaime de Magalhães Lima (em 7 de Outubro de 1921), Egas tinha então 47 anos de idade, indo a caminho dos 48, que faria em 29 do seguinte mês de Novembro. Jaime de Magalhães Lima tinha então 61 anos de idade, indo a caminho dos 62, que faria no dia 15 seguinte.

Só por si, tal diferença de idades não é obstáculo à concretização de tais pendências de honra. Poder-se-ia, contudo, argumentar com o génio pacifista de Jaime de Magalhães Lima, a sua “inteligência reflectida e culta”, “um dos melhores espíritos do Portugal contemporâneo”, como o define o Dicionário Encyclopédico Luso-Brasileiro, ademais pioneiro da prática do vegetarianismo, espécie de Henry D. Thoreau nacional.

Mas não esqueçamos o seu passado político nem a sua actividade literária e jornalística. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, eleito deputado pelo Partido Regenerador nas legislaturas de 1893-1894 e 1896-1897, viria a exercer também, em 1892, o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Aveiro.

Foi autor de *Estudos sobre a Literatura Contemporânea; Cidades e Paisagens*; e dos romances: *Na Paz do Senhor; O Reino da Saudade*; etc. Colaborou em vários jornais e revistas, entre os quais O Século, do qual seu irmão foi fundador, A Província e a Revista de Portugal. Foi, no dizer de Emilia Nôvoa Faria (2008), “um seguidor dos ideais de vida de S. Francisco de Assis, por quem tinha uma profunda devoção, e admirador de Leão Tolstoi, a quem visitou numa viagem que fez à Rússia”.

12 - Dr. José Marques Pereira Barata (também “engenheiro”, como é referido na respetiva escritura de constituição), um dos sócios fundadores da Companhia de Curtumes Antuã.

13 - Major António Bernardino Ferreira.

14 - Os citados, em anterior artigo, “manos Pintos”: António, aqui já referido, e Alfredo Vieira Pinto.

Parceiro maior do mesmo ofício das letras, o autor de “Guerra e Paz” e de “Ana Karenina”, moralista acérrimo e confessado naturalista místico, este “Rousseau eslavo”, como também foi chamado, por ter proclamado o direito da liberdade da criança, igualmente defensor dos valores do cristianismo primitivo, jamais ousou conceber a liberdade plena dos seus próprios servos... Apesar da servidão ter sido abolida em 1861, o camponês continuou a pertencer-lhe como uma parte inalienável do seu inventário material e espiritual.

Todas estas circunstâncias o colocavam facilmente à mercê de um eventual e então vulgar desafio para reparação de supostas honras ofendidas. Embora não tivéssemos encontrado, na literatura existente, nenhuma referência concreta a qualquer duelo em que tivesse estado envolvido, não deixa de ser sintomático que o seu irmão, Sebastião de Magalhães Lima, apesar de ser contrário a tal prática de justiça privada, viria, contudo, a afirmar-se como duelista convicto (cf. Lemos, 1993:572-573).

2^a - Egas, ao contrário do que oficialmente se afirma, ainda não se tinha libertado completamente das lides políticas¹⁵. Lobo Antunes indica a idade de 51 anos como a do início tardio – mas profícuo – da sua carreira de cientista¹⁶. Também o prova a própria carta, acima transcrita, que o Dr. António Tavares Afonso e Cunha dirigiu ao Major Ferreira em 2 de Agosto de 1921, que o dá como activo nos jornais “A Lucta” e “República”, a propósito do pleito então realizado no círculo eleitoral de Aveiro.

Para concluir, abordamos então o artigo publicado no último número da “Terras de Antuã”, a que acima nos referimos, sobre o major António Bernardino Ferreira. No que à *Empreza Antuã* dizia respeito, como provável antecessora da *Companhia de Curtumes (sic) Antuã*, apenas duas referências encontrámos nos documentos por nós consultados – e ambas indirectas, por assim dizer.

Em caderno de papel cosido, contendo 98 folhas numeradas, que apresenta a curiosidade de ter sido inicialmente destinado ao “Registo do Reconhecimento e Legitimação de filhos na freguesia de S. Pedro de Pardilhó, Distrito desta Comarca Eclesiástica da Feira”, conforme consta dos seus termos de abertura e encerramento, assinado no lugar do Espargo, em 23 de Dezembro de 1859, pelo Vigário da Vara do bispado do Porto, Teotónio José Leite de Pinho¹⁷, lê-se o seguinte apontamento, feito pela mão do Dr. António Tavares Afonso e Cunha:

15 - Cf. Antunes, 2011:107 – “O seu divórcio da política a partir de 1919, foi, como disse, irredutível e, ao contrário do que insistem alguns, nada teve a ver com o 28 de Maio de 1926.”

16 - Cf. Antunes, 2011:137 – “De facto, tinha já 51 anos quando começou a perseguir o objectivo de visualizar vasos cerebrais, uma idade bem madura para um investigador.” (Ora, tal idade remete para o ano de 1925.)

17 - Contudo, logo no verso da página 2, surge o aviso: “Este livro é destinado propriamente para assentar os rendimentos e despesas do Pe. Domingos Tavares Afonso e Cunha Amador, a começar no primeiro de Janeiro de 1871. E dou autoridade a meu irmão José para fazer os ditos assentos daqueles dinheiros e despesas que vai fazendo e recebendo. O que tudo fará segundo o modelo que segue na primeira folha e seguintes.” De modo que, daqui por diante, foi inutilizada a rubrica “Pinho”, a qual foi substituída pela abreviada de “Domingos Tavares”, e renumeradas as folhas, tendo a nº 3 do “Registo” passado a constar como a nº 1 do “Assento” do deve e haver do tio reverendo do Dr. António Tavares Afonso e Cunha. Este o viria depois a aproveitar também, por sua vez, para idêntico fim pessoal, a que deu início em 24 de Outubro de 1899.

“1915. Fevereiro. 15 – Dois carros de lixo da fábrica para estrume: 1\$000” (mil réis ou, segundo a nova moeda da República, um escudo).

Acresce ainda o “Instrumento de Venda”, por nós já transcrito, a págs. 136 do último número da “Terras de Antuã”, o qual atesta a venda de um pinhal “aos senhores Doutor António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz, casado, médico, das Congostas, freguesia de Avanca, Doutor António Tavares Afonso e Cunha, solteiro, maior, advogado, desta vila (de Estarreja) e António Bernardino Ferreira, casado, oficial do Exército, da Póvoa de Baixo, freguesia de Beduído e todos desta comarca”, mas só em 9 de Junho de 1921.

É ao confrontar o dito pinhal que surge a única referência explícita à mencionada empresa. Com efeito, a propriedade em causa foi assim identificada: “um pinhal situado na Arrotinha, freguesia de Beduído, desta comarca, a partir do Norte com a estrada, Sul com herdeiros de Francisco Barbosa, nascente com Caminho e Poente com a *Empresa Antuã*”.

De modo que nada prova que na empresa referida pelo Dr. António Tavares Afonso e Cunha em 15 de Fevereiro de 1915 detinham já interesses os senhores Prof. Doutor Egas Moniz e Major António Bernardino Ferreira. E, muito menos, o Sr. Manuel Maria Esteves de Oliveira, cujo nome nem sequer surge na citada escritura de compra. Este viria a ser, sim, um dos sócios fundadores da “Companhia de Curtumes Antuã”, constituída em 1922; mas aqueles, não sendo seus fundadores, apenas entraram no rol dos sócios aquando de um aumento de capital realizado em 1926.

O Dr. António Tavares Afonso e Cunha tinha anteriormente adquirido, a expensas próprias, no início de 1912, vários terrenos na Póvoa de Cima, freguesia de Beduído, em Estarreja. Destaca-se logo o primeiro, cuja cisa foi liquidada em 9 de Janeiro do referido ano, com a área de 8.976m², pelo preço de 123\$300 (cento e vinte e três mil e trezentos réis), que repovoou e veio a denominar “Eucaliptal da Casa da Guarda”. Confrontava, do sul, com a estrada e, do nascente, com a linha férrea.

Seguiram-se-lhe duas leiras, aí também situadas: a primeira em 27 de Janeiro, tinha de área 2.150m² e custou 20\$000 vinte mil réis; a segunda em 1 de Fevereiro, tinha 2.942m² de área e custou 50\$000 (cinquenta mil réis). (É de presumir que ambas estas leiras tenham sido incorporadas no “Eucaliptal da Casa da Guarda”.)

A propósito, teve o cuidado de anotar o seguinte: “Pelo norte do prédio há um caminho de carro, que é público, e era a continuação do antigo caminho público que ia em direcção ao poente para a Póvoa de Cima, e que foi interceptado pela construção da linha férrea. Deste caminho dei servidão de trânsito ao longo da linha férrea até à estrada da Igreja que passa ao sul, ficando, portanto, esta servidão sendo um caminho de leito pertencente ao meu prédio com 2,30m de largura, para por ele se poderem servir todos os que desejem fazê-lo.” Por esta declaração se poderá não só ajuizar melhor da situação do prédio como também da natural bonomia e do carácter altruísta do doador...

Daqui se colhe que foram de novo edificadas três distintas propriedades, que implicaram trabalhos documentados de arroteamento, terraplanagem (“azorrar a terra com zorras de gado”), vedações “a pedras e arame” (esteios de granito e arame farpado), despesas com carretos¹⁸ de bois (para transporte de estrume e terra das valetas), com adobes “de muro e pegões”, com cal, saibro e chumbo em barra, com madeira para as cancelas¹⁹, com jornaleiros (incluindo “beberetes” de pão, vinho²⁰, aguardente e tabaco), com a construção de, pelo menos, um poço (na “Casa da Guarda), com gigos “para aterrarr a cova à volta do Poço”, com a plantação de diversas árvores, entre as quais predominavam os eucaliptos²¹ das subespécies *globulus*, *rostrata* e *deversicolor* (ou *colossea*, dada a enormidade do seu porte), jornais pagos a mulheres por regarem os eucaliptos, etc. Tudo demonstrando o empenho, ao pormenor, e o gosto do proprietário.

Não podemos afirmar, com certeza absoluta, se alguma destas propriedades esteve afecta à Companhia de Curtumes Antuã. Mas tudo nos inclina a pensar que sim, nomeadamente o dito eucaliptal da “Casa da Guarda”, por confrontar com a linha férrea, embora pelo Nascente. Acrescente-se-lhe, entretanto, o pinhal comprado na Arrotinha (cuja área infelizmente não é nele indicado), que consta do Instrumento de Venda de 9 de Junho de 1921, e talvez encontremos a resposta para os mais de três hectares de terrenos acrescentados à planta das instalações daquela firma.

Por outro lado, esta planta topográfica, que esteve exposta há um par de anos no átrio dos Paços do Concelho de Estarreja, descrevendo os edifícios e terrenos daquela companhia, fá-los confrontar também com o caminho-de-ferro, embora seja omissa quanto à sua orientação relativamente aos pontos cardinais. Era, contudo, visível nas escassas fotografias que a acompanhavam a moldura luxuriante de eucaliptos que, passados pelo menos dez anos sobre aqueles trabalhos de plantação, envolvia as suas instalações e que, decerto, não surgiu de geração espontânea...

Situar, porém, a Companhia de Curtumes Antuã, como então se disse e ainda continua a ler-se na página electrónica do Arquivo Municipal, na Quinta da Costa – é erro crasso, que só a deplorável ignorância das gerações mais novas ou o desleixo dos investigadores pode justificar. A Companhia de Curtumes Antuã tinha – e sempre teve – as suas instalações na Póvoa de Cima, mais propriamente na Teixugueira, onde até aos nossos dias funcionou uma fábrica de materiais cerâmicos de construção, vulgo “Tijoleira”, que dela terá aproveitado algumas das suas infraestruturas.

18 - Em 20 de Outubro de 1912 foram registados nada menos que 19 carretos de pedra, sendo 5 a 300 réis e 14 a 280 réis, o que, no dizer do próprio Dr. António Tavares Afonso e Cunha, “representa uma ladroeira tudo o que foi a mais de 180 réis cada carro”.

19 - O eucaliptal da “Casa da Guarda” tinha três cancelas pintadas, incluindo uma de carro, presume-se que com duas soleiras e uma tranca de ferro, para maior segurança.

20 - Só no pinhal do “Baixo Grande”, em 1 de Setembro de 1912, foram gastos 630 réis de vinho, o que mereceu ao proprietário o seguinte reparo à margem: “Grande comidela!!!” O que nem se compara com os quarenta litros gastos no terrado a “Casa do Serrano”, que importaram em 2\$400 réis. (Quase tanto como a oliveira comprada para fazer os pegões do respectivo portal: 2\$500 réis.)

21 - Para o eucaliptal da “Casa da Guarda” foram comprados 1200 eucaliptos à Companhia Hortícola do Porto, expedidos por caminho de ferro, postos na estação de Estarreja e transportados para o local definitivo.

Mas continuando o assunto que estávamos a referir, em 25 de Fevereiro, viria ainda a adquirir outra leira de terra sita na Palhuça, limite de Veiros (que corrigiu para sita no Baixo Grande, “limite do Bunheiro”), a qual veio a chamar “Pinhal do Baixo Grande”. Tinha de área 1.914m² e custou 95\$000 (noventa e cinco mil réis).

Em 1 de Outubro do mesmo ano, comprou também um terrado de pinhal na Póvoa de Cima, dito “A Casa do Serrano”, com a área de 2.500m², pelo preço de 100\$000 (cem mil réis). Confrontava, do poente, com a estrada de Pardilhó.

Em resumo, feitas as contas, só em 1912 adquiriu, a expensas próprias, uma área de terrenos com 18.482m². O valor total das aquisições importou em 288\$400 (duzentos e oitenta e oito mil e quatrocentos réis).

O investimento global (aquisições, actos legais e benfeitorias) realizado nessas propriedades alcançaria, contudo, no final de 1917 (data a partir da qual deixa de haver registos, facto que não deve ser considerado inócuo, dado o contexto político nacional) o montante considerável de 1.607\$147 (um milhão, seiscentos e sete mil e cento e quarenta e sete réis); ou, na nova moeda, mil seiscentos e sete escudo e catorze centavos.

(Só para o “Eucaliptal da Casa da Guarda” é que se registam despesas em Janeiro de 1918, embora já incluídas naquele total global.)

P.S. – Dizíamos, a dado passo, no nosso artigo anterior, que o Dr. António Tavares Afonso e Cunha fora sepultado no cemitério paroquial de Beduído, supostamente na mesma campa em que tinha sido sepultado, em 1909, o seu tio homónimo e padrinho, a qual adquirira em 1911. Ficava situada no canteiro “Norte-Poente” e ostentava o nº 15.

Parece que, entretanto, em data incerta, quer a nomenclatura, quer a numeração dada à disposição inicial das sepulturas foi alterada, de modo que nem a própria Junta de Freguesia sabia identificar a sua situação actual, situação agravada pela minguada quantidade de registos que sobreviveram à purga de um menos esclarecido Presidente, zeloso do espaço ocupado pelos seus arquivos.

Não obstante, após várias insistências, graças às prestáveis informações que nos haviam sido fornecidas há já alguns anos pelo seu funcionário Sr. Augusto (entretanto falecido), que nos permitiram estabelecer algumas deduções atinentes ao nosso fim, e ao empenho da sua actual funcionária D. Fernanda, que nos facilitou a consulta dos parcos documentos à sua guarda, pudemos chegar à seguinte conclusão:

A referida sepultura nº 15, que em 1911 se situava no “canteiro Norte-Poente”, tem hoje o duplo nº 855/856, fica no “tálhão da Ala Norte” e foi alienada em 8 de Março de 1989.

Mas fiquem descansadas os espíritos mais supersticiosos e por natureza desconfiados do que os homens reservam para o futuro dos comuns mortais. (Pelo menos, neste concreto caso.)

Faz, pois, todo o sentido que, nesta última data, os novos proprietários da sepultura em causa passassem a ser: Maria Lectícia Tavares M. Gustavo de Sousa, viúva; António José Mortágua Gustavo de Sousa, solteiro; José Gustavo Mortágua Gustavo Sousa, divorciado.

Assim como as pessoas nela inumadas: Cecília Costa Mortágua (1967); António Costa Mortágua (1973); Irene Agra Mortágua (1984); **António Tavares Afonso e Cunha (1956)**; Manuel Costa Mortágua (??); Ana Jesus Mortágua (??); e M^a Alcina Agra Albuquerque Pimentel – acrescento manuscrito (20/07/2015).

Ana de Jesus Mortágua (ou Ana “do Artista”, por alusão à arte de carpinteiro praticada pelo seu marido, Manuel da Costa Mortágua) era a dona da pensão, vulgo “República”, onde passou a residir o Dr. António Tavares Afonso e Cunha, após a sua formatura em Direito (1893). António (ou “Antoninho”) Mortágua e Maria Lectícia eram seus afilhados de baptismo; Cecília foi quem dele cuidou, por fim.

Ficava sensivelmente onde hoje é o Café Tomásia e passou a ser simplesmente conhecida por “República”, a partir do momento em que lá se hospedou o Dr. António Tavares Afonso e Cunha, porque se organizou então segundo o modo de viver comunitário (e mais económico) das hospedarias coimbrãs em que os estudantes se alojavam.

Por tudo o que foi dito, presume-se que na mesma sepultura também repousem os restos mortais do seu tio materno, António Tavares Afonso e Cunha, viúvo, falecido em 11 de Agosto de 1909, cuja campa o sobrinho adquiriu em 1911, segundo o prova o requerimento por ele dirigido à Junta da Paróquia de Beduído em 1 de Abril deste ano.

Fontes:

Arquivo da Casa-Museu Egas Moniz
Arquivo da Família Tavares Affonso

Bibliografia:

Antunes, João Lobo. 2011. *Egas Moniz – uma biografia*, Lisboa, Gradiva Publicações, S.A. (3^a Ed.).

Câmara Municipal de Estarreja. 1922. *Do Valor e da Saudade*, Estarreja, C.M.E.

Faria, Emília Nôvoa. 2008. *Cartas a Alberto Sampaio* (organização, introdução e notas), Porto, Campo das Letras.

Lello & Irmão. 1992. *Dicionário encyclopédico Luso-Brasileiro em 2 volumes*, Porto, 1992 (Vol. 2).

Lemos, Mário Matos e. 1993. “O Duelo em Portugal Depois da Implantação da República”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 15, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da UC.

Lima, Jayme de Magalhães. 1920. *Eucalyptos e acacias – vinte anos de experiências*, Porto, Livraria do Lavrador (XXXII), Oficinas do “Comercio do Porto”.

Lima, Jaime de Magalhães. 1968. *Os Povos do Baixo Vouga*, s/l, Câmaras Municipais de Ílhavo e Murtosa, Comissão de Turismo da Torreira (reedição do estudo etnográfico inicialmente publicado em “Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia”, Porto, 1926).

Trotsky, Leon. 9 de Setembro de 2017. *Tolstoi, poeta e rebelde*. Revista Movimento. <https://movimentorevista.com.br/2017/09/tolstoi-literatura-russa-trotsky-critica> [acedido em 10 de Agosto de 2021]

AVIVAR MEMÓRIAS: OS ROSTOS DAS PROFISSÕES EM EXTINÇÃO E AS TRADIÇÕES ORAIS COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DO CONCELHO DE ESTARREJA

*Juliana Cunha **

“O Património imaterial não se pode conservar como um edifício, no qual se fazem obras para evitar que caia em ruína. Também não se pode conservar do mesmo modo como com os objetos, que normalmente guardamos em museus, em bibliotecas e arquivos, em condições de temperatura e humidade controladas, de modo a que continuem a existir por muitos séculos, ou que se restauram quando estão em mau estado de conservação”.¹

No anterior número da Revista Terras de Antuã abordamos, pela primeira vez, esta temática do património cultural imaterial, que está intimamente ligado às gentes, sendo elas que garantem a sua existência, vivenciando-o e transmitindo-o às gerações vindouras. Os testemunhos orais, as memórias e as estórias das gentes são, por vezes, a única fonte que permite conhecer e perceber as tradições de um povo. Abordamos igualmente o principal desafio deste património: a sua preservação. Devido à sua característica incorpórea, a salvaguarda depende da valorização e da importância de dotar e encontrar ferramentas para a sua preservação, e igualmente importante garantir o registo, seja ele documental, fotográfico ou videográfico para que seja possível que este património se perpetue no tempo e permita às gerações futuras ter conhecimento acerca dessas tradições. Assim, o património imaterial, mais do que qualquer outro, pressupõe o efetivo envolvimento das comunidades, quer na sua concretização, quer na sua preservação. Todos nós, enquanto cidadãos, somos responsáveis pela sua preservação.

Ciente da importância da preservação da memória e das fontes orais, o Município de Estarreja iniciou um caminho de recolha de histórias e memórias das gentes da terra. Com este projeto, pretende-se recuperar, preservar e salvaguardar memórias imateriais que de outra forma ficariam perdidas. Um reencontro com as estórias, disponibilizando-as e perpetuando-as no tempo, para que jamais sejam esquecidas. A aposta neste projeto e a sua disponibilização para todos visa recuperar as memórias, mas, igualmente importante, promover as relações entre as pessoas e o envolvimento da comunidade estarrejense.

O projeto “Avivar Memórias” – Recolha de Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja consiste em identificar intervenientes, do Concelho, que possam contribuir, com as suas estórias e memórias para o enriquecimento da história local. Posteriormente são definidos os temas a abordar, assim como concretizada a recolha em vídeo e som. Por fim, são tratados os conteúdos, e usados para divulgação do projeto. O Concelho

* Licenciada em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Técnica Superior da Câmara Municipal de Estarreja.

1 - In “Kit de Recolha do Património Imaterial”. Departamento de Património Imaterial; Instituto dos Museus e da Conservação, 2011.

de Estarreja é rico em história e tradições, e os primeiros intervenientes selecionados foram os rostos das profissões em extinção. Com o avanço deste projeto, foram dados os primeiros passos para a salvaguarda do património imaterial e das fontes orais do Concelho de Estarreja: valorizar a sua extrema importância e garantir o seu registo, documentando-o.

Este é um projeto que pretende mostrar a identidade de um povo e os seus elementos, uma identidade que vai resistindo e que tem nas pessoas mais velhas os verdadeiros guardiões. Avivamos memórias, ouvimos as estórias na primeira pessoa e descobrimos muitos dos instrumentos e ferramentas que fizeram parte do dia-a-dia das comunidades. Além das fontes orais, com este projeto foi possível recuperar documentos e fotografias que vieram enriquecer a história de Estarreja.

Avivar Memórias com Mestre António Esteves

António da Silva Esteves (1942), tem atualmente 79 anos, e é um dos últimos três mestres de construção naval no Concelho de Estarreja. É também o mais antigo mestre carpinteiro naval da Ria de Aveiro, ainda a laborar. Com a simpatia a que já nos habituou, recebeu-nos no seu estaleiro de construção naval, localizado na Ribeira das Bulhas, em Pardilhó, para esta recolha e partilha de memórias. Era um dia frio de final de inverno, do ano de 2019, a localização privilegiada do seu estaleiro agudizava ainda mais esta época do ano. No entanto, o entusiasmo das memórias e das estórias do Mestre aquentou o estaleiro e as gentes presentes.

Desde menino que trabalha na arte da construção naval. Terminada a instrução primária, começou com apenas 10 anos, no estaleiro do Mestre Henrique Lavoura². “Aprendi a ser um construtor naval, a fazer o que ele fazia, barcos e bateiras”. “Pardilhó era uma autêntica escola de construção naval, havia muitos estaleiros, muita gente a fazer barcos”, começa por dizer o Mestre Esteves. De facto, documenta-nos a história que a freguesia de Pardilhó foi uma terra de bons e afamados carpinteiros de construção naval. Com uma forte ligação à ria e à construção de embarcações, foi em Pardilhó que foi fixada, em 1937, a delegação distrital do Sindicato Nacional dos operários da construção naval, que passou a sede nacional em 1967.



1 – Mestre António Esteves, no âmbito do Projeto “Avivar Memórias” – Recolha de Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja, 2019.³

2 - Henrique Ferreira da Costa (1930-2012) foi um dos nomes de referência na história da construção naval da ria de Aveiro. No seu antigo estaleiro desativado em Pardilhó, situado na Rua Joaquim Maria Resende, de acesso à Ribeira da Aldeia, com capacidade para construção e reparação de embarcações até 50 toneladas, este homem deixou marcas nesta arte de construir barcos, tornando-se pela capacidade de trabalho numa referência incontornável da construção naval pardilhoense, assim como iniciou na arte dezenas de outros mestres carpinteiros navais, sendo o Mestre Esteves um deles.

3 - Fotografia projeto “Avivar Memórias”. Município de Estarreja, 2019.

Os primeiros anos e trabalhos não eram remunerados, mas serviam para treinar a arte de trabalhar a madeira com o machado e a enxó⁴. O empenho e gosto pelo que faz, levaram-no a adotar esta arte como profissão durante toda a vida. No estaleiro do Mestre Henrique Lavoura formou-se construtor naval, até que em 1973 emigrou para os Estados Unidos da América, onde esteve durante 20 anos também ligado às embarcações. “Aprendi lá a fibra de vidro, que aqui ainda não se construía nada em fibra de vidro e o meu trabalho foi fazer modelos de iates nesse material”.

Passados 20 anos, regressa às origens onde construiu o seu estaleiro. “Sempre tive vontade de voltar, a minha ideia foi ganhar algum dinheiro para construir uma casa, comprar um carro... fiz isso tudo e vim embora”, conta-nos. “A minha paixão era os moliceiros, sempre foi... droguei-me nos moliceiros! Ainda hoje o que eu gosto mais de fazer é um barquinho moliceiro”, remata o Mestre Esteves com um brilho nos olhos e um sorriso que espelha aquilo que acabou de dizer. É o amor à arte que o move todos os dias. Já perdeu a conta aos barcos que construiu. “Umas boas dezenas”, diz-nos com orgulho.

O processo de construir uma embarcação começa na seleção da madeira. “Pinheiro bravo, bom! Madeira boa”, começa por dizer. Madeira escolhida e seca, inicia-se o processo. “Há um pau de pontos que faz o arco, que tem as medidas todas, marca a quilha... o moliceiro tem 21 cavernas, marca-se 21 cavernas que esse pauzinho de pontos tem as medidas e... pronto, assim se começa o barco. Primeiro põe-se a quilha em cima das estacas, para já primeira coisa de tudo é ter a quilha marcada para espetar as estacas nos sítios que elas têm de ir com a quilha pousada no chão. A gente vê onde é que tem de espetar as estacas que o pauzinho acusa em tal sítio e tal... tem a quilha no chão, espeta as estacas para dar o tesado do barco. O barco não é direito, tem uma curva e depois põe-se a tábua da quilha em cima... Pronto, depois rodeia o fundo, o pau de pontos tem a medida em todas, em cada caverna tem uma medida, acusa os pontinhos todos, um gajo risca com um virote, cordeia o barco e assim começa... depois leva as cavernas, depois das cavernas leva as tábua de verdegar, leva uma tábua de cada banda, que a gente chama-lhe as tábua de verdegar, depois leva os bordos, leva os folheamentos também até encher a bica e depois é fechado e como vocês vêm, está pronto! É assim!”, explica o Mestre Esteves. Trabalha maioritariamente sozinho, e afirma já ter feito um barco moliceiro em apenas cinco semanas. “Quando, tenho aqui tudo! não quer dizer que... estando aqui o material todo, começo, por exemplo hoje o barco e em 5 semanas está pronto, mas é se eu tiver aqui tudo, agora se tiver de ir buscar os bordos, buscar as cavernas... demora mais tempo”.

Atualmente, o gosto pela arte e pelos barcos faz com que todos os dias esteja no estaleiro a trabalhar, contrariando a idade, a falta de aprendizes a quem passar ensinamentos e o excesso de questões legais e burocráticas. “Eu sinto-me bem a trabalhar, isso não haja dúvida... a gente querendo as coisas feitas, que eu quando começo uma coisa quero vê-la feita, tem que se sacrificar senão ela não aparece feita e este trabalho é assim, tem que... a

4 - Ferramenta usada na construção naval que servia para desbastar madeira.

pessoa tem que se sacrificar, senão está tudo na mesma”, disse-nos. “Que eu, graças a Deus, trabalho por amor à arte, não é para governar a vida que a minha vida foi feita por outro lado, não é?”, diz-nos o Mestre. Para concluir perguntámos. E é feliz Mestre Esteves? “Sim, até hoje sinto-me feliz! É o que eu mais gosto é andar entretido a fazer alguma coisa”, concluiu a sorrir.

No seu estaleiro sente-se o trabalho de uma vida, e respira-se empenho e amor à arte. É um autêntico Museu, recheado de ferramentas e moldes de construção naval, sempre de portas abertas para receber todos, e que conta a história de um Concelho. Quanto ao Mestre, marca quem o conhece, pela simplicidade, genuinidade e alegria contagiantes, fazendo este homem também história no Concelho de Estarreja e na Ria de Aveiro. Em cada visita, apesar do trabalho que nunca para, há sempre mais uma estória para contar. É um rosto, um nome, uma gente da terra que carrega na memória muitos pedaços da história de Estarreja.

Com uma vida de trabalho, e apesar do declínio natural dos tempos, continua ainda a atividade da construção naval em madeira, seguindo moldes tradicionais, perpetuando, desta forma, uma identidade que atravessou séculos. Sobreviventes dos tempos áureos das embarcações em madeira, regulados pelo pau de pontos e pela arte, os atuais três mestres da construção naval de Pardilhó conservam um património material, imaterial e cultural que urge preservar e proteger para salvaguarda e memória futura.

Avivar Memórias com Albertina Florentino

Maria Albertina Matos Florentino nasceu em Avanca em 1939 e tem atualmente 82 anos. É a última leiteira de Avanca, profissão em extinção e por essa razão era necessário documentar as suas memórias, estórias e cantigas. Estivemos em junho de 2019, e a D. Albertina recebeu-nos na sua casa em Areia do Gonde. Com uma memória extraordinária, conta com exatidão todo o percurso de uma vida de trabalho no leite. Com apenas 11 anos, iniciou-se na profissão de leiteira. “E então um dia, uma tia minha que andava ao leite, já há muitos anos disse: olha, filhinha, se tu quisesses e se os teus pais deixassem, tu vinhas comigo ao leite que eu hoje tenho mais leite. E a carreteira só vai levar um canado⁵ e eu não posso levar o leite todo. E eu disse: está bem, mas tenho de pedir à minha mãe, porque não vou sem ordem dela”, começa por contar. Autorização concedida, a D. Albertina relembrava o primeiro dia de trabalho: “Preparei-me, vesti-me, troquei de roupa e fui. Botou-se no meu canado um xailinho de lã, que se usava naquele tempo os xailinhos pequenos, que era o meu, botei no canado e fui com a minha tia para baixo. Caminhei, caminhei, caminhei, caminhei, cansada, levava a cabeça a arder do canado só, vazio”. Percorridos todos aqueles quilómetros até ao posto de leite, descalça, com uma algibeira e um xaile de lã, foi recebida com entusiasmo: “temos aqui mais uma leiteira nova”, ouviu e recorda com um sorriso.

5 - Vasilha em lata que servia para transportar o leite.



2 – Albertina Florentino, no âmbito do Projeto “Avivar Memórias” – Recolha de Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja, 2019.⁶

“Para cá vínhamos num camião, para lá íamos a pé. No outro dia, à mesma hora saímos, porque tínhamos de sair cedo por causa do camião, que também vinha cedo e não andávamos assim por aí a qualquer hora. Havia uma hora para a recolha de leite”, conta-nos a D. Albertina.

Os dias foram passando e recorda: “passado para aí um mês, o leite começou de aumentar, as pessoas começaram a dizer para a minha tia: ó senhora Amélia, venha buscar o leite, e ela disse: ó filhinha, eu por mim não, já tenho freguesia que chegue. Mas você tem a sua sobrinha e ela é nova, e ela anda, corre depressa”, e assim foi continuando o seu trabalho de leiteira, passando a ir duas vezes ao leite: de manhã e à noite. Recorda com nostalgia todas as casas por onde passou, “lá fui apanhando boa gente na beira da estrada”, diz. “Gostei muito! Foi um tempo alegre! Gente sã, gente maravilhosa, não tenho nada que dizer, eu acho que essa gente, já pouca existe”.

Uma vida de trabalho, dedicação e esforço, mas recorda também tempos de lazer. “Os anos foram passando, a gente foi crescendo, foi fazendo conhecimentos lá com as outras raparigas de lá e também com rapazes e fazíamos bailarico em frente ao posto. O Salvador tinha um acordeão, que o pai lhe tinha trazido e ele não sabia assim grandes coisas, mas nós cantámos e dançámos lá em frente ao posto. E dizíamos assim: ó Salvador toca uma moda nova, e ele era sempre a mesma e nós então cantávamos a Fonte das Sete Bicas:

6 - Fotografia projeto “Avivar Memórias”. Município de Estarreja, 2019.

*“Vamos os dois campos fora
 Para a Senhora da Hora
 Onde sem bailar não ficas
 E assim que a lua se esconda
 Vamos beber água à fonte
 À fonte das sete bicas
 Pelas sete bicas da fonte
 Se te queres casar
 Anda meu amor comigo
 Eu peço ao Senhor para casar contigo
 E vais ver se é ou não como eu digo”*

“A gente dançava ali para aí meia hora, depois o camião chegava e a gente tinha de ir. E a senhora Maria vinha para a frente do posto e dizia assim: dançai meninas, dançai. Brincai que é o melhor tempo da vossa vida. É o melhor tempo da vossa vida, e era! A gente não tinha preocupação nenhuma. E é lindo, fiz lá muitos amigos. Saudades. Hoje não há aquela convivência, não há aquela, não sei, aquela cooperação que havia entre as pessoas”, recorda a D. Albertina. “Ganhava-se pouco mas vivia-se muito. E nós eramos felizes e íamos para todo o lado, não havia medo”.

Dedicou 50 anos da sua vida ao leite, uma vez que depois do trabalho de leiteira, laborou na indústria dos lacticínios até se reformar. “Trabalhei sempre no leite”, e recorda com saudade muitas histórias e memórias dos anos em que trabalhou também na fábrica “A Lacticínia”, em Avanca, pertencente à sociedade Nunes, Rodrigues & C.^a, mais tarde apelidada de “Laclé”.

Tempos de trabalho e saudade. E foi feliz no seu trabalho? Perguntámos à D. Albertina em jeito de despedida. “Sempre feliz no meu trabalho, foi sempre no leite, a minha vida. E gosto de leite! Há pessoas que dizem “Ah, não gosto de leite! Nem de queijo, nem de manteiga. Eu gosto de leite, gosto de queijo, gosto de manteiga! O leite é sangue branco e eu trabalhei sempre no leite!”. Reteve muitas memórias e histórias e refere para concluir que “eram bons tempos”. Sabe ainda muitas cantigas e as modas de outrora e gosta de partilhar o seu saber com todos aqueles que a queiram ouvir. Uma mulher, um rosto, uma profissão extinta e mais um pedaço da história de Estarreja.

Avivar Memórias com Maria dos “Tamancos”

Maria Nazaré Almeida Matos, mais conhecida por “Maria dos Tamancos” ou “Mariazinha dos Tamancos”, como é carinhosamente apelidada, é natural de Pardilhó e nasceu a 11 de maio de 1938. Durante uma vida, trabalhou como tamanqueira, profissão em extinção, e por essa razão, era necessário recolher e documentar as suas memórias e estórias, para salvaguarda deste património identitário do Concelho de Estarreja.

Estávamos no mês de março, corria o ano de 2019, e a D. “Maria dos Tamancos” recebeu-nos de braços abertos no seu antigo atelier situado em Pardilhó e que ainda mantém intacto. *In loco*, pudemos observar e respirar história engrenhada nas estórias e vidas das gentes. Ali, sente-se o trabalho, o empenho e a dedicação de uma vida. Um local pequeno, mas imenso em memórias e recordações. A bancada, os livros de registo de encomendas encadernados e escritos à mão, os moldes dos tamancos, a mesa de trabalho, os bancos e as fotografias antigas fizeram-nos recuar no tempo. Avivemos memórias.



3 – Maria dos “Tamancos”, no âmbito do Projeto “Avivar Memórias” – Recolha de Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja, 2019.⁷

7 - Fotografia projeto “Avivar Memórias”. Município de Estarreja, 2019.

Começou desde cedo a arte de fazer tamancos, com apenas 12 anos, depois da morte do seu pai, por ser necessária a sua subsistência e da sua mãe. “Dediquei-me a isto porque tinha de ser, eu tinha de trabalhar, não havia dinheiro pra ir estudar, que era o que eu gostava de ter feito”, começa por contar a Maria dos “Tamancos”. E continua. “A possibilidade que eu tinha de trabalhar mais direta era agarrar-me à profissão do meu pai, nunca tinha feito nada disto, agarrei, eu e a minha mãe agarrámo-nos aos restinhos de material que havia porque, entretanto, ele estava doente e não se comprou material e nem havia dinheiro para o comprar. Comecei por fazer tamancos em pano, forrados com uma coisa resistente, uma entretela resistente, um reforço à frente e assim começámos. Fizemos muitos, deu certo, a cabeça da Maria lá funcionou e, com o dinheiro que se conseguiu nos tamancos de pano, conseguiu-se arranjar dinheiro para comprar material, para fazer tamancos em pele, e assim se começou. Os clientes estavam criados, nós tínhamos os clientes criados e lentamente lá se foi”. Onde vendia os seus tamancos? Perguntámos. “Fazia o mercado de Estarreja. Pegava neles à cabeça em canastras e ia levar também à Murtosa, Veiros, ao Bico da Murtosa, Pardelhas, a lojas que nos compravam. A pé, com aquilo à cabeça, custou muito”, recorda. Que memórias tem do mercado de Estarreja? Quisemos saber. “Recordo perfeitamente! Olhe, o meu lugar ficava em frente ao ainda atual Talho do Cvilhas. Lá dentro, havia uma divisãozinha pequenina onde eles almoçavam e dispensaram-me lá uma malinha pequena, assim pequena, onde nós guardávamos as sobras. Portanto já não vínhamos com elas, ficavam nessa malinha, muito grata estou a esses senhores que fizeram sempre esse favor. E quando lá chegávamos também íamos buscar para vender, não se vendia sempre tudo, havia sempre sobras. Recordações sempre boas. Por trás da secção do calçado, que era tudo junto, o calçado era aquela rua toda até à capela do Santo António. Por trás havia os panos, depois era a fruta, aquilo era tudo à balda, mas... recordo-me, recordo-me muito bem disso. Íamos comer um arroz quando havia oportunidade, à “Cova Funda”, e tinha de ser cedo que era para apanhar arroz com salsa, porque se fosse tarde já vinha sem salsa... recordações muito boas, muito boas”, conta-nos a Maria com um sorriso e uma nostalgia no olhar.

O tempo foi passando e o trabalho aumentando, como nos conta. “Aumentámos o fabrico a tal ponto que chegámos a vender aos 500 pares por semana, tenho aí provas disso, para revendedores. Íamos levá-los a Espinho, à feira de Espinho, entregávamos a revendedores, quase todos da zona de Barcelos, aquilo tinha um movimento que eu sei lá, era uma alegria depois, quando entretanto eu casei, aumentou muito, os meus miúdos tinham cada um o seu martelinho, o seu banquinho, vinham da escola, faziam os trabalhinhos de casa, tinham uma horinha para brincar, tinham aquela tarefazinha, tumba, tumba, tumba, lá se faziam uns poucos, e eu tinha de vir riscar, depois cortar, iam para a máquina debruar, para quando chegasse a manhã haver uma porção deles já cortados à moda de ir para os paus. Fazia-se o alinhavar, o alinhavar era sem pregar esta fita, era só os pregos suficientes para meter a forma depois então haviam os miúdos e senhores que vinham pregar, e assim olhe, se conseguiu. Trabalhou-se muito, muito, muito, muito, era mesmo trabalhar, mas, progrediu-se e ficou a “Maria dos Tamancos” até hoje. Trabalhei mais de 50 anos nesta arte”.

Com muito trabalho, engenho e perseverança, a “Maria dos Tamancos” alcançou fama e sucesso com este calçado artesanal. “Olhe, dediquei-me com alma e coração, portanto era aquilo que eu tinha de fazer, dei tudo de mim, dediquei-me porque se eu estivesse contrariada as coisas não tinham resultado. Portanto, eu dei de mim aquilo que tinha para dar, fiz tudo o que podia, trabalhei com gosto. Uma vez, alguém me ligou e disse-me assim: “olha vou-te dar os parabéns”, “Porquê?”, “Foste promovida!”, e eu assim: “A quê? “Olha, já não és a Maria dos Tamancos, és a Mariazinha dos sapatos”. E eu disse assim “olhe, eu estou muito triste”. Porque essa pessoa achava que eu tinha vergonha, talvez, de ser a “Maria dos Tamancos” e então como era dos sapatos, que eu ficava mais honrada e eu disse “olha, estás-me a dar um desgosto, porque eu tenho muita honra em ser a Maria dos Tamancos, é aquilo que eu sou, aquilo que eu faço, portanto não é por aí que eu subo de categoria, eu sou a Maria dos Tamancos”, contou-nos com orgulho. Um belíssimo trajeto de vida, recheado de trabalho, dedicação, perseverança, visão, memórias, estórias e histórias. Foi Feliz? Perguntámos para terminar. “Graças a Deus, em tudo”, “uma vida muito repleta”, concluiu a sorrir a “Mariazinha dos Tamancos”.

Avivar Memórias com Jesus Almeida

Jesus da Fonseca Almeida, mais conhecido por Jesus “Moleiro”, natural de Salreu, nasceu nas termas no Porto de Baixo, extremo com Vale de Castanheiro a 19 de fevereiro de 1930. No âmbito deste projeto e em busca das profissões extintas ou em vias de extinção, era premente que a profissão de moleiro, tão característica do Concelho de Estarreja, também pudesse ser documentada com memórias e estórias. O nome do Jesus “Moleiro” não tardou a chegar e logo percorremos as ruas de Salreu em busca deste antigo moleiro. Apesar da sua bonita e avançada idade, a sua vida ainda é bastante ocupada, mas conseguimos a sua disponibilidade para esta recolha de memórias. No dia 11 de abril de 2019 recebeu-nos na sua casa, onde funciona também uma mercearia/taberna, negócio que também se ocupou e que ainda opera, como nos contou. Ainda tem clientes? Perguntámos. “Ainda tem meia dúzia deles. Ao sábado à tarde vêm...eu faço um bocadinho de rojões e eles vêm aqui comer um rojãozinho. Porque isto antigamente à quinta-feira matava-se um porquinho e os rojões iam todos no fim da semana e ainda vou aviando alguma cervejita, e algum copo”, diz-nos.

Começou a trabalhar muito cedo, começa por contar. “Eu tinha 9 anos quando a guerra começou, a Segunda Guerra Mundial, e andava eu com duas mulas a acartar arroz, milho, trigo para moer lá nos moinhos, que lá tenho duas casas de moinhos no rio, com três moinhos cada casa. E lá moía, descascávamos o arroz de noite porque havia fiscalização, a gente descascava o arroz de noite e de dia limpava tudo e punha tudo à maneira de moer o milho, porque o milho não era proibido”, recorda, com uma memória exemplar. E continua. “Depois, andava por aí na moenda, com uma mula a juntar a moenda na fornada dos lavradores. Um dia o meu sogro aparece-me ali a ver se eu lhe queria moer um bocado de milho porque tinha um moinho aí numas terras, mas a água era pouca e era para regar, não dava para eles moerem, e então eu fiquei a moer e vinha buscar aqui a fornada, e de vez em quando piscava o olho à tia Rosa! E os anos foram correndo, comecei a namorar a tia Rosa tinha 17 ou 18 anos”, conta-nos a sorrir.



4 – Jesus Almeida, no âmbito do Projeto “Avivar Memórias” – Recolha de Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja, 2019.⁸

Pouco tempo depois, resolveu casar-se. “O meu pai fez-me uma casa lá no Porto de Baixo. Tinha moinhos, tinha moinhos de casas, tinha terrenos, tinha lá tudo... entre pinhal e terrenos são uma média de 60 e tal mil metros, é um bocadito!”, diz-nos e prossegue. “A gente então, resolveu o assunto do casamento, fomos viver lá para cima, entretanto pensei fazer aqui uma moagem, e fiz a moagem que está ali, depois fiz segunda, que elas são duas moagens aqui, são três moinhos a motor. A seguir, o meu sogro estava aqui sozinho e a minha mulher estava sempre a puxar para virmos para aqui, como tinha aqui o pai só, tínhamos aqui a moagem, resolvemos então vir para aqui. Abandonei a casa lá no Porto de Baixo, mas, tenho lá os moinhos, tenho a casa que vou lá todos os dias, moinhos dentro das termas e as casas onde eu nasci e que se faz lá umas tainadas valentes, e que foi batizada de “As Termas”.

“As Termas” do Jesus “Moleiro” são, de facto, um recanto especial. Tivemos a oportunidade de visitar o local guiados pelo proprietário. Com saudade e orgulho, o senhor Jesus “Moleiro” guiou-nos pelos moinhos e pela casa onde havia nascido, e que tem uma placa em pedra que perpetua: “Aqui nasceu Jesus da Fonseca Almeida, em 19-02-1930, restaurou em 1981”. A casa foi posteriormente preparada para ser um local de convívio, de reuniões à volta da mesa e “tainadas”, como várias vezes referiu. “Fazia-se muitas tainadas e cantava-se uns fados valentes! Chegava o Domingos da guitarra que era da minha

8 - Fotografia projeto “Avivar Memórias”. Município de Estarreja, 2019.

idade, já morreu, e ele tinha uma guitarra e começava a tocar e eu comecei a cantar o fado. Ele começou a acompanhar-me até que aquilo chegou a pontos que o pessoal já me chateava, porque eu começava a cantar os fados e nunca mais parava!”, conta-nos a sorrir e com um brilho nos olhos. “Tem fados dos bons, tem dos maus, tem tudo! tudo!” e de repente o Senhor Jesus “Moleiro” começa a cantar o fado “É tão bom ser pequenino”. “Isto nunca mais para! Mas tem muitos...o cavalo russo, tem o fado do meu pai, tanta coisa! Deus me livre! tem a “Júlia florista”, é pá isso nunca mais para isso! Deus me livre nunca mais para!”, diz-nos entusiasmado.

Homem de trabalho e de vários ofícios, esteve também ligado à política, durante mais de 30 anos, nomeadamente na Junta de Freguesia de Salreu e Assembleia Municipal. “Trabalhei demasiado! os anos foram correndo e então resolvemos não continuar já que tinha muitos mandatos. Foram 34 anos, mas sempre a executar trabalhos.” “Fui o pai de muita gente aqui da Freguesia, não havia nada que eu não mexesse”.

“Uma vida montada, uma vida larga, porque era moleiro, era labrador, cheguei a fazer 800 almudes de vinho nas minhas terras, tinha a loja, a venda de mercearia ambulante, depois meti-me em padeiro também, a padaria da Senhora do Terço é minha, trabalhei com a padaria da Senhora do Monte, depois comprei uma em Pardilhó com a ideia de transferir para aqui, no tempo de Salazar não consegui, comprei um alvará que é daquela padaria que está em frente ao posto médico em Salreu, ainda lá está a chaminé que era do Aníbal, dei 300 notas de conto por um bocado de papel, em 1968, ou perto de 69. Transferi para ali que é a padaria da Senhora do Terço”, conta-nos e continua. “Os meus filhos foram voluntários para a tropa, para Moçambique, e eu fiquei aqui a trabalhar, quando eles chegaram eu tinha a padaria feita”. “A padaria arrancou a trabalhar no dia 2 de fevereiro de 1972, em 74 eles vieram da tropa e pegaram a trabalhar com a padaria, e eu fiquei a trabalhar com a loja, com os vinhos e com moagem, tudo. Depois olha, os filhos casaram-se todos e eu fiquei por aí mais a tia Rosa, a trabalhar ainda com o vinho, aqui com o negócio, com o café...era café, era mercearias, e moinhos a moer e as termas sempre a trabalhar.” “Trabalhei tanto, meti-me em todos os negócios e não tinha medo de negócios nenhum!”, concluiu.

Foi Feliz? Perguntámos quase a terminar. “Tive bocados tristes, bocados alegres, tudo, mas sempre a andar para a frente. Todos os anos era compras e obras, foi sempre. Então eu tenho aí um papel pequenito que tenho 48 ou 49 artigos, vejam lá como é, os haveres são poucos, são bocaditos. Comprou-se muita coisa, comprei terrenos, comprei pinhais, fiz casas, fiz a ponte, comprei muita coisa.” E tem saudades de outros tempos? “Tenho! Tenho porque passou-se muita coisa. Quando dava juntava uns amigos que gostavam de fazer umas febras, arranjava-se lá nas Termas uma patuscada boa, depois vinha sempre gente e no fim era o fado. O Jesus começava a cantar o fado nunca mais parava. Agora, ainda quantas vezes acordo de noite a cantar o fado, a sonhar que estou a cantar o fado. O que é que eu vou fazer? ainda tenho aí umas gravações e de vez em quando, quando dá na gana se eu vir a guitarra a tocar sai de caminho, mas é de caminho! Eu hoje estou um bocadinho rouco, mas sai de caminho a esgalhar!”, diz-nos o senhor Jesus “Moleiro”, que termina esta recolha de testemunhos e estórias como gosta e sente, a cantar um fado, relembrando o passado e os bons momentos.

Avivar Memórias com Alzira Resende, Maria Augusta Aguiar, Maria Odete Valente e Maria Margarida Cruz

Alzira Resende, Maria Augusta Aguiar, Maria Odete Valente e Maria Margarida Cruz são naturais de Canelas e foram, nas épocas áureas do cultivo do arroz, mondadeiras. Na busca de rostos de profissões em extinção, fomos à freguesia de Canelas, à procura de uma mondadeira que, segundo nos diziam, sabia de cor todas as cantigas e modas de outrora: a D. Alzira Resende. Era premente que esse testemunho ficasse documentado. No entanto, em vez de uma, encontrámos quatro, todas no mesmo local: no Centro Social e Paroquial de S. Tomé de Canelas. Receberam-nos de portas abertas, com uma alegria e entusiasmo constante. Estávamos no sítio certo. Avivemos memórias.



5 – Alzira Resende, Maria Augusta, Maria Odete e Maria Margarida, no âmbito do Projeto “Avivar Memórias”
Recolha de Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja, 2019.⁹

9 - Fotografia projeto “Avivar Memórias”. Município de Estarreja, 2019.

Começaram muito jovens a trabalhar na monda, depois da instrução primária, com cerca de 11 anos. “Íamos de manhã, às 7 horas já tínhamos que ir. Era 1 hora de caminho para lá e 1 hora para cá, tínhamos que ir a um lugar chamado Porto, e então, levávamos a merenda e um barril de água à cabeça, que transportávamos à vez. Quem não levasse o barril não bebia água durante o dia. Só se fosse a da terra do arroz. Levávamos uma roupa velha, chegávamos lá e trocávamos. Andávamos todo o dia a mondar, ao meio-dia íamos comer, a patroa não nos dava a sesta completa roubava-nos sempre meia hora, voltávamos outra vez para o arroz e então regressávamos à noite”, conta-nos a D. Alzira. E o que faziam na monda? Perguntámos. “Na monda andávamos baixadas, curvadas, com água enterradas, e havia a junça, a castanhola e a milhã, que eram as ervas más que atrofiavam o arroz, e que tínhamos de arrancar. A milhã era muito igual ao arroz, só que o pé da milhã era macio e o do arroz era áspero e a gente ao mondar conhacia”, contaram-nos. E que tipos de arroz existiam? Quisemos saber. “Havia o arroz rajado. É o escuro, que havia antigamente, era escuro e mais baixinho, não era tão alto, madurava primeiro. E tínhamos cá um médico que mandava-nos comer esse arroz. E o arroz arbório. Mais tarde veio o carolino, no meu tempo não havia carolino”.

Vidas de trabalho, mas que deixam saudades, conforme nos testemunharam. “Quando regressávamos, olhe, vínhamos a cantar por aí acima, era uma alegria! Os rapazes iam-nos esperar, fazíamos um baile ali na estação, com o realejo”. E que cantigas cantavam? Perguntámos já a antecipar a resposta. A D. Alzira Rezende sorri, e rapidamente combinam entre as quatro a cantiga que iam cantar. Dado o mote pela D. Alzira, todas a seguiram com entusiasmo:

*“Minha mãe chamou por Ana
Mas a Ana não está cá
Minha mãe chamou por Ana
Mas a Ana não está cá
Oh Ana, oh Ana!
Senhora minha mãe vou já!
Oh Ana, oh Ana!
Senhora minha mãe vou já!
Minha mãe chamou por Ana
Mas a Ana não falou
Minha mãe chamou por Ana
Mas a Ana não falou
Oh Ana, oh Ana!
Senhora minha mãe já vou
Oh Ana, oh Ana!
Senhora minha mãe já vou!
Minha mãe chama por Ana,
Mas a Ana não ouviu,
Minha mãe chama por Ana,
Mas a Ana não ouviu.
Oh Ana, oh Ana!
Mas a Ana já fugiu!
Oh Ana, oh Ana!
Mas a Ana já fugiu!*

As quatro antigas mondadeiras sorriam com os olhos a brilhar. Recuaram no tempo e nós aproveitámos o momento. Pedimos mais cantigas e logo de seguida voltaram a combinar qual seria. “Esta é muito antiga, muito antiga mesmo”, disseram.

*Oh jardineira porque estás tão triste
Mas o que foi que te aconteceu?
Foi a camélia que caiu do galho,
Deu dois suspiros e depois morreu.
Foi a camélia que caiu do galho
Deu dois suspiros e depois morreu.
Vem jardineira, vem meu amor, não fiques triste
Que este mundo é todo teu,
Tu és muito mais bonita do que a camélia que morreu!
Não fiques triste que este mundo é todo teu,
Tu és muito mais bonita do que a camélia que morreu!*

Mais e mais cantigas surgiram. Apenas algumas perpetuemos por aqui. As quatro mondadeiras cantavam em uníssono, batendo palmas. Alguns mais atentos que estavam à volta também indo dando uma ajuda. “Ainda está a gravar? Ai meu Deus!” Perguntavam as mondadeiras colocando as mãos à cabeça, tal era o entusiasmo e todo o tipo de cantigas.

*Carolina às horas contadas
Meia-noite o relógio bateu,
Carolina às horas contadas
Meia-noite o relógio bateu.
De manhã quando o sol nasce,
Ai à noite quando o sol se escondeu,
De manhã quando o sol nasce,
Ai à noite quando o sol se escondeu.
Triste vida que eu passo na guerra,
Ao ouvindo rufar os tambores,
Triste vida que eu passo na guerra,
Ao ouvindo rufar os tambores,
Quem neste tempo não canta, ai amores, ai amores, ai amores!
Quem neste tempo não canta ai amores, ai amores, ai amores!*

E sentem saudades desses tempos de outrora, em que o trabalho reinava, mas a alegria e o convívio eram sãos? Quisemos saber em jeito de despedida. “Sim”, foi a resposta geral. “Éramos pobres, mas éramos felizes!”, concluíram.

Alzira Resende, Maria Augusta Aguiar, Maria Odete Valente e Maria Margarida Cruz são apenas quatro rostos de mulheres que desde tenra idade trabalharam como mondadeiras nos campos de arroz. Exemplificam todas as outras, e acrescentam um pedaço à história da cultura do arroz no Concelho de Estarreja.

Avivar Memórias com Palmira Marques

Palmira Dias Valente de Almeida Marques nasceu em 1940 na freguesia de Pardilhó e é uma antiga tecedeira. O seu rosto representa um património identitário do Concelho de Estarreja e uma profissão em vias de extinção. Em maio de 2019 rumámos mais uma vez à freguesia de Pardilhó para esta recolha de estórias e memórias. Palmira Marques recebeu-nos em sua casa, e logo nos mostrou com orgulho os seus perfeitos trabalhos realizados no tear. A sua simpatia e humildade invadiu todo o momento e estávamos perante o cenário ideal para a recolha.

Começou cedo na arte de tecer. “Tinha duas irmãs no tear, iam cedo para o tear e eu ia levar-lhes o almoço e o café. Incentivou-me aquilo tanto que eu também pensei: eu quero ser tecedeira como as minhas irmãs.” Porquê a tecelagem? Perguntámos. “Eu tanto gostava do tear como da costura. Mas na costura a minha mãe tinha que pagar à pessoa que nos ensinasse e no tear nós já íamos receber. Portanto, em vez de ir para a costura que a minha mãe tinha que pagar, fui para o tear, ganhar 25 tostões”, explicou-nos.

As iniciantes na profissão de tecedeira aprendiam a arte com as mestres da tecelagem. Onde aprendeu a tecer? Perguntámos à D. Palmira já a antecipar a resposta. “Fui trabalhar para a casa da senhora Ana do Maio. A senhora Ana do Maio quase que foi a nossa mãe naquela altura”.



6 – Palmira Marques, no âmbito do Projeto “Avivar Memórias” – Recolha de Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja, 2019.

A casa da senhora Ana do Maio ficava a poucos passos do Largo da Igreja e era ela que ensinava as futuras tecedeiras e orientava toda a produção. Como se aprende a arte de tecer? Quisemos saber. “Primeiro a teia tem de ser urdida. O algodão tem que ser urdido. E a gente tem que fazer a cruz para depois ir para os liços. Porque depois tem que ser metido ao tear, empeirado nos liços e depois no pente. Depois é amarrado. Só assim é que se consegue tecer, não é? Tem de estar o tear preparado para a pessoa ir para o tear e tecer. E depois ter um cuidado. Ao emendar a tira nunca passar uma por cima da outra senão fica uma grossura muito grande. Cortar um bocadinho a esta, cortar um bocadinho aquela, para poder colocar uma com a outra e não dar muito nas vistas porque foi ali uma emenda. Também tem os seus segredos, quem quer ser limpo no tecer. E depois, olhe, fazer passadeiras, tapetes, mantas”, explicou a D. Palmira. E no que respeita às encomendas? Perguntámos. “Nós fazíamos puxados, nada liso. Eu nunca cheguei a trabalhar em passadeiras, era tapetes de puxados, onde fazíamos diversas coisas, no tear faz-se coisas muito bonitas. Eram muitas encomendas, as pessoas vinham de Viseu, Óbidos e ainda as encomendas que a senhora Ana do Maio despachava”.

Uma vida de trabalho, mas repleta de convivência sã e feliz que se transformaram em boas memórias e saudades. E no que à memória e saudade diz respeito, contou-nos a D. Palmira. “Muitas recordações lindas que nós temos da tecelagem, da nossa vida. Entrámos para ali com 13 anos, e saímos de lá com 21, 22 anos, quando nos casávamos. A senhora Ana era a nossa mãe. Ela estava na eira sentada e sabia quem tinha batido o tear e quem não tinha. Até pelo bater do tear, porque o bater do tear é muito bonito, quem o souber bater. É trás! Trás! Trás! E ela conhecia quem batia e quem não batia. Ela conhecia-nos pelo bater do tear”, contou-nos. E quisemos saber mais destas recordações e continuou a D. Palmira. “Ela dava autorização à noite para sairmos um bocadinho mais cedo, vínhamos fazer uma rodinha cá fora. Vínhamos e os nossos namorados assim que ouviam aquela roda vinham também. Aquilo era uma vida muito linda. Era uma família. E ela às mais pobrezinhas ela até dava um pratinho de sopa ao meio dia, se fosse preciso. Porque lá também havia colegas minhas mais necessitadas, não é? E ela pela nossa cara quando nós entrávamos, ela era capaz de saber quem vinha satisfeita e quem vinha triste. Era sempre uma casa de trinta e tal tecedeiras. Havia o tear grande, onde estavam duas, porque uma só não conseguia, havia o tear pequeno, e depois ela ainda tinha uma casita lá fora da casa dos teares que ainda tinha lá mais teares. Uma mocidade alegre, bem-disposta”, concluiu a D. Palmira com um sorriso no rosto.

Atualmente, são poucas as pessoas que ainda hoje se dedicam à tecelagem, utilizando os métodos e os utensílios tradicionais. E quisemos saber a opinião da D. Palmira quanto a esta questão. “Nunca devia de acabar a tecelagem, tenho muita pena. Eu até gostava de voltar agora atrás e ter 50 anos, que a tecelagem por minha vontade não terminava. Nem que eu dedicasse o meu tempo a ensinar dois ou três para ficar com a tecelagem. Nada é impossível, mas também é preciso uma vontade muito grande dentro das pessoas porque o tecer é como ir para a costura. Uma pessoa vai para a costura até ao fazer a bainha na saia pode ficar os pontos a ver-se por fora, com a continuação é que vão melhorando, não é? Vão

aperfeiçoando o trabalho. Aqui é a mesma coisa. Mas em primeiro lugar o que é preciso é saber pôr o tear em condições de entrar para dentro dele e tecer. Todas as coisas têm um princípio, mas tem que ser, eu quero saber como é que isto é, eu quero ser perfeita neste trabalho, demore o tempo que demorar". E deixa uma mensagem em jeito de despedida e apelo. "Força jovens, aprendei a fazer vassouras que isso também vai acabar, aprendei a fazer esteiras, aprendei a tecer, que a costura agora compra-se em qualquer lado".

A D. Palmira conquistou-nos pela sua bondade. Para terminar esta recolha, quisemos saber. Foi feliz D. Palmira? "Sou feliz! Quem se contenta com a sorte, é feliz até à morte! E é o que me acontece a mim", disse terminando, com um sorriso que iluminava todo o rosto. Rosto esse que representa toda a classe das tecedeiras do Concelho de Estarreja.

Quando este projeto de recolha de testemunhos e estórias foi idealizado, várias pessoas encabeçaram imediatamente a lista. Era urgente começar o trabalho, o tempo assim o ditava. As profissões em extinção foram a temática que nos cativou, por ser necessário este trabalho de procura, recolha e salvaguarda das memórias. Os rostos por trás das profissões em extinção são gentes da terra, que guardam na memória pedaços da história de Estarreja. O projeto "Avivar Memórias" é um projeto que vai mais além. Aborda a terra e as gentes que nela vivem. Uma perfeita simbiose entre a história local, o património, e a imaterialidade das memórias e das fontes orais. É um projeto inclusivo, acessível socialmente, que dá importância às pessoas, aos sentimentos, às tradições e à memória. Recuemos no tempo, e avivemos memórias.

Fonte de Informação

MUNICÍPIO DE ESTAREJA

Vídeos, fotografias e documentos do Projeto "Avivar Memórias" – Recolha de histórias e memórias do Concelho de Estarreja.

D. HUGO, BISPO DO PORTO

Marco Pereira*

Escreveu Monsenhor J. Augusto Ferreira que «*a história política da cidade do Porto está tão intimamente ligada com a dos prelados, que teem presidido os destinos da Igreja portucalense, que é impossível mencionar uma sem referir a outra*»¹. Talvez seja disso o exemplo maior D. Hugo, bispo da Igreja portucalense entre c. 1114² e a sua morte, em 1136.

Desde o episcopado de D. Sesnando (1048-1075) até à chegada de D. Hugo (1114) pensa-se que esteve o Porto sede vacante, e governada por arcediagos, ao mesmo tempo que unida à diocese de Braga, que era a metropolitana da Galiza³, ou talvez superintendida pela de Coimbra⁴. Chegou-se a este estado de coisas devido à perturbação política entre os filhos de Fernando Magno e ao estado calamitoso das sés⁵. Foi no presente contexto que a bula *Apostolicae sedis*, datada de 23.3.1102, confirmou a demarcação do concílio de Lugo (que estabelecia o Douro como limite norte da diocese conimbricense), e anexou provisoriamente a Coimbra as dioceses de Lamego e Viseu⁶. De resto, aquando da restauração do bispado do Porto, em 1113 ou 1114, a diocese estava quase totalmente desbaratada, pelas dificuldades que sofrera durante as lutas contra os muçulmanos.

Por outro lado, no plano civil, ou político-militar, a cidade do Porto crescera de importância depois da sua reconquista, o que contribuiu para que o “território portucalense”, ou “portugalense”, se estendesse para além dos limites diocesanos, abrangendo nomeadamente a Terra de Santa Maria (a metade norte do actual distrito de Aveiro)⁷. Quando D. Hugo foi bispo do Porto, o espaço que vai do Douro até ao rio Antuã considerava-se civilmente já pertença do “território portucalense”⁸.

Até ao momento em que D. Hugo tomou posse da diocese do Porto não se conhecem indícios de que os bispos seus antecessores tivessem propriedades ou exercessem jurisdição na Terra de Santa Maria. Os litígios fronteiriços entre as sés do Porto e Coimbra devem ter começado com D. Hugo, e logo que este tomou posse, embora inicialmente a questão fosse tratada em tom amistoso⁹. A partir desta altura abriu-se uma longa disputa pela Terra de Santa Maria¹⁰.

*Advogado

1 - FERREIRA (1923), p. 7.

2 - D. Hugo foi eleito bispo do Porto em 1112, sagrado em 1113, e referido como bispo de facto pela primeira vez em 1114 – Cf. AMARAL (2012), p. 285.

3 - FERREIRA (1923), p. 150; OLIVEIRA (1956), p. 19; AZEVEDO (2001), p. 6; AMARAL (2012), p. 285.

4 - AZEVEDO (2001), p. 6.

5 - AZEVEDO (2001), p. 6.

6 - FERREIRA (1923), pp. 155-157.

7 - OLIVEIRA (1956), p. 19.

8 - MOREIRA (1974), p. 31.

9 - OLIVEIRA (1956), p. 20.

10 - AZEVEDO (2001), p. 28.

D. Hugo era de origem francesa, devendo ter entrado na península ainda criança, talvez com o grupo de burgonheses em que se incluíam os condes D. Raimundo e D. Henrique¹¹. Em 1113 D. Hugo era arcediago de Compostela¹² e simples diácono, sendo no início desse ano eleito bispo do Porto. Foi ordenado presbítero em 22.3.1113 (Sábado de Paixão) e sagrado bispo no dia seguinte, em Lerez (Compostela), por D. Maurício Burdino, arcebispo de Braga¹³. Celebrou missa na Catedral de Santiago em 1114¹⁴. A restauração da diocese e a chegada de D. Hugo corresponde ao início de um novo ciclo de marca episcopal para o Porto. A história diocesana vai relacionar-se intimamente com a de Portugal a caminho da independência, no que constituirá uma característica da sua evolução¹⁵. Tem-se entendido que esta eleição para o Porto teve como objectivo estabelecer a paz civil e eclesiástica com Portugal, no que foi um preço pago pelo arcebispo de Braga¹⁶. Ao mesmo tempo que o novo bispo do Porto era um homem de confiança do bispo de Compostela, prestava obediência ao metropolita de Braga, procurando-se deste modo estabelecer boas relações entre estes dois¹⁷.

O novo bispo era e continuou a ser muito afeiçoadão ao bispo de Santiago de Compostela, D. Diogo Gelmires, auxiliando-o em diligências várias no seu objectivo de alcançar a dignidade metropolitana¹⁸. D. Hugo seria mesmo encarregue por D. Diogo Gelmires de continuar a escrita da *História Compostelana*, que compreende o período de 1100-1140 e é uma apologia do episcopado de D. Diogo Gelmires¹⁹. O bispo de Compostela tinha grande influência na Galiza, a ponto da rainha D. Teresa ter sido sua aliada, conquistando ali o peso que jamais conseguiria a rainha D. Urraca²⁰.

Em 1114 reuniu-se um sínodo em Compostela, com D. Diogo Gelmires, onde compareceram os bispos de Tui, Mondonhedo, Lugo, Orense e Porto. Convocado em nome do arcebispo de Toledo (então metropolita de Coimbra), teve o objectivo de promover um pacto de boas relações, sendo então D. Gonçalo (Coimbra) convidado a entender-se com D. Hugo (Porto) sobre os seus limites diocesanos. Existem duas versões da acta desta sessão. A amizade com o bispo de Compostela levou a que o do Porto permanecesse por mais algum tempo junto dele, e isento do metropolita de Braga, até se deslocar a Roma²¹.

Depois deste sínodo de Compostela, os bispos do Porto e Coimbra encontraram-se em Figueiredo (actual freguesia de Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis), em 30.12.1114. De tal encontro registaram-se os protestos de inquebrantável amizade entre

11 - FERREIRA (1923), p. 150.

12 - Cónego de Compostela desde 1099.

13 - FERREIRA (1923), p. 150; OLIVEIRA (1956), p. 20; AZEVEDO (2001), p. 7.

14 - FERREIRA (1923), p. 153.

15 - AZEVEDO (2001), p. 7.

16 - FERREIRA (1923), p. 152.

17 - AMARAL (2012), pp. 196-197.

18 - OLIVEIRA (1956), p. 20.

19 - FERREIRA (1923), pp. 150 e 171.

20 - FERREIRA (1923), p. 152.

21 - OLIVEIRA (1956), p. 21; AZEVEDO (2001), p. 7.

ambos os prelados, mas não foi alcançado acordo final sobre as fronteiras diocesanas. Existem duas versões diferentes da acta então feita, uma do *Censual do Cabido da Sé do Porto*, e outra do *Livro Preto da Sé de Coimbra*. No texto do Porto o bispo de Coimbra prometeu ao do Porto tudo o que pertencia à diocese portucalense aquém e além Douro (*citra dorium vel ultra dorium*). Já no texto de Coimbra o bispo conimbricense garantia ao portucalense não se intrometer no bispado a norte do Douro (*trans Dorium*) e D. Hugo prometia não reclamar o sul (*citra Dorium*), excepto o que o bispo de Coimbra por amizade lhe quisesse dar (*nisi quantum dederit ei ex amicitia*)²².

Os bispos reunidos no sínodo de Compostela enviaram as respectivas actas ao arcebispo de Toledo, D. Bernardo, pedindo a sua interferência no apoio a D. Hugo. Com algum sucesso, ao que parece. Na qualidade de legado da Santa Sé em Espanha, D. Bernardo referia-se por escrito no início de 1115 aos antigos limites da diocese do Porto, entre os rios Vizela e Antuã (*infra antiquos términos Portugalensis diocesis, a Avicella scilicet in Antenonam*), mandando o abade de Santo Tirso, D. Guademiros, reconhecer esses limites à diocese do Porto²³.

Entretanto no verão de 1115 D. Hugo encontrava-se em Roma, para tratar de assuntos relativos à diocese de Compostela. Aproveitou para expor ao Sumo Pontífice, Pascoal II, que enquanto a sua diocese esteve em decadência, durante as lutas contra os muçulmanos, os bispos vizinhos ocuparam alguns dos seus territórios. Acreditando nas declarações pouco correctas de D. Hugo, Pascoal II concedeu-lhe a bula *Egregias quondam*, em 15.8.1115 (dada em Benevento), que alarga a diocese do Porto para norte (Braga) e sul (Coimbra), e isenta-a de metropolita para que esse alargamento fosse praticável²⁴. Ficava assim o Porto subordinado directamente à Santa Sé, e com uma fronteira diocesana traçada pelos seus “termos antigos”, abrangendo ao sul do Douro as terras que a nascente tocavam na diocese de Lamego, seguindo a fronteira até ao mar pelo curso do rio Antuã.

Neste seguimento, a 20.8.1115 Pascoal II enviou uma carta (*Sicut tuis*) ao bispo de Coimbra, D. Gonçalo, mandando-o restituir ao Porto as terras situadas entre os rios Douro e Antuã (*ecclesiis que inter Antonanam et Dorium continentur*)²⁵.

Como vimos mais acima, os bispos de Coimbra estavam a administrar transitoriamente as dioceses de Lamego e Viseu, ainda incapazes de terem bispo próprio, em compensação pelas terras de Coimbra ainda ocupadas pelos infiéis. D. Hugo veio alegar junto do papa que a Sé de Coimbra estava agora muito acrescida de terras, clero e povo, encontrando-se já em posição de desafogo. Acrescentou que o Porto, após um longo período de destruição e desolação, mal começava a levantar-se das ruínas. Concluía apelando ao papa que o auxiliasse, unindo-

22 - SANTOS (1973), OLIVEIRA (1956), pp. 21-22.

23 - OLIVEIRA (1956), p. 22; SANTOS (1973), p. 23; MOREIRA (1974), p. 35.

24 - FERREIRA (1923), p. 154; OLIVEIRA (1956), pp. 22-23; SANTOS (1973); MOREIRA (1974), p. 35; AZEVEDO (2001), p. 7.

25 - FERREIRA (1923); OLIVEIRA (1956), pp. 22-23; MOREIRA (1974), p. 3

lhe os réditos do bispado de Lamego²⁶. Pascoal II anuiu, através da bula *Apostolicae sedis*, dada em Alba em 12.4.1116, anexando Lamego ao Porto até que a Igreja portucalense ficasse inteiramente restaurada, ou Lamego estivesse em condições de ter bispo²⁷.

Porém, enquanto D. Hugo voltava de Roma, D. Gonçalo (bispo de Coimbra) dirigia-se para lá, obtendo a revogação da bula de 12.4.1116 em 18.6.1116²⁸. D. Hugo acabaria por ver-se obrigado a abdicar das concessões conseguidas, seja das terras entre o Douro e Antuã, seja da administração da diocese de Lamego, conforme documento lavrado em Burgos em 24.2.1117²⁹, e através do concílio de Burgos, presidido pelo cardeal Boso, em 18.2.1118³⁰.

Pascoal II faleceu no início de 1118, seguindo-se um breve pontificado de um ano de Gelásio II, vindo a ser eleito papa em 2.2.1119 o arcebispo de Viena, Guido, que tomou o nome de Calisto II. O novo pontífice era irmão do conde D. Raimundo de Borgonha (de quem o bispo Gelmires da Galiza fora secretário) e, portanto, cunhado da rainha D. Urraca e tio paterno de D. Afonso VII³¹.

D. Diogo Gelmires, bispo de Compostela, pretendia ascender à dignidade metropolitana. Como não lhe era possível transferir para Compostela a de Braga, ambicionava obter a de Mérida, que estava ainda nas mãos dos muçulmanos³². Deve aqui notar-se que a diocese de Coimbra pertencera primitivamente à província da Lusitânia, e no tempo dos Suevos passara a sufragânea de Braga, voltando à dependência de Mérida sob os visigodos. Coimbra pertencia, pois, a Mérida e não a Braga, não estando talvez libertada a quarta parte da diocese conimbricense³³. Se Compostela conquistasse a dignidade de Mérida, passaria também a metrópole de Coimbra, o que é importante para o que estamos a tratar, atendendo a que D. Hugo era um protegido do bispo de Compostela.

D. Hugo deslocou-se a Cluny (França), em representação de Diogo Gelmires, para aí se encontrar com o papa e advogar a pretensão de Compostela a metrópole. O encontro deu-se entre o fim de 1119 e início de 1120, sendo um grande sucesso para o D. Hugo, que se demorou no estrangeiro cerca de um ano. Pela bula *Omnipotenti dispositione*, de 26.2.1120, Calisto II concedeu a dignidade metropolitana de Mérida (então na posse dos inféis) a Compostela, ficando-lhe provisoriamente sufragâneos os bispados outrora de Mérida e então anexados a Toledo. No dia seguinte, 27.2.1120, a bula *Antiquae sedis* nomeava Diogo Gelmires arcebispo de Santiago, e legado apostólico nas províncias de Mérida e Braga. Em 2.3.1120 mandava o papa aos bispos de Coimbra e Salamanca que reconhecessem D. Diogo Gelmires como seu metropolita³⁴.

26 - OLIVEIRA (1956), p. 23.

27 - OLIVEIRA (1956), p. 23; SANTOS (1973); AZEVEDO (2001), p. 28.

28 - SANTOS (1973); AZEVEDO (2001), p. 28.

29 - OLIVEIRA (1956), p. 25.

30 - SANTOS (1973); AZEVEDO (2001), p. 28.

31 - FERREIRA (1923), p. 158; OLIVEIRA (1956), p. 26.

32 - OLIVEIRA (1956), p. 24; OLIVEIRA (1959), pp. 8-9.

33 - OLIVEIRA (1956), pp. 24-25.

34 - FERREIRA (1923), p. 157; OLIVEIRA (1956), pp. 8-9, 26.

Como seria de esperar, o sucesso de D. Hugo na causa de D. Diogo Gelmires garantiu-lhe algumas gratificações. Uma delas terá sido a influência do agora arcebispo de Compostela junto da rainha D. Teresa, para que esta viesse a doar a D. Hugo em 18.4.1120 o Burgo portucalense e o seu Couto³⁵.

Aproveitou D. Hugo a sua missão, e com êxito, para ampliar os territórios da diocese do Porto às custas das de Braga e Coimbra³⁶. Ao encontrar-se com Calisto II em Cluny, em Fevereiro de 1120, expôs a sua pretensão ocultando tudo o que se passara nos cinco anos anteriores, e apresentou a bula que obtivera de Pascoal II, conseguindo que Calisto II lha confirmasse³⁷. Foi-lhe assim concedida a bula *Officii mei*, em 2.3.1120, dada em Valence, que revalidou a antiga bula *Egregias quondam* de Pascoal II, mantendo a diocese do Porto isenta de qualquer metropolita e directamente submetida ao papa, além do que determinou com mais rigor os limites da diocese do Porto, a norte e a sul, especificando ainda os mosteiros situados nos seus limites³⁸. O papa enviou então uma carta ao arcebispo de Braga, D. Paio, com data de 5.3.1120, instando-o a restituir ao bispo do Porto as igrejas e suas pertenças que indevidamente possuía, no prazo de 40 dias, mas a ordem não foi acatada³⁹. Por seu turno, enquanto o bispo do Porto saía de Roma, para lá se encaminhava o de Coimbra, que foi encontrar Pascoal II em Palliano, deixando-o contristado com a sua versão dos factos. Alegava-se que a Sé de Coimbra nada tinha recuperado e até havia perdido muito após a morte do rei Afonso VI de Leão (1109). O papa tomou ainda conhecimento da divisão de Vamba ou Teodomiro (de 569, colocando no Douro o limite das dioceses do Porto e Coimbra), e lamentou que os bispos abusassem da sua boa fé. O pontífice acabou solicitando a várias fontes o envio de uma informação prudente⁴⁰.

Acabou sucedendo que em 24.3.1121 a Terra de Santa Maria foi atribuída a Coimbra por bula de Pascoal II⁴¹. Entretanto reuniu-se em Sahagun um concílio, em 25.8.1121, onde o bispo de Coimbra se queixou que o do Porto faltara ao decidido em 1117 em Burgos⁴². Em Sahagun o cardeal Boso, legado de Calisto II, repetiu a atitude tomada no concílio de Burgos em 1117, levando D. Hugo, após certa resistência, a renunciar ao alargamento da sua diocese para sul⁴³. Alcançada a concórdia entre D. Hugo (Porto) e D. Gonçalo (Coimbra), transigiram os dois, em 5.4.1122, no seguinte: D. Hugo nada exigiria de Coimbra desde o Douro até ao Tejo, e D. Gonçalo nada exigiria do Porto do Douro até ao Lima (Tui)⁴⁴.

35 - FERREIRA (1923), pp. 159-160; OLIVEIRA (1956), p. 28.

36 - OLIVEIRA (1959), pp. 9-10.

37 - OLIVEIRA (1956), p. 27; SANTOS (1973); AZEVEDO (2001), p. 28.

38 - OLIVEIRA (1956), p. 27; SANTOS (1973); MOREIRA (1974).

39 - SANTOS (1973).

40 - OLIVEIRA (1956), pp. 23-24.

41 - AZEVEDO (2001), p. 28.

42 - SANTOS (1972), p. 27.

43 - OLIVEIRA (1956), pp. 28-29; SANTOS (1973), p. 27; MOREIRA (1974), p. 39; AZEVEDO (2001), p. 29.

44 - OLIVEIRA (1956), p. 29; SANTOS (1973), p. 27; MOREIRA (1974), p. 39.

Mais tarde, tendo D. Teresa decidido prescindir do arcebispo de Braga no governo eclesiástico⁴⁵, mandou os bispos do Porto e Coimbra repartirem o território português, cabendo ao Porto tudo o que se situava a norte do Douro. Este foi o último acordo entre os bispos sobre a fronteira das suas dioceses, não voltando ambos a discutir a questão⁴⁶, que continuaria, porém, com os bispos seguintes do Porto e de Coimbra.

Tem-se, pelo exposto, que se deve a D. Hugo o restauro e consolidação da diocese do Porto, que se tornou territorialmente mais vasta e rica em bens. Em boa medida os sucessos de D. Hugo são devidos ao ter sabido estar consoante as circunstâncias, primeiro ao lado de D. Teresa, e com o seu afastamento do poder ao lado de D. Afonso Henriques⁴⁷, mas sempre fiel ao bispo de Compostela D. Diogo Gelmires⁴⁸. Tudo isto é obra do restaurador e segundo fundador da igreja portucalense, com 22 anos de episcopado, e que terá falecido em 7.9.1136⁴⁹.

BIBLIOGRAFIA:

AZEVEDO, Carlos A. Moreira – “Porto, Diocese do”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (dir. Carlos A. Moreira Azevedo), vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 5-56

AMARAL, Luís Carlos, e BARROCA, Mário Jorge – *A Condessa-Rainha – D. Teresa*, Círculo de Leitores, 2012

FERREIRA, J. Augusto – *Memórias Archeologico-Historicas da cidade do Porto: fastos, episcopaes e políticos: séc. VI - séc. XX*, vol. I, 1923

MOREIRA, Domingos A. – “Freguesias da diocese do Porto – elementos onomásticos alti-medievais”, *Boletim Cultural*, Câmara Municipal do Porto, vol. XXXV, 1974, pp. 22-167

OLIVEIRA, Miguel de – “Os territórios diocesanos – Como passou para o Porto a Terra de Santa Maria”, *Lusitânia Sacra*, Tomo I (separata), Lisboa, 1956, pp. 17-38

OLIVEIRA, Miguel de – “O Senhorio da cidade do Porto e as primeiras questões com os bispos”, *Lusitânia Sacra*, Tomo IV (separata), Lisboa, 1959, pp. 3-34

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos – *O Censual da Mitra do Porto – subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento*, Porto, Câmara Municipal, 1973

45 - D. Teresa mostrou-se desfavorável ao arcebispo de Braga, e favorável ao de Compostela – Cf. AMARAL (2012), p. 209.

46 - OLIVEIRA (1956), p. 30.

47 - AMARAL (2012), p. 287.

48 - AMARAL (2012), p. 201.

49 - FERREIRA (1923), p. 170.

COMISSÁRIOS DO SANTO OFÍCIO NATURAIS DE ESTARREJA

*Maria Clara de Paiva Vide Marques**
*António Cruz Leandro ***

INTRODUÇÃO

Na sequência da Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820 e numa conjuntura marcada por alterações profundas, as Cortes Gerais Constituintes decretaram, em 1821, a extinção do Tribunal do Santo Ofício, instituição introduzida em Portugal, em 1536, para controlar práticas religiosas e comportamentais que não fossem compatíveis com a doutrina e a moral católicas. Durante a sua existência a Inquisição transformou-se “numa das instituições disciplinares mais poderosas da Europa e do mundo moderno”¹, que por meio de mecanismos de repressão controlou, regulamentou e moldou a sociedade portuguesa do Antigo Regime, marcando-a profundamente. Na evocação dos 200 anos da abolição do Tribunal pretende-se, com este artigo, dar a conhecer, ainda que de forma breve, um conjunto de indivíduos naturais do concelho de Estarreja, que serviram no cargo de Comissários do Santo Ofício, integrando as redes de uma instituição, que se fez sentir presentes em todas as terras do Reino e do Império.

TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO Estrutura e Organização

No reinado de D. João III, depois de longos anos de negociações diplomáticas e pressões da Coroa portuguesa junto da Cúria Romana, a Inquisição foi instalada em Portugal através da bula *Cum ad nihil magis*, promulgada pelo papa Paulo III, em 23 de Maio de 1536. O estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício foi um processo evolutivo, que envolveu a adaptação aos diferentes contextos políticos, religiosos e sociais, e compreendeu várias alterações estruturais, organizacionais e legislativas, com vista a melhorar a sua eficácia e a consolidar a sua autonomia institucional. No período de 1536 a 1539, o Tribunal funcionou na diocese de Évora, onde se encontrava a corte régia portuguesa, passando depois, talvez seguindo a deslocação da corte, para o Paço dos Estaus, em Lisboa². O alargamento à diocese de Lisboa e a nomeação do cardeal D. Henrique para inquisidor-geral, em 1539³, impulsionaram o processo de organização.

*Licenciada em Ciências Históricas, Pós-graduada em Museologia e em História Contemporânea. Autora de obras e artigos monográficos na área de história e património.

** Licenciado em História de Arte e Mestre em Património e Turismo. Professor. Autor de obras e artigos monográficos na área de história e património

1 - BETHENCOURT, Francisco, “1536-A Inquisição chega a Portugal”, in FIOLHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo; PAIVA, José Pedro, dir., *História Global de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2020 p. 374.

2 - Sobre as diferentes fases de implantação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal veja-se o trabalho: MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Em Busca dos Tempos da Inquisição (1573-1615)”, in *Revista de História das Ideias*, 1987, vol. 9, pp. 191-228

3 - MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2013, p. 102.

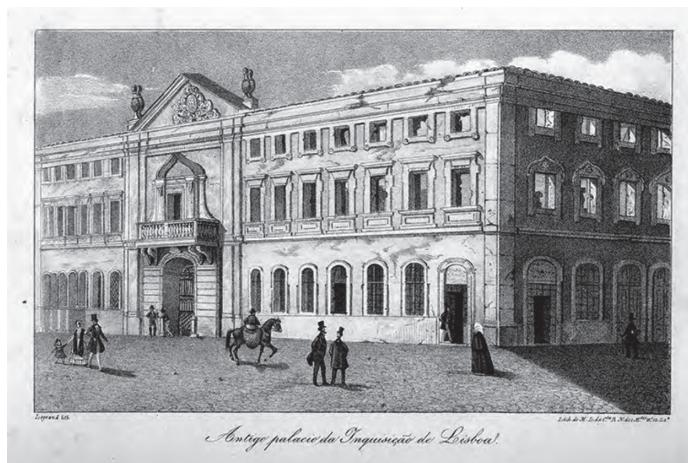


Fig. 1 - Antigo Palácio da Inquisição de Lisboa
Universo Pitoresco, tomo 3, 1844, Colecção Vieira da Silva.png, disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/>

Em 1541, no sentido de expandir a ação do Tribunal a todo o território foram criados os tribunais de distrito do Porto, Lamego, Coimbra e Tomar, e em 1560, o de Goa. Contudo, a partir 1565 e até à extinção da instituição, só funcionaram os tribunais de: Évora, com jurisdição sobre as dioceses de Évora e do Algarve; Lisboa, com jurisdição sobre as dioceses de Lisboa, Leiria e Guarda, bem como aos territórios portugueses no Atlântico – as ilhas dos Açores, Madeira, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, as fortalezas e entrepostos na costa noroeste e ocidental de África, e as capitâncias do Brasil; Coimbra, com jurisdição sobre todo o Norte e a maior parte do Centro do país, e Goa, com jurisdição sobre os territórios portugueses da costa oriental Africana⁴. Durante a sua existência a instituição regeu-se por regimentos, que descreviam as suas normas funcionais e de organização. Inicialmente, entre 1536 e 1552, governou-se pelos regulamentos da Inquisição espanhola, mas a partir de 1552, numa lógica de aperfeiçoamento e adaptação, foram redigidos diversos regimentos – Regimento de 1552, de 1613, de 1640 e de 1774, e ainda o “Regimento do Conselho Geral do Santo Ofício de 1570”⁵. A estes acrescem outros, de que é exemplo o “Regimento dos comissários do Santo Ofício e escrivães de seu cargo”, que pautava a actuação destes agentes⁶.

O último regimento (1774), publicado no contexto das reformas efectuadas pelo Marquês de Pombal, eliminou a distinção entre cristão-novo e cristão-velho, proibiu a realização de autos-de-fé e retirou da alçada da Inquisição a censura literária, provocando uma

4 - BETHENCOURT, Francisco, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália, Lisboa*, Círculo de Leitores e Autor, 1994, pp. 45-46.

5 - BETHENCOURT, Francisco, “A Inquisição”, in AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, vol. 2 (Humanismos e Reformas, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia), pp. 104-108

6 - ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, liv. 487, Regimentos impressos do Santo Ofício da Inquisição referentes a Comissários e Escrivães a seu cargo [1600-1699], [23-06-2021], disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=7761585>, código de referência PT/TT/TSO-CG/034/0487

perda da autonomia e uma subordinação ao poder temporal, que converteu este Tribunal num órgão da coroa igualado a qualquer outro tribunal⁷, situação que se manteve até que as Cortes Constituintes decretam, em 31 de Março de 1821⁸, a sua abolição, suprimindo uma organização cuja sombra de terror se havia imposto ao país durante mais de dois séculos⁹.

[421]

DECRETO.

As Cortes Gerais, Extraordinárias, e Constituintes da Nação Portuguesa, Considerando que a existência do Tribunal da Inquisição é incompatível com os princípios adoptados nas Bases da Constituição, Decreto o seguinte:

1.º O Concelho Geral do Santo Ofício, as Inquisições, os Juízos do Fisco, e todas as suas dependências, ficão abolidas no Reino de Portugal. O concelho menor dos Processos pendentes, e que de futuro se formarem sobre causas espirituais, é meramente eclesiásticas, he restituído à Jurisdição Episcopal. O de outras quaisquer causas de que conheça o referido Tribunal, e Inquisições, fica pertencendo aos Ministros Seculares, como o de outros crimes ordinários, para seiem decididos na conformidade das Leys existentes.

2.º Todos os Regimentos, Leys, e Ordens relativas á existência do referido Tribunal, e Inquisições, ficão revogadas, e de nenhum efeito.

3.º Os bens, e rendimentos, que pertenciam aos dictos estabelecimentos, de qualquer natureza que sejam, e por qualquer título que ossem adquiridos, sejam provisoriamente administrados pelo Tesouro Nacional, assim como os outros rendimentos públicos.

4.º Todos os Livros, Manuscritos, Processos findos, e tudo o mais que existir nos Cartórios do mencionado Tribunal, e Inquisições, serão remetidos á Biblioteca Pública de Lisboa, para serem conservados em cautela na Repartição dos Manuscritos, e inventariados.

5.º Por outro Decreto, é depois de tomadas as necessárias informações, serão designados os ordenados que ficarão percebendo os Empregados que servirão no dito Tribunal, e Inquisições.

A Regencia do Reyno assim o enha entendido, e faça executar. Paço das Cortes 31 de Março de 1821. — Hermano José BaanCamp do Sobral, Presidente — Agostinho José Freire, Deputado Secretário — João Baptista Felgueiras, Deputado Secretário.

AVISOS.

Para o Conde de Sampayo.

III.mo e Ex.mo Senhor. == As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, Havendo tomado em consideração a Consulta inclusa da Junta do Commercio com as Informações, e mais Documentos relativos ás Fabricas Nacionaes da Covilhan, Fundão, e Portalegre; Aprovarndo o Parecer da Comissão das Artes, e Manufacturas, cuja cópia

se inclue; Ordenão, que a Regencia do Réyno faça concluir a transacção offerecida por Antonio Pessoa do Amorim, sobre as Fabricas da Covilhan, e Fundão, nos termos da Proposta junta; e que procure realizar similhante Contrato, quanto á Fabrica de Portalegre, a qual em falta de comprador, será no em tanto administrada por conta da Fazenda Pública, fazendo-se proceder com urgente brevidade a todas as diligencias necessarias sobre este objecto; O que V. Ex.^á fará presente na Regencia, para que assim se execute.

Deos guarde a V. Ex.^á Paço das Cortes em 31 de Março de 1821. — João Baptista Felgueiras.

Para o Conde de Sampayo.

III.mo e Ex.mo Senhor. == As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, Commando em Consideração o Requerimento incluso ás Officinas da Armada Real, que servirão na Esquadriilha do Guadiana no tempo da Campanha, desde 1809, á 1814, para que, attentos os seus Servicos, sejam declarados comprehendidos na Meréce da Cruz de Campanha, concedida aos Oficiais do Exercito, pelo Decreto de 28 de Junho de 1816: Måndão remetter o mesmo Requerimento á Regencia do Reyno, com os respectivos Documentos, á fin de que, mediano as devidas habilitações, sejam os Supplicants contemplados na refeida comdecoração: O que V. Ex.^á fará presente na Régencia, para sua intelligencia, e execução.

Deos guarde a V. Ex.^á Paço das Cortes em 31 de Março de 1821. == João Baptista Felgueiras.

Para o Conde de Sampayo.

III.mo e Ex.mo Senhor. == As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, Ordenão que o Ministro dos Negocios do Reyno venha informar este Soberano Congresso do quanto se ha passado relativamente ao proceder da Cardenal Patriarca á cerca do juramento das Bases da Constituição Política da Monarchia; devendo para esse fim trazer todos os documentos, e papeis concernentes ao caso, e comparecer com a possível brevidade, pois que o Augusto Congresso se ha declarado em Sessão permanente até que roteia a mencionada informação, e delibera sobre este objecto. O que V. Ex.^á fará presente na Regencia do Réyno para que assim se execute.

Deos guarde a V. Ex.^á Paço das Cortes em 31 de Março de 1821. == João Baptista Felgueiras.

Para o Conde de Sampayo.

III.mo e Ex.mo Senhor. == As Cortes Gerais e

Fig. 2 – AHP, Decreto da Extinção da Inquisição, publicado em 31 de Março de 1821, Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, n.º 47, [10-03-2021], disponível em <https://www.parlamento.pt>

7 - FARIA, Ana Maria Leal de, “A Extinção da Inquisição”, in MEDINA, João, dir., *História de Portugal. Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*. Amadora: EdiClub, 1994, vol. VI (Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo), p. 163; BETHENCOURT, Francisco, “1536-A Inquisição chega a Portugal”, p. 377; CARVALHO, Alberto Martins de, “Santo Ofício, Tribunal do”, in SERRÃO, Joel, dir., *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981, vol. V, 476

8 - AHP, Sessão de 23 de Março de 1821, *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, n.º 42, [10-03-2021], disponível em <https://www.parlamento.pt>

9 - BETHENCOURT, Francisco, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*, pp. 27-28 e “1536-A Inquisição chega a Portugal”, pp. 377-378.

Com uma estrutura em hierarquia e fortemente centralizada, no topo da organização estava o Inquisidor-Geral, que presidia ao Conselho Geral do Santo Ofício, instância superior da instituição, cujos membros eram eclesiásticos, cabendo a este órgão a responsabilidade de regular e fiscalizar as actividades dos tribunais de distrito e inquisidores do reino, supervisionar processos, empossar os inquisidores, visitar os tribunais da Inquisição a cada três anos, controlar as visitas às livrarias, etc.¹⁰. Seguiam-se os tribunais de distrito com os seus membros – os inquisidores, os promotores fiscais e os deputados. Estes eram funcionários «com jurisdição», cujos cargos eram remunerados e regra geral ocupados por clérigos seculares, formados em Direito Canónico. Constituíam “a componente activa da organização, com capacidade para propor e instaurar processos, dar pareceres e/ou produzir sentenças”¹¹. Ainda considerados agentes dos tribunais, muito embora sem jurisdição e sem remuneração, tínhamos os qualificadores, consultores escolhidos entre os teólogos das ordens religiosas, ou seja, membros do clero regular, chamados a dar parecer sobre livros apreendidos ou sobre declarações de presos e denúncias. Mais abaixo encontravam-se os oficiais necessários ao funcionamento de cada tribunal, responsáveis pela burocracia – notários, ou escrivães, meirinhos, solicitadores, alcaides, guardas e porteiros. Em cada tribunal havia, também, médicos e advogados acreditados pela instituição, que não tinham um estatuto remunerado e cuja função era prestarem assistência aos presos. Os tribunais contavam, ainda, com uma rede de agentes locais – comissários, notários e familiares¹². Os comissários e os notários eram exclusivamente eclesiásticos, estando os primeiros encarregados de vigiar a população, podendo prender e interrogar os suspeitos e proceder a averiguações destinados aos processos de habilitação dos candidatos a cargos no Santo Ofício. Dispondo dos notários para os auxiliar, uns e outros eram agentes remunerados. Os Familiares eram membros civis do Tribunal, não remunerados, que tinham um papel auxiliar nas actividades da Inquisição. Actuavam no confisco de bens, notificações, mandados de captura e acompanhamento dos presos nos autos-de-fé, beneficiando de isenção de impostos e serviços, foro privado e porte de arma. Entre as funções contavam-se, ainda, quando solicitado pelos comissários, a indicação e/ou a notificação de testemunhas a interrogar, quer em processos de habilitação de limpeza de sangue, quer em processos-crime¹³. Em comum tinham de entre os requisitos a membros da Santa Inquisição, a exigência de serem cristãos-velhos de limpo sangue, ou seja, sem antepassados “judeus, mouros, mouriscos, mulatos ou de outra qualquer outra nação infesta”¹⁴.

10 - Vide MEA, Elvira Cunha de Azevedo, “O Santo Ofício português - da legislação à prática”, in RAMOS, A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge Martins; POLÓNIA, Amélia, coord., *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto, 2001, vol. II, p. 171 e BETHENCOURT, Francisco, *História das Inquisições: Portugal, Espanha, e Itália*, p. 70

11 - BETHENCOURT, Francisco, “Inquisição”, in AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, vol. C-I, p. 449 e “A Inquisição”, p. 109.

12 - BETHENCOURT, Francisco – “Inquisição”, pp. 114-117.

13 - Idem, *ibidem*.

14 - Idem, *ibidem*.

OBJECTIVOS E MÉTODOS DA INSTITUIÇÃO

Criado principalmente com o objectivo de combater o judaísmo o Tribunal, pelo determinado na bula de 1536, alargou as suas competências a outros delitos contra a fé: islamismo; protestantismo; críticas ou actos contra os dogmas da doutrina católica, etc. Passaram também a integrar o rol de crimes, sob a sua alçada, um conjunto de crenças e práticas supersticiosas envolvendo actividades associadas ao universo sobrenatural - a feitiçaria; o sortilégio e as adivinhações¹⁵, e os delitos de foro matrimonial e sexual, como o adultério, o amancebamento, a bigamia e a sodomia¹⁶, este último sob a sua alçada apenas desde em 1562¹⁷. A instituição estendeu, ainda, a sua acção fiscalizadora ao campo cultural, inserindo-se nesta tipologia de delitos a censura literária, a posse de livros proibidos e o desrespeito pelas imagens sagradas. Na sua acção o tribunal dispunha de um amplo leque de procedimentos, entre os quais, as visitas inquisitoriais, os interrogatórios, o cárcere, a condenação e o auto-de-fé. O medo que inspirou provinha, sobretudo, dos instrumentos e técnicas utilizadas nos processos, como o fomento da denúncia, o recurso à tortura, ao segredo e a ignorância de culpa.



Fig. 3 – Representação de um auto-de-fé
Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) – <http://purl.pt/13105>

15 - Como esclarece José Pedro Paiva, estas actividades eram desenvolvidas “por um sem-número de indivíduos com múltiplas designações (feiticeiros, bruxas, encarchadores, curadores, saludadores, mezinheiros, benzedores, casa-aberta, adivinhos, magos) e tinham clientes aos milhares [...] eram utilizadas e evocadas em várias áreas da vida das populações: na influência dos comportamentos e dos sentimentos, na cura dos corpos doentes, na adivinhação do futuro e do oculto, na protecção contra o mal, na explicação dos mais variados infortúnios. Cf. PAIVA, José Pedro, “A Magia e a Bruxaria”, in AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *História Religiosa de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, vol. 2, (Humanismo e Reformas, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia), pp. 369-375.

16 - BETHENCOURT, Francisco – *História das Inquisições: Portugal, Espanha, e Itália*, pp. 27-28

17 - Dizendo respeito a todas as actividades sexuais consideradas contranatura, ou seja, as que não tivessem como única finalidade a reprodução, o delito de sodomia era considerado crime de lesa-majestade, pelo que a competência de condenação pertencia aos tribunais régios.

PERTENCER AO SANTO OFÍCIO: OS COMISSÁRIOS

A atuação do Santo Ofício ocorreu, sobretudo, por meio dos qualificadores, comissários, notários e familiares, que devidamente habilitados agiam em seu nome. Estes agentes representavam a ligação da instituição com as terras periféricas, sendo que os comissários, os agentes que importam para este trabalho, ocupavam os postos mais altos desta hierarquia local e deveriam ser eclesiásticos. A historiografia tem admitido que a rede de comissários do Santo Ofício ter-se-ia formado no último quartel do século XVI, muito embora a sua génese não seja fácil de estabelecer, tal como a data precisa para o aparecimento dos primeiros comissários. Deve registar-se, contudo, várias ordens do Inquisidor Geral para o efeito, como a que foi dada em 1584, no sentido de serem criados comissários em lugares “mays principaes que tomem informações sumarias nas cousas que pertencem ao Santo”¹⁸.

Constituindo o mais importante dos cargos no que respeita aos agentes locais, como supra-referido, era-lhes exigido “que fossem possuidores de qualidades, como a prudência e a virtude”. Com efeito, o cargo implicava obediência, secretismo e responsabilidade, pelo que estes homens tinham de ser capazes de manter segredo sobre os negócios do Santo Ofício, como referido no próprio Regimento de 1640:

(...) os comissários do Santo Ofício, além de haverem de ter todas as qualidades, que, conforme ao Regimento, se requerem nos Ministros da Inquisição, serão pessoas Eclesiásticas, e de prudência, e virtude conhecida. Cumprirão inteiramente o que por este Regimento se dispõe, e mais, que os Inquisidores lhes ordenaram. Guardarão segredo nos negócios, que lhe forem cometidos; e não só naqueles, de que poderia refutar prejuízo ao Santo Ofício, se fossem revelados, mas ainda nos de menos consideração¹⁹.

As funções atribuídas aos comissários eram de grande importância, contando-se, entre elas, interrogar as testemunhas, recolhendo depoimentos, – tanto nas habilidades de limpeza de sangue, como nos processos-crime –, escolhendo para a redacção dos textos a enviar ao Tribunal distrital um notário, ou na sua falta um escrivão de confiança, normalmente um clérigo que trabalhava consigo no local de residência. Os comissários tinham, também, por autorização da Inquisição, autonomia na nomeação dos familiares para as diligências. Era, ainda, aos comissários que a população se dirigia para confiar as acusações, pelo que tinham a seu cargo a recepção das denúncias. Mais, cabia-lhes, ainda a tarefa de publicar os editais da fé, receber os mandatos de prisão e, quando não houvesse familiar ou este estivesse ausente, efectuar as prisões, estando incumbidos de organizar a condução dos presos e receber e

18 - OLIVAL, Fernanda –“Comissários das Ordens Militares e Comissários da Santo Ofício: dois modelos de actuação”, in Isabel Cristina Ferreira Fernandes (Coord.) – *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, Vol. 1, GEsOS. Palmela, Município de Palmela, 2012, pp. 3-4.

19 - “Dos Comissários e Escrivães de seu cargo”. *Regimento do Santo Ofício da Inquisição de Portugal*, 1640.

vigiar os condenados que estivessem a cumprir degrado na sua área de atuação. Igualmente era da sua jurisdição o inventário das bibliotecas privadas dos defuntos²⁰.

Como nos diz Bruno Lopes, o cargo de comissário “constituía o expoente máximo oferecido pela Inquisição aos seus agentes locais”, pelo que eram “postos atrativos para os indivíduos que desempenhavam funções ao nível do clero secular”. Ser comissário representava, para a grande maioria destes homens “uma subida na pirâmide social do Antigo Regime, a qual só era, em muitos casos, possível se o candidato fosse detentor de bens patrimoniais consideráveis ou estivesse alocado num posto paroquial de relevância”. Com efeito, era necessário possuir recursos financeiros para exercer o ofício sem se corromper, a que acresce, o facto da “posse de bens patrimoniais relevantes ajudar à manutenção de um certo nível de vida – viver limpa e abastadamente –, como tantas vezes é referido na documentação²¹”. Quanto à formação académica, e porque o regimento assim o determinava²², o Santo Ofício dava preferência aos homens letRADos, pelo que muitos eram detentores de habilitações universitárias. Nas condições de admissão ao cargo, tal como para os demais agentes da instituição, era-lhes exigida “pureza de sangue”, uma questão abordada logo nos primeiros Regimentos, como se pode ler no Regimento de 1613: “tirando-se bastante informação de sua genealogia, de modo que conste não ter raça de mouro, judeu nem de gente novamente convertida a fé (...)”²³ e, posteriormente, no Regimento de 1640, onde se refere:

(...) Os ministros e oficiais do Santo Ofício, Cristãos-velhos de sangue limpo, sem raça de mouro, judeu, ou gente novamente convertida a nossa Fé, e sem fama do contrário (...), saberão ler e escrever; e, se forem casados, terão a mesma limpeza as suas mulheres e os filhos que por qualquer via tiverem²⁴.

A partir do século XVII, acrescentam-se o preconceito contra o sangue negro, mulato e índio. O último Regimento, de 1774, fruto das reformas pombalinas, anula o estatuto de pureza de sangue: “os ministros e oficiais do Santo Ofício serão de boa vida e costumes, capazes de lhes cometerem negócios de importância; sem infâmia alguma de fato, ou de Direito nas suas próprias pessoas, ou para pessoas, ou para eles derivados de seus pais e avós (...)”²⁵.

20 - LOPES, Bruno, “A Inquisição nas Terras Periféricas: Comissários, Notários e Familiares do Santo Ofício em Montemor-o-Novo (sécs. XVI-XIX)”, in *Almansor-Revista de Cultura*, 2016, nº 2-3.ª série, p. 110 e VAQUINHAS, Nelson – “Entrada na teia: tipologias e trâmites processuais das habilitações”, in *DA COMUNICAÇÃO AO SISTEMA DE INFORMAÇÃO. O SANTO OFÍCIO E O ALGARVE (1700-1750)*. Évora: Publicações do CIDEHUS, Edições COLIBRI, colecção Biblioteca-Estudos & Colóquios, 2010, n.º 22, pp. 17-58, [23-03-2020], disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/1718>.

21 - LOPES, Bruno, “A Inquisição nas Terras Periféricas: Comissários, Notários e Familiares do Santo Ofício em Montemor-o-Novo (sécs. XVI-XIX)”, p. 111

22 - *Regimento do Santo Ofício da Inquisição de Portugal*. 1640.

23 - *Regimento do Santo Ofício da Inquisição de Portugal*. 1613.

24 - *Regimento do Santo Ofício da Inquisição de Portugal*. 1640.

25 - *Regimento do Santo Ofício da Inquisição de Portugal*. 1774.

A sua entrada nas fileiras do Santo Ofício obedecia a um processo de habilitação, levado a cabo pelo Conselho-Geral, que envolvia um conjunto de procedimentos – documentos, actos e formalidades – complexo, dispendioso e moroso, onde se averiguava a «pureza do sangue» do habilitando. O processo tinha início com uma petição do candidato pedindo ao Inquisidor Geral a admissão no cargo desejado, onde se incluíam os seus dados pessoais e dos seus. O requerimento podia conter informações adicionais, como a situação financeira e/ou a existência na sua parentela de membros do Santo Ofício, dados adicionais importantes que facilitavam o prosseguimento da averiguação. O processo continuava com a verificação de possíveis culpas do postulante e dos seus pais e avós nos índices de culpados, na época designados repositórios, existentes nos tribunais inquisitoriais metropolitanos. Caso não existisse qualquer interdição, passava-se à realização de inquirições pelos comissários, as designadas informações extrajudiciais. Nesta fase eram indagadas várias testemunhas, no local de nascimento e de morada do candidato, com a finalidade de apurar a boa conduta e a pureza de sangue do individuo. Averiguavam-se também questões sobre o património, bem como sobre a sua parentela, nomeadamente se havia na família pessoas de “sangue impuro”. O conjunto destes inquéritos permitia à Inquisição verificar se os candidatos cumpriam os requisitos necessários. Se tal sucedesse, o processo estava concluído, podendo os indivíduos serem empossados no cargo inquisitorial²⁶.

OS COMISSÁRIOS DO SANTO OFÍCIO NATURAIS DO CONCELHO DE ESTARREJA

A identificação dos Comissários naturais de Estarreja foi realizada com base na pesquisa feita por Jorge Hugo Pires de Lima, publicada na extinta revista *Arquivo do Distrito de Aveiro*, sob o tema “O Distrito de Aveiro nas Habilitações do Santo Ofício”, ao longo de vários anos [do vol. XXV (1959) ao vol. XLII (1976)], cruzada com outras informações recolhidas em estudos publicados²⁷, e complementada com a consulta às fontes que se conservam: no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), onde se encontram os processos dos alunos que frequentaram aquela instituição e, particularmente, no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) onde estão depositados os processos de habilitação do Santo Ofício português, quer da metrópole, quer dos territórios ultramarinos, formados pelas diligências exaustivas para averiguar a pureza de sangue e conduta dos candidatos aos cargos na instituição. A partir das fontes consultadas encontramos, sem prejuízo de futuras e novas investigações, seis indivíduos habilitados para o cargo de comissário, sendo sobre eles que versará o nosso trabalho.

26 - VAQUINHAS, Nelson, “Entrada na teia: tipologias e trâmites processuais das habilitações”, pp. 17-58, [23-03-2020], disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/1718>

27 - Entre outros consultamos os trabalhos de: Teresa Cruz Tubby sobre Familiares do Santo Ofício relacionados com Estarreja, publicado na *TERRAS DE ANTUÃ-Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*, n.º 3, ano 3, 2009, pp. 173-212 e de Teresa Cruz e Delfim Bismarck Ferreira sobre os Familiares do Santo Ofício no Concelho de Albergaria-a-Velha publicado na *ALBERGUE-História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha*, n.º 2, 2015, pp. 247-296.

Como vimos, o último quartel do século XVI é apontado como o começo da rede de comissários do Santo Ofício, sendo por esta altura que conhecemos o primeiro destes agentes nascidos no aro do concelho de Estarreja. Trata-se do padre José Rolão Pimentel, comissário do Santo Ofício em 1672. Pouco anos volvidos, em 1678, foi a vez do padre Lourenço de Albuquerque Pacheco ser empossado no cargo. Os demais conseguiram as suas provisões entre os anos de 1712 e 1770, seguindo de perto a tendência de crescimento da rede de agentes locais durante o século XVIII, mesmo após 1774, quando foi decretado o fim da limpeza de sangue. Quanto ao local de nascimento, três destes homens são naturais da freguesia de Salreu. Dos restantes, um nasceu na freguesia de Avanca, um na de Beduído e um na de Veiros. Todavia, destes agentes locais do Santo Ofício, apenas o padre José Rolão Pimentel, residia no concelho, em Beduído, onde era reitor da igreja paroquial de S. Tiago, tendo, portanto, atuando em Estarreja. Os restantes eram moradores fora do concelho, havendo mesmo o caso do padre Manuel José Vaz, morador em S. Paulo, no Brasil. Como nota, refira-se que o seu tio, padre Manuel João Vaz, que foi notário do Santo Ofício, também viveu no Brasil, demonstrando estes exemplos que o concelho de Estarreja integrou, desde cedo, o movimento de colonização para esta colónia.

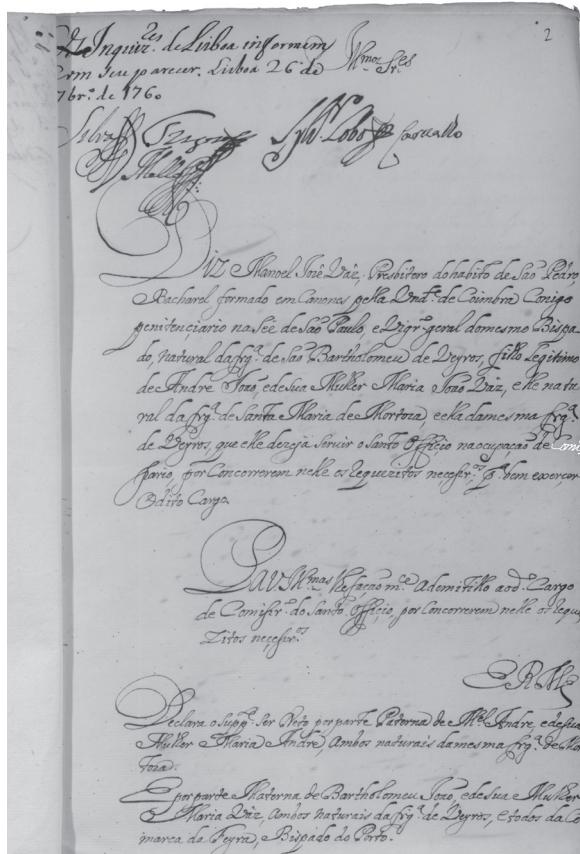


Foto 4 – Petição do padre Manuel José Vaz ao cargo de comissário do Santo Ofício

Foto 1 - Retrato do padre Manuel José Vaz no cargo de comissário de Santo Ofício
ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 202, doc. 1143 [20-06-2021], disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2338831>, código de referência PT-TT-TSO-CG-A-008-001-19897 m0005.tif

Os habilitandos fizeram a sua candidatura com idades compreendidas entre os 40 e os 50 anos e no que diz respeito à sua ocupação, “ocupavam os postos eclesiásticos de topo da hierarquia local”²⁸, quer fossem os abades, os priores, os reitores, os vigários, ou os vigários gerais. Como nos diz Bruno Lopes, a Inquisição desenhava a sua rede de comissários de maneira a encaixar com as elites dos cargos religiosos locais, uma vez que estes homens estavam em contacto direto com a população, o que os tornava bons conhecedores das famílias dos pretendentes e dos réus, tal como das práticas religiosas da comunidade. Em simultâneo, pelo facto de estarem no topo da pirâmide teriam rendimentos financeiros anuais mais elevados, o que constituía garantia, a priori, da sua idoneidade²⁹.

Academicamente os padres Lourenço de Albuquerque Pacheco e Manuel José Vaz eram bacharéis formados em Cânone, pela Universidade de Coimbra e o padre D. Luís António de Sousa e Meneses era formado em Sagrada Teologia.

Sobre o estatuto socioeconómico, tendo em conta a sua origem, vamos encontrar um grupo de indivíduos oriundos da elite local, pertencendo ao conjunto dos notáveis estarrejenses, fortemente ligado à posse da terra e aos cargos de governança e militares, e um outro grupo de homens proveniente de estratos médios, ligados à lavoura. Estão no primeiro grupo, o padre D. Luís António de Sousa e Meneses que pelo lado paterno pertencia a uma família nobre, fortemente alicerçada na posse da terra, com vários membros a ocuparem lugares destacados em cargos militares, de governança e de magistratura e com ligações ao Santo Ofício. O estatuto aristocrático da família era distinguido, ainda, pela atribuição de títulos nobiliárquicos e honoríficos nas Ordens Militares. Também o padre Diogo de Fortunato de Sousa e Meneses e o padre João Rolão Pimentel eram oriundos de famílias de abastados proprietários que auferiam de consideráveis rendimentos e às quais estavam associados atributos de nobreza, como o de “viverem de suas fazendas e rendimentos à lei da nobreza”, além do serviço nos cargos da “res publica” e da pertença ao Santo Ofício. Por sua vez, o padre Lourenço de Albuquerque vinha de uma família de lavradores, que eram proprietários de um conjunto considerável de bens de raiz, que “viviam abastadamente de suas fazendas”, e que desempenhavam cargos nas instituições locais, sendo o seu estatuto social realçado pela pertença à própria Inquisição. Estavam no segundo grupo, o padre João de Resende Fragoso e o padre Manuel João Vaz que provinham de famílias de lavradores com posses, que trabalhavam a sua própria terra e/ou tinham gente a solda para nela trabalhar, vivendo limpa e abastadamente, sendo que no caso do padre Manuel José Vaz a família se encontrava ligada também aos ofícios mecânicos³⁰. Por sua vez,

28 - Uma situação que foi, por exemplo, observada em Montemor-o-Novo, por Bruno Lopes no seu trabalho: “A Inquisição nas Terras Periféricas: Comissários, Notários e Familiares do Santo Ofício em Montemor-o-Novo (sécs. XVI-XIX)”, in *Almansor-Revista de Cultura*, 2016, nº 2-3.ª série, p. 95-153.

29 - MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro, *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*, p. 285 e LOPES, Bruno – “A Inquisição nas Terras Periféricas: Comissários, Notários e Familiares do Santo Ofício em Montemor-o-Novo (sécs. XVI-XIX)”, p. 113.

30 - Contrariamente ao que sucedia nas Ordens Militares, a Inquisição não colocava entraves às artes mecânicas, ou seja, não colocava entraves aos homens que exerciam ofícios em que trabalhavam com as mãos.

no caso do padre João de Resende Fragoso juntava-se como elemento de distinção social a existência de vários clérigos na sua parentela. Em comum, todos eles tinham o facto de auferirem de consideráveis rendimentos, um dos requisitos necessários para se alcançar tão desejada a posição de comissários.

Por fim, sobre o tempo de duração dos processos, este era variável, sendo, no entanto, habitualmente, de cerca de um ou dois anos, nos casos em que não havia complicações de maior, como sucedeu com os candidatos estarrejenses, que eram membros de importantes famílias na região, nas quais as familiaturas eram uma presença significativa. A exceção foi o padre Manuel José Vaz, cujo período de tempo do processo foi mais longo até ficar concluído, cerca de quatro anos, porque o habilitando se encontrava fora da metrópole, residindo na cidade S. Paulo.

MICROBIOGRAFIAS

PADRE DIOGO FORTUNATO DE SOUSA E MENESES, comissário do Santo Ofício por provisão de 4 de Outubro de 1770³¹.

Natural da freguesia de S. Martinho de Salreu, bispado de Coimbra, era filho de Gonçalo de Sousa de Meneses, Fidalgo da Casa Real, Comendador de St.º André de Canelas da Ordem de Cristo³², e Familiar do Santo Ofício, por carta de provisão de 23 de Fevereiro de 1731, natural da freguesia de S. Salvador de Bertiandos, e de sua mulher D. Luísa Teodósia de Castro, natural de Santarém, freguesia de S. Julião e moradores em Salreu, que viviam dos seus morgados. Pelo lado paterno era neto de Damião Pereira da Silva, natural de Bertiandos, familiar do Santo Ofício por carta de provisão de 24 de Julho de 1665, e de mulher D. Margarida Maria de Noronha e Sousa, natural de Salreu, e pelo lado materno de José Pinto Pacheco e de sua mulher D. Maria Josefa Freire de Andrade, ambos naturais de Lisboa, da mesma freguesia de S. José. Pelo lado paterno era bisneto de Francisco Pereira da Silva, natural de Bertiandos, e de sua mulher D. Joana de Noronha, natural da Quinta dos Pentieiros, freguesia de S. Pedro de Arcos, e de Gonçalo Sousa de Meneses, natural da referida Quinta dos Pentieiros, e de sua mulher D. Inês Guiomar de Sousa e Castro, que estivera muitos anos no Convento da Encarnação de Lisboa. Pelo lado materno era bisneto de Francisco Pinto Pacheco, natural de Lisboa, freguesia de S. Julião, e de sua mulher D. Isabel Figueira de Padilha, natural de Vila Franca de Xira, e do capitão António de Araújo Falcão e de sua mulher D. Maria da Encarnação Freire, ambos naturais de Lisboa, respectivamente das freguesias da Conceição Velha e de S. Julião. Com uma parentela ligada ao Santo Ofício, era irmão de Damião Pereira da Silva e Meneses, que foi familiar por carta de provisão de 14 de Dezembro de 1756.

31 - ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Diogo, mç. 14, doc. 279, [23-06-2021], disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2324729>, código de referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/5797

32 - Hugo Pires de Lima indica no processo do seu irmão que o pai era Comendador da Comenda de São Mamede de Canelas.

Do seu percurso, pelas informações contidas nas suas provanças sabemos que foi morador na vila de Évora, coutos onde foi vigário, antes de ser provido na sua vigaria da Colegiada de N. Sr.^a das Areais da vila de Pederneira, dos mesmos coutos, onde era morador aquando do seu pedido para ingressar nas fileiras do Santo Ofício. Com efeito, no início de 1769, o padre Diogo Fortunato de Sousa e Meneses, então prior vigário da Igreja de Pederneira, um dos coutos de Alcobaça e morador na sua vigararia, desejando “servir ao Tribunal do Santo Ofício na ocupação de seu comissário, para o que entende se acha com os requisitos necessários” endereçou a sua petição para admissão ao cargo. Na sua identificação declara ser “natural da freguesia de S. Martinho de Salreu, Bispado de Coimbra, irmão inteiro de Damião Pereira da Silva e Meneses, familiar do Santo Ofício da Inquisição de Coimbra, por serem ambos filhos de Gonçalo de Sousa de Meneses, a quem se passou carta de Familiar, mas faleceu antes de tomar juramento, e de sua mulher D. Luísa Teodósia de Castro”, indicações que sabia abonavam desde logo e de forma segura o seu ingresso. E, de facto, aproximadamente dez meses depois de solicitar o ingresso, o Padre Diogo Fortunato de Sousa e Meneses, viu a sua pretensão aprovada, tendo certamente constituído a menção expressa da ligação do irmão e do pai à instituição, na formalidade do acto peticionário, a principal razão pelo qual os seus trâmites processuais foram céleres, tal o peso da geração aprovada na sociedade de então³³.

Pela análise do seu processo, e emitidas as certidões pelos três tribunais da Inquisição existentes na Metrópole, vemos que se realizaram inquirições extrajudiciais na freguesia de S. Martinho de Salreu, conduzidas pelo comissário Dionísio Pereira Homem, prior na igreja de S. Martinho de Salreu, que reuniu apenas seis depoimentos, particularmente, para apurar a ascendência do habilitando, e inquirições extrajudiciais na freguesia e vila de Pederneira, efectuadas pelo comissário José de Almeida Brandão, vigário da paroquial igreja do Santíssimo Sacramento da vila de Alcobaça, que ouviu cinco testemunhas sobre a vida e costumes do preponente. De acordo com os autos então lavrados, apurou-se que Diogo Fortunado de Sousa e Meneses era descendente e parente das pessoas indicadas na petição e pessoa “de bom procedimento, vida e costumes, capaz de se incumbir de negócios de importância e segredo”, que vivia “com asseio e limpeza dos rendimentos do benefício da sua igreja, que renderia à volta de 300 mil reis anuais, teria cerca de 45 anos, e não constava que fosse casado ou tivesse filhos ilegítimos”. Como documento de suporte, encontra-se no processo uma certidão comprovativa da familiatura do seu irmão, que atesta a sua linhagem e pureza de sangue. Relativamente, às certidões de nascimento do habilitando e irmão, pedidas na própria comissão, como informa no auto, o comissário Dionísio Pereira Homem, não foram enviadas as cópias das mesmas, “por se acharem os livros no cartório do Seminário de Coimbra”.

33 - Sobre os procedimentos para integrar as fileiras da Inquisição veja-se: VAQUINHAS, Nelson – “Entrada na teia: tipologias e trâmites processuais das habilitações”, in DA COMUNICAÇÃO AO SISTEMA DE INFORMAÇÃO. O Santo Ofício e o Algarve (1700-1750). Évora: Publicações do Cidehus, Edições Colibri, coleção Biblioteca-Estudos & Colóquios, 2010, n.º 22, pp. 17-58, [23-03-2020], disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/1718>

PADRE JOÃO DE RESENDE FRAGOSO, comissário do Santo Ofício por provisão de 12 de Novembro de 1728³⁴.

Natural do lugar da Veja, da freguesia de St.ª Marinha de Avanca, bispado de Coimbra, era filho de Gregório da Silva Godinho, e de sua mulher Maria de Resende, “lavradores ricos que viviam de suas fazendas” no lugar da Veja, freguesia de Avanca, de onde ambos eram naturais, ele do dito lugar da Veja e ela do lugar de Freixieiro. Neto paterno de Gregório da Silva Godinho, a quem apelidavam “o Velho”, natural do lugar da Veja, da freguesia de Avanca, e de sua mulher Maria Figueira, natural do lugar do Cadaval, da freguesia de S. Martinho de Salreu, “lavradores ricos, que viviam de suas fazendas”, moradores em Avanca, no lugar da Veja. Maria Figueira, como recordam as testemunhas interrogadas em Salreu, foi ainda moça casar à freguesia de Avanca, com o dito Gregório da Silva Godinho, onde ficou a morar, e que era filha de Domingos Valente e de sua mulher Helena Resende, lavradores, moradores no lugar do Cadaval, e tinha pelo menos uma irmã, Vicêncio Figueira, e um irmão, Frei Paulo, religioso Carmelita. Era pelo lado materno neto de Baltasar de Resende, natural do lugar da Ribeira, da freguesia de S. Cristóvão de Ovar, e de sua mulher Isabel da Silva, natural do lugar de Freixieiro, da freguesia de Avanca, “lavradores que viviam de suas fazendas” no lugar de Freixieiro. De acordo com as testemunhas ouvidas em Avanca, Baltasar de Resende “veio casar a esta freguesia uma primeira vez” e “aqui voltou a casar com Isabel da Silva, pela segunda vez”. Mais refere um dos inquiridos que Baltasar de Resende fora carpinteiro e que teve um filho do primeiro casamento, que fora clérigo, chamado Diogo de Resende. Das testemunhas inquiridas em Ovar, somente uma se lembrava ouvir falar de Baltasar de Resende, que havia casado em Avanca. Todavia, todas conheciam bem a “família dos Resendes”, naturais da Ribeira de Ovar, que viviam do seu manejo, exercendo alguns deles o ofício de carpinteiros, recordando que “alguns dos Resendes antigos”, foram casar fora da Ribeira de Ovar, nomeadamente, na freguesia de Avanca. Da família referem que faziam parte Manuel Rodrigues Resende e João Resende, bem como o padre Manuel Rodrigues Resende, que foi pároco encomendado da igreja da vila de Ovar e que a família dos “Resendes da Ribeira de Ovar” era de cristãos velhos, de limpo sangue e sem fama ou rumor.

Em 1726, o padre João de Resende Fragoso, com cerca de 40 anos, dirigiu as suas pretensões ao Santo Ofício, indicando na petição que ele suplicante desejava muito servir a instituição “na ocupação de Comissário”, cargos para que “tem os requisitos necessários”. Era então abade da igreja de St.ª Maria de Mós, Arcebispado de Braga, sensivelmente há pouco mais de três anos.

Passadas as certidões pelos três tribunais da metrópole declarando não se achar delato de culpa alguma ao habilitando, foram tiradas inquirições extrajudiciais nos locais de origem dos seus pais e avós e na localidade onde exercia o seu ministério.

34 - ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilidades, João, mç. 59, doc. 1122, [23-06-2021], disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2332129>, código de referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/13195

Nas inquirições extrajudiciais levadas a cabo pelo comissário do Santo Ofício, reverendo licenciado padre Manuel Vieira, reitor de Vila Maior, comarca da Feira, bispado do Porto, foram ouvidas dez testemunhas na freguesia de Avanca, dez testemunhas na freguesia de Salreu e seis testemunhas na freguesia de Ovar num total de vinte e seis depoimentos.

No auto das inquirições tiradas nestas freguesias apurou-se ser o habilitando legítimo, sem fama nem rumor em contrário, pessoa de boa vida e costumes, com boa capacidade para a ocupação que pretende, sendo mencionado pelo comissário que o padre João Fragoso de Resende era “por si e seus pais e seus avôs paternos e maternos, cristãos-velhos, e de limpo sangue e geração e bons costumes, sem raça de judeus, mouros, nem negros, nem de coisa que lhes prejudique”.

Na freguesia de St.ª Maria Maior, concelho de Pico de Regalados³⁵, arciprestado de Braga, o comissário do Santo Ofício, Manuel de Matos Falcão, abade da freguesia de S. João do Souto, da cidade de Braga, inquiriu seis testemunhas sobre “a vida e costumes do padre João Fragoso Resende”, que se encontrava à frente dos destinos desta paróquia sensivelmente à três anos. No auto, que então lavrou, o comissário expõe que o habilitando era “de bons costumes e procedimento, e capaz de servir o Santo Ofício no cargo de Comissário e que com todo o segredo dará expedição ao que lhe for mandado do Santo Tribunal”. E prossegue referindo “também achei que de idade poderia ter 40 ou até 45 anos”, vivia do seu benefício, composto pelo rendimento da igreja e dos passais que são muito bons e “não excedia o rendimento de 350 mil reis”. Mais narra que de acordo com as testemunhas inquiridas sabia-se que até à pouco tempo “era abade de outra igreja e que veio das partes de Coimbra e não se sabia ou constava tivesse filhos legítimos ou ilegítimos de mulher alguma, nem também que fosse casado”.

Assim, cerca de um ano e meio depois de ter enviado o seu pedido, o padre João Fragoso de Resende viu as suas pretensões serem atendidas.

PADRE JOSÉ ROLÃO PIMENTEL, comissário do Santo Ofício em 1672³⁶.

Natural da freguesia de S. Tiago de Beduído, bispado de Coimbra, era filho de Manuel Rolão Velho, natural da vila de Aveiro, e de sua mulher Damiana Pimentel, natural da cidade de Lisboa, freguesia da Madalena, e moradores em Beduído. O pai residiu também em Lisboa, onde terá conhecido a sua esposa, conforme o depoimento de várias testemunhas, que dizem também não lhe conhecer ofício algum, vivendo de suas fazendas à lei da nobreza. Neto paterno de Pedro André Rolão, que foi juiz dos órfãos no concelho de Estarreja, e de

35 - No original, concelho de Pica de Regalados.

36 - ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilidades, José, mç. 3, doc. 41 [21-06-2021], disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2335246>, código de referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/16312

sua mulher Maria Nunes, ambos naturais da vila de Aveiro, onde foram moradores, antes de residirem em Beduído, onde viviam de sua fazenda. Era pelo lado materno neto de João Gomes Coimbra e de sua mulher Maria Jorge de Almeida, moradores em Lisboa. João Gomes Coimbra era natural da vila de Esgueira, freguesia de Santo André e filho de Diogo Dias de Coimbra, tabelião da vila de Esgueira e de sua esposa Maria Gomes Bravo. Durante a sua vida, como é referido nos depoimentos, serviu “cargos muito honrados, como foi o de almoxarife em Setúbal e de almoxarife em Lisboa”, tendo sido também “merçieiro na Sé de Lisboa”. Casou com Maria Jorge de Almeida, natural da cidade de Lisboa, freguesia de N. Sr.^a do Loreto, e foram moradores durante muitos anos em Lisboa, na freguesia da Madalena. Como também se pode ler no processo foram pais de Dom Apolinário de Almeida, da Companhia de Jesus, bispo de Niceia³⁷, o padre mestre frei Francisco de Almeida, religioso da Ordem de S. Domingos, falecido no seu convento de Lisboa e o padre doutor Gregório dos Anjos, religioso da Congregação de S. João Evangelista.

Em 1640, ainda noviço solicita o ingresso na Ordem Militar de Santiago, da qual se veio a tornar frei³⁸. Quando do seu pedido para servir o Santo Ofício no cargo de comissário, muito provavelmente em 1671, com cerca de 40 anos, era reitor da igreja de Santiago de Beduído. Na petição endereça ao Santo Ofício, invocou o desejo de servir no cargo de comissário, “o qual se encontrava vago na provedoria de Esgueira”, por saber que desta forma as probabilidades de sucesso na obtenção do cargo eram maiores, tal como a existência na sua parentela de membros do clero, razão pela qual acrescentou, ainda, como informação adicional a relação de parentesco ao padre jesuíta Dom Apolinário de Almeida, ao frei dominicano Francisco de Almeida e a frei da Congregação de S. João Evangelista, Gregório dos Anjos, seus tios maternos, como já referido. Com efeito, tratava-se de uma mais-valia que favorecia a candidatura, porquanto garantia à partida uma linhagem de limpo sangue. Acrescenta, ainda, ser freire na Ordem Militar de Santiago, cargo que legitimava, a priori, a pureza de sangue e geração, “ajudando a consolidar a honra em geral”³⁹.

Pelo seu processo, vemos que não havendo impedimento algum nos repertórios e passadas as certidões dos três tribunais da metrópole, que atestam não haver “delito de culpa alguma ao habilitando”, foram tiradas inquirições extrajudiciais pelo reverendo padre Frei Francisco de Gouveia, pregador geral da Ordem de S. Domingos, morador no seu convento da vila de Aveiro, que ouviu um total de dez testemunhas acerca dos seus ascendentes do

37 - Figura bem conhecida na época, o jesuíta Dom Apolinário de Almeida foi bispo de Niceia, e patriarca coadjutor da Etiópia, onde foi martirizado. Sobre a sua vida, veja-se, entre outros: ROSA, Teresa Maria Rodrigues da Fonseca Rosa – *História da Universidade Teológica de Évora (Séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 1.^a edição Abril de 2013, [10-07-2021], disponível em: www.ie.ul.pt e ALMEIDA, André Ferrand de – “Da demanda do preste João à Missão Jesuíta da Etiópia: a cristandade da Abissínia e os portugueses nos séculos XVI e XVII”, in *Lusitanias Sacra*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2.^a série, tomo II, 1999, pp. 247-294, [10-07-2021], disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/7506/7314>

38 - ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Santiago, Letra J, mç. 22, n.º 29, [21-06-2021], disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7671405>, código de referência PT/TT/MCO/A-C/003-009/0012/00029

39 - OLIVAL, Fernanda – “Comissários das Ordens Militares e Comissários da Santo Ofício: dois modelos de actuação”, p. 2.

habilitando. Os depoimentos foram recolhidos: no lugar de Canelas, na Casa da Quinta da Ordem de S. Domingos, onde foram inquiridas quatro testemunhas; em Esgueira, onde foram ouvidas mais quatro testemunhas e na vila de Aveiro onde foram interrogadas duas testemunhas. Ainda pelo mesmo comissário padre Frei Francisco de Gouveia foi conduzida uma outra inquirição, onde foram ouvidas seis testemunhas, todas naturais de Beduído, para depor sobre a vida, costumes e capacidade do padre José Roldão Pimentel, as quais foram unâimes em realçar que era pessoa de boa vida e costumes e com competência para servir a Santa Inquisição. Por sua vez, em Lisboa, nas Casas de Audiência da Inquisição, o deputado do Santo Ofício, João de Andrade ouviu seis testemunhas especialmente para apurar as ligações familiares do suplicante pelo lado materno, nomeadamente, se a sua mãe, Damiana Pimentel, era irmã inteira dos clérigos Dom Apolinário de Almeida, Francisco de Almeida e de Gregório dos Anjos. É que, a existência desta parentela ligada ao clero, bem como o facto de pertencer à Ordem Militar de Santiago, a que acresce a inexistência de comissário na região, eram condições abonatórias que concorreram para acelerar o despacho favorável à sua pretensão, a qual foi obtida aproximadamente um ano depois.

PADRE LOURENÇO DE ALBUQUERQUE PACHECO, comissário do Santo Ofício por provisão de 10 de Maio de 1678⁴⁰.

Natural da freguesia de S. Martinho de Salreu, bispado de Coimbra, era filho de Faustino de Araújo Aranha, natural da vila da Bemposta, freguesia de S. Paio de Pinheiro da Bemposta, e de sua mulher Leonor de Albuquerque Pacheca, natural de Salreu, e aí moradores. Neto paterno de Jácome Pinheiro de Figueiredo, natural da vila da Bemposta, e de sua mulher Antónia de Araújo Aranha, natural da vila de Águeda, freguesia de St.ª Eulália, moradores na vila da Bemposta, “lavradores que viviam limpamente e abastadamente de suas fazendas”, era neto materno de Jerónimo de Castro, natural da freguesia de St.ª Marinha da Vila Nova de Gaia, e de sua mulher Guiomar de Resende de Albuquerque, natural de Salreu, onde eram moradores, vivendo de suas fazendas. De acordo com testemunhas interrogadas no processo do primo do habilitando, Manuel de Araújo de Albuquerque, Jerónimo de Castro exerceu cargos na res publica, nomeadamente como tabelião na vila do Pinheiro da Bemposta e escrivão no concelho de Estarreja. Mais testemunharam que depois de ficar viúvo, Jerónimo de Castro “se ordenou clérigo e foi cura em S. Martinho de Salreu”⁴¹.

Irmão de Manuel de Araújo de Albuquerque, familiar do Santo Ofício por carta de que provisão de 18 de Março de 1675, que residia em Lisboa em Casa do Marquês de Gouveia, mordomo-mor da Casa Real de Portugal, ao serviço de quem estava⁴². Era, também,

40 - ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Lourenço, mç. 2, doc. 31 [21-06-2021], disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2335739>, código de referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/16805

41 - ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 18, doc. 464, [21-06-2021], disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2337017>, código de referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/18083

42 - ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 22, doc. 536, [21-06-2021], disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2337018>, código de referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/18084

primo, pelo lado paterno e materno, de Manuel de Araújo de Albuquerque, homónimo do seu irmão, que foi também familiar do Santo Ofício, por carta de provisão de 1 de Julho de 1670⁴³, mas que era natural da Bemposta, onde residia, que o seu irmão indica como primo direito na sua petição, de modo a facilitar a sua entrada nas fileiras da Inquisição.

Frequentou a Universidade de Coimbra na Faculdade de Direito, na qual ingressou em 1666, tendo obtido o grau de bacharel em Cânones, em 28 de Maio de 1670, e o de bacharel formado, em 21 de Maio de 1738⁴⁴. Do seu percurso sabemos, ainda, pelas suas provanças que foi ministro da Mesa do Despacho do Bispado de Coimbra. Provavelmente no final de 1677 ou logo no início de 1678, sendo prior de Travanca da Serra, bispado de Coimbra solicitou o ingresso nas fileiras da Inquisição, identificando-se na petição nos seguintes termos: “Diz o padre Lourenço de Albuquerque Pacheco, bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones, prior de Travanca da Serra do Bispado de Coimbra, que ele tem grande desejo de servir de Comissário ao Tribunal do Santo Ofício. E é irmão inteiro do familiar Manuel de Araújo de Albuquerque”, esta última, uma informação complementar que sabia oferecia garantias de sua pureza de sangue, à partida e de forma segura, facilitando o seu ingresso.

Não se achando nos repositórios culpa alguma ao habilitando e passada as certidões pelos notários dos tribunais de Lisboa, Évora e Coimbra, foram realizadas as inquirições extrajudiciais. Na freguesia de Salreu os interrogatórios foram conduzidas pelo reitor da igreja matriz de S. Tiago de Beduído, o comissário José Rolão Pimentel, que como vimos foi provido no cargo em 1672. Estas inquirições extrajudiciais foram, particularmente, para apurar se o habilitando era “irmão inteiro e filho dos mesmos pais de Manuel de Araújo de Albuquerque, familiar do Santo Ofício” e se eram ambos filhos de Faustino de Araújo Aranha e de Leonor de Albuquerque Pacheca, o que demonstra a importância que tinha a “geração aprovada”⁴⁵. As seis testemunhas inquiridas conheciam o habilitando e também a Manuel de Araújo de Albuquerque, natural da Bemposta e familiar do Santo Ofício, “que este não era irmão do padre Lourenço de Albuquerque Pacheco, mas seu primo direito por ambas as partes, a paterna e a materna”. Referiram que igualmente conheciam a Faustino de Araújo Aranha e sua mulher Leonor de Albuquerque Pacheca, que eram pais do habilitando, “mas não de Manuel de Araújo de Albuquerque, sendo ambos seus tios”, porque era filho de Baltasar de Resende de Albuquerque, irmão de Leonor de Albuquerque Pacheca, e de sua mulher Maria de Araújo, irmã de Faustino de Araújo Aranha”, o que faz dele neto paterno de Jerónimo de Castro e de Guiomar de Resende de Albuquerque e neto materno de Jácome Pinheiro de Figueiredo e de Antónia de Araújo Aranha. Mais responderam que sabiam que Faustino de Araújo Aranha e sua mulher Leonor

43 - ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 18, doc. 464, [21-06-2021], disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2337017>, código de referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/18083

44 - AUC, Índice dos alunos da Universidade de Coimbra, Lourenço de Albuquerque, [01-07-2021], disponível em: <https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=142224>, código de referência PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/002208

45 - VAQUINHAS, Nelson, “Entrada na teia: tipologias e trâmites processuais das habilitações”, [23-03-2020], disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/1718>

de Albuquerque Pacheca tinham um filho chamado Manuel, “que vivia em Lisboa na casa do Marquês de Gouveia”, e por isso desconheciam se era ou não familiar do Santo Ofício. A testemunhas capitão André de Macedo, refere que embora desconhecendo se Manuel era familiar, sabia que tinha o Hábito de Cristo.

Em Travanca, foram levadas a cabo inquirições, fundamentalmente, para apurar as capacidades do habilitando para o cargo. As cinco testemunhas ouvidas, pelo comissário padre Manuel da Costa Brandão, prior da Igreja de Covas, bispo de Coimbra, e conforme se lê na informação que lavrou, declararam que o prior Lourenço Albuquerque Pacheco “era de boa vida e costumes e capaz de servir nos negócios de importância e segredo como são os do Santo Ofício”.

Nas suas provanças, constituindo documentos de suporte legitimadores da sua pureza de sangue e neste caso também da sua ligação de parentesco, constam a certidão comprovativa da familiatura do seu primo Manuel de Araújo de Albuquerque e a certidão comprovativa da familiatura do irmão Manuel de Araújo de Albuquerque.

Os seus trâmites processuais não foram longos, dada a pertença à Inquisição de membros chegados da sua estirpe, bem como pela menção à vaga para o cargo, em virtude do falecimento do comissário existente, contida na informação da Mesa do Bispado de Coimbra apensa no seu processo, que constituiu também uma mais-valia. Com efeito, como nos diz Nelson Vaquinhas, esta vaga “era a oportunidade aliada ao facto do cargo já ter sido instituído e anteriormente ocupado naquela localidade, assegurando a viabilidade da sua provisão”⁴⁶.

PADRE D. LUÍS ANTÓNIO DE SOUSA E MENESES, comissário do Santo Ofício por provisão de 6 de Agosto de 1728⁴⁷.

Nasceu na freguesia de S. Martinho de Salreu, onde foi batizado na paroquial igreja de S. Martinho em 8 de Julho de 1681. Como consta da sua certidão de baptismo era filho de Francisca Dias e teve por padrinho António, solteiro, filho de Manuel da Silva, do Ribeiro e por madrinha Joana, filha de Manuel de Sousa e Meneses. Filho natural de Gonçalo de Sousa e Meneses, natural da freguesia de S. Salvador de Estorãos, termo de Ponte de Lima, comarca de Viana, Arcebispado de Braga, “homem nobre, que vivia de suas fazendas e rendas, morador em Salreu, ilustre em Armas; comendador da Ordem de Cristo; capitão-mor da vila de Aradas e governador da Comarca de Esgueira⁴⁸, que as testemunhas interrogadas em Estorãos dizem ter sido “governador da vila de Aveiro, e de

46 - VAQUINHAS, Nelson, “Entrada na teia: tipologias e trâmites processuais das habilitações”, [23-03-2020], disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/1718>

47 - ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilidades, Luís, mç. 39, doc. 654 [21-06-2021], disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2336000>, código de referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/17066

48 - CAPELA, Viriato; MATOS, Henrique, *As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas «Memórias Paroquiais» de 1758. Memórias, História e Património. As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas «Memórias Paroquiais» de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: CITEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/Universidade do Minho, 2011, Colecção – Portugal nas *Memórias Paroquiais* de 1758, vol. 7, 2011, p. 884.

Francisca Dias Rebelo, natural e moradora em Salreu, “solteira, que era tendeira com sua loja e que vivia do que vendia e do que lhe dava Gonçalo de Sousa e Meneses”. Era neto paterno de Damião de Sousa e Meneses, natural de Estorãos, ilustre em Armas, governador da Comarca de Esgueira⁴⁹, que é referido nos depoimentos colhidos em Estorãos como “governador da vila de Aveiro, e de sua mulher D. Joana de Távora e Noronha, natural de S. Nicolau de Carrazedo de Montenegro, termo da vila de Chaves, arciprestado de Braga, “moradores em Salreu, na sua quinta”, que eram “pessoas nobres, vivendo de suas fazendas e rendas”. Como é dito nas diligências do habilitando, Gonçalo de Sousa e Meneses e Damião de Sousa e Meneses nasceram “na Quinta de Pentieiros, sita nos limites das freguesias de S. Pedro de Arcos e de S. Salvador de Estorãos, ambas freguesias do concelho de Ponte de Lima. Todavia, no processo de um irmão e filho, respectivamente, de seu nome Garcia de Sousa Meneses, o supra-referido Damião de Sousa de Menezes é dado como natural da vila de Estarreja ou mesmo de Salreu⁵⁰. Pela parte materna era neto de Domingos Rebelo e de sua mulher Maria Dias, ambos naturais e moradores em Salreu, onde eram “vendeiros de vinho de que viviam, e também de algumas fazendas”. Do lado paterno foram seus bisavôs e bisavós, Sebastião de Sousa de Meneses, da vila de Viana de Caminha, e Joana de Noronha, de Aveiro e Gonçalo Guedes de Sousa, de Carrazedo e Francisca de Sousa, de Viana do Castelo, e do lado materno Baltazar Rebelo e Domingas Dias e Miguel Dias e Margarida Lopes dos Santos⁵¹.

Era, ainda, sobrinho paterno do supra-referido Garcia de Sousa e Meneses, fidalgo da Casa de Sua Majestade, que foi prior da vila da Bemposta e deputado do Santo Ofício, que o habilitando mencionará na sua petição.

Pelas suas provanças sabemos que foi vigário da igreja de S. João de Loure à qual renunciou e que se encontrava como vigário da igreja de S. Tiago de Ribeira de Fráguas ia para um ano e meio, quando pretendeu ingressar no quadro do Santo Ofício, no lugar de Comissário. Era bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones⁵², tinha 46 anos, e na petição endereçada ao Tribunal, indicou: “Diz Dom Luís António de Sousa e Meneses, presbítero e vigário da Igreja de S. Tiago de Ribeira de Fráguas (...), natural da freguesia de S. Martinho de Salreu (...) formado em Sagrada Teologia e Pregador aprovado em alguns Bispados, que por não haver Comissário muitas léguas em circuito, deseja ele suplicante servir a Inquisição de Coimbra no dito ministério de Comissário, e porque nele concorrem os requisitos necessários”. Menciona, também, na sua identificação que é filho natural de Gonçalo de Sousa e Meneses, que era irmão inteiro pela parte paterna e materna de “Garcia de Sousa e Meneses, deputado que foi do Santo Ofício nas Inquisições de Évora e de Coimbra”. Estas informações suplementares eram incluídas para favorecer e

49 - CAPELA, Viriato; MATOS, Henrique, *As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas «Memórias Paroquiais» de 1758. Memórias, História e Património*, p. 880

50 - ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilidades, Garcia, mç. 1, doc. 4 [21-07-2021], disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2328819>, código de referência PT-TT-TSO-CG-A-008-001-9888. Não nos foi possível confirmar estas informações.

51 - Informações retiradas do processo de Garcia de Sousa e Meneses.

52 - No índice dos alunos da Universidade de Coimbra, que se encontra disponível on-line em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/> não encontramos o nome de D. Luís António de Sousa de Meneses.

reforçar as probabilidades de sucesso da sua candidatura. Com efeito, a existência de membros do Tribunal na sua parentela legitimava, à partida e de forma segura, a sua pureza de sangue pelo lado paterno. Por outro lado, com a menção à inexistência de agentes locais pretendia demonstrar o quanto indispensável era o seu ingresso na organização da estrutura inquisitorial.

Não havendo qualquer impedimento nos repertórios, foram passadas as certidões pelos Tribunais de Lisboa, Coimbra e Évora e realizadas as inquirições extrajudiciais em Salreu, Ribeira de Fráguas e Estorãos.

Em S. Martinho de Salreu e S. Tiago de Ribeira de Fráguas foram dezasseis testemunhas, pelo comissário, reverendo licenciado padre Amaro Duarte Cardoso, prior da Igreja de Talhadas. Destas foram inquiridas oito em Salreu e outras oito em Ribeira de Fráguas, no primeiro caso essencialmente sobre os ascendentes de D. António Luís de Sousa e Meneses, e no segundo caso para apurar sobre a sua vida e costumes. As testemunhas dizem genericamente ser o postulando “cristão-velho, sem fama ou rumor, de limpo sangue sem raça de judeu, mouro, mulato, mourisco, nem de outra nenhuma infesta nação”, e “pessoa de boa vida e costumes e capaz de servir nos negócios de importância e segredo como são os do Santo Ofício”. Mais testemunham que “tem de rendimentos uma pensão de cento e cinquenta mil reis anuais e da sua igreja um rendimento que andará à volta de cem mil reis por ano”, e que “não consta que fosse casado, nem tivesse filhos naturais”. Referem, ainda, em Salreu, o conhecimento da sua parentela, destacando sempre o parentesco do pai, Gonçalo de Sousa e Menezes com Garcia e Sousa Meneses, “irmãos inteiros, filhos do mesmo pai e da mesma mãe”.

Em S. Salvador de Estorãos, o comissário reverendo padre José Lobo Sottomayor, abade de Santo André de Portela, interrogou sete testemunhas para averiguar os ascendentes por via paterna do habilitando e o parentesco com Garcia de Sousa de Meneses. Como assinala na sua informação o comissário, José Lobo Sottomayor, “todos eram pessoas distintas e de conhecida nobreza, que viviam dos rendimentos dos seus bens”. E também como comum no processo encontra-se uma certidão comprobatória da familiatura de Garcia de Sousa de Meneses, nascido na Quinta de Pentieiros, deputado do Santo Ofício, por provisão de 12 de Fevereiro de 1675, primeiro na Inquisição de Évora e depois na Inquisição de Coimbra.

O seu processo não foi moroso, tendo obtido o tão desejado cargo cerca de um ano após o início das suas provanças.

PADRE MANUEL JOSÉVAZ, comissário do Santo Ofício por provisão de 18 de Março de 1766⁵³.

Natural do lugar de Santa Luzia, freguesia de S. Bartolomeu de Veiros, comarca da Feira, bispado do Porto, onde nasceu em 17 de Agosto de 1715, e foi batizado na igreja

53 - ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilidades, Manuel, mç. 202, doc. 1143 [20-06-2021], disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2338831>, código de referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/19897

paroquial de S. Bartolomeu de Veiros em 25 do dito mês e ano. Era filho de André João, natural do lugar de Monte, da freguesia de St.ª Maria da Murtosa, onde foi pescador, e de sua mulher Maria João Vaz, natural do lugar de Santa Luzia, “onde foram moradores e viveram das suas terras e ocupação de lavradores”, que haviam casado na igreja paroquial de S. Bartolomeu de Veiros em 30 de Janeiro de 1707. Pelo lado paterno era neto de Manuel André, de alcunha «o Tendeiro», e de sua mulher Maria André, ele natural do lugar do Monte, freguesia da Murtosa, e ela do lugar da Murtosa, da mesma freguesia, moradores em Monte, onde foram lavradores nas suas terras e também “pescadores na ria de Aveiro e no mar”. Pelo lado materno era neto de Bartolomeu João, natural de Santa Luzia, e de sua mulher Maria Vaz, natural da Mamoia, e moradores em Santa Luzia, onde eram lavradores nas suas terras”, e cujo casamento se celebrou no dia 19 de Maio de 1670, na paroquial igreja de Veiros, e constituiu para o então viúvo Bartolomeu João o segundo matrimónio. Pelo lado do avô materno, como se constata no processo do tio, padre Manuel João Vaz, foram seus bisavôs e suas bisavós Pedro João, «o Galego» e sua mulher Maria João, naturais e moradores em Veiros, “lavradores que viviam dos seus bens”, pais do avô, e Manuel Mateus, sapateiro, curtidor e também lavrador, natural de Veiros e sua mulher Isabel Vaz, natural de Ameixieira, freguesia de St.ª Eulália, Arouca, moradores em Veiros, que “tinham alguns bens de raiz”, pais da avó. Ainda pelo lado da avó materna foram seus trisavôs e trisavós Tomás Mateus e Maria Fernandes, moradores em Veiros, que foram lavradores, e Pascoal Duarte e Catarina João, indicados como naturais de Rossas, freguesia de N. Sr.ª da Conceição, Arouca, mas na realidade naturais, como se veio a apurar na cópia das suas certidões de baptismo anexas ao processo da freguesia de Santa Eulália, Arouca, sendo ele natural do lugar de Cales, “que fica perto um tiro de espingarda do de Ameixieira”, de onde ela era natural. Mais informa o comissário João Godinho da Costa, responsável pelas inquirições extrajudiciais em Arouca, que “não foram casados”. E, com efeito, no traslado da certidão de baptismo de Isabel Vaz, pode ler-se que no dia 22 de Setembro de 1624, foi baptizada Isabel, filha de Catarina, solteira, que deu por pai a Pascoal, e que foram seus padrinhos Isabel dos Cales e Tomé João da Quinta⁵⁴.

Frequentou a Universidade de Coimbra, para a qual fez a candidatura em 1 de Outubro de 1730 e ingressou em 1 de Outubro de 1732, tendo obtido o grau de bacharel em Cânones, 27 de Junho de 1737, e o de bacharel formado, em 19 de Julho de 1738⁵⁵.

Do seu trajecto de vida, sabe-se que viveu uns tempos em Santa Luzia até ser sacerdote e que “usando de suas ordens e de advogado, por ser formado, ausentou-se para o Brasil aproximadamente em 1740. No Brasil, passados pouco mais de vinte anos, e com cerca de 48 anos e a residir em S. Paulo, onde era cônego penitenciário da Sé da cidade e vigário geral desse bispado, manifestou o desejo de servir a Inquisição, expressando na sua petição que “deseja servir o Santo Ofício na ocupação de Comissário por concorrerem nele os requisitos necessários para bem exercer o dito cargo”

54 - ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilidades, Manuel, mç. 94, doc. 1749 [20-06-2021], disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2338618>, código de referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/19684

55 - AUC, Índice dos alunos da Universidade de Coimbra, Manuel José Vaz, [21-06-2021], disponível em: <https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=212809>, código de referência PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/V/002183

Não se achando delato algum ao habilitando e passadas as certidões pelos tribunais da metrópole, foram levadas a cabo inquirições extrajudiciais nas freguesias de Veiros e da Murtosa, conduzidas em 1764 pelo comissário, reverendo licenciado Bernardo José de Sousa e Silva Alcoforado, abade da igreja do Salvador de Fornos, comarca da Feira, bispado do Porto, que inquiriu 24 testemunhas. Deste rol, doze dos inquiridos foram ouvidas em Veiros e outras doze na Murtosa, sobre o habilitando e os seus ascendentes. Na cidade de S. Paulo foram ainda efectuadas inquirições, em 1765, para averiguar a conduta do postulando, efectuadas pelo comissário Mateus Lourenço de Carvalho.

No seu depoimento, as testemunhas inquiridas em Veiros relataram que “conheciam bem ao padre Manuel José Vaz, sacerdote, que foi para as partes do Brasil”, referindo, também, todas elas, que os avós maternos do padre Manuel José Vaz tiveram “um filho clérigo, o padre Manuel João Vaz, de seu nome, que foi «comissário»⁵⁶ do Santo Ofício, que era irmão inteiro de Maria João Vaz e tio do habilitando”, o que foi igualmente dito por algumas das testemunhas interrogadas na freguesia da Murtosa, o que terá favorecido a sua candidatura, legitimando à partida a pureza de sangue pelo lado materno. Na cidade de S. Paulo foram inquiridas cinco testemunhas, todos eclesiásticos. De acordo com os seus depoimentos, escreve o comissário no seu auto que o habilitando era “pessoa de bom procedimento, vida e costumes, capaz de ser encarregado de negócios de importância e segredo, e de servir o Santo Ofício no cargo de Comissário, pela boa capacidade e letras que tem”, porquanto “tem servido de vigário geral neste bispado com muita satisfação de todos e é cônego penitenciário da Sé desta cidade” e pároco “colado em o dito benefício”. Referem mais as testemunhas que, sendo sacerdote e cônego penitenciário da Sé da cidade de S. Paulo e colado no dito benefício, tem desse benefício duzentos e quarenta mil reis anuais e tem mais ainda bens, dinheiro e escravos no valor de dez a doze mil cruzados. Informam, ainda, que não consta que o padre Manuel José Vaz fosse casado ou tivesse filhos ilegítimos, é de bons costumes e vive limpamente. Em 1766, passados quase quatro anos, o padre Manuel José Vaz viu aprovadas as provanças, fundamentalmente devido à distância entre a cidade de S. Paulo, na colónia do Brasil e o Reino.

56 - Na realidade foi notário do Santo Ofício, como se pode ver no seu processo: ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilidades, Manuel, mç. 94, doc. 1749 [20-06-2021], disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2338618>, código de referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/19684. No seu trabalho sobre a inquisição no distrito de Aveiro, Pires de Lima indica que o padre Manuel João Vaz teve provisão de notário e comissário em 14 de Fevereiro de 1727. Todavia, ao ler-se as suas provanças não há qualquer indicação da candidatura a comissário, e o que na realidade se diz na primeira folha é: “Feita provisão de Notário perante o Comissário da Inquisição de Coimbra em 14 de Fevereiro de 1727”, como nos foi confirmado pelos técnicos do Arquivo Nacional Torre do Tombo, a quem desde já agradecemos. Refira-se, ainda, meramente a título de curiosidade que o padre Manuel João Vaz havia emigrado para o Brasil onde enriqueceu, voltando a Veiros, ilustrando o imigrante de sucesso que ajudou a construir a imagem do *brasileiro de torna-viagem*, que colheu da “árvore das patacas”. Como referem as testemunhas em Veiros: “Era muito rico de bens de raiz que comprara na freguesia de Veiros quando veio do Brasil e senhor de muito dinheiro, e vivia limpamente e com bom trato com seus dois escravos negros e outros criados brancos, tinha 50 anos pouco mais ou menos, mas com certeza não se sabia a quantidade de fazendas e rendimentos que possuía, somente se sabia que era muito rico e tinha mandado fazer uma capela na sua fazenda”, a qual identificamos como sendo a ermida de Nossa Senhora da Ajuda, administrada, em 1758, pelo alferes Domingos João Vaz, como referido na memória paroquial de Veiros de 1758.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo Histórico Parlamentar (AHP)

- Sessão de 23 de Março de 1821, Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, n.º 42, disponível em <https://www.parlamento.pt>
- Decreto da Extinção da Inquisição, publicado em 31 de Março de 1821, Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, n.º 47, disponível em <https://www.parlamento.pt>

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

- Cópia Manuscrita do Regimento do Santo Ofício da Inquisição de Portugal (1613), disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7761538>
- Cópia Manuscrita do Regimento do Santo Ofício da Inquisição de Portugal (1640), disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2318864>
- Memórias Paroquiais de Veiros, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4242077>
- Regimentos, disponível em: [http://digitarq.arquivos.pt/details?id=2318861](https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2318861)
- Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Diligência de Habilitação, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/>

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

- Índice dos Alunos da Universidade de Coimbra, Actos e Graus, disponível em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/>

Bibliografia

ALMEIDA, André Ferrand de – “ Da demanda do preste João à Missão Jesuíta da Etiópia: a cristandade da Abissínia e os portugueses nos séculos XVI e XVII”, in *Lusitania Sacra*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2.ª série, tomo II, 1999, pp. 247-294, [10-07-2021], disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/7506/7314>.

BETHENCOURT, Francisco – “A Inquisição”, in AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – História Religiosa de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, vol. 2 (Humanismos e Reformas, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia), pp. 95-131., “Inquisição”, in AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – Dicionário de História Religiosa de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, vol. C-I, pp. 447-453. — História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália. Lisboa: Círculo de Leitores e Autor, 1994, “1536-A Inquisição chega a Portugal”, in FIOLHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo; PAIVA, José Pedro, dir. – História Global de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2020, pp. 373-378.

BRAGA, Isabel M. R. Mandes Drumond – “Santo Ofício, Promoção e Exclusão Social: o Discurso e a Prática”, in *Lusíada História* n.º 8, 2011, pp. 223-242.

CARVALHO, Alberto Martins de – “Santo Ofício, Tribunal do”, in SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981, vol. V, pp. 472-477.

CAPELA, Viriato; MATOS, Henrique – *As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas «Memórias Paroquiais» de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: CITEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/Universidade do Minho, 2011, Colecção – Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758, vol. 7, 2011.

FIGUEIRÓA-REGO, João – «*A Honra alheia por um fio: os estatutos de limpeza de sangue nos espaços de expressão ibérica (sécs. XVI-XVIII)*». Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-FCT, 2011.

FRANCO, José Eduardo; ASSUNÇÃO Paulo de – *As metamorfoses de um polvo: religião e política nos regimentos da Inquisição Portuguesa (séc. XVI-XIX)*. Lisboa: Prefácio, 2004.

LIMA, Jorge Hugo Pires de – “O Distrito de Aveiro nas Habilidades do Santo Ofício”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: ADA, vol. XXV (1959) ao vol. XLII (1976).

FARIA, Ana Maria Leal de – “A Extinção da Inquisição”, in MEDINA, João, dir. – *História de Portugal. Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*. Amadora: Edoclube, 1994, vol. VI (Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo), pp. 161-198.

LOPES, Bruno – *A Inquisição em terra de cristãos-novos: Arraiolos, 1570-1773*. Lisboa: Apenas Livros, 2013. “Familiares do Santo Ofício, População e Estatuto Social (Évora, Primeira Metade de Setecentos)”, in I Congresso Histórico Internacional: As Cidades na História: População. Guimarães: Câmara Municipal, 2013, vol. 3 – parte 2, pp. 277-308. “A Inquisição nas Terras Periféricas: Comissários, Notários e Familiares do Santo Ofício em Montemor-o-Novo (sécs. XVI-XIX)”, in Almansor-Revista de Cultura, 2016, nº 2-3.ª série, pp. 95-153.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – “Em Busca dos Tempos da Inquisição (1573-1615)”, in *Revista de História das Ideias*, 1987, vol. 9, pp. 191-228.

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA José Pedro – *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide – Servir a Inquisição. Familiares do Santo Ofício no Concelho de Macieira de Cambra, in SANTOS, Cristina Maria, coord. – *O ORBITÁRIO - Coletânea de estudos sobre Vale de Cambra*. Vale de Cambra: Jornal Voz de Cambra, n.º 1, 2021, pp. 86-103.

MEA, Elvira Cunha de Azevedo – “O Santo Ofício português - da legislação à prática”, in RAMOS, A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge Martins; POIÓNIA, Amélia, coord. – *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*; Porto, 2001, vol. II, pp. 165-174.

OLIVAL, Fernanda – *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

— “Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal”, in *Cadernos de estudos sefarditas*, n.º 4, 2004, pp. 151-182.

— “Comissários das Ordens Militares e Comissários da Santo Ofício: dois modelos de actuação”, in Isabel Cristina Ferreira Fernandes (dir.) – *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, Vol. 1, GEsOS. Palmela: Município de Palmela, 2012, pp. 477-490.

OLTEAN, Crina Adriana – *A Denúncia ao Serviço da Fé ou da Vingança? A Delação Inquisitorial e os seus Efeitos*. Lisboa: Tese de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014.

PAIVA, José Pedro – “A Magia e a Bruxaria”, in AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, vol. 2, (Humanismo e Reformas, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia), pp. 369-375.

RODRIGUES, Aldair Carlos – *Limpos de sangue: familiares do Santo Ofício, Inquisição e Sociedade em Minas Colonial*. São Paulo: Alameda, 2011.

RODRIGUES, Alécio Nunes – *Dos Manuais e Regimentos do Santo Ofício Português: longa duração de uma justiça que criminalizava o pecado (séc. XIV-XVIII)*. Brasília: Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, 2011.

ROSA, Teresa Maria Rodrigues da Fonseca Rosa – *História da Universidade Teológica de Évora (Séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 1.ª edição Abril de 2013, [10-07-2021], disponível em: www.ie.ul.pt.

TORRES, José Veiga – “Da repressão religiosa para a promoção social: a Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Outubro de 1994, n.º 40, pp. 109-135.

TUBBY, Teresa Cruz – “Familiares do Santo Ofício relacionados com Estarreja”, in FERREIRA, Delfim Bismarck, dir. – *TERRAS DE ANTUÃ-Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, n.º 3, ano 3, 2009, pp. 173-212.

TUBBY, Teresa Cruz; FERREIRA, Delfim Bismarck – “Familiares do Santo Ofício no Concelho de Albergaria-a-Velha”, in FERREIRA, Delfim Bismarck, dir. – *ALBERGUE-História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha*. Albergaria-a-Velha: Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, n.º 2, 2015, pp. 247-296.

VAQUINHAS, Nelson – *Da comunicação ao sistema de informação: o Santo Ofício e o Algarve (1700-1750)*. Lisboa: Edições Colibri, colecção Biblioteca-Estudos & Colóquios, 2010, n.º 22, pp. 17-58, [23-03-2020], disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/1718>.

EGAS MONIZ – VIVÊNCIAS EM COIMBRA

*Rosa Maria Rodrigues**



A Instrução e o trabalho formam a alavanca com que se revolve o mundo
Egas Moniz 1898

*Licenciada em História. Diretora da Casa Museu Egas Moniz, com investigação e publicações na temática Moniziana

A 12 de outubro de 1891, Egas Moniz chega a Coimbra com a intenção de se matricular¹ na Universidade, hesitante entre a Engenharia e a Medicina, tendo optado por um curso geral que daria ingresso tanto em Medicina como em Matemática, inscrevendo-se a 14 de outubro de 1891², como *"aluno voluntário"* no 1º Ano do curso preparatório para Medicina, conforme consta dos arquivos da Universidade de Coimbra, instala-se numa república³ nos Arcos de Jardim, onde residia um seu primo António de Abreu Freire⁴. A abertura solene do ano académico ocorreu em 16 de outubro, na “Sala dos Capelos” sendo a Oração da Sapiência proferida pelo lente da Faculdade de Direito, o Doutor Pedro Augusto Monteiro Castelo Branco, que começou por saudar como era tradição a Rainha-mãe Dona Maria Pia, cujo aniversário era nesse dia.

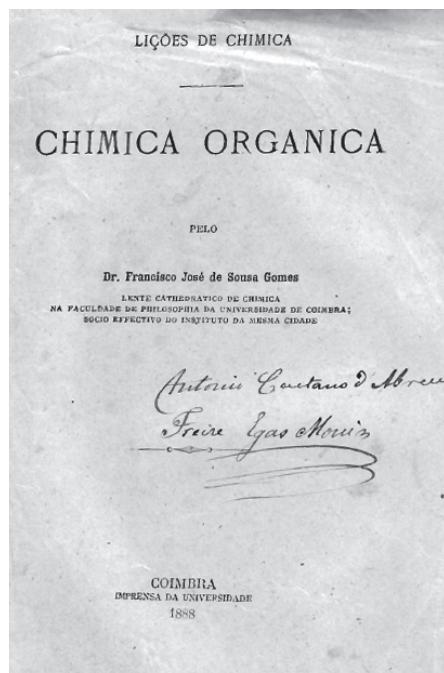


Universidade de Coimbra

-
- 1- Para se matricular na Universidade de Coimbra Egas Moniz, teria de ter certidão de idade que mostrasse ter 15 anos completos e certidão de aprovação nos exames do curso complementar de Português, Francês, Desenho, Matemática Elementar, História e Geografia, 1^a parte de Latim e Filosofia e Introdução às Ciências Físicas e Histórico Naturais.
- 2 - Curiosamente, nesse ano, entre os novos alunos, surge pela primeira vez uma mulher, Domitília Hormizinda Miranda de Carvalho natural de Travanca, Vila da Feira, que se formaria em Medicina em 1904.
- 3 - Segundo João Lobo Antunes em Egas Moniz uma Biografia, o quarto que lhe fora reservado naturalmente, o pior de todos, mas lá vivera o Dr. Luciano Pereira da Silva, lente de Matemática e estudioso de “Os Lusiadas”.
- 4 - António Abreu Freire ia ingressar no 1º Ano de Medicina. Tinha completado os preparatórios médicos nas Faculdades de Matemática e Filosofia.

Em Coimbra, a vida de Egas Moniz enquanto estudante era relativamente pacata – almoço de bife e ovos estrelados entre as 9 e as 10 e jantar às 3 da tarde, por vezes um passeio pacato ao penedo da Saudade e ao toque da “Cabra” às seis horas⁵, estavam todos a estudar, excepto, conta ele, às quartas e sábados em que “não se pegava em livros” por serem vésperas de feriado. Esses dias eram passados na “Baixa” no café do Marques Pinto, onde as arruaças aos caloiros eram insuportáveis. Egas Moniz não fica impune a esta tradição e chegou a ser obrigado, cumprindo a tradição coimbrã, a dissertar sobre temas tão absurdos como “A influência do bacalhau na atmosfera” e “Porque é que o mel é loiro e a pez é preto?”. A recordação que guarda da mocidade coimbrã é, segundo escreve, das suas “mais doces reminiscências”. Conta o seu colega e amigo próximo Alberto Rego, que Egas “não sacrificava tudo ao trabalho escolar” e “não passava noites inteira “agarrado ao verbo”, como se dizia em calão académico”.

Em 1892, na qualidade de “aluno voluntário” frequentou Química Orgânica e Análise Química e Física. Paralelamente matricula-se em Desenho e Economia Política, Cálculo Diferencial e Integral.



Em 1893, residindo em nova República localizada na Rua Tenente Valadim, faz exames como “aluno obrigado” de Botânica, Física e Zoologia, completando desta forma o curso preparatório de Medicina. Estes estudos preparatórios constituíram os ensinamentos necessários e as noções gerais para o percurso académico que se avizinhava. Acerca deste período diz Egas Moniz: “(...) eram, todavia, uma preparação científica de utilidade essa preparação me serviu em estudos ulteriores, embora não compensasse tão grande perda de tempo, que podia ser melhor utilizado.”

5 - A Cabra, em Coimbra, não é um animal, mas um sino. O mais importante dos que se encolhem junto ao topo da Torre da Universidade de Coimbra. São mais os sinos que dobram no Pátio das Escolas – há o Sino do Cabrão, que toca em ocasiões festivas, e o do Balão, mais antigo, mas é esta a figura de proa, com um som agonizante para os estudantes, que por alguma razão o apelidaram dessa forma, o da Cabra.

De forma a suavizar e minimizar os custos com os seus estudos, que estavam a ser sustentados pelo seu tio abade e a mesada era escassa, Egas Moniz começou a dar aulas particulares de matemática e publica com o seu condiscípulo António Rodrigues de Oliveira uma “sebenta”⁶, para servir de texto explicativo a uma disciplina de Álgebra do Prof. Souto Rodrigues.



Egas Moniz em Coimbra com 19 anos

Terminados os estudos preparatórios, a 13 de outubro de 1894, matricula-se no 1º Ano médico. Relata-nos assim esta fase Egas Moniz: “Entrado na Faculdade de Medicina, com os livros amarrados com a fita amarela, timbre e orgulho dos primeiristas, pois representava pelo menos 4 anos universitários, estudei anatomia, com um grande Mestre de boa orientação prática, Basílio Freire e Histologia e Fisiologia Geral com o professor Filomeno da Câmara (...), no fim do primeiro ano deram-me um Accessit, mas fiquei em quinto lugar, longe de alcançar a situação que me pudesse guinar à cátedra universitária. Tomei então o propósito de melhorar a minha classificação académica, estudando com mais qfinco⁷.”

6 - A sebenta saía litografada.

7 - Egas Moniz “Confidências de um Investigador Científico”, página 9.

Colegas de curso de Egas Moniz em Coimbra⁸

Nome	Naturalidade	1ºano	2ºano	3ºano	4ºano	5ºano
José Homem Correia Teles de Araújo e Albuquerque	Albergaria-a-Velha	+				
João Francisco de Almada	Funchal	+	+	+	+	+
Alfredo Eduardo de Almeida	Mora	+				
D. Fernando de Almeida	Coimbra	+	+	+	+	+
Arnaldo Fernandes de Andrade	Rio de Janeiro, Brasil	+	+	+	+	+
José Pereira Barata	Covilhã	+	+	+	+	+
António da Silva Lima e Brito	Arraiolos, Évora	+	+	+	+	+
Eugénio Pereira de Castro Caldas	Arcos de Valdevez	+	+	+	+	+
Duarte de Melo Ponces de Carvalho	Viseu	+	+	+	+	+
José Alberto Pereira de Carvalho	Coimbra	+	+	+	+	+
Ernesto Rodolfo Alves de Castro	Vila Nova de Gaia	+	+	+	+	+
João Evangelista Soares da Cunha e Costa	Ovar	+	+	+	+	+
Francisco Ferreira de Almeida Crespo	Guarda	+	+	+	+	+
Francisco Henriques David	Pedrógão Pequeno	+	+	+	+	+
José Augusto Duarte	Coimbra	+				
António Caetano d'Abreu Freire Egas Moniz	Avanca	+	+	+	+	+
Jordão de Melo Falcão	Braga	+	+	+	+	+
Lino Ferreira	Leiria	+	+	+	+	+
Júlio Henriques Lima da Fonseca	Évora	+				
João Serrão de Moura e Freitas	Castelo Branco	+				
António Fernandes Gaspar	Figueira da Foz	+	+	+	+	+
Albino Joaquim Gomes	Braga	+				
António Guedes de Gouveia	Moimenta da Beira	+	+	+	+	+
Francisco Pinto de Miranda Júnior	Porto			+	+	+
Sebastião Maria de Lemos	Lamego	+	+	+	+	+
Alfredo Machado	Braga	+	+	+	+	+
Fausto Mendes Teixeira de Magalhães	Lamego	+				
João da Silveira Malheiro	Braga	+	+	+	+	+
Bento Rodrigues Ferreira Malva	Coimbra	+				
Óscar Pereira Marinho	Porto	+	+	+	+	+
Raimundo da Silva Mendes	Coimbra		+	+	+	+

8 - A.U.C. – Arquivo da Universidade de Coimbra – Livro de Matrículas.

José Alves Moreira	Braga	+	+	+	+	+
Adrião de Moura	Figueira da Foz	+				
José Araújo de Sousa Nazaré	Coimbra	+				
António Rodrigues de Oliveira	Vila Nova de Ourém	+	+	+	+	+
Henrique Simões de Oliveira	Viseu	+	+	+	+	+
José António Simões de Oliveira	Coimbra	+				
Albino Augusto Pacheco	Braga	+	+	+	+	+
Joaquim Navarro Marques de Paiva	Fundão	+	+	+	+	+
Luís Augusto Leotte d'Ayer du Perier	Albufeira	+	+	+	+	+
Alberto Simões da Costa Rego	Avelar	+	+	+	+	+
Abel Soares Rodrigues	Braga	+				
João de Barros Rodrigues	Torres Vedras	+	+	+	+	+
Augusto de Sousa Rosa	Vila Real	+	+	+	+	+
Tomás Godinho de Faria e Silva	Tomar	+	+	+	+	+
Joaquim Matias Silvério	Nazaré	+	+	+	+	+
Belarmino Augusto Pereira	Vila Real	+	+	+	+	+
José Augusto Teles	Guarda	+	+	+	+	+
António Maria do Vale	Coimbra	+	+			
Guilherme Vieira	Coimbra	+				



*Tuna Académica de Coimbra 1898
Egas Moniz, encontra-se na última fila no canto inferior direito do vão envidraçado do lado direito*

Durante este período, Egas Moniz, esteve ligado à Tuna Académica de Coimbra⁹ tendo ocupado vários cargos ascendendo à presidência. Não sendo executante da mesma¹⁰, a sua presença era muito importante e notória dado os seus dotes de oratória e eloquência, bem como um esplêndido organizador de excursões das quais se destaca a digressão a Santiago de Compostela. Faziam parte dessa formação da Tuna de 1898, Egas Moniz, como Presidente, e João Evangelista Cunha e Costa como secretário. Assim discursou em Espanha:

“Nós não somos artistas, não vimos por isso aqui tocar com a pretensão de alcançar os louvores de um correcto trabalho; longe disso: nós vimos aqui tocar como a paisagem de Coimbra, a recordar com prazer aquelas ilusões, aquelas alegrias, quando nas noites de luar caminhamos pelas poéticas margens do Mondego, pelas brisas e aragens puríssimas, o mesmo que pelo murmúrio daquelas águas evocam em nós recordações inolvidáveis dos que ali passaram deixando pedaços da sua alma. Lá recordamos António Fogaça e Santos Mello e a triste nota dos nossos fados desperta na nossa memória o querido companheiro e melancólico boémio de hoje: «O Hylário». Portanto como sonhadores, como boémios e como estudantes, é como aqui vimos.”

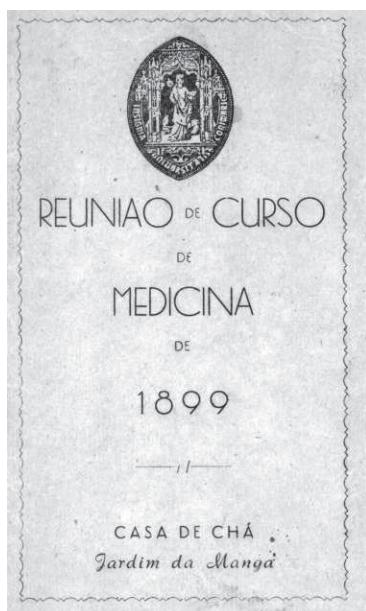
21 de fevereiro de 1898, Santiago de Compostela.

9 - A Tuna Académica de Coimbra foi fundada em 1888 e Egas Moniz foi o seu 3º Presidente. Inicialmente denominou-se Estudantina de Coimbra.

10 - Egas Moniz, não sentia a menor apetência pela música, tendo sido, conforme o próprio confessa um modestíssimo e desafinado 3º trombone na Banda do Colégio de S. Fiel.



Egas Moniz e Colegas de curso em 1899 (a manha é Egas Moniz)



Ementa da Reunião de Curso de 1899



1898

Pela mozedade, o estudo, ó donaire e até á grazia juntar-se han n'iste dia com os lagos doirados do companheirismo os escolares de Compostela á velha com os eschotares insignes da velha Coimbra. A lembrança d'iste abraço de paz é amizade que se dan as duas Universidades deve-se grabar com á buril do amor no coração da Patria portugueza e no estandarte glorioso da Tuna coimbricense.

Essa brillante mozedade que hoje invade as ruas velustas da cidade de Gelmirez representa aquela Universidade que começando no Estado Geral de Lisboa pela Bula pontifícia de 1290 vem á ser desde o século seguinte o centro intelectual de nação portugueza.

Abonda issa consideração para que os escolares compostelanos rindan é abaijen as suas bandeiras diante da bandeira da Universidade de Coimbra, da Universidade do grande Rey D. Diniz, de D. Pedro I é de D. Alfonso V.

Esta approximação das colectividades escolares das noções irmãs significa algo mais que em ~~o~~ o passatempo: baixo á forma exterior de uma Tuna estudiantil existe uma íntima e mysteriosa comunicação de dois povos que constituíron na época românica, é ainda depois, uma so nacionalidade.

A mozedade é o porta-estandarte das grandes ideias é hoje pela lei sublime da integração dos estados tenden os povos á realização do princípio fecundo de uniao nacional que produce á força e a enerxia, manifestações indubitáveis do lexítimo progreso humano.

Nas velhas costumes escolares lexitimbava-se á Tuna como divertimento universitario. Ja nas Cortes de Viana sob D. João II os povos opresentaram un requivimento ao Rei para que intervesse na educação da mozedade da Nobreza. Allí dezia-se que os mogos «aprendan Grammatica pero tamben á dansar é balhar é todas outras boas manhas é costumes que tiran os mogos dos vícios éos chegan ás virtudes».

A mozedade, pois, tem á sua representação propia. A Tuna e hoje uma embaiizada oficial que sob pretexto de um divertimento trai á noble misão de saudar á Universidade Compostelana em nome da Universidade de Coimbra.

Ja non se trata de elevar ao rango de festas populares as parrandas das Tunas Compostelanas nem as soçãs é utilidades portuguezas. As Tunas panderam ó seu carácter carnavalesco para se convertirem em alegres colectividades que representem uma classe nacional. Nem ainda recordar os escolares de hogarão Hspania ha quel D. Felix de Monterçar, o cláseico estudante de Salamanca, nem en Portugal ó cábula Araujo de quem dizeram as crónicas do seculo XVI «que era home que non vivia honestamente nem estudaba, e despendia mal ó que lhe seu pai daba».

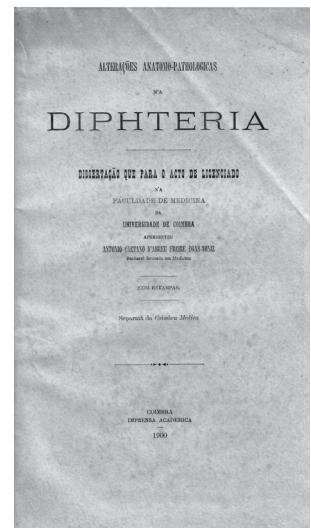
Issos tempos passaran e as Tunas cando tenden á establecer relações internacionaes entre os estudantes de diversos paizes, son muito mais que uma farsa de Momo: som ó symbolo de uniao e da comunidade científica e litterária das Universidades que vivem tanto pela comunicação intelectual dos mestres quanto pela fraternidade dos alumnos.

E por isso é que São Thiago está hoje de gala. A visita dos filhos de Coimbra a Universidade será uma página de gloria na historia litteraria é discente de Galiza.

¡Viva á Tuna de Coimbra!
¡Viva Portugal!
¡Viva Hspanha!
¡Viva Galiza!

Obtém o título de Bacharel a 29 de julho de 1899 com a informação de mérito literário de Muito Bom, com 16 valores, que o autorizava à prática autónoma da medicina e lhe abria portas para a tão almejada carreira académica. A “récita” de formatura em conjunto com os quintanistas de Teologia e Direito intitulou-se “Um credor em bolandas. Ópera cómico-zarzuélica de piada coletiva, lírico-shakespeariana”. Foi recebido em Avanca e Pardilhó dois dias depois, já ao lusco-fusco. Esperavam-no foguetes, archotes e a “Filarmónica Pardilhoense”. Mas a Casa de Marinheiro estava agora deserta, e segundo Egas Moniz que lá ainda pairava o negrume trágico que me tinha enlutado a vida. Conta, que naquela terra não havia um doutor há muito tempo desde a morte do chorado Dr. Agostinho Valente que foi quem, em boa ou má hora, me destravou a língua¹¹.

Acabada a formatura e já a residir na Rua dos Estudos, inicia a sua preparação para os “actos grandes”¹². Egas Moniz realiza o seu exame de licenciatura em 21 de fevereiro de 1900, dissertando sobre as “Alterações anátomo-patológicas na difteria”. Monografia que ele dedica, em primeiro lugar, à “Santa Memória da minha mãe” e depois à memória do pai, dos tios, do irmão e da irmã. É essencialmente uma revisão da literatura, sem qualquer contribuição original, nem sequer de material dos Hospitais da Universidade, o que reflete bem o carácter livresco do ensino que ele tanto contestaria mais tarde. Não lhe faltava já atrevimento, pois escreve a certa altura “vejam-se as conclusões a que cheguei, diferentes dos autores citados, apesar de me fundamentar nas mesmas observações. Logo a seguir ao ato de Licenciatura em Coimbra, com 24 anos, sofre o primeiro ataque degota. Egas Moniz tinha tofos exuberantes nas mãos, pavilhões auriculares, pálebras e lábios. Egas Moniz num dos seus livros contesta a afirmação que a gota era causada pelos seus requintes de “gourmet”, já que tinha aparecido enquanto era estudante, num tempo em que a sua dieta era bastante pobre.



Alterações Anato-Patológicas na Difteria – Tese

11 - Velho uso, quando o freio era curto. Julgava-se nas gentes da aldeia que a língua assim preparada, ficava desprendida para melhor falar.

12 - Segundo João Lobo Antunes em Egas Moniz - uma biografia o acto da Licenciatura, o primeiro dos chamados “actos grandes”, era, segundo Egas, uma “tortura académica de contextura medieval”. Segundo o decreto de 1871, consistia em seis “argumentos”. O primeiro era uma dissertação que o candidato preparava sobre um tema dado pela Faculdade, trinta dias antes do acto. Coube-lhe “Alterações anátomo-patológicas da difteria”, monografia que ele dedica, em primeiro lugar, à “Santa Memória da minha mãe” e depois à memória do pai, dos tios, do irmão e da irmã. É essencialmente uma revisão da literatura, sem qualquer contribuição original, nem sequer de material dos Hospitais da Universidade, o que reflecte bem o carácter livresco do ensino que ele tanto reversaria mais tarde. Não lhe faltava já atrevimento, pois escreve a certa altura “vejam-se as conclusões a que cheguei, diferentes dos autores citados, apesar de me fundamentar nas mesmas observações”. Os outros cinco argumentos eram sobre temas tirados à sorte, três dias antes da prova, sorteados de grupos de cinco pontos. Egas foi aprovado com “Muito Bom”, com dezasseis valores “nem um discrepante”, em exame de 21.2.1900, recebendo o respectivo grau do Reitor, o Doutor Manuel Pereira Dias. Diz que foi então convidado “a prosseguir nas provas para o professorado” e acrescenta, “entrementes, fui eleito deputado progressista por Tondela nas eleições de 18.2.1900, mas não a explica mais como começou o seu percurso na política.

Conhece a companheira que o vai acompanhar pela vida fora e contrai matrimónio com Elvira Macedo Dias, a 7 de fevereiro de 1901, numa “cerimónia de aldeia com muitas flores lançadas no caminho pelas raparigas da terra e boda farta em casa dos tios da minha mulher. Passámos em Coimbra a lua de mel e não tardou que começasse a preparar-me para as teses que se realizaram no verão”¹³.



António Egas Moniz - 1901



Elvira Macedo dias Egas Moniz - 1901

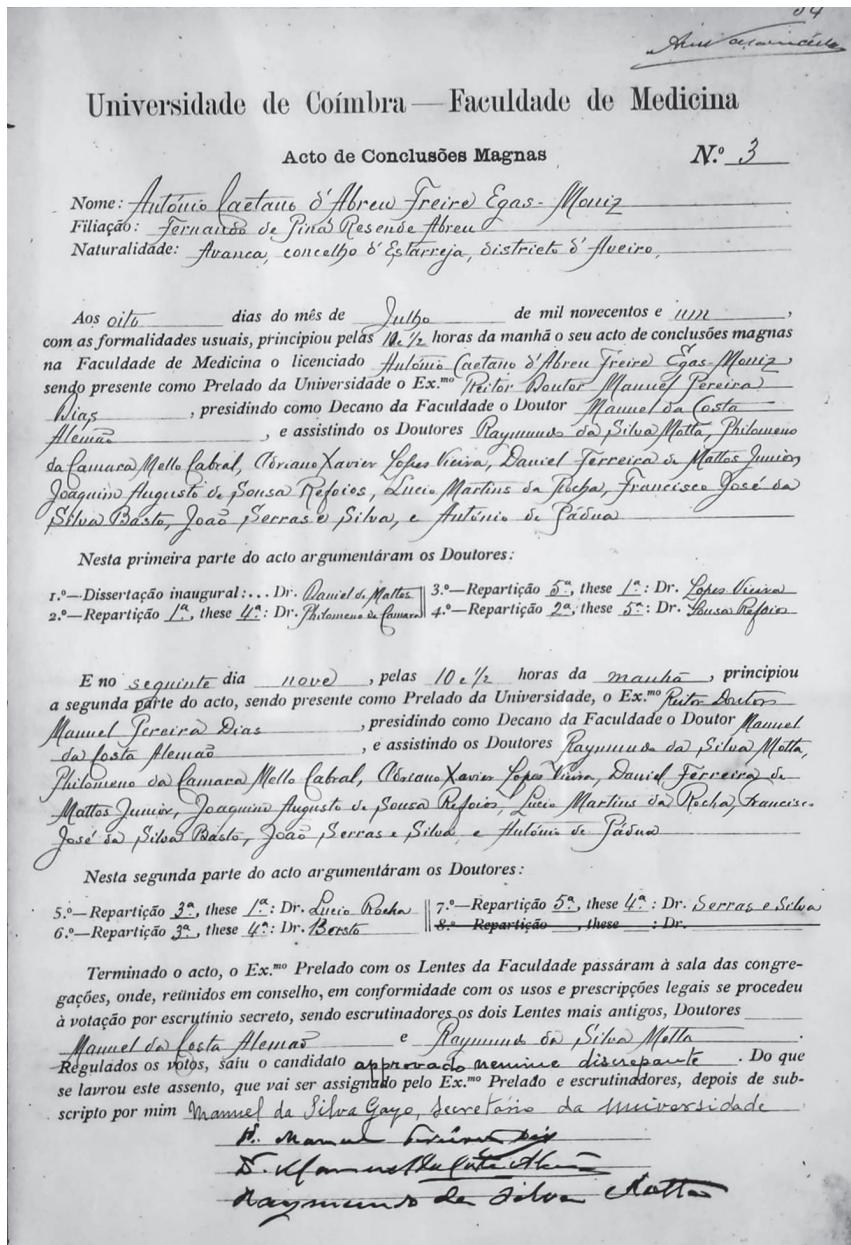
Nos dias 8 e 9 de julho de 1901, prestou Egas Moniz, na Sala dos Capelos¹⁴ as provas para obter o título de *Doutor em Medicina*, tendo sido aprovado com a classificação de *Muito Bom* - 17 valores, tendo a sua dissertação inaugural intitular-se *Vida Sexual I*¹⁵. - Fisiologia. Nesta dissertação que abordou assuntos como a embriologia, anatomia, histologia, higiene

13 - Egas Moniz, A nossa Casa, página 369.

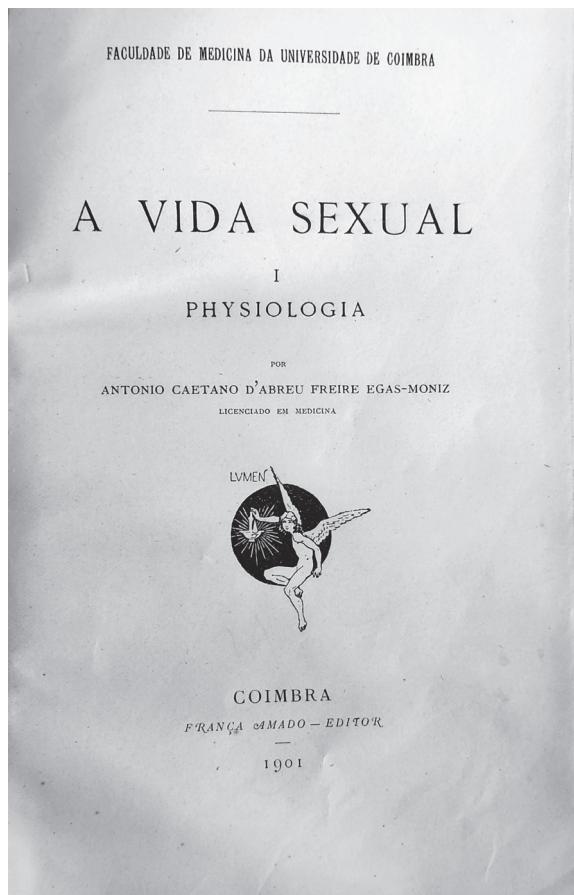
14 - A Sala Grande dos Atos é a sala principal da Universidade de Coimbra. É também conhecida como Sala dos Capelos e é usada hoje em dia nas cerimónias académicas. Esta foi a antiga Sala do Trono, que remonta a meados do século XVII. Esta sala foi projetada pelo notável Mestre António Tavares. Merecem destaque: o teto de madeira com pinturas grotescas por Jacinto da Costa, os azulejos tipo “tapete” feitos em Lisboa e os retratos dos Reis, de Carlos Falch, João Batista Ribeiro e Columbano Bordalo Pinheiro.

15 - “Cabiam-lhe igualmente sete outros “argumentos” sobre proposições escolhidas pelo júri de entre as propostas pelo candidato. No caso de Egas eram trinta e seis agrupadas nas seguintes áreas: Anatomia Humana e Comparada, Histologia e Fisiologia Geral, Fisiologia Especial; Medicina Operatória; Anatomia Patológica e Toxicologia; Matéria Médica e Farmácia, Patologia Geral e História da Medicina, Patologia Cirúrgica, Patologia Interna, Medicina Legal. A leitura da lista de propostas de Egas é fascinante pelo que revela do que era ao tempo - apenas há um século! - a ciência médica. Cito como exemplo: “o óvulo humano é uma célula completa, e pode sozinha gerar um feto”; “os períodos menstruais são um reliquat de uma doença ancestral”; “sou a favor do tratamento cirúrgico da apendicite”; “um banho frio todas as manhãs é um hábito excelente”; “deve ser proibido o casamento nos indivíduos afectados de doenças graves contagiosas”. Estas proposições, previamente aprovadas por um júri constituído por três catedráticos, Raimundo Mota, Filomeno da Câmara e Lopes Vieira, receberam o “imprimatur” do director da Faculdade, o Doutor Costa Alemão, em 20 de dezembro de 1900. Cada argumento durava 45 minutos.

sexual ou aparelho genital, fecundação artificial, teve a audácia de escolher um tema que poderia chocar mentalidades, no entanto entendo que Egas Moniz assumiu o "risco calculado" ao abordar esta temática pois acima de tudo pretendia sustentar a tese da sexologia como ciência séria. Toda a tese é de um rigor e de uma científicidade inquestionáveis reforçada com a citação e o conhecimento do que à época, de mais atual se investigava internacionalmente sobre esta matéria.



Acta das Conclusões Magnas



Vida Sexual I Physiologia - 1º Edição - 1901

No dia 14 de julho de 1901¹⁶, recebeu na Grande Sala dos Atos o grau de Doutor, sob a presidência do Magnífico Reitor, Manuel Pereira Dias, e com a presença do seu “padrinho” o Conselheiro José Luciano de Castro¹⁷, representado pelo Conselheiro José Maria de Alpoim de Cerqueira Borges Cabral.

16 - Perfaz no corrente ano 120 anos desta efeméride da vida de Egas Moniz, bem como do seu casamento com Elvira Egas Macedo Dias.

17 - José Luciano de Castro nasceu em Oliveira (concelho de Aveiro) em 1834, mas foi em Anadia que casou e teve residência, tendo aqui falecido no dia 9 de março de 1914. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, destacou-se como jurisconsulto, jornalista e político. Neste âmbito, foi repetidamente eleito deputado, chefiou o Partido Progressista e abraçou cargos ministeriais, sendo chamado a formar governo em três ocasiões. Na esfera local, a sua família granjeou um enorme respeito e admiração, não só pelo papel desempenhado no desenvolvimento da estância termal da Curia e no surgimento da produção de espumantes na Bairrada, mas também, e principalmente, pelo apoio dado aos mais carenteiados. Entre outras ações beneméritas, José Luciano de Castro foi o primeiro Irmão Fundador da Santa Casa da Misericórdia de Anadia e, após a sua morte, a viúva e as filhas promoveram a construção de um hospital-asilo a que deram o seu nome, designação que ainda hoje mantém.

Aras concorde

Universidade de Coimbra — Faculdade de Medicina

Doutoramento

N.º 3

Nome: *António Faustino d'Albéniz Freire Egas Moniz*
 Filiação: *Fernando de Jesus Ribeiro Albéniz*
 Naturalidade: *Avanca, concelho de Estarreja, distrito d' Aveiro*

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e 1901 aos
 quatorze dias do mês de Julho, na sala grande dos actos desta Universidade,
 recebeu o grau de Doutor na Faculdade de Medicina, com a solemnidade e cerimónias costumadas,
 o licenciado *António Faustino d'Albéniz Freire Egas Moniz*. Conferiu-lhe o grau, como
 Prelado da Universidade, o Ex.^{mo} Rector, Doutor *Manuel Pereira Pires*
Almeida, o qual delegou as suas vezes no Doutor *Manuel da Costa*
Almeida para, como Decano da Faculdade e Padrinho oficial, condecorar com
 as insignias doutoriais o novo Doutor; o que assim se fez. Acompanhou e apresentou o doutorando
 neste acto o Ex.^{mo} Conselheiro de Maria d'Almeida Ferreira Borges Castro, como procurador do Conselheiro
José Luciano da Costa. Foram Oradores os Doutores *João Serrão*
e Silva e *António da Paixão*, e serviram de Testemunhas os dois Leites mais antigos da Faculdade pre-
 sentes ao acto, os Doutores *João Jacinto de Almeida Correia*
 e *Ramalho de Almeida Motta*. Do que se lavrou
 o presente assento, que vai ser assinado pelo Ex.^{mo} Prelado, Apresentante, Padrinho e Testemunhas,
 depois de subscrito por mim *Manuel da Silva Gago, Secretário da Universidade*



*Dr. Manuel Serrão
 Joaquim d'Almeida de Lacerda
 Dr. Almeida da Costa
 Dr. José Jacinto de Silva Correia
 Ramalho de Almeida Motta*

Foi passada a carta doutoral
 a 12 de maio de 1902

Assignatura do novo Doutor

Dr. António Faustino d'Albéniz Freire Egas Moniz

O Secretário, *Manuel da Silva Gago*

Certificado de Doutoramento



Carta de Curso dedicada à esposa

Encerrava-se desta forma a vida estudantil de António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz, que pode ser compartimentada em duas fases distintas: a primeira desde 1891 até ao seu 3º ano médico. Durante esta e dado o seu espírito folgazão foi fazendo a sua vida académica entre livros, serenatas, ceatas e guitarradas e nas casas de tavolagem. Egas Moniz adorava as serenatas e seguia a magnífica voz do Hilário, grande cantor e o verdadeiro criador do *Fado de Coimbra*, que fazia vibrar a alma enamorada e sonhadora das tricanas de Coimbra, tão bem descritas por Egas Moniz “*Preciosas, de boas maneiras, de lindos rostos, de frases corretas e prontas, adquiridas no convívio dos estudantes, que elevam a doutores, orgulhosas dos seus aventaizinhos pequeninos, das suas blusas alegres e saias bem rodadas, a que não faltam cores bem escolhidas, em combinações apropriadas, e que cantam como cotovias, nos folguedos pagões das festas dos santos populares*”¹⁸.

18 - Egas Moniz, A Nossa Casa, página 321.



Egas Moniz com o tio Abade em passeio

A morte de sua mãe após doença prolongada¹⁹, que ele sentia como a *alma mater*, aquela que tinha resistido às dificuldades mantendo a coesão e os laços entre a família, marca o início de uma nova fase de Egas Moniz na Academia de Coimbra. A sua vida de estudante modificou-se muito dedicando-se quase exclusivamente aos estudos, fugindo da alegria e do bulício académico. Escreve Egas Moniz “*o golpe tinha sido profundo e era difícil a cicatrização.*” Paralelamente a saúde do tio abade de Pardilhó, derradeira amarra ao passado, a quem devia a sua educação, debilitava de forma galopante, acabrunhava-o fazendo que a sua vida na Cidade dos Estudantes passasse a ser de dedicação quase absoluta aos estudos, deixando

19 - Segundo João Lobo Antunes em Egas Moniz – Uma biografia, foi em Coimbra, que recebe notícia pelo primo António de Abreu de que a saúde da mãe piorara. Regressa a Pardilhó para assistir aos seus últimos dias de vida. Conta ter mandado chamar um fotógrafo de Ovar para fotografar a mãe já no caixão. A partir dessa foto fez José Malhoa um retrato a carvão e depois, João Reis, um retrato a óleo, entretanto a saúde do padrinho abade também declinava. A Egas faltava dezoito meses para concluir a licenciatura, mas, tal como o tio previa, este já não o veria formado, porque morreria em breve de complicações da diabetes. Como a morte do tio João António, três meses depois, extinguiu-se toda a família próxima de Egas.

de ser o folgazão dos primeiros anos de Coimbra, pois a sua existência, como o próprio escreve passou a andar *envolvida em tristezas*²⁰ e tornou-se o único e último representante da Casa do Marinheiro. Nenhum dos seus viu o trajeto de um Homem que quase tudo o que quis, quase tudo conseguiu.

Os últimos quatro anos do seu curso médico morou numa “república” na Rua de Tomar 1, onde na companhia de seis condiscípulos, Alberto Simões da Costa Rego, António Rodrigues Oliveira, António da Silva Lima e Brito, José Pereira Barata, Óscar Pereira Marinho e Tomás Godinho Faria passou segundo o próprio dos “*melhores anos da sua existência*”. Estudavam, mas também se discutia não só medicina como literatura, arte, etc, cujas reuniões se juntavam outros estudantes nomeadamente Augusto Gil²¹ e Afonso Lopes Vieira²².



Inauguração da lápide em Coimbra em julho de 1939 (em homenagem pelo restabelecimento do atentado). J.A. Teles, Oliveira, Navarro, Andrade, F. Henriques David, Ernesto Castro Caldas, Faria, Egas Moniz, Elísio de Moura, Barata e Alberto Rego.

20 - Há data da sua formatura, nenhum dos seus ascendentes assistiu a este momento que irá marcar o seu percurso pessoal e profissional.

21 - Augusto César Ferreira Gil (1873 -1929) advogado e poeta português, viveu praticamente toda a sua vida na Cidade da Guarda onde colaborou e dirigiu alguns jornais locais.

Augusto Gil passou a maior parte da sua vida na mais alta cidade de Portugal, Guarda, a “sagrada Beira”, de cuja paisagem encontramos reflexos em muitos dos seus poemas e de onde os pais eram oriundos. Aqui fez os primeiros estudos, frequentou, depois o Colégio de S. Fiel em Louriçal do Campo, após o que regressou à Guarda, mais tarde formou-se em Direito na Universidade de Coimbra.

Na sua poesia notam-se influências do Parnasianismo e do Simbolismo. Influenciado por Guerra Junqueiro, João de Deus e pelo lirismo de António Nobre, a sua poesia insere-se numa perspetiva neorromântica nacionalista.

22 - Afonso Lopes Vieira (1878 – 1946) A sua infância foi vivida em Leiria, e já em idade escolar foi viver para Lisboa. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi relator da Câmara dos Deputados.

Egas Moniz regressa a Coimbra para ser homenageado pela Associação Académica a 29 de abril de 1950. Faz uma conferência que depois publica com o título “Coimbra, Nobre Cidade”. A cerimónia ocorreu na Sala dos Capelos e na ocasião Egas Moniz apresentou-se de capa e batina, pormenor que o Reitor não deixou de apontar. É saudado pelo Presidente, como “voz da inteligência dos estudantes de Coimbra” dizendo ainda que mais tarde falaria a “voz do coração”, ou seja, as guitarras que segundo ele, Egas Moniz jamais deixara de amar. Egas Moniz, na introdução, diz que pretendia “render a minha homenagem à velha Universidade onde me formei”. Solicita ao Reitor, Maximino Correia que o considere “aluno perpétuo”.

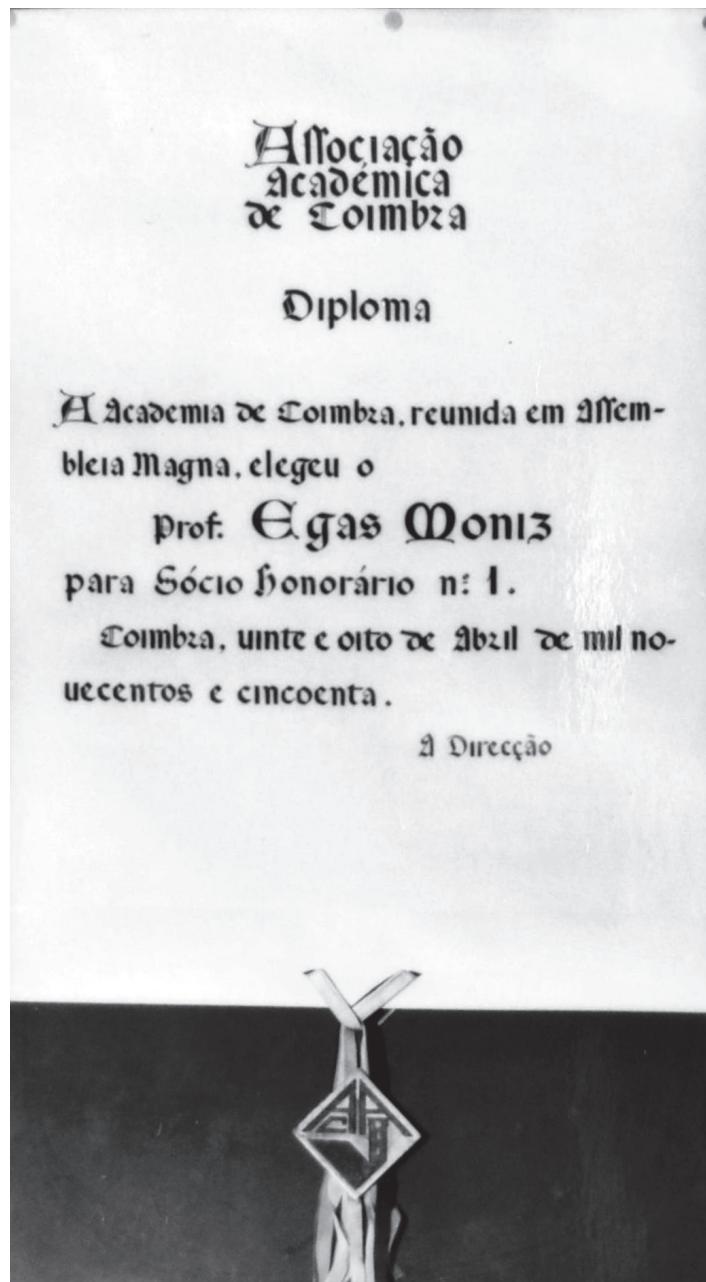
Distingue os seus mestres Basílio Freire, João Jacinto, Daniel de Matos, Sousa Reffóios e sobretudo Augusto Rocha que o lançara na Neurologia. A conclusão desta intervenção é ambígua: “aqui respira-se a atmosfera da cultura nas suas variadas formas. Com algumas deficiências, mas com campo para grandes ascensões.” Encerrou a sessão o reitor Maximino Correia que não deixa de recordar que fora ali que Egas fizera a sua “formação científica e profissional”, dizendo não saber (mas sabia...) se “solicitações da vida, ou ambições de espírito insatisfeito”, o teriam levado para Lisboa. A Associação Académica nomeia-o sócio honorário n.º 1 e a Tuna Académica descerra o retrato do seu antigo presidente.



No Instituto de Coimbra 1950

Coimbra, nobre cidade.
 Vim aqui trazido por solicitações amigas de gente moça e satisfez-me o convite pelo deus, sempre vivo, de evocar o passado, mas só da minha vida de escutar, mas desta terra, a mais nobre cidade de Portugal. Coimbra ~~é~~ Caracteriza-se ~~pelos~~ pelas suas tradições históricas que vêm da idade média, pela sua hegemonia intelectual e sobretudo pela sua Universidade. ~~que~~ que por aqui passaram como estudantes, e aqui respetaram as suas ilusões e direitos festejaram, é um sentimento de recordações ~~que~~ causou a megarum por toda a parte.

Manuscrito do texto - Coimbra Nobre Cidade



Logo falará a voz do coração: serão as nossas guitarras. Aquelas guitarras que o estudante de Coimbra Egas Moniz jamais deixou de amar pela vida fora. E, então, a nossa camaradagem será perfeita.

Fernando Rebelo (1950)

ENGUIAS DE ARROZ E ARROZ DE ENGUIAS

Sérgio Paulo Silva*

Eu bem sei, não preciso que ninguém mo diga, que as estrélas do céu são luzinhas pequeninas. Mas, noutras coisas por que passei, de que ouvi falar ou que vejo no meu caminhar, gosto de me valer de quem sabe. Muito gosto eu de ouvir / cantar a quem aprendeu / Se houvera quem me ensinasse / quem cantaria era eu...

Escrevi sobre enguias em diversos contextos, desconhecendo se não terá ficado algum tempero esquecido, por ignorância ou distração.

A Câmara Municipal de Estarreja tem em recuperação a antiga Hidro-Eléctrica, vulgo Fábrica de Descasque de Arroz. E a empreitada fez-me rabiar memórias a que quero voltar não sabendo se no final não darão mais que palha e de milhã.

Para evitar desnecessárias asneiras, comprei um livro recentemente editado (Primavera de 2021) intitulado Guia dos Peixes de Água Doce e Migradores de Portugal Continental, coordenação de Maria João Collares-Pereira e edição da Afrontamento. Comprei, esquecido por completo que acrescentou um mundo a quanto sei de camarinhas, a leitura das conversas dum poeta – Juan Jamon Jiménez – com um burro, talvez o de maior nomeada em toda a Península Ibérica, chamado Platero, e tive inveja da sabedoria dos gatos que se escaldam por esses borralhos de Deus.

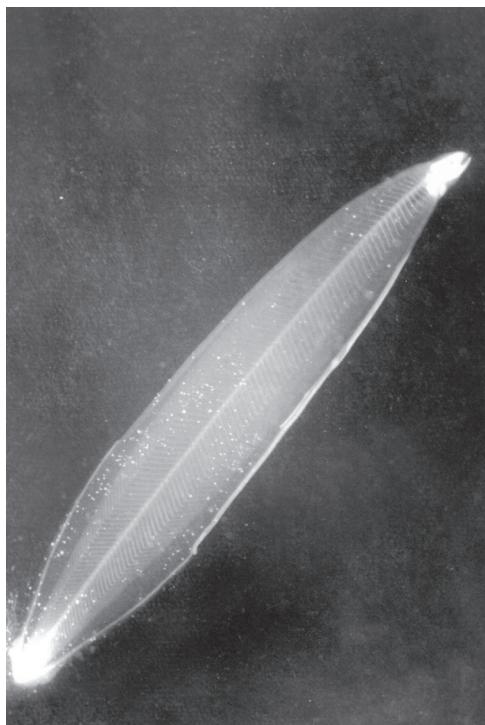
Mal recebi o livro dei-me pressa em ler o que mais me afligia, desde logo o capítulo dedicado aos ruivacos, peixinho que os meus conterrâneos – gente boçal, como eu – chamam robacos. Estava curioso das variedades das nossas diferentes águas, mas fiquei como estava, restando-me a tristeza dos *robaquinhos* fritos no mosqueiro da tasca da Ercília Travassos, com a sua gelatina. Coisas que os anos derreteram e que não motivam académicos.

Procurei depois o capítulo referente às enguias, da responsabilidade de Isabel Domingos, bióloga da Faculdade de Ciências da Universidade Nova de Lisboa, e reencontrei pegadas antigas dum saber que se mantém escorregadio, que ainda não se deixou apanhar totalmente. E lá está tudo o que (agora) todos sabem. Que as enguias têm o seu berço apenas e só no Mar dos Sargos. Um só berço para tanto mundo, já que as enguias daí partem para a América do Norte e sobretudo para a Europa, para os países nórdicos, para Portugal, Espanha, França...

*Autor Estarrejense

Eu, que não conheço o Mar dos Sargaços, olho-o de longe no mapa e ponho-me a pensar nos efeitos devastadores que porventura serão para as enguias as explorações petrolíferas e, um pouco pela vastidão do oceano, as lavagens de tanques dos grandes navios que agora infestam as águas de qualquer mar. Também as grandes tormentas que, devido às alterações climáticas, cada vez com mais frequência assolam aquelas paragens.

Quase tudo quanto é recém-nascido é vulnerável neste mundo e as enguias não escapam, embora se continue a acreditar na grande mentira que se dizia dantes, que ao menino e ao borracho / deita Deus a mão por baixo.



Leptocéfalo

As larvas das enguias, a que se dá o nome de *leptocéfalos*, são como películas invisíveis a olho nu, como um fragmento extremamente diminuto da caspa da cabeça das pessoas – se me é permitida comparação tão grosseira – e vogam nas correntes oceânicas por largo tempo. Vistas ao microscópio são como aqui se mostra em fotografia ampliada que me foi cedida pela Dr^a Isabel Domingos. Vão sofrendo mutações e quando atingem a nossa costa já são as designadas enguias-de-vidro, ou meixão, como se mostra também na foto. Dirigem-se então para todos os percursos de água que de alguma maneira tocam o mar e sobem, sobem sempre pelo menos até que açudes e barragens lhes estorvem a caminhada pelos rios acima.



Enguia de Vidro

A Ria de Aveiro foi sempre um bom portal de entrada para as enguias juvenis que depois por ela acediam ao Rio Vouga, ao Rio Antuã, a ribeiras e ribeirinhos...

Nos tempos de eu ser rapaz, a Ria de Aveiro tinha muito molijo, eram raros os bancos de areia *limpa*. Ora essa profusão de algas constituíam um excelente refúgio para as enguias e proporcionavam os alimentos necessários para o seu crescimento.

Nos tempos de eu ser miúdo de escola, cheguei a brincar com iguais que tinham mães a lavar roupa no Ribeiro da Enxurreira (limite Sul de Salreu, também conhecido por Rio Jardim) que não é mais que um exíguo curso de água cujas águas se vão encontrar com o *terminus* do Antuã. Pois ali mesmo, por entre os pés das mulheres e da criançada, eram aos milhares os juvenis de enguias e de lampreias que tinham brotado do cascalho arenoso.

O clima desses meus distantes anos, era diferente daquele que hoje conhecemos em qualquer Estação do ano. A partir do Outono e pelo Inverno fora, o Rio Antuã conhecia vários períodos de grandes cheias e não era raro ver as águas do Vouga unirem-se às do Antuã, formando uma toalha de água imensa. Mas depois e como de costume, à tempestade sucedia a bonança, as águas recuavam para os seus leitos habituais só que deixavam para trás os juvenis das enguias em todas as valas, sobretudo onde são mais significativas – Canelas, Fermelã... - e nas terras alagadiças onde seria plantado (leram bem, *plantado*) o arroz, terras que seria ainda irrigadas com águas do Antuã por meio de comportas.

Só quando voltassem as cheias avassaladoras é que essas enguias se libertariam dos sítios onde tinham ficado confinadas. Entretanto, no passar dos meses iam crescendo, engrossando... Meu sogro, que tinha o vício, quase diário, de andar à pesca das enguias com minhoqueiro, um dia topou com uma vala (para os lados de Canelas) que estava inçada de enguias. Só no primeiro

dia trouxe 17 Kgs. Foi lá mais duas vezes (com menores safras) mas desistiu porque essas enguias eram intragáveis. Essas valas criavam um lodo putrefacto com as ramagens e sobretudo com as folhas das amieiras nas suas águas estagnadas e as enguias adquiriam uma cor muito escura, negra, e um sabor a lodo muito intenso que as tornavam, como disse, intragáveis.

Depois do recuo das águas, depois de plantado o arroz, as que ficavam nessas praias iam crescendo livremente já que então tinham apenas como predadores as escassas garças já que então não havia cegonhas que deitam agora a bicanca a tudo quanto mexe, seja um lagostim-de-água-doce (que ao tempo também não havia) ou a um gafanhoto, uma cobra-de-água ou uma enguia, uma rã ou um patinho imberbe – tudo lhes cabe na bicanca voraz.

Quando, finalmente, já verão fora o arroz estava criado e maduro, era colhido, então ainda manualmente e nos poceiros das praias de arroz as enguias ficavam expostas, havendo quem as apanhasse literalmente às sacadas.

A abundância de enguias por todo o Baixo-Vouga, sobretudo nas áreas da Murtosa, já se sabe que determinaram o aparecimento da Fábrica de Conservas Comur. Contudo, havia mais coisas *abundantes* que obrigavam as pessoas a vidas de sacrifícios para colmatar a arrastada penúria das suas vidas. As mulheres da Murtosa cedo se deram conta que podiam alcançar algum governo vendendo o peixe que lhes sobrava onde a clientela fosse mais numerosa e desejosa de condutos diferentes. Não há muito – e ainda não desapareceu completamente essa geração – lembravam-se os antigos das solhas que essas mulheres vendiam na Feira de Stº Amaro (que acontece precisamente na desova das solhas na Ria, em pleno mês de Janeiro), solhas fritas e, claro, enguias. O sucesso económico que tiveram e já que as enguias se aguentam vivas fora da água por vários dias sem necessidade de gelo (que então não havia) levaram-nas a aventurar-se mais longe, para feiras e romarias serranas, sobretudo para a Feira de S. Mateus, em Viseu, que era (e ainda é) uma espécie de Meca das gentes de todos os poviléus da Beira Alta, gentes que abriam generosamente a bolsa para comer um pitéu dum mar que só conheciam por ouvir falar. Não há muito (2020) que a C.M. de Viseu editou um livrinho escrito por Alberto Correia e que se chama Enguias da Murtosa na Feira de S. Mateus onde o assunto é espelhado.

Aqui, nos nossos sítios, as mulheres, com os pés mais enxutos, não se deixaram enlear nesses negócios, tirante quem explorava vendas. Contudo não desprezaram as enguias e, embora seja do conhecimento geral que as enguias mais saborosas são as do Norte da Ria (Pardilhó, Bunheiro, Válega...) também souberam achar-lhes valias. Havia uma tasca no centro de Angeja, do Manel dos -----, dos ---- (esquece-me o nome, não me consigo recordar do nome mas era uma tasca no centro, mesmo defronte ao palacete dos Soutos, que eram sogros do Dr. João Soares, de Cacia) onde se comiam umas saborosas enguias fritas e, que me conste, o nome de Angeja não figura na rota gastronómica das enguias. Como Salreu. Mas, nesta minha aldeia natal, talvez porque tinham à mão o arroz, arroz rajado, de singular goma, faziam arroz de enguias. Escrevi há anos um texto sobre isso que destinei a uma publicação local. Mesmo sabendo que me repito e decalco, aqui o deixo, para fim de festa, esperando que ainda rescenda:

ARROZ DE ENGUIAS

O que o Manuel do Gerez, o filho, timoneiro do que é para todos Casa Matos, mas que eu teimosamente sempre associo ao nome de seu pai, cuja memória venero, o que o Manel vos quer servir sob o nome de Arroz de Enguias, não é mais que uma viagem ao passado, a um passado familiar onde a passagem do tempo não logrou sepultar a memória dum sabor.

Ao tempo de sua mãe, a nossa querida Dores, ser pouco mais que rapariga, mas sobretudo ao tempo de sua avó, que foi quem apurou nas mãos castigadas o pitéu, eram as enguias desvaliosas por serem muito abundantes na nossa Ria e seus incontáveis canais, peixe de florescer pelos arrozais de Salreu e por quanta vala segurava águas, na nossa terra ou nas vizinhas Canelas, Fermelã, Angeja... Hoje, comer enguias requer uma disponibilidade de carteira que vai além dos valores do prato-dodia. Mas, ao tempo de sua avó ter que pôr comida na mesa, eram, como o bacalhau miúdo, comida de pobres. A abundância permitia que se variasse, que se fossem emendando temperos, fazendo a mão no prato, urdindo a nossa gastronomia de hoje, onde as mãos anónimas se volatizaram, como o fumo nas chaminés. A caldeirada da Murtosa não tem outra génesis, porque não foram os restaurantes que a criaram mas as gentes mais humildes que da Ria viviam.

Assim, comer uma caldeirada de enguias também não é mais que uma viagem ao passado, numa geografia fascinante como é o Baixo-Vouga, onde as mãos são anfíbias e a arte da sobrevivência e da partilha operaram estes legados de cozinha.

Resgatadas as mãos de sua mãe e avó dos tachos puídos, o Manel propõe, a quantos sabem que um dia não são dias, o Arroz de Enguias numa viagem que se faz à mesa, com o talher simples da imaginação.

Aos dezanove dias andados do mês de Junho do ano da Graça de 2017, talvez uns três anos após ter escrito o texto acima para o Manel, calhou de ver a sua mãe a saborear a fresca das árvores do Largo do Seixal e lembrei-me que eram mais que horas de lhe pedir a receita. Eis o que anotei:

Arranja-se quantidade de enguias para a função. Tira-se a cabeça e a meio dá-se um golpe sem contudo cortar a enguia.

No fundo dum tacho coloca-se cebola às rodelas, salsa, alho picado e louro. Tudo a gosto e por palpite. Põe-se as enguias, um pouco de sal, azeite e um pouco de água. Menos que a tapar as enguias, podendo substituir alguma água por vinho branco mas, lembremos, menos que a tapar as enguias.

Vai a lume brando. Quando estiverem cozidas, retira-se tudo com uma escumadeira para outro recipiente. Bota-se um pouco de alho picado, mais um fio de azeite e um pouco da água em que cozeram, abafando de seguida.

Ao restante caldo, acrescenta-se água para fazer o arroz que não deve ficar seco.

EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1910

*Teresa Cruz Tubby**
*Valter Santos***

Durante o período da monarquia constitucional (1820-1910), a emigração estava directamente relacionada com a incapacidade de Portugal em aumentar o seu poder económico.

A situação em que o país se encontrava não proporcionava as condições de vida essenciais e a discrepancia nos salários, entre homens, mulheres e crianças variava, assim como também, de distrito para distrito; havia um atraso significativo no desenvolvimento da agricultura e indústria, a falta de liberdade e as grandes dívidas que o País tinha, deram impulso à busca de novos meios de subsistência.

Os habitantes viram na emigração uma fuga às condições a que estavam sujeitos. Todos os anos, milhares deixavam o país e, apesar deste “despovoamento”, a emigração trazia para a terra mães as remessas de ouro do Brasil, produzindo um impacto enorme na economia portuguesa. Essas riquezas enviadas pelos emigrantes para seus pais e familiares foram um factor importante no desenvolvimento das estruturas monetárias da terra e da construção rural.

O ano de 1910 pôe fim à monarquia e com a instauração da República, a 5 de Outubro, o País começou a sofrer alterações, em todos os campos. Modificações houve, também, no Hino Nacional, na Bandeira e na moeda. O Hino, composto em 1890 com letra de Henrique Lopes de Mendonça e música de Alfredo Cristiano Keil, foi adoptado de facto no dia da instauração; a Bandeira azul e branca foi substituída por verde e vermelha e o real passou a escudo.

E no meio da transição surge Hermes Rodrigues da Fonseca (12-05-1855, Rio Grande do Sul - 09-09-1923, Petrópolis, Rio de Janeiro), com uma curta visita a Portugal, entrando num país de regime monárquico e saindo já num de regime republicano.

Este marechal, recém-eleito presidente do Brasil, viajou pela Europa e aportou em Lisboa no dia 1 de Outubro, em visita oficial de 8 dias, para se encontrar com o rei. Durante a sua estadia, recebeu, no Palácio de Sintra, representantes da Maçonaria e da Associação dos Lojistas de Lisboa. Este presidente, com vasta carreira militar era também maçon.

Retornando ao Brasil e assumindo a presidência deu ordens ao Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), que comunicasse oficialmente que o governo brasileiro reconhecia o novo regime português.

* Investigadora, autora das obras Quinta e Casa da Botica, Banda de Música de S. João da Madeira 1860/2005; Portugal e a Grande Guerra - a Participação dos Oficiais de Oliveira de Azeméis, co-autora da obra A Misericórdia da Vila de Cucujães 1937 – 2012, A Banda de Angeja e revista Cucugianis, Histórias e Memórias do Couto de Cucujães.

** Investigador e jornalista, autor da obra Cucujães Antigo e Moderno; co-autor da obra A Misericórdia da Vila de Cucujães, 1937 – 2012, A Banda de Angeja e revista Cucugianis, Histórias e Memórias do Couto de Cucujães.

Será que agora com um regime novo e ideias novas a emigração legal e clandestina teria os seus dias contados? Os próximos anos darão a resposta.



Litografia colorida, da autoria de Cândido da Silva alusiva à revolução que deflagrou na noite de 3 de Outubro de 1910, em Lisboa, e que conduziu à proclamação da República Portuguesa¹



A festa durante a posse de Hermes da Fonseca²

1 - https://en.wikipedia.org/wiki/5_October_1910_revolution#/media/File:Estremoz13.jpg

2 - https://www.wikiwand.com/pt/Hermes_da_Fonseca

AVANCA

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
Américo da Silva Tavares	12	Sabia escrever Estudante	18-10-1910 Rio Grande do Sul nº 601	Francisco da Silva Tavares e Ana Valente	
Bernardino Marques	32	Sabia escrever Lavrador	08-04-1910 Pará nº 2058	Manuel Marques e Maria de Jesus	
Francisco de Assis de Bastos Calisto	24	Sabia escrever Lavrador	09-11-1910 Pará nº 888	Francisco de Bastos Calisto e Maria Marques de Jesus	
Joaquim da Silva Fava Júnior, cº	41	Sabia escrever Proprietário	23-03-1910 Rio de Janeiro nº 1047	Joaquim da Silva Fava e Rosa Valente	Leva sua esposa Rosa Pereira de Jesus
José Maria da Costa, cº	30	Sabia escrever Jornaleiro	06-12-1910 Rio de Janeiro nº 1323	António da Costa e Joana Maria Dias	Residia em Travanca, Feira
José Maria da Silva, cº	52	NSE Trabalhador	24-11-1910 Pará nº 1151	Domingos da Silva Pinto e Maria de Jesus da Silva	
José Maria da Silva Pereira de Melo	16	Sabia escrever Lavrador	22-10-1910 Pará nº 657	Joaquim da Silva Pereira de Melo e Rosa Maria Martins de Vasconcelos	
Rosa Pereira de Jesus, cº	32	Sabia escrever	23-03-1910 Rio de Janeiro nº 1047		Foi com seu marido Joaquim da Silva Fava Júnior

BEDUÍDO

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
Agostinho Marques da Silva	22	Sabia escrever Serralheiro	29-08-1910 Pará nº 3074	João Marques da Silva e Bárbara de Oliveira Marques	
Manuel Marques C. cº	39	Sabia escrever Lavrador	12-08-1910 Rio de Janeiro nº 2989	José Marques e Verónica Marques	
Rodrigo Tavares de Figueiredo, cº	44	NSE Proprietário	17-06-1910 Pará nº 2607	Francisco da Silva Figueiredo e Josefa Marques Teixeira	

BUNHEIRO

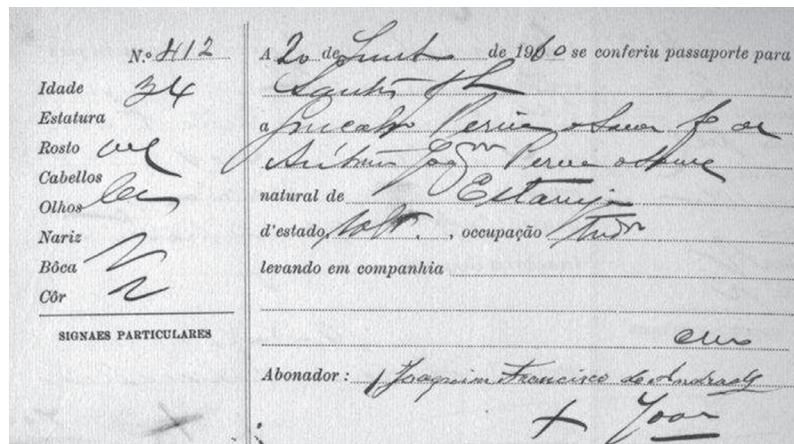
Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
Antão Nunes Pereira	18	NSE	16-12-1910 Pará nº 1463	Manuel Joaquim Pereira da Silva, cº	Foi com seu pai

Domingos da Silva Pinto	21	NSE Lavrador	01-09-1910 Rio de Janeiro nº 3127	António Joaquim da Silva e Rosália de Jesus Lopes Pereira	
Domingos José Pereira	19	Sabia escrever Caixeiro	16-12-1910 Pará nº 1465	Domingos José Pereira e Maria Luísa de Matos	
Guilherme Lopes cº	24	Sabia escrever Sapateiro	21-04-1910 Pará nº 2174	José Maria Lopes e Domingas Joaquim dos Santos	
Manuel da Silva cº	33	NSE Jornaleiro	24-08-1910 Pará nº 3052	Maria Rosália da Silva, sª	Irmão de Silvestre da Silva
Manuel Joaquim Pereira da Silva cº	45	NSE Lavrador	16-12-1910 Pará nº 1463	Antão Pereira da Silva e Ana Maria da Silva	Levou seu filho Antão Nunes Pereira
Olegário Marques Vilar	15	Sabia escrever Estudante	30-09-1910 Rio Grande do Sul nº 284	José António Marques Vilar e Ana Antónia Nunes Pereira	
Silvestre da Silva	20	NSE Pescador	24-08-1910 Pará nº 3053	Maria Rosália da Silva, sª	Irmão de Manuel da Silva
Tomás Rodrigues Pardal	20	Sabia escrever Marítimo	19-07-1910 Pará nº 190	José Maria Rodrigues Pardal e Maria Rosália da Silva	

CANELAS

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
António de Matos	24	Sabia escrever Lavrador	17-05-1910 Pará nº 2347	António de Matos e Ana Pires Tavares	
Fulgêncio dos Santos cº	27	Sabia escrever Serralheiro	23-03-1910 Pará nº 1051	Manuel dos Santos e Maria de Jesus	
Manuel Dias de Andrade	17	Sabia escrever Lavrador	24-09-1910 Pará nº 220	Manuel Dias de Andrade e Maria Domingues de Andrade	
Maria Rosa Domingues	69	NSE Doméstica	19-08-1910 Santos nº 3035	Mónica Maria, sª	Residia na Pampilhosa, Mealhada
Tibério Pires Aldeia cº	26	Sabia escrever Padeiro	17-08-1910 Pará nº 3016	José Pires Aldeia e Maria Domingues Baptista	

ESTARREJA



Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Custódio Marques c°	41	NM Trabalhador	06-04-1910 Rio de Janeiro n.º 741	Manuel Marques	Levou sua mer Soledade e fas Júlia e Maria
Domingos Dias de Matos, c°	43	NSE Trabalhador	03-09-1910 S. Paulo n.º 110	Manuel Caetano Dias	
Eugénio dos Santos, c°	25	NM Trabalhador	03-05-1910 Pará n.º 1099	Ana Marques	
Gonçalo Pereira ?	34	NM Trabalhador	20-06-1910 Santos n.º 412	António Joaquim Pereira de ?	Ver foto acima
Joaquim Maria Valente c°	36	NM Trabalhador	29-08-1910 Rio de Janeiro n.º 16	Joaquim Valente	
José Ribeiro da Silva	26	NM Padeiro	05-03-1910 Pará n.º 370	Ana Dias Loureiro	
Júlia	20	NM	06-04-1910 Rio de Janeiro n.º 741	Custódio Marques, c°	Foi com seu pai

Manuel José de Oliveira	21	NSE Pescador	16-09-1910 Rio Grande do Sul, nº 312	Pedro José de Oliveira	
Maria	18	NM	06-04-1910 Rio de Janeiro nº 741	Custódio Marques, cº	Foi com seu pai
Soledade da Silva Marques	27	NM	06-04-1910 Rio de Janeiro nº 741		Foi com seu marido Custódio Marques

FERMELÃ

Não se encontraram registos de passaportes

MURTOSA

<p>Signaes caracteristicos</p> <p>Edade 39 annos Altura 1,65 Rosto <i>espesso</i> Cabellos <i>brun</i> Sobr'olhos <i>profundos</i> Olhos <i>castanhos</i> Nariz <i>retilíneo</i> Boca <i>estreita</i> Cór <i>negra</i></p> <p>Signaes particulares</p> <p><i>Portugues de nasc. de pele negra</i></p>	<p>N.º 2034</p> <p>Em 7 de 4 de 1910 se concedeu passaporte para o Barão António Maria Valente, casado, maritimo, f. de José António de Vilas e da Maria da Conceição Martos, concellos de Vila Franca</p> <p>Leva consigo sua mulher Adélia Lameira, negra, de 44 annos e sua filha Anna Rita Souza, de 19 annos</p> <p><i>Everem</i></p>
---	--

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
Abilio José da Cruz cº	28	Sabia escrever Pescador	14-06-1910 Manaus nº 2571	António Maria da Cruz e Maria José de Oliveira	
Alfredo Rebelo	22	NSE Lavrador	15-04-1910 Rio de Janeiro nº 2111	Sebastião José Rebelo e Maria Rosália de Oliveira	Residia no Bunheiro

Américo dos Santos cº	28	NSE Moliceiro	13-05-1910 Pará nº 2332	António Joaquim da Silva e Maria Luísa Lopes	
Ana Maria Vila Escura	19	NM	07-04-1910 Pará nº 2034	António Maria Valente e Andréa Linares Rodas	Foi com seus pais Ver foto acima
Andréa Linares Rodas	44	NM	07-04-1910 Pará nº 2034		Foi com seu marido António M. Valente e fª Ana Maria
António Maria de Matos, cº	29	NSE Mercantel	02-09-1910 Pará nº 4	Manuel de Matos e Joana Maria da Silva	
António Maria Valente cº	39	Sabia escrever Marítimo	07-04-1910 Pará nº 2034	João António da Silva e Maria Luísa	Leva sus mer Andréa e fa Ana Maria
Caetano José Caravela	11	Sabia escrever Estudante	05-12-1910 Pará nº 1299	Domingos José Caravela e Maria José da Silva	
Carlos Augusto Pereira	15	NSE Lavrador	07-10-1910 Pará nº 418	Manuel Luís Pereira Água Lusa e Maria José Henriques	
Francisco Joaquim Rodrigues Pardal	21	Sabia escrever Moliceiro	13-03-1910 Pará nº 2331	José Vicente Rodrigues Pardal e Maria Augusta	
João Bernardo Neno	12	Sabia escrever Pescador	28-12-1910 Pará nº 1575	João Bernardo Neno «o Camaróa» e Maria de Jesus	
João Luís Tavares cº	25	NSE Pescador	12-12-1910 Pará nº 1401	Domingos António Tavares e Bernarda Maria de Pinho	
João Maria Marques, cº	44	Sabia escrever Pescador	25-10-1910 Pará nº 683	João Bernardo Marques e Maria Rosália	

José Agostinho da Cruz	22	Sabia escrever Pescador	31-12-1910 Pará nº 1616	Manuel Luís da Cruz e Mariana da Silva	
José Maria da Silva Alexandre cº	33	NSE Moliceiro	22-06-1910 Pará nº 2649	Alexandre José da Silva e Mariana de Jesus	
José Maria da Silva Campos cº	22	NSE Moliceiro	22-06-1910 Pará nº 2650	Manuel José da Silva Campos e Maria Rosália da Silva	
José Maria de Matos, cº	40	Sabia escrever Alfaiate	26-04-1910 Pará nº 2237	Manuel Joaquim Valentim e Maria Rosa	
Leonardo António Pardo	26	Sabia escrever Pescador	25-10-1910 Pará nº 682	Manuel José Pardo e Ana Caetana	
Luís Pedro Rodrigues de Oliveira	20	Sabia escrever Alfaiate	15-12-1910 Pará nº 1425	Manuel José Rodrigues de Oliveira e Apolónia Maria	
Manuel Augusto Rebelo dos Santos	13	Sabia escrever SP	26-04-1910 Pará nº 2235	Sebastião José Rebelo e Rosália Glória Fernandes	
Manuel Bernardo Fernandes	32	Sabia escrever Pescador	12-12-1910 Pará nº 1399	Gonçalo Fernandes Rendeiro e Maria de Jesus	
Manuel José da Silva Jorge cº	25	Sabia escrever Pescador	06-09-1910 Pará nº 38	Bernardo José Jorge e Antónia Fernandes Ruela	
Manuel José de Oliveira	36	NSE Lavrador	17-05-1910 Pará nº 2351	Manuel José de Oliveira e Maria Luísa Guedes	
Manuel Lourenço da Silva Maia	25	Sabia escrever Lavrador	28-12-1910 Pará nº 1574	Manuel João da Silva Maia e Maria Preciosa	
Manuel Maria Martins, cº	22	NSE Moliceiro	07-10-1910 Pará nº 413	António Maria Martins e Maria Marcelina	

PARDILHÓ

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
Ana Joaquina Baptista c ^a	27	Sabia escrever	19-07-1910 Manaus nº 191		Foi com seu marido António Joaquim V. de Almeida
António Joaquim Valente de Almeida c ^o	27	Sabia escrever Empregado no comércio	19-07-1910 Manaus nº 191	António Joaquim Valente de Almeida e Joana de Assumpção de Matos Garrido	Lava sua esposa Ana Joaquina Baptista. Residiam na Murtosa
António Maria de Matos, c ^o	29	NSE Mercantel	02-09-1910 Pará nº 4	Manuel de Matos e Joana Maria da Silva	Residia na Murtosa
José Tavares	23	NSE Moliceiro	03-12-1910 Pará nº 1292	Bernardo Maria Tavares e Maria da Silva Valente	
Julião António da Silva Valente, c ^o	42	NSE Jornaleiro	17-11-1910 Pará nº 1045	José da Silva Valente	
Manuel Valente de Almeida, c ^o	28	Sabia escrever Empregado do comércio	12-12-1910 Pará nº 1400	José da Fonseca e Maria Albina Valente de Almeida	

SALREU

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
Inocência de Jesus de Oliveira c ^a	18	NSE Jornaleira	19-05-1910 Rio de Janeiro nº 2368	Caetano Rodrigues Rendeiro e Margarida de Jesus	
João de Almeida	20	NSE Jornaleiro	19-05-1910 Rio de Janeiro nº 2369	José de Almeida e Ana de Jesus	
Joaquim da Silva	22	Sabia escrever Lavrador	07-11-1910 Rio Grande do Sul nº 858	Manuel da Silva e Maria do Rosário Marques	
Manuel Rebelo de Almeida	27	NSE Lavrador	03-12-1910 Pará nº 1291	Manuel Joaquim Rebelo de Almeida e Ana de Oliveira	

VEIROS

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
António José Antão da Silva	43	NSE Lavrador	27-12-1910 Pará nº 1563	João Agostinho Antão da Silva e Isabel Joaquina Antão	
António Luís Tavares da Silva cº	25	Sabia escrever Moliceiro	30-11-1910 Pará nº 1250	João Maria Tavares da Silva e Brandão e Josefa da Silva Garganta	
Francisco António Pereira	18	Sabia escrever Alfaiate	27-12-1910 Pará nº 1562	Manuel José Pereira e Maria Joaquina Nunes da Silva	
Gonçalo Maria de Oliveira cº	36	Sabia escrever Lavrador	27-12-1910 Pará nº 1561	Manuel Joaquim de Oliveira e Ana Antónia da Silva	
Joaquim da Silva Garganta cº	60	Sabia escrever Proprietário	19-11-1910 Pará nº 1059	Manuel Joaquim da Silva e Ana Joaquina Garganta	Residia em Albergaria
Manuel Joaquim de Oliveira cº	31	NSE Lavrador	10-12-1910 Pará nº 1391	João Caetano de Oliveira e Ana Augusta Marques	

O MERCADO ANTIGO DE ESTARREJA 30 ANOS A RECREAR A NOSSA HISTÓRIA

Isabel Simões Pinto*

A Dr.^a Rosa Maria Rodrigues desafiou-me a escrever neste capítulo das “Saudades”, no ano em que celebramos 30 anos da Recriação do Mercado Antigo de Estarreja. O desafio é grande e a responsabilidade ainda maior. Não sou escritora, muito menos investigadora da história local. Mas aceitei-o com muita honra e na condição de escrever essencialmente com o coração e com a emoção de avivar memórias de um dos momentos culturais mais marcantes do Concelho de Estarreja.

Ao longo da minha vida, fui desenvolvendo o gosto e o interesse pela etnografia e pelo folclore por nos permitirem revelar os costumes, as crenças e as tradições de uma sociedade, que são transmitidas de geração em geração e, assim, garantida a continuidade de uma determinada cultura e a compreensão do que define a identidade cultural de um povo. Conhecer o passado, para compreender o presente e perspetivar o futuro é essencial!

30 anos de memórias e *estórias* de um povo que merecem ser relembrados e registados na Revista Terras de Antuã.

A pandemia surpreendeu-nos a todos, tirou-nos muito do que passámos a valorizar por sentirmos falta e obrigou-nos a mudar as nossas vivências, as nossas rotinas e formas de estar uns com os outros. Já todos sentimos verdadeiramente saudades do bulício do “nosso Mercado Antigo”, onde, devotamente, envergamos os trajes à moda antiga, percorremos os vários pontos de venda espalhados pela Praça Francisco Barbosa, brindamos com os amigos e comemos uns bons petiscos em alegre e saudável convívio, rasgado, de onde em onde, pelo som dos mais tradicionais pregões. E assim se vão recordando bons tempos do passado e vivendo as emoções do presente...

MERCADO EM ESTARREJA, AS SUAS ORIGENS

Não podemos falar da recriação do Mercado Antigo, sem antes conhecermos as origens do Mercado em Estarreja, que vem sendo realizado desde longa data. Com mais de dois séculos de história, o Mercado de Estarreja sempre assumiu um papel de grande relevância na dinâmica da economia local.

* Vereadora da Cultura e Eventos da Câmara Municipal de Estarreja

A primeira alusão à criação do Mercado, que se conhece, é datada de 27 de abril, do ano de 1812, num documento de D. João VI enviado à Abadessa do Convento de Arouca, que se transcreve:

“Dom João VI, faço saber que a Dona Abadeça e mais Religiosas do Real Mosteiro de Arouca Senhoras Donatárias do Concelho de Estarreja, Comarca de Aveiro, me representaram per sua petição que estabelecendo-se há anos hum mercado todos os domingos de manhã na Praça da dita Villa, introduzido pela necessidade dos mesmos povos, se achava que as justiças da mesma vila prohibiam humas veses a venda de cousas que não fossem comestíveis outras veses consentiam outros géneros de cuja prohibição e irregularidade prejudicava, as veses vendiam fazenda para obrigarem a umas facturas para levaram fructos e comestíveis; Com isto prejudicava não só aos povos daquele concelho mas aos circunvizinhos, principalmente nestes tempos, pelo que me suplicavam a graça de lhes conceder procuração pera Firmeza do dito Mercado intruduzido todos os domingos de manhã na Praça da dita Vila de Estarreja e liberdade de venda de toda a qualidade de géneros.”

27 abril de 1812

Este documento, de D. João VI à Abadessa do Convento de Arouca, determina a criação do Mercado de Estarreja aos domingos de manhã, na Praça da Vila de Estarreja, com liberdade de venda de toda a qualidade de géneros. Aí se reuniam vendedores de todo o concelho e dos concelhos vizinhos.

Em 1878, no código de posturas da Câmara Municipal, verifica-se que o Mercado continua a realizar-se ao Domingo.

No início do Séc. XX, o “Mercado da Praça” de Estarreja continuava a ser aos domingos, e estendia-se desde a Praça Vasco da Gama, (atual Praça Francisco Barbosa), à Avenida Visconde de Salreu e à atual Rua Desembargador Correia Teles.

Em 1911, um Edital da Câmara Municipal de Estarreja determina que o Mercado passa a ser bissemanal.

O primeiro projeto de construção do Mercado Municipal data de 1943, desenhado para a atual Praça Francisco Barbosa, mas nunca chegou a ser executado, por ser uma obra de dimensão demasiado ambiciosa.

Em 1954, a imprensa local noticiava que o mercado passava a fazer-se às terças-feiras e aos sábados, dias que se mantiveram até hoje.

A 14 de junho de 1964, o Secretário de Estado das Obras Públicas, Amaro da Costa, inaugurava o Mercado Municipal de Estarreja, local onde ainda hoje se realiza, depois de vários momentos de obras de reabilitação.



ARQUIVO MUNICIPAL DE ESTARREJA



ARQUIVO MUNICIPAL DE ESTARREJA

Inauguração do Mercado Municipal, com o Governador Civil de Aveiro, Dr. Manuel dos Santos Lousada, em 1964.



ARQUIVO MUNICIPAL DE ESTARREJA



ARQUIVO MUNICIPAL DE ESTARREJA



ARQUIVO MUNICIPAL DE ESTARREJA



ARQUIVO MUNICIPAL DE ESTARREJA



ARQUIVO MUNICIPAL DE ESTARREJA



ARQUIVO MUNICIPAL DE ESTARREJA



ARQUIVO MUNICIPAL DE ESTARREJA



ARQUIVO MUNICIPAL DE ESTARREJA

Imagens da inauguração do Mercado Municipal em 1964.

A última intervenção ocorreu no âmbito de uma profunda intervenção de reabilitação urbana, que incluiu a beneficiação da Avenida 25 de Abril, a remodelação integral do mercado coberto, dedicado ao comércio de frescos tradicional, e do espaço feira, dedicado ao mercado descoberto.

A inauguração, após estas obras, ocorreu no dia 25 de novembro de 2017.



Imagens da inauguração do Mercado Municipal em 2017.

MERCADO ANTIGO, O INÍCIO DA RECRIAÇÃO

Ao longo destes 30 anos, a recriação do Mercado Antigo esteve sempre associada ao programa comemorativo do dia de Santo António, padroeiro de Estarreja, e feriado municipal, determinado por deliberação de Câmara de 21 de dezembro de 1977.

*Feriado Municipal : - Pela função de uma
pergunta formulada por seu Sindicato, o qual solicitava mida-
ção do dia de feriado municipal, a Câmara, após al-
guma discussão entre os seus membros, determinou,
por unanimidade, pôr à Assembleia Municipal, que a fixação desse
dia recainse no dia de Santo António, Padroeiro da Ilha.*

Excerto da ata da reunião de Câmara

Importa relembrar que, ao longo da nossa história local, o feriado municipal não foi sempre no dia de Santo António, foi celebrado noutras datas, nomeadamente:

02 janeiro de 1942

A Câmara Municipal toma conhecimento de um ofício de «*Sua Excelência Reverendíssima o Arcebispo-Bispo de Aveiro, sob o N°203, congratulando-se com esta Câmara e agradecendo o ter sido escolhido como feriado municipal o dia oito de Dezembro, consagrado à padroeira da nossa Pátria, tão profundamente ligada à crença católica, (...).*

27 março de 1952

A Câmara Municipal delibera solicitar «*(...) ao Excelentíssimo Ministro do Interior, pedindo que, (...) seja decretado o dia quinze de Novembro para feriado deste concelho, por esse dia coincidir com igual dia do ano de mil quinhentos e desanove, (...) data em que foi concedido o foral do concelho de Estarreja pelo monarca Manuel primeiro.*

A primeira recriação do mercado antigo acontece em 1991, pela mão da então Presidente de Câmara, Maria de Lurdes Breu, integrada no programa da II Semana Cultural do Moliceiro. Na sua edição de 1 de fevereiro de 1991, o Jornal “O Concelho de Estarreja” dava nota desta realização:

“Conhecer, reviver e vivificar a Cultura de cada Região é inequivocamente o primeiro passo para o conhecimento das nossas raízes e daquilo que faz parte da História de povo que se construiu no tempo.

Para fazer justiça a esta premissa, vai a Câmara Municipal de Estarreja, através da sua Divisão de Ação Social e Cultural, realizar a “II Semana Cultural do Moliceiro”, de 8 a 16 de junho. De entre as acções a realizar, vai tentar-se fazer uma réplica encenada do “Mercado Antigo de Estarreja”.

E na mesma notícia, era também explicado como a Câmara Municipal pretendia concretizar esta ideia:

“Deseja a Câmara, com esta iniciativa, fazer reviver e dar a conhecer aos mais novos o que foi o mercado de Estarreja em tempos idos. Para tanto, foi organizado um grupo de trabalho integrado, de pessoas e entidades que, de uma forma ou outra, poderão dar achegas e contributos válidos para criar no terreno um panorama que constitua uma imagem, o mais fiel possível do que foi a “Praça” de Estarreja, que tinha lugar aos domingos e quintas-feiras. Para dar mais alma a esta revivência do passado, o mercado será enriquecido com alguns quadros típicos do antigamente, tais como: “Banha da cobra”, “Fotógrafo á la minuta”, “O ceguinho cantando a desgraça”, “Jogo de dados”, “Carros de bois chiando”.

Jornal “O concelho de Estarreja”, 1 fevereiro de 1991

Do desejo à concretização, o sucesso desta iniciativa foi tamanho que, ao longo dos anos, esta tradição foi-se consolidando, inicialmente na Semana Cultural do Moliceiro, depois nas Festas de Santo António e do Concelho de Estarreja, sendo sempre, e até aos dias de hoje, um dos momentos altos da programação das, agora e desde 2005, Festas de Santo António, da Cidade e do Município.

Num espaço decorado com rigor e minúcia, a recriação histórica é vivenciada nos trajes, gestos, utensílios, práticas e rotinas do passado, através de encenações e quadros vivos, que nos permitem uma viagem no tempo para recordar o modo de vida dos Estarrejenses no século passado.

De forte pendor associativo, para além dos mercadores que acorrem em grande número, encontrando-se referências, nos jornais locais, na ordem dos 70 a 80 pontos de venda, as associações e coletividades do concelho mobilizam-se em força, mostrando o bom bairrismo, e com brio e orgulho retratam e ilustram o “Mercado da Praça” com ofícios, usos e costumes dos nossos antepassados.

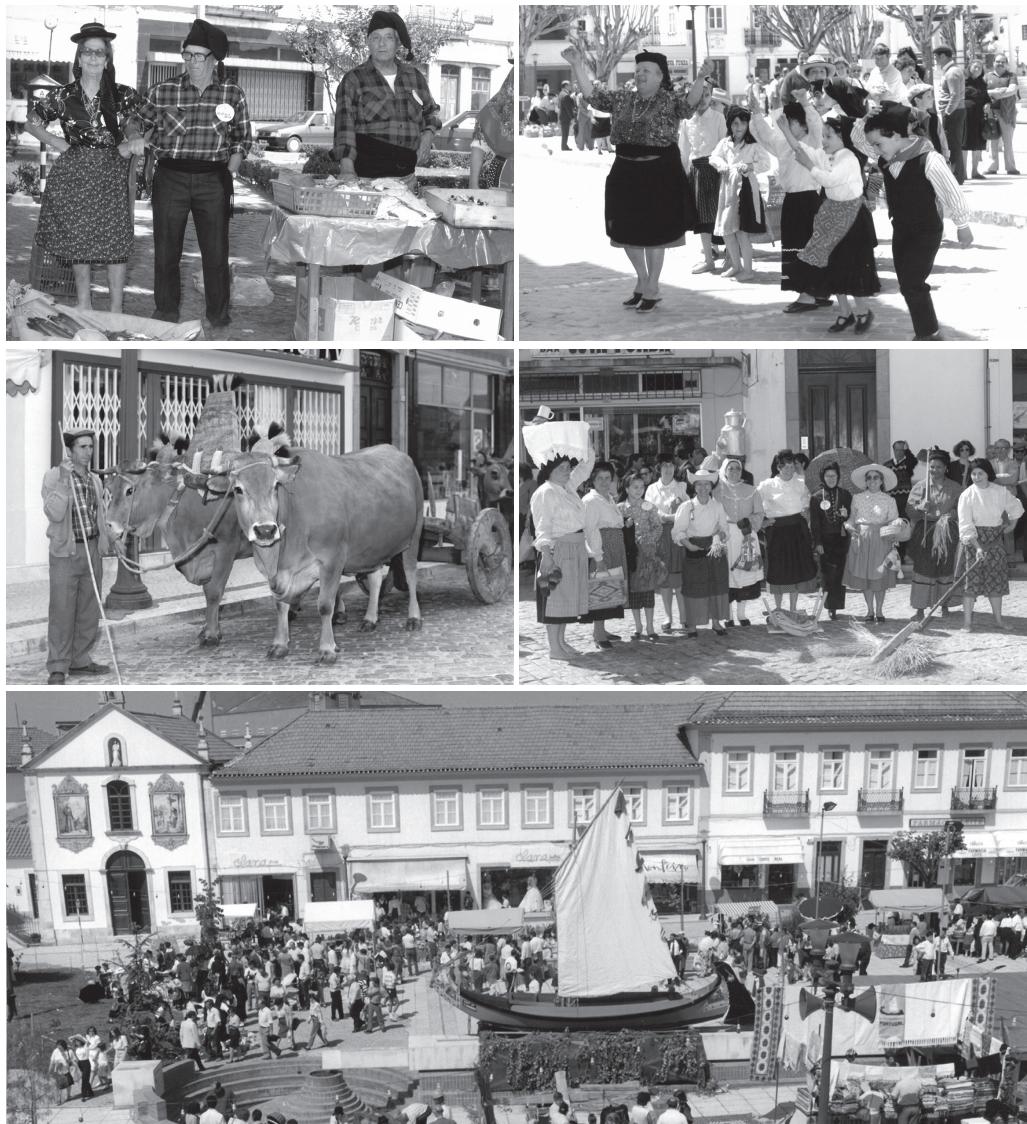
Recuando mais de 100 anos no tempo, os feirantes vestidos a rigor expõem, no chão ou nas barraquinhas, o que de melhor os seus antepassados levavam ao mercado: a criação, os produtos do campo e das hortas, a fruta, o manjerico, as azeitonas, os tremoços, os rojões confeccionados no local, o peixe frito na hora, o presunto, a chouriça, o pão, a broa, a regueifa, os doces caseiros, o vinho e muitos outros petiscos que animam e dão um novo colorido à Praça.

Os cestos de vime, as passadeiras urdidas no velho tear, as esteiras de bunho colhido nas zonas lagunares do nosso concelho, as peças de latão e de olaria, mostram a arte dos artesãos que trabalham ao vivo nos ofícios que eram a forma de vida e sustento dos nossos antepassados, avivando memórias das gentes de hoje.

Todo este cenário se completa com o desfile etnográfico, rematando o quadro vivo com encenações dos tempos de outrora, a que não faltam as figuras marcantes da nossa terra,

como a Maria Barbuda, Marques Sardinha ou Quim Anão. Leiteiras, peixeiras, amoladores, carteiros, lenhadores, o quadro da apanha do moliço, da romaria ao S. Paio, da novena, das brincadeiras com o peão e outros jogos da meninice dos nossos avós, do casamento, dos cortejos e outros, retratam as nossas tradições, ao som de pregões e outras cantilena, numa viagem no tempo onde todos “entram” com grande regozijo.

Desde a sua primeira edição, a recriação do Mercado Antigo é uma manifestação cultural de referência, com a autenticidade das nossas gentes, que atrai muitos visitantes, para apreciar todas estas vivências, seja para comprar ou apenas para conviver com velhos amigos, saboreando os belos petiscos na taberna típica, típicos da gastronomia destas terras marinhoas.





Recriação do Mercado Antigo, ao longo dos tempos.

Da leitura da imprensa local, ao longo destas 30 edições do Mercado Antigo, percebe-se que, mais na primeira década do Século XXI, houve edições que tiveram menor participação, ficando bem patente a preocupação de que “(...) *A mobilização de outras actividades precisam ser reanimadas, de forma a que se mantenham, numa demonstração permanente das nossas vivências. Particularmente, o mercado Antigo e o desfile etnográfico precisam de ter mais participação (...)*”.

É natural que, em 30 anos de história, haja momentos de maior entusiasmo, envolvimento e participação, que noutras. Por isso, é essencial estarmos atentos a estes sinais, encontrando formas de incentivar e dar novo alento a todos aqueles que dão vida ao nosso velho “Mercado da Praça”.

Contudo, não restam dúvidas do muito entusiasmo, alegria e entrega emotiva de todos os participantes nesta recriação histórica, seja na forma como trajam, seja na encenação apresentada ou no posto de venda, tudo devidamente preparado e organizado com materiais da época e com a alma de quem se entrega às vivências do dia-a-dia dos seus antepassados.

Esta entrega, de alma e coração, desde 1992, 2.ª edição do Mercado Antigo, é coroada pela atribuição de três galardões (Melhor Traje; Melhor Posto de Venda; Melhor Encenação), como forma de reconhecimento pelo empenho colocado nestes três itens e de incentivo à superação de ano para ano.



O guarda da GNR, fielmente reproduzido por Alfredo Azevedo, conquistou o Melhor Traje em 2016



Melhor Espaço de Venda atribuído ao Centro Paroquial e Social de Santa Marinha de Avanca em 2016



“Namorar à janela” foi a Melhor Encenação pelo Rancho Folclórico “As Tricaninhas do Antuã” em 2016

MERCADO ANTIGO, MOMENTOS

Sem nunca perder a sua matriz identitária, ao longo destes 30 anos, esta viagem no tempo foi registando desenvolvimentos na configuração do espaço e na forma de envolvimento da comunidade, que vão sempre no sentido da qualificação do evento. Fórmulas que acentuam a preocupação com a valorização do nosso património imaterial e contribuem para a sua salvaguarda, zelando por uma recriação do “Mercado da Praça” com rigor e com significado para todos os Estarrejenses e para quem nos visita.

Referir-me-ei apenas a alguns momentos, de um passado mais recente e marcado pela pandemia, que, num apelo à participação e união de todos os agentes locais, e à comunidade em geral, pretendem promover a etnografia local, fomentar a partilha intergeracional e potenciar o turismo e o comércio local.

Em 2016, a Recriação do Mercado Antigo passou a contar com dois dias de celebração, promovendo esta mostra de tradições como fator de maior atratividade ao território, fomentando uma maior dinâmica cultural, social e económica.

Em 2018, iniciou-se um projeto de mediação cultural intitulado de “*Viagem às Tradições*”, por se verificarem alguns sinais de falta de rigor por parte de alguns participantes, que era essencial colmatar, para que continuasse a haver autenticidade na recriação dos tempos do Mercado Antigo. Foi, assim, que, num convite geral à população, iniciou-se esta viagem no tempo que permitisse conhecer melhor as nossas raízes, as tradições, os costumes, os trajes e os ofícios do passado, em particular dos finais do Séc. XIX e início do Sec. XX. Esta “*Viagem às Tradições*” foi conduzida pelos Ranchos Folclóricos e Grupos Etnográficos do Concelho, que aceitaram o desafio e, nas semanas que antecedem a realização do Mercado Antigo, abriram as suas portas para uma viagem no tempo, num mostruário de trajes, partilhas de histórias, usos e memórias locais.





Viagem às Tradições

Mas a viagem continua... e em 2019 fomos nós a ser desafiados a recuar no tempo e recriar vivências dessa época, que viriam a ser registadas pela lente de Abel Cunha.

Entrámos em casas que nos remetem para as memórias mais longínquas, junto à lareira com os avós, fomos para os campos, para o rio, para os montes, para as igrejas... Os figurantes trajavam a rigor e experimentavam a dureza do trabalho dos nossos antepassados, mas também o alegre convívio, as brincadeiras, ou mesmo as travessuras dum namorico envergonhado.

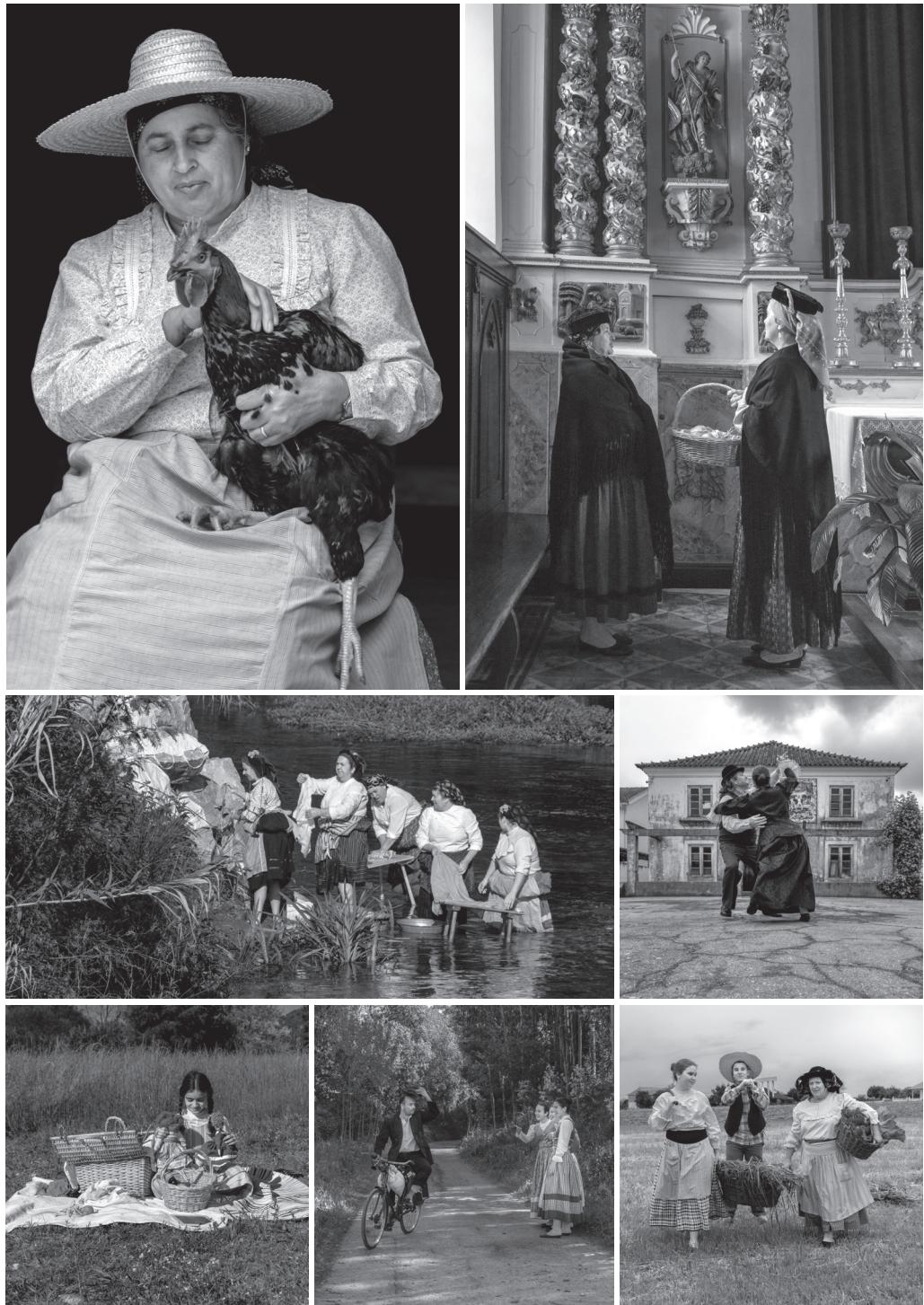
Foi mais de um mês de trabalho intenso, com muito entusiasmo, que resultou numa exposição fotográfica de Abel Cunha: "Recriações". Esta exposição ativou as emoções de muitas memórias de muitos estarrejenses, levando-os a reviver todos os detalhes presentes naqueles momentos.



Inauguração da exposição "Recriações", com Abel Cunha.



“Recriações”



“Recriações”

Em 2020, a pandemia provocada pela COVID-19, levou-nos a viver cenários que nunca imaginámos e fomos obrigados a recolher às nossas casas, vendo-nos privados da partilha e do convívio entre amigos e familiares. Neste tempo excepcional, era fundamental encontrar uma forma de reviver as memórias das Festas de Santo António, da Cidade e do Município de Estarreja e, em particular, da Recriação do Mercado Antigo, memórias que constroem a nossa herança cultural e que estão no coração de todos os Estarrejenses.

Como reinventar o que vinha sendo feito há 28 anos, em alegre e saudável convívio na nossa Praça?... era importante encontrar um modelo que, necessariamente diferente do que estávamos habituados a viver, pudesse trespassar as paredes que separavam as pessoas e gerar emoções e recordações do passado.

E desafiámos todos os Estarrejenses a trajar à moda antiga e colocar-se à janela, deixando-se fotografar para memória futura. *“Fotos à Janela”*, num cenário inesperado e histórico, permitiu reviver e preservar a inestimável herança cultural, mantendo vivas as nossas raízes, levando-nos de volta a um mundo que já foi nosso. Os retratos possibilitaram alcançar um momento de união das gentes da nossa terra que, não esquecendo o passado, tiveram a capacidade, ainda que da janela, de olhar o futuro, retratando o momento inesperado que vivíamos.

Com uma adesão que ultrapassou todas as expectativas, os retratos foram tirados por amantes da arte de fotografar da nossa terra: Abel Cunha, Camilo Rego e Carlos Marques, e mesmo em tempos de pandemia, assinalámos o Mercado Antigo em 2020 de forma artística e muito emotiva.



Fotografia vencedora da edição de 2020 das “Fotos à Janela”



“Fotos à Janela” em 2020

Em 2021, ano em que a Recriação do Mercado Antigo seria realizada pela 30.º vez e a festa prometia ser bem assinalada, o vírus que mudou as nossas vidas e condicionou as nossas ações continuava ativo. Não era possível preparar tudo ao pormenor, como toda a comunidade tão bem o sabia fazer, invadindo a Praça Francisco Barbosa e todo o centro da Cidade, com os usos e costumes de antigamente. Mas, mesmo que de forma diferente, era possível celebrar e enaltecer a nossa herança cultural e as nossas tradições.

Engalanámos os Paços do Concelho, a Biblioteca Municipal, a Praça Francisco Barbosa, a Avenida Visconde de Salreu com fotografias, documentos e objetos que nos remeteram para memórias de tempos mais longínquos, mas também para um passado mais recente, de três décadas a recriar a nossa história e as nossas tradições, e de dias felizes passados nas Festas de Santo António, da Cidade e do Município. Foi a Exposição *“Mercado Antigo: 30 Anos a Recriar a Nossa História”*.

E não faltaram os “quadros vivos” com a brilhante participação de todos os Ranchos Folclóricos e Grupos Etnográficos, que nos contaram histórias das Colheitas de S. Miguel, o S. Miguel Arcanjo, padroeiro de Fermelã e das colheitas do milho, do trigo, das cebolas e dos alhos. (Rancho Folclórico “As Tricaninhas de S. Miguel de Fermelã”); dos Serões à moda antiga, onde se continuava o trabalho, as brincadeiras e até se arranjavam namoricos. (Grupo Folclórico e Etnográfico de Veiros); dos engraxadores de sapatos, fazendo os preparativos para ir ao mercado ou à missa ao domingo (Rancho Folclórico as Tricaninhas do Antuã); e das vendas no mercado da Praça, com belos pregões e cantigas ao desafio (Grupo Etnográfico Danças D’Aldeia de Pardilhó).



Fotografias vencedoras da edição de 2021 das “Fotos à Janela”



“Fotos à Janela” em 2021



“Quadros Vivos” em 2021



Dois anos muito diferentes, mas que deram continuidade à viagem no tempo e do tempo, perfazendo 30 anos de história e de *estórias*. As memórias, a herança cultural e as tradições são a identidade que nos define no tempo e no espaço e nos afirma como gente de trabalho, ligada à terra, às artes e aos ofícios que davam o sustento à família, e gente empreendedora que arriscou ir além-fronteiras à procura de melhor para os seus.

Não tenho dúvidas de que a viagem no tempo e do tempo vai continuar, honrando cada vez mais os nossos antepassados e fortalecendo este momento da recriação do Mercado Antigo como uma expressão cultural de referência, que afirma a nossa identidade e a nossa história local e potencia a atividade económica local e a atratividade turística do nosso território.

Um bem-haja a todos os que, ao longo destes 30 anos, deram o seu contributo, nas mais variadas formas, para este momento único e autêntico da ação cultural do município de Estarreja. Um legado que, inegavelmente, será continuado no tempo pelas gentes do presente e, seguramente, pelas gentes do futuro!



TERRAS DE ANTUÃ
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA
Nº1 ANO I 2007

[N.º1 | Ano I | 2007] SUMÁRIO: HOJE, POR ONTEM, PARA AMANHÃ, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: EM SALREU, A “CASA DO SANTO” OU “A CASA DO FERRAZ”, *Amaro Neves*; O PATRIMÓNIO NAVAL NA FREGUESIA DE PARDILHÓ, *Andreia Vidal Leite*; CARTOFILIA ESTARREJENSE - A 1.ª metade do século XX, *António Augusto Silva*; DIVAGAÇÕES A PROPÓSITO DE UM VELHO RETRATO - Rostos da Fontinha, *António Pedro de Sotomayor*; MOINHOS E MOLEIROS DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Armando Carvalho Ferreira*; A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA CAPELA DE SANTO AMARO, *Beduído* - Estarreja, *Carlos A. Brochado de Almeida* e *Pedro Brochado de Almeida*; OS REGEDORES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Delfim Bismarck Ferreira*; UMA FAMÍLIA DE ESTARREJA - Notas genealógicas sobre o ramo materno da família de D. Frei Caetano Brandão, Bispo do Pará e Arcebispo Primaz de Braga, *Francisco M. Ponces de Serpa Brandão*; HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO NO CONCELHO DE ESTARREJA, *Marco Pereira*; O COUTO DE ANTUÃ E AVANCA NO FINAL DA IDADE MÉDIA - O impacto da crise dos séculos XIV e XV segundo três cartas de sentença, *Rafael Marques Vigário*; A IMPORTÂNCIA DA REDE VIÁRIA NA ESTRUTURAÇÃO DA DIOCESE VISIGÓTICA DE COIMBRA: *Antuane* como uma das suas paróquias, *Sónia Filipe*; SAUDADES.



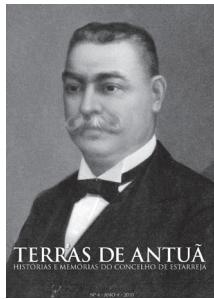
TERRAS DE ANTUÃ
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA
Nº2 ANO II 2008

[N.º2 | Ano II | 2008] SUMÁRIO: COMO É RICA A NOSSA HISTÓRIA, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: O BISPO DE COCHIM - Alguns apontamentos para o seu conhecimento, *António Augusto Silva*; LEITURA DE FEIRA E NÃO SÓ, *António de Pinho Nunes*; ESTARREJA NA IDADE MÉDIA - Documentação dos séculos X a XIII, *Delfim Bismarck Ferreira*; O LIVRO DE EXCOMUNIGADOS E LEMBRANÇAS DA IGREJA DE SÃO MIGUEL DE FERMELÃ, *Hugo Calão*; OS MEUS ANTEPASSADOS DE ESTARREJA, *José Manuel Nunes Liberato*; O ASSOCIATIVISMO AGRÁRIO NA SUB-REGIÃO DE AVEIRO (1854-1923) - Contributo para o seu estudo, *Manuel Ferreira Rodrigues*; MONARQUIA DO NORTE [ou Trautália] - Ocupação monárquica de Estarreja (24.1.1919-11.21919), *Marco Pereira*; O ESTÁBULO DA IGREJA PAROQUIAL DE BEDUÍDO, *Maria Clara Paiva Vide Marques*; LIVROS PAROQUIAIS DE AVANCA - Uma fonte por explorar, *Maria Palmira da Silva Gomes*; BANDA BINGRE CANELENSE: PELA MÚSICA HÁ 140 ANOS, *Teresa Bagão*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES ENTRE OS ANOS DE 1900 E 1905, *Valter Santos*; SAUDADES, ADENDAS E CORRECÇÕES: Novos Subsídios para a História da Capela de Santo António, *Marco Pereira*.



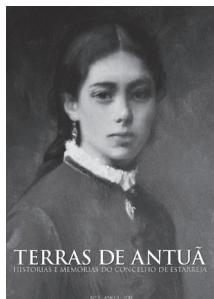
TERRAS DE ANTUÃ
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA
Nº3 ANO III 2009

[N.º3 | Ano III | 2009] SUMÁRIO: A AVANTURA CONINUA, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: JORNais E JORNALISTAS NA TERRA DA MADEIRA ATÉ 1925, *António Augusto Silva*; A CONSTRUÇÃO NAVAL NO NORTE DA RIA DE AVEIRO: DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CONCELHO DE ESTARREJA AO BICO DA MURTOSA, *António Vitor N. de Carvalho*; CASA DOS MORGADOS DE SANTO ANTÓNIO DA PRAÇA, EM ESTARREJA, *Delfim Bismarck Ferreira*; A CHEGADA DA ENERGIA ELÉCTRICA AO CONCELHO DE ESTARREJA: 1925-1930 - BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS, *Diana Cunha & Susana Temido Silva*; EPISÓDIO DA VIDA PLOÍTICA DE HÁ CEM ANOS, *José Augusta Tavares Gуро e Cirne*; INVASÕES FRANCESAS NOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira*; AS CONVERSAS COM A TIA ROSA, *Margarida Castro*; RETÁBULO DA CAPELA DE SANTA BÁRBARA EM BEDUÍDO, *Maria Clara Paiva Vide Marques*; MANUEL FIRMINO D’ALMEIDA MAIA (1824-1897), *Maria Manuel de Vilhena Barbosa*; EGAS MONIZ - O PRÉMIO NOBEL, *Rosa Maria Rodrigues*; FAMILIARES DO SANTO OFÍCIO RELACIONADOS COM ESTARREJA, *Teresa Cruz Tubby*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES ENTRE OS ANOS DE 1882 E 1887, *Valter Santos*; SAUDADES.



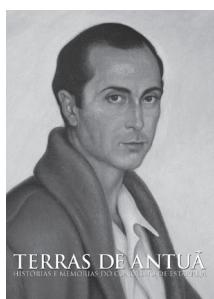
TERRAS DE ANTUÃ
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA

[N.º4 | Ano IV | 2010] SUMÁRIO: CEM ANOS DA REPÚBLICA E MAIS DE MONARQUIA, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: ALBERTO FERREIRA VIDAL - Notável Estarrejense, *António Augusto Silva*; EGAS MONIZ, das origens telúricas à celebração internacional, *António Macieira Coelho*; “MULTIPLICAR OS PEIXES E POUPÁ-LOS QUANDO SE REPRODUZEM...” - O debate parlamentar de um filho de Estarreja, *António Pedro de Sottomayor*; O “RESTAURU” DA BANDEIRA DA MONARQUIA - Tratamento de Conservação e Restauro da bandeira da Câmara Municipal de Estarreja, *Eva Armindo*; OS INVENTÁRIOS DAS IGREJAS E CAPELAS DAS PARÓQUIAS DOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA, *Hugo Calão*; OS ÚLTIMOS TEMPOS DA MONARQUIA E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, com as suas consequências em Estarreja, de acordo com as memórias de Francisco de Moura Coutinho de Almeida d’Eça, *Luís Augusto Eça de Matos*; NOTAS PARA A HISTÓRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO DISTRITO DE AVEIRO: Alberto Souto, administrador do concelho de Estarreja, *Luís Souto de Miranda*; DA COBERTURA DE COLMO À TELHA DE FONTELA, *Marco Pereira*; SÃO MIGUEL ARCANJO - PADROEIRO DE FERMELÃ, *Maria Clara Paiva Vide Marques*; OS CAMINHOS DA CIRES - o seu 50.º aniversário, *Maria Elvira Callapez*; DOMINGOS JOAQUIM DA SILVA, Visconde de Salreu (1854-1936) - Parte I, *Maria de Jesus Sousa de Oliveira e Silva*; INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURU DA PEDRA DE ARMAS DO BISPO DE COCHIM, *Patrícia Mestre Marques de Carvalho*; RECUPERAÇÃO DOS MOINHOS DE MEIAS - Quinta do Marinheiro, Casa-Museu Egas Moniz, *Ricardo Matos, Luís Loureiro e Nuno Matos*; AVANCA - DOS ÚLTIMOS ANOS DA MONARQUIA ATÉ À IMPLEMENTAÇÃO DA REPÚBLICA, *Telma Marília Assunção Correia*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES (1888-1892), *Valter Santos*; SAUDADES, ADENDAS E RECTIFICAÇÕES.



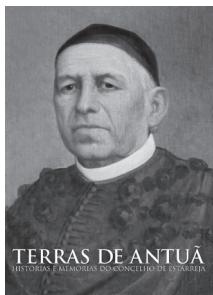
TERRAS DE ANTUÃ
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA

[N.º5 | Ano V | 2011] SUMÁRIO: NÃO REFORMAMOS A HISTÓRIA!, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: A SAGA DO NAVIO MARIA DAS FLORES, O Lugre Maria das Flores - o bota-abixo, *Ana Maria Lopes*; CAETANO FERREIRA - Notável Estarrejense, jornalista errante e viajante, *António Augusto Silva*; PASSADO PATRIMÓNIO E FUTURO - Primeiros elementos para uma carta arqueológica do concelho de Estarreja, *António Manuel S. P. Silva & Gabriel Rocha Pereira*; CASA DO OUTEIRO DE PAREDES EM AVANCA, *Delfim Bismarck Ferreira e Maria Palmira da Silva Gomes*; A ARQUEOLOGIA NA REDE PRIMÁRIA DE TRANSPORTE DE GÁS: A passagem pelo distrito de Aveiro, *João Muralha*; O FUNDADOR DE ESTARREJA, *Joaquim Lagoeiro*; ORIGEM DA CASA DO COUTO, SALREU, ESTARREJA, *Jorge Barbosa Montenegro*; CONSELHEIRO FRANCISCO LOURENÇO DE ALMEIDA - Participante na transição da Monarquia Absoluta para a Monarquia Liberal, na primeira metade do século XIX, *Marco Pereira*; OS VALENTES DE ALMEIDA DE PARDILHÓ, *Maria Helena Valente Pinto*; AS ELITES LOCAIS E SUA INFLUÊNCIA NOS FINS DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX - UM EXEMPLO: Domingos Joaquim da Silva, Visconde de Salreu (1854-1936) - Parte II, *Maria de Jesus Sousa de Oliveira e Silva*; AFORAMENTOS DE SANTO AMARO, TORREIRA E OUTROS (1780 a 1950) - PROCESSOS EM ARQUIVO, *Norvinda Leite*; O PAPEL DAS MULHERES NA VIDA DE EGAS MONIZ, *Rosa Maria Rodrigues*; OS CINERATROS NO DISTRITO DE AVEIRO - Materialização de um programa em Rodrigues Lima, *Susana Constantino*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES (1893-1894), *Valter Santos e Teresa Cruz*; SAUDADES; NOTAS SOLTAS: ORDENANÇAS E MILÍCIAS NO CONCELHO DE ESTARREJA (1866); ARQUITECTURA NA FEIRA DE SANTO AMARO; ADENDAS E RECTIFICAÇÕES

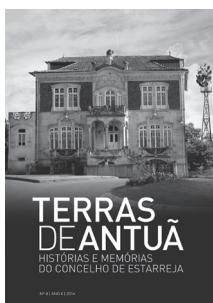


TERRAS DE ANTUÃ
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA

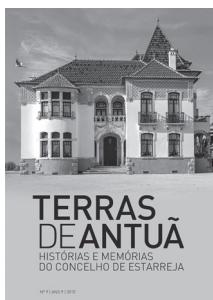
[N.º6 | Ano VI | 2012] SUMÁRIO: A IMPORTÂNCIA DO RITUAL, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: EMBARCAÇÕES TRADICIONAIS DE CANELAS, *Ana Maria Lopes*; Dr. TAVARES DA SILVA - Figura incontornável do Desporto Nacional do séc. XX, *António Augusto Silva*; O PATRIMÓNIO CINÉFILO DO CONCELHO DE ESTARREJA, *António Costa Valente*; O CASTRO DE SALREU (ESTARREJA): RESULTADOS DA PRIMEIRA CAMPANHA DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS, *António Manuel S. P. Silva, Gabriel R. Pereira & Paulo A. P. Lemos*; ANTÓNIO MOTA GODINHO MADUREIRA - Um esboço biográfico, *Delfim Bismarck Ferreira*; MIGRAÇÕES ARQUITECTÓNICAS - O popular e o histórico na hora de Francisco Farinhas, *Domingos Tavares*; O PATRIMÓNIO E O SEU PAPEL CULTURAL NO CONTEXTO LOCAL E REGIONAL, *José Mattoso*; FÁBRICAS DE LACTICÍNIOS NOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira*; SACRÁRIOS DAS IGREJAS PAROQUIAIS DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Maria Clara Vide Marques*; ESTARREJA - Sua origem como topónimo, *Maurício António Fernandes*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES (1895), *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos*; SAUDADES; NOTAS SOLTAS: ESTARREJA E AS SUAS ACTUAIS FREGUESIAS (1853); CONCELHO DE ESTARREJA (1875); ESTADO ACTUAL DA INDÚSTRIA CERÂMICA (1905); ESTARREJA (1912); ANTUÃ: Paróquia Sueva; 8 DIAS DE “LIBERDADE” ... CONDICIONADA; REVISTAS TERRAS DE ANTUÃ. [N.º7 | Ano VII | 2013] SUMÁRIO: EU SOU QUE SEI, *José Eduardo de Matos*, A HISTÓRIA VAI-SE FAZENDO, *Diamantino Sabina*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: HENRIQUE LAVOURA - construtor naval de nomeada, *Ana Maria Lucas*, CÓNEGO REBELO DOS ANJOS



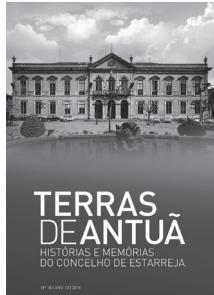
- Capelão de militares e Civis, *António Augusto Silva*, O CÓNEGO BARBOSA E O DOGMA DA IMACULADA CONCEIÇÃO, *António Pedro Sotto Mayor*, O VINCULO DA CASA DO COUTO EM SALREU (1755), *Delfim Bismarck Ferreira*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO - os Painéis dos Barcos Moliceiros, *José Gуро e Cirne*, INVENTÁRIO DO ESPÓLIO DE CONSTRUÇÃO NAVAL DO MESTRE HENRIQUE LAVOURA - PARDILHÓ, *Juliana Cunha*, REVOLTAS POPULARES EM ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira*, FRANCISCO MARQUES RODRIGUES, *Maria Almira de Oliveira Rodrigues Barata e Manuel Oliveira Rodrigues*, RETÁBULOS DA IGREJA DE SÃO BARTOLOMEU DE VEIROS, *Maria Clara Vide Marques* e *António Cruz Leandro*, OS ELEITOS DA CÂMARA DE ESTARREJA REFERÊNCIAS NAS ATAS DE 1860-1910, *Norvinda Leite*, NOTA SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE UMA PEÇA ARQUEOLÓGICA DE VALE CASTANHEIRO, SALREU, *Paulo Morgado*, MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO NAVAL, *Sérgio Paulo Silva*, A EMIGRAÇÃO NO CONCELHO DE ESTARREJA (1896), *Teresa Cruz e Valter Ramos*, SAUDADES, REVISTAS "TERRAS DE ANTUÃ"



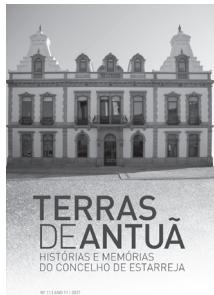
[N.º8 | Ano VIII | 2014] SUMÁRIO. VIAJE COMIGO POR TERRAS DE ANTUÃ, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, ARTIGOS: AS DESCOBERTAS DE EGAS MONIZ E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO, *Álvaro Macieira Coelho*, A CONSTRUÇÃO NAVAL LAGUNAR E A MUSEOLOGIA - Mestre Esteves - Pardilhó *Ana Maria Lopes*, OS 90 ANOS DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA, *Andreia Tavares*, PATRIMÓNIO MUSICAL DE ESTARREJA - Um contributo, *António Augusto Silva*, A FAMÍLIA BANDEIRA EM ESTARREJA E SALREU DESDE O SÉCULO XVIII, *Delfim Bismarck Ferreira*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO - Os Painéis dos Barcos Moliceiros, *José Gуро e Cirne*, CRÓNICAS DE UM PASSADO PRESENTE - Alguns apontamentos para o estudo geral deste Concelho de Estarreja, *José Teixeira Valente*, OS ACTUAIS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA NO SÉCULO XIII, *Marco Pereira*, PINTURAS DEVOCIONAIS DOS ALTARES- MORES DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Maria Clara Paiva Vide Marques* e *Sylvie Ferreira*, FRANCISCO AUGUSTO DA SILVA ROCHA E A CASA DE FRANCISCO MARIA SIMÕES - Um novo padrão de Beleza, *Maria João Fernandes*, OS ELEITOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA - REFERÊNCIAS NAS ATAS (CONT) - 1910-2013, *Norvinda Leite*, DEAMBULANDO PELAS RUIAS, *Sérgio Paulo Silva*, O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES - ANO DE 1897 TRILHOS DOS AMAZONAS, *Teresa Cruz e Valter Santos*, SAUDADES - OS 50 ANOS DO MERCADO MUNICIPAL DE ESTARREJA *João Alegria* REVISTAS "TERRAS DE ANTUÃ"



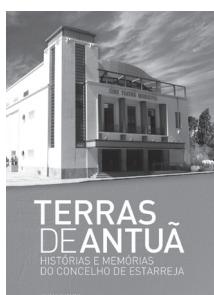
[N.º9 | Ano IX | 2015] SUMÁRIO, E VÃO NOVE, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, PINTORES DE EMBARCAÇÕES LAGUNARES, *Ana Maria Lopes*, 150 ANOS DEDICADOS À MÚSICA, OS EXECUTANTES DA BANDA BINGRE CANELENSE DESDE A SUA FUNDAÇÃO, *Ana Paula Almeida*, CARNAVAL DE ESTARREJA: DAS COMEMORAÇÕES POPULARES ÀS BATALHAS DAS FLORES, *Andreia Tavares*, DR. MANUEL FIGUEIREDO, MÉDICO DE LARGO SENTIDO HUMANO, *António Augusto Silva*, A OBRA RETABULAR DA IGREJA DE SÃO PEDRO DE PARDILHÓ, *António Cruz Leandro* e *Maria Clara de Paiva Vide Marques*, PATRIMÓNIO - LUGAR DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE, *Carla Ferreira*, O DESEMBRAGADOR DR. JOSÉ HOMEM CORRÊA TELES, *Delfim Bismarck Ferreira*, CONTRIBUTO PARA UM INVENTÁRIO HISTÓRICO DA COLETIVIDADE CONCELHIA "O CENTRO" - CENTRO RECREATIVO DE ESTARREJA CRE NA CELEBRAÇÃO DOS 105ºANIVERSÁRIO, *José Fernando Correia*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO. OS PAINÉIS DOS BARCOS MOLICEIROS, *José Gуро e Cirne*, A LEITURA PÚBLICA EM ESTARREJA, *Juliana Cunha*, PRIMEIRA REFERÊNCIA ESCRITA A SALREU (1076/1106), *Marco Pereira*, FRENTES LAGUNAR DE ESTARREJA E OS SEUS TESOUROS, *Norberto Monteiro*, JORNAL "O CONCELHO DE ESTARREJA" 1901-2014 DO SOTÃO PARA O MUNDO DIGITAL, *Norvinda Leite*, BANDA VISCONDE DE SALREU, 1 DE OUTUBRO DE 1925-1 DE OUTUBRO DE 2015 DO PASSADO AO PRESENTE UM SÓ CAMINHO, A MESMA ENTREGA À MÚSICA E À ARTE DE BEM FAZER, *Raquel Maria Rodrigues de Jesus*, SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESTARREJA 80 ANOS AO SERVIÇO DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Rosa de Fátima Figueiredo*, CASA MUSEU EGAS MONIZ - RECANTOS DO MARINHEIRO, *Rosa Maria Rodrigues*, ESCOLA SECUNDÁRIA DE ESTARREJA: UM PERCURSO COM MEIO SÉCULO, *Teresa Bagão*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ÁNO DE 1898, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos*, SAUDADES - CINE TEATRO DE ESTARREJA 65 ANOS DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS, *João Carlos Alegria*



[N.º10 | Ano X | 2016] A NOSSA CASA BRANCA, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, ROTA LAGUNARES, *Ana Maria Lopes*, CARNAVAL DE ESTARREJA:1930 A 1974, *Andreia Tavares*, RANCHO FOLCLÓRICO DE VEIROS - AS PRIMEIRAS DANÇAS: 1939-1947, *António Augusto Silva*, TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS EM 2016 NO CRASTO DE SALRE ESTARREJA - BREVE NOTÍCIA *António Manuel Silva, Gabriel R. Pereira, Paulo P. Lemos e Sara Almeida e Silva*, A PEDRA DE ARMAS DA CASA DA FONTINHA, EM BEDUÍDO, ESTARREJA, *Delfim Bismarck Ferreira*, CASAS COM TORRE, *Domingos Tavares*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO - OS PAINEIS DOS BARCOS MOLICEIROS *José Gуро e Cirne*, A BIBLIOTECA PRIVADA DE EGAS MONIZ - CASA DO MARINHEIRO EM AVANCA, *Juliana Cunha*, O VÍNCULO DA CAPELA DE S. SIMÃO DO BUNHEIRO NO CONCELHO DE ESTARREJA, DISTRITO DE AVEIRO, *Luis Miguel Palido Garcia Cardoso de Menezes*, PESOS E MEDIDAS NA HISTÓRIA DE ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira*, PINTURAS DE MILAGRES, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE ESPERANÇA E FÉ..., *Maria Clara de Paiva Vide Marques e António Cruz Leandro*, EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE ESTARREJA - UM PERCURSO PELAS FONTES DE 120 ANOS DE HISTÓRIA, *Norvinda Leite*, UM OUTRO OLHAR SOBRE O PATRIMÓNIO EDIFICADO DA ANTIGA FREGUESIA DE BEDUÍDO: A TERRA COMO FORMA DE CONSTRUÇÃO *Susana Temudo e Diana Cunha Santos* EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1899, *Teresa Cruz Tibby e Valter Santos* SAUDADES - NOS 20 ANOS DO FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DE AVANCA, *António Costa Valente e Rita Capucho*



[N.º11 | Ano XI | 2017] "ROSTO EDIFICADO", *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, CARLOS PINTO DE SOUSA - Um autodidacta do crescimento cultural, *António Augusto Silva*, UMA ALDEIA DE HÁ DOIS MIL ANOS UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO E A SUA INVESTIGAÇÃO, *António Manuel Silva, Gabriel R. Pereira, Sara Almeida e Silva e Paulo. P. Lemos*, A PEDRA DE ARMAS DA "CASA DO COUTO", EM SALREU, *Delfim Bismarck Ferreira*, PALACETES EM ESTARREJA, *Domingos Tavares*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO - Em busca do tempo perdido, *José Gуро e Cirne*, O PATRIMÓNIO BIBLIOGRÁFICO DE ANTÓNIO MADUREIRA - Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira em Estarreja, *Juliana Cunha*, TAVARES RESENDE DA CASA DE S. BERNARDO DA CONGOSTA EM AVANCA - Estarreja, Aveiro, *Luis Cardoso Menezes*, OS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA NA PRIMEIRA GRANDE GUERRA (1914-1918), *Marco Pereira*, ESCULTURA DEVOCIONAL NA IGREJA MATRIZ DE AVANCA, *Maria Clara de Paiva Vide Marques, António Cruz Leandro e Luís Alberto Casimiro*, FORAL DO ANTUÃ: DOCUMENTOS AUTÉNTICOS QUE O TROUXERAM ATÉ HOJE, *Norvinda Leite*, UMA CARTA, *Sérgio Paulo Silva*, JOAQUIM MARIA LEITE, *Teresa Cruz Tibby*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1906, *Teresa Cruz Tibby e Valter Santos*, SAUDADES - EGAS MONIZ - UM PERCURSO - 90 Anos da Angiografia Cerebral (1927-2017), *Rosa Maria Rodrigues*



[N.º12 | Ano XII | 2018] MEMÓRIAS, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, MANIFESTO DA COMISSÃO ELEITORAL OPOSIÇÃO NISTA DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Andreia Tavares*, UMA SIMPLES CONVERSA E AS PRIMEIRAS PRISÕES POLÍTICAS EM ESTARREJA, *António Augusto Silva*, TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NO CASTRO DE SALREU BREVE CRÓNICA DA INTREVENÇÃO DE 2018, *António Manuel Silva, Gabriel R. Pereira, Sara Almeida e Silva e Paulo A.P. Lemos*, AS CASAS DO MATO (SALREU) E DA FONTE CHÁ (BEMPOSTA) NOS OFÍCIOS CONCELHOS ANTUANOS SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS REGISTOS DE NOTARIADO NO CONCELHO DE ESTARREJA – 1ª PARTE DE D. JOÃO II A FILIPE II, *António Pedro de Sotomayor*, OS MOINHOS DE MEIAS, *Armando Carvalho Ferreira*, A FAMÍLIA QUADROS EM SALREU DESDE O FINAL DO SÉCULO XVIII (PARTE I), *Delfim Bismarck Ferreira*, CONSTRUÇÃO NAVAL TRADICIONAL NO MUNICÍPIO DE ESTARREJA – QUE FUTURO?, *Etelvina Resende Almeida*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – DOS MÉRITOS DO PRIMITIVISMO INGENUO *José Gуро e Cirne*, CARLOS MARQUES RODRIGUES: O FUNDADOR DA FÁBRICA DE DESCASQUE DE ARROZ – A "HIDRO-ELÉTRICA" DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, OS BISPOS PORTUGUESES ORIGINÁRIOS DO CONCELHO DE ESTARREJA, DISTRITO DE AVEIRO NO SÉCULO XX, *Luís Cardoso Menezes*, A PNEUMÓNICA, OU GRIPE ESPANHOLA. EM ESTARREJA (1918-1919) *Marco Pereira*, PRISIONEIROS DO CONCELHO DE ESTARREJA DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL NA FRENTE OCIDENTAL – 1917-1918, *Maria Clara de Paiva Vide Marques, António Cruz Leandro*, UMA OBRA DO PINTOR FRANCISCO PINTO COSTA (1826-1869) NA CASA MUSEU EGAS MONIZ, *Susana Moncivio*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1907, *Teresa Cruz Tibby e Valter Santos*, SAUDADES - 50 ANOS DA CASA MUSEU EGAS MONIZ, *Rosa Maria Rodrigues*, REVISTASTERRAS DE ANTUÃ



[N.º13 | Ano XIII | 2019] 500 ANOS DO FORAL DE ANTUÃ, *Diamantino Sabina* EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues* SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES DA BEIRA LITORAL LDA, *Andreia Tavares* FREI GONÇALO MARIA TAVARES – Do clero secular para o regular, *António Augusto Silva* O CASTRO DE SALREU, UM DOS POVOADOS PROTO-HISTÓRICOS ATLÂNTICOS DO ENTRE DOURO EVOUGA, *António Manuel Silva*, *Editte Martins de Sá*, *Jorge Fernando Salvador*, *Paulo A. P. Lemos* e *Sara Almeida* e *Silva*, AS CASAS DO MATO (SALREU) E DE FONTE CHÃ (BEMPOSTA) NOS OFÍCIOS CONCELHOS ANTUANOS - SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS REGISTOS DE NOTARIADO NO CONCELHO DE ESTARREJA – 2ª PARTE DE D. FILIPE II A D. JOÃO V, *António Pedro de Sottomayor*, A FAMÍLIA QUADROS EM SALREU DESDE O FINAL DO SÉCULO XVIII (PARTE II), *Delfim Bismarck Ferreira*, OLHARES POR DENTRO DO MUNICÍPIO DE ESTARREJA –ITINERÁRIOS POR ÁGUA, *Etelvina Resende Almeida*, A ODIOSSÍSIMA MORTE DO LÁZARO *José Gуро e Cirne*, CARLOS MARQUES RODRIGUES: O IMPULSIONADOR DA EDIFICAÇÃO DA CENTRAL DE ENERGIA ELÉTRICA - A TURBINA DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, ESTARREJENSES ILUSTRES: O 1º MARQUÊS DE TERENA - SEBASTIÃO CORREIA DE SÁ (1766-1849), *Luis Cardoso Menezes*, MILITARES DOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA MORTOS EM ÁFRICA (1961-1974), *Marco Pereira*, ESTARREJA NA GRANDE GUERRA MILITARES FALECIDOS NA FRENTE OCIDENTAL (1917-1918), *Maria Clara de Paiva Vide Marques*, *António Cruz Leandro*, *Teresa Cruz Tubby*, A SOMBRA DO MOSTEIRO DE AROUCA RAIZES LONGAS DEANTUÃ, *Norvinda Leite* e *Carlos Pinho*, COISAS DE CANTADORES, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1908, *Teresa Cruz Tubby* e *Valter Santos*, SAUDADES - 70 ANOS DO PRÉMIO NÓBEL EGAS MONIZ, *Rosa Maria Rodrigues*



[N.º14 | Ano XIV | 2020] A “TERRAS DE ANTUÃ” EM PLENA PANDEMIA COVID-19, *Diamantino Sabina* EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, O NOSSO LIVRO, *Abel Cunha*, MAJOR ANTÓNIO BERNARDINO FERREIRA, *António Augusto Silva*, A “GRATIDÃO” DE JOSÉ LUIS DA CUNHA: UM CASO DE SUOR, SUCESSO E LAGRIMAS NO PANORAMA EMIGRATÓRIO DA ESTARREJA OITOCENTISTA, *António Pedro de Sottomayor*, O CONCELHO DE ESTARREJA EM 1865, *Delfim Bismarck Ferreira*, A EMBARCAÇÃO TRADICIONAL COMO ARTEFACTO E O HOMEM ARTESÃO: O MESTRE CONSTRUTOR NAVAL DA RIA DE AVEIRO, *Etelvina Resende Almeida*, “O COLÉGIO”, *José Fernando Correia*, DR. TAVARES AFFONSO: SEIS CARTAS E UM BILHETE POSTAL DIRIGIDO AO PROF DOUTOR EGAS MONIZ, *José Gуро e Cirne*, AVIVAR MEMÓRIAS: AS TRADIÇÕES ORAIS COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, OS LIMITES HISTÓRICOS COMUNS DAS DIOCESES DO PORTO E DE COIMBRA, *Marco Pereira*, SÃO SEBASTIÃO, *Maria Clara de Paiva Vide Marques*, *António Cruz Leandro*, EGAS MONIZ E O JOGO, *Rosa Maria Rodrigues*, PARA QUE OS OLHOS SE LEMBREM, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1909, *Teresa Cruz Tubby* e *Valter Santos*, VÉIROS – SINOPSE PELAS REFERÊNCIAS DA SUA HISTÓRIA E AS SUAS GENTES, *Victor Bandeira*, SAUDADES – BIORIA, O SUSTENTÁVEL CONVIVIO ENTRE A NATUREZA E O HOMEM, *Adolfo Vidal*

AUTORES	TA 1	TA 2	TA 3	TA 4	TA 5	TA 6	TA 7	TA 8	TA 9	TA 10	TA 11	TA 12	TA 13	TA 14	TA 15
Abel Cunha														X	X
Adolfo Vidal														X	
Alvaro Macieira Coelho								X							
Amaro Neves	X														
Ana Maria Lopes					X	X	X	X	X	X					
Ana Paula Almeida									X						
Andrcia Tavares								X	X	X		X	X		
Andrcia Vidal Leite	X														
António Augusto Silva	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
António Costa Valente					X					X					
António Cruz Leandro							X		X	X		X	X	X	X
António Macieira Coelho				X											
António Manuel S. P. Silva					X	X				X	X	X	X		X
António de Pinho Nunes		X													
António Pedro de Sottomayor	X			X			X					X	X	X	
António Vítor N. Carvalho			X												
Armando Carvalho Ferreira	X										X				
Carla Ferreira									X						
Carlos A. Brochado de Almeida	X														
Carlos Pinho													X		
Delfim Bismarck Ferreira	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Diana Cunha			X							X					
Domingos Tavares					X					X	X				
Domingos Tavares														X	
Etelvina Resende Almeida												X	X	X	X
Eva Armindo				X											
Francisco M. Pontes de S. Brandão	X														
Gabriel Rocha Pereira					X	X				X	X	X			
Hugo Cálão		X		X											
João Alegria								X	X						
Isabel Simões Pinto														X	
João Muralha					X										
Joaquim Lagoeiro					X										
José Fernando Correia								X					X	X	
José F. Salvador													X		
Jorge Barbosa Montenegro					X										
José Gurgo e Cirne		X					X	X	X	X	X	X	X	X	X
José Manuel Nunes Liberato	X														
José Mattoso						X									
José Teixeira Valente								X							
Juliana Cunha							X		X	X	X	X	X	X	X
Luís Augusto Eça de Matos				X											

AUTORES	TA 1	TA 2	TA 3	TA 4	TA 5	TA 6	TA 7	TA 8	TA 9	TA 10	TA 11	TA 12	TA 13	TA 14	TA 15
Luís Loureiro				X											
Luís Cardoso Menezes										X	X	X	X		
Luís Souto de Miranda				X											
Manuel Ferreira Rodrigues		X													
Manuel de Oliveira Rodrigues								X							
Marco Pereira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Margarida Castro			X												
Maria Almira de Oliveira R. Barata								X							
Maria Clara Vide		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maria Elvira Callpez				X											
Maria Helena Valente Pinho					X										
Maria de Jesus Sousa de O. e Silva				X	X										
Maria João Fernandes									X						
Maria Manuel de Vilhena Barbosa			X												
Maria Palmira da Silva Gomes	X			X											
Maurício Antonino Fernandes							X								
Norberto Monteiro										X					
Norvinda Leite					X			X	X	X	X	X	X		X
Nuno Matos				X											
Paulo A. P. Lemos						X					X	X	X	X	X
Paulo Morgado							X								
Patrícia Mestre M. Carvalho				X											
Pedro Brochado de Almeida	X														
Rafael Marques Vigário	X														
Raquel Rodrigues de Jesus										X					
Ricardo Montes				X											
Rita Capucho											X				
Rosa Figueiredo									X						
Rosa Maria Rodrigues		X		X					X		X	X	X	X	X
Sara Almeida e Silva										X	X	X	X		X
Sérgio Paulo Silva							X	X			X		X	X	X
Sylvie Ferreira								X							
Sónia Filipe	X														
Susana Constantino					X										
Susana Moncóvio												X			
Susana Temudo Silva		X								X					
Telma Marilia Assunção Correia				X											
Teresa Bagão		X									X				
Teresa Cruz Tubby			X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Valter Santos		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Vitor Bandeira													X		

